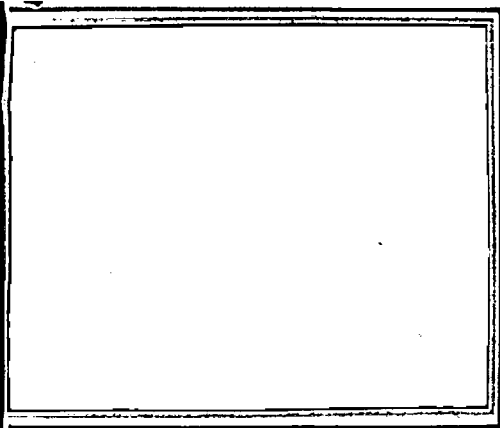


**IPEA/IPLAN**



# **BOLETIM TÉCNICO**

**nº 03 Novembro 1987**



IPEA/IPLAN

BOLETIM TÉCNICO

---

Bol. Téc. Brasília V.1 Nº 3 P.1-226 Nov 1987

---

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPEA  
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO - IPLAN  
SBS - Ed. BNDES - 11º ANDAR  
70076 - BRASÍLIA-DF

BOLETIM TÉCNICO, ano 1- , n.1- , jul., 1987 -  
.Brasília, IPEA/IPLAN, 1987.

1.Economia - Brasil 2.Planejamento Econômico -  
Brasil 1.Instituto de Planejamento Econômico e  
Social. Instituto de Planejamento.



CDD 300.98105

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1825,  
de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil  
Brasília,DF

## SUMÁRIO

|      |                                                                                                                     |            |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| I.   | APRESENTAÇÃO                                                                                                        | Pag.<br>05 |
| II.  | O PROGRAMA DE AÇÃO GOVERNAMENTAL 1987/91 - Fábio Ramalho de Cicco                                                   | 07         |
| III. | SÉRIES E ANÁLISES HISTÓRICAS                                                                                        |            |
|      | 1. Conjuntura Macroeconômica - CPM .....                                                                            | 37         |
|      | 2. Mercado de Trabalho - CES .....                                                                                  | 69         |
|      | 3. Dados Conjunturais da Agropecuária no Brasil - CAA .....                                                         | 87         |
|      | 4. Conjuntura Industrial - CIT .....                                                                                | 103        |
| IV.  | ESTUDOS ESPECIAIS                                                                                                   |            |
|      | 1. Montagem de Indicadores de Acompanhamento Conjuntural do Setor Externo - José Nelson Bessa Maia .....            | 129        |
|      | 2. Algumas Considerações sobre a Evolução Recente da Demanda Agregada no Brasil - Manuel José Forero Gonzales ..... | 135        |
|      | 3. Emprego no Brasil: O Peso da Administração Pública - Eugênio Pacceli Ribeiro .....                               | 149        |
|      | 4. Comércio Internacional- Mudanças Recentes - Christine Viveka Guimarães .....                                     | 161        |
|      | 5. Nota sobre Planejamento Energético - Miguel El Afioni                                                            | 169        |
|      | 6. Os Riscos da Radiação Nuclear - Marília de Barros Santos .....                                                   | 183        |
|      | 7. Questões Básicas para um Acompanhamento da Função Cultura - Lígia Cademartori .....                              | 193        |
|      | 8. Os Idosos no Brasil-Maria das Dores Gonçalves e Sebastião Francisco Camargo .....                                | 201        |



## APRESENTAÇÃO

O Boletim Técnico do IPLAN visa oferecer à comunidade científica, aos organismos da administração pública e às instituições do setor privado uma série de estudos sobre a economia e a sociedade brasileiras.

A presente edição agrega, além das partes tradicionais referentes às séries e análises históricas e aos estudos especiais, uma apresentação sobre o Programa de Ação Governamental 1987/91 lançado em setembro do presente ano como documento oficial para as ações de planejamento e orientação da política econômica do Governo.

Brasília, novembro de 1987

Fábio Ramalho De Cicco  
SUPERINTENDENTE DO IPLAN



---

O PROGRAMA DE AÇÃO GOVERNAMENTAL  
1987/91

---

Fábio Ramalho De Cicco  
SUPERINTENDENTE DO IPLAN



## O PROGRAMA DE AÇÃO GOVERNAMENTAL 1987/91

O Programa de Ação Governamental 1987/91, oficializado pelo Decreto nº 94.991 de 30 de setembro de 1987, constitui valioso instrumento de planejamento das ações governamentais e documento de importância fulcral para a vida sócio-econômica do País.

A Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República - SEPLAN, através do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, consubstanciou num plano clássico e quinquenal de Governo as proposições dos ministérios e organismos setoriais, dos sindicatos e representações patronais e de trabalhadores, do Poder Legislativo, e dos principais segmentos da sociedade brasileira. Apoiando tais ações, estava a convicção de que era necessário um processo de planejamento aberto, democrático e participativo.

O Programa de Ação Governamental 1987/91 compõe-se de várias partes integradas e interdependentes: um exaustivo e abrangente diagnóstico da economia brasileira no passado recente e um quadro da situação mundial constituem a base de conhecimento para todas as projeções do período 1987 a 1991. A seguir, o documento centra-se nos grandes desafios nacionais; nas estratégias de ação governamental, nos cenários prospectivos da economia brasileira, e para viabilizar as metas globais e setoriais, apresenta um modelo realista de consistência macroeconômica.

Complementarmente, relatam-se em pormenores as diretrizes econômicas e sociais da ação governamental e as políticas específicas para o atingimento dos objetivos colimados.

As partes seguintes abrangem as programações e metas dos setores produtivos e sociais. Para os primeiros, foram elaboradas séries históricas da procura, da produção, das importações e das exportações e apresentado um diagnóstico atual de cada setor.

Todos esses estudos permitiram a construção de projeções setoriais, dentro de intervalos de confiança factíveis, das quais resultou a programação dos investimentos públicos em projetos prioritários. Nesse sentido, pela primeira vez são apresentados os grandes projetos do Governo, suas características, o estado atual de cada realização, os dipêndios de capital já efetuados e as necessidades de investimentos para os próximos anos.

Na parte social, são diagnosticadas e projetadas metas para as áreas de alimentação, educação, habitação, saúde,

saneamento, previdência e assistência social, reforma agrária, desenvolvimento urbano, justiça, segurança e trabalho.

Ênfase especial é dada às programações e metas espaciais para, mais uma vez, tentar-se a diminuição das disparidades regionais que se agravaram nos últimos anos.

Também para as áreas sociais e regional, há descrição pormenorizada de cada programa e projeto para o período 1987 a 1991; os respectivos fluxos financeiros para investimento fazem-se ainda acompanhar de fontes factíveis de financiamento.

Um dos grandes avanços contidos no Programa é a parte de consistência financeira, na qual sobressai um quadro consolidado de fontes e usos, somatório das demandas parciais levantadas. Nesse sentido, o Ministro Aníbal Teixeira, na apresentação do documento, enfatiza: "Compatibilizamos o Programa com as fontes de recursos, dando-lhe a base de factibilidade necessária. Ele representa, pois, a primeira tentativa profunda de somar reivindicações de caráter econômico, social e também inter-regional com os programas setoriais necessários. E, na parte final, quantificamos as aspirações, tanto setoriais quanto sociais e regionais".

Quanto ao conteúdo do Programa de Ação Governamental, assim se expressou na Mensagem de Encaminhamento, Sua Excelência, o Presidente José Sarney: "As diretrizes econômicas e sociais preconizadas no Programa de Ação Governamental prevêem: a) a geração de 8,4 milhões de novas ocupações, que absorverão a população economicamente ativa no período contemplado e parte dos desempregados da época de recessão; b) o crescimento da renda nacional a taxas anuais entre 5 e 7%; c) a ênfase especial aos investimentos na área social; e, d) o desenvolvimento do mercado interno e das exportações, concomitantemente. Ao final do período, 40 milhões de pessoas terão duplicado seus rendimentos, seja pela elevação do valor real do salário mínimo, seja por beneficiarem-se de programas sociais específicos."

A opção econômica do Programa baseia-se na manutenção do crescimento acelerado sendo este um dos grandes compromissos do Governo com a Nação.

Embora no biênio 1986/87 a taxa de crescimento da renda nacional tenha sido superior a 8% ao ano, para o quinquênio persegue-se um incremento médio de 6,4%, com menores taxas em 1987, e 9% no final do período.

Cumprе lembrar, por oportuno, que, apesar de todos os desafios do passado recente, o Programa não transigiu com o compromisso de manter o crescimento do Produto Interno Bruto para garantir emprego, expandir a oferta de bens e serviços e permitir o ingresso de novos contingentes da população nos benefícios do progresso social.

Uma análise da composição do crescimento colimado demonstra, para a agricultura, taxas de crescimento superiores à tendência histórica, resultantes do aumento de armazenagem física, da melhoria das estradas vicinais, da implantação de projetos de irrigação, do apoio à agroindústria e de outros programas de incentivo. Como decorrência, o crescimento da agricultura, no período 1987/91, deverá ser superior ao dobro das taxas verificadas na última década.

A indústria de transformação está reservado papel preponderante no processo de crescimento. Para a consecução dos objetivos, prevê-se uma taxa média de crescimento de aproximadamente 6,5% ao ano, com especial relevo para os setores de infra-estrutura críticos ao desenvolvimento de outros setores, e para aqueles segmentos já em fase de plena utilização. A essas políticas prioritárias somam-se as políticas de ciência e de tecnologia.

O setor de serviços, por sua vez, deverá crescer com taxas semelhantes às do Produto Nacional.

Da política social tratou-se em cinco grandes segmentos:

- . Geração de empregos a taxas suficientes para absorver os novos contingentes de trabalhadores da População Economicamente Ativa e, ainda, possibilitar oportunidades de emprego para parte da população marginalizada, no mercado de trabalho, como consequência dos modelos concentradores de renda do passado;

- . Estabelecimento de políticas de investimentos públicos e de programas e projetos sensivelmente distributivos de seus benefícios;

- . Efetivação de programas de gastos públicos para infra-estrutura social, especialmente voltados para os setores saúde e saneamento;

- . Preservação dos salários reais dos trabalhadores e concessão de aumentos reais para as classes mais baixas dos assalariados;

- . Possibilidade de acesso aos frutos do progresso e do desenvolvimento programados, pelos segmentos menos favorecidos da população.

Espera-se, como consequência desse esforço ingente, mudança e evolução no perfil da distribuição funcional do Produto Interno Bruto.

Em seus aspectos sociais, o Programa reconhece que aproximadamente 45% da população economicamente ativa percebem, hoje, menos de um salário mínimo. Trata-se de quase 25 milhões de brasileiros que, em estado crônico de caquexia e desnutrição, não

podem esperar que lhes cheguem os benefícios do progresso. A realidade torna-se ainda mais estarrecedora e inaceitável, se lembrarmos o grande número de dependentes dessa legião de empobrecidos.

Pela primeira vez na história econômica brasileira, um plano de Governo se preocupa com esses grupos de fragilidade social estabelecendo uma política compensatória e não negando seu caráter assistencial, incluindo, entre seus grandes objetivos, a distribuição gratuita de alimentos e a construção de casas populares em regime de mútua ajuda e co-participação.

Essas ações, de caráter eminentemente assistenciais, viabilizam-se pelos baixos custos unitários e por permitirem acréscimos significativos de renda real para os mais desprotegidos.

Cumpre salientar que não se trata de programas permanentes ou duradouros, mas emergenciais e de temporalidade definida. Assim que as distribuições verticais de renda o permitirem, deverão ser progressivamente desativados; na verdade, antecipam-se esses programas a ações mais duradouras, e espera-se que, um dia, a própria distribuição da riqueza possa dispensar medidas dessa natureza.

Nota-se, inquestionavelmente, no Programa de Ação Governamental 1987/1991 uma preocupação constante com os aspectos sociais do país, cabendo citar, por oportuno, o Ministro Aníbal Teixeira que na apresentação do documento enfatiza: "É na prioridade ao social que imaginamos dever centrar-se a preocupação maior dos governantes, para que a Nação subsista como um todo. Não há mais como conviver com o fosso que separa as duas partes: de um lado os que produzem riquezas e delas se beneficiam; e, de outro, o enorme contingente formado pelos milhões de brasileiros sem alternativas para superar o quadro de miséria em que são obrigados a viver".

Do enorme esforço realizado pela sociedade para o desenvolvimento acresce-se outra tarefa descomunal: a integração do território brasileiro.

As alarmantes diferenças entre o Centro-Sul e as regiões Nordeste e Norte permitem identificar, sem dificuldades, a concentração do desenvolvimento.

O diagnóstico dos programas de integração implantados anteriormente demonstra que muitos deles, principalmente os mais ousados, não chegaram a estabelecer bases para o crescimento efetivo e permanente da economia local.

Diversos fatores agiram para esse fracasso relativo, entre eles, uma infra-estrutura insuficiente de transportes, sem estradas duradouras e permanentes e sem, sobretudo, uma adequação dos modos ao tipo de carga transportada.

A rodovia fez encarecer fretes e neutralizar, por onerar substancialmente os custos de transportes dos insumos básicos e das safras, vantagens relativas das diversas regiões ligadas ao desenvolvimento regional.

O Programa de Ação Governamental 1987/91, nesse sentido, recomenda:

- intensificar a política de investimentos em pólos de desenvolvimento que demonstrem efetiva viabilidade;
- articular inter-regionalmente os gastos públicos, potencializando a internalização, nas diversas regiões, dos benefícios das políticas regionais;
- implantar novas ferrovias, sobretudo nas regiões de fácil acesso ao Centro-sul, e onde os investimentos nesse tipo de transportes tornarem-se vantajosos e competitivos;
- complementar o Plano de Colonização ao longo das referidas ferrovias;
- compatibilizar os programas espaciais com as metas setoriais e sociais.

Trabalho exaustivo, e não menos importante, constituiu a compatibilização do Programa de Ação Governamental 1987/91 com os Orçamentos Fiscal e das Empresas Públicas para os anos de 1987 e 1988 e com o Plano de Controle Macroeconômico de julho de 1987. Assim, identificado, integrado e harmonizado com aqueles documentos de Governo, o Programa de Ação Governamental 1987/91 pôde consolidar as grandes metas econômicas e sociais dentro de restrições e contornos mínimos requeridos por uma política global realista e consistente.

Com o Programa de Ação Governamental espera-se ter contribuído para oferecer à sociedade brasileira um cenário factível de crescimento da economia; ter apresentado, de forma clara e translúcida, as metas setoriais colimadas, as diretrizes e estratégias econômicas e sociais e as políticas que levarão aos grandes objetivos nacionais. Da mesma forma, foram delimitadas as ações do governo na economia e consolidadas as programações dos investimentos públicos, em nível global e de cada programa e projeto em particular.

O Programa de Ação Governamental 1987/1991 permitirá, como consequência, restabelecer a confiança dos diversos segmentos da sociedade nas diretrizes e metas governamentais de médio e longo prazos; entregar à iniciativa particular a retomada do processo de investimento com segurança e confiança; racionalizar os gastos públicos e otimizar as alocações de recursos em projetos prioritários; e demonstrar às instituições internacionais e ao mundo econômico as diretrizes da nova opção de desenvolvimento.

Finalmente, cabe lembrar que o Planejamento é um processo dinâmico e em contínua mutação e qualquer programa, como parte desse, torna-se sujeito a adaptações e aperfeiçoamentos.

O documento que ora se apresenta é apenas uma aproximação, dentre muitos cenários possíveis, com certos intervalos de predição para garantir-lhe a validade. Virão forçosamente outras fases, para as quais o acompanhamento sistemático torna-se de fulcral importância e ressalta a validade da hipótese escolhida.

Além da aferição dos desvios e metas, e do segmento das políticas setoriais, é necessário que se escutem sistematicamente os principais segmentos da sociedade e também os ministérios.

Indubitavelmente, o Programa de Ação Governamental 1987/1991 incorporou-se à história do planejamento no Brasil, por reproduzir com fidelidade, detalhes e o máximo de acuidade as atuais e as passadas condições de vida da população brasileira, e, por sugerir medidas e políticas para tirar o país do subdesenvolvimento crônico, garantir a expansão da sua economia, distribuir a riqueza gerada, para integrar, definitivamente, as regiões e o espaço brasileiros.

Nessa nova fase que inclui o respeito às atividades de planejamento, ignoradas e esquecidas no passado recente, cabe ao IPLAN responsabilidade dobrada: acompanhar sistematicamente o Programa de Ação Governamental 1987/1991 e fazer ressurgir dos escombros, pelo menos aos níveis das glórias passadas, o Sistema Nacional de Planejamento.

Novembro de 1987

GLOSSARIOMACROEvolução do PIB

|         |   |      |
|---------|---|------|
| 1987    | = | 5,0% |
| 1988    | = | 6,0% |
| 1989/91 | = | 7,0% |

Evolução do PIB em US\$ bilhões

|      |   |        |
|------|---|--------|
| 1987 | = | 271,70 |
| 1988 | = | 298,08 |
| 1989 | = | 330,11 |
| 1990 | = | 365,58 |
| 1991 | = | 404,86 |

Poupança Interna em Relação ao PIB

|      |   |        |
|------|---|--------|
| 1987 | = | 18,10% |
| 1988 | = | 20,99% |
| 1989 | = | 22,26% |
| 1990 | = | 23,45% |
| 1991 | = | 23,79% |

Balança Comercial - Superávit em US\$ bilhões

|      |   |      |
|------|---|------|
| 1987 | = | 8,60 |
| 1988 | = | 9,86 |
| 1989 | = | 9,73 |
| 1990 | = | 9,64 |
| 1991 | = | 9,74 |

Dívida Externa - % em Relação ao PIB

|      |   |        |
|------|---|--------|
| 1987 | = | 41,39% |
| 1988 | = | 38,62% |
| 1989 | = | 35,76% |
| 1990 | = | 33,43% |
| 1991 | = | 31,43% |

Encargos Financeiros da Dívida Externa sobre o PIB

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 3,31% |
| 1988 | = | 2,81% |
| 1989 | = | 2,58% |
| 1990 | = | 2,39% |
| 1991 | = | 2,22% |

Encargos Financeiros da Dívida Interna da União sobre o PIB

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 0,41% |
| 1988 | = | 0,51% |
| 1989 | = | 0,48% |
| 1990 | = | 0,43% |
| 1991 | = | 0,38% |

Balança Comercial - US\$ milhões

|      |   |         |
|------|---|---------|
| 1980 | = | - 2.800 |
| 1981 | = | 1.200   |
| 1982 | = | 800     |
| 1983 | = | 6.500   |
| 1984 | = | 13.100  |
| 1985 | = | 12.400  |
| 1986 | = | 9.500   |

PIB E O INVESTIMENTO GLOBAL - 1987/91(\*)

PIB = Cz\$ 63,4 trilhões

|                            |   |                    |
|----------------------------|---|--------------------|
| <u>Investimento Global</u> | = | Cz\$ 14,3 trilhões |
| Privado                    | = | Cz\$ 9,3 trilhões  |
| Público                    | = | Cz\$ 5,0 trilhões  |

Investimento Público do PAG

|                       |   |                      |
|-----------------------|---|----------------------|
| Tesouro               | = | Cz\$ 321,2 bilhões   |
| Próprios das Estatais | = | Cz\$ 1.006,5 bilhões |
| Outras Fontes         | = | Cz\$ 1.021,3 bilhões |

Gastos Sociais do Tesouro em Cz\$ bilhões

|      |   |         |
|------|---|---------|
| 1987 | = | 740,8   |
| 1988 | = | 895,1   |
| 1989 | = | 1.000,3 |
| 1990 | = | 1.066,9 |
| 1991 | = | 1.152,9 |

ORÇAMENTO PAGFontes de Recursos para os Programas 1987/91 - Cz\$ bilhões

|                 |   |         |
|-----------------|---|---------|
| FND             | = | 255,7   |
| BIRD            | = | 302,9   |
| Outras Fontes   | = | 940,9   |
| Próprios        | = | 4.469,4 |
| Tesouro         | = | 1.556,7 |
| BNDES           | = | 219,9   |
| Crédito Rural   | = | 83,0    |
| Outros Créditos | = | 1.100,1 |

Dispêndios dos Programas 1987/91 - Cz\$ bilhõesInfra-Estrutura Econômica

|              |   |         |
|--------------|---|---------|
| Energia      | = | 1.287,1 |
| Transporte   | = | 473,1   |
| Comunicações | = | 362,3   |
| Irrigação    | = | 187,9   |

(\*) Os valores do presente glossário estão expressos em cruzados médios de 1987.

**Setores Produtivos**

|                                    |   |         |
|------------------------------------|---|---------|
| Indústria                          | = | 1.104,3 |
| Agropecuária                       | = | 325,5   |
| Administração e Segurança Nacional | = | 255,3   |

**Setores Sociais**

|                          |   |         |
|--------------------------|---|---------|
| Mutirão Contra Pobreza   | = | 479,5   |
| Saúde                    | = | 70,9    |
| Educação                 | = | 141,3   |
| Alimentação              | = | 100,3   |
| Trabalho                 | = | 31,1    |
| Cultura                  | = | 5,4     |
| Desenvolvimento Urbano   | = | 363,6   |
| Reforma Agrária          | = | 125,9   |
| Habituação               | = | 231,7   |
| Desenvolvimento Regional | = | 475,3   |
| Previdência Social       | = | 2.830,8 |

**Gastos do Programa - Cz\$ bilhões**

|                                          |   |         |
|------------------------------------------|---|---------|
| 1987 - Gastos Sociais                    | = | 740,8   |
| 1987 - Outros Investimentos e Custeios   | = | 691,7   |
| 1987/91- Gastos Sociais                  | = | 4.856,0 |
| 1987/91- Outros Investimentos e Custeios | = | 4.072,8 |

**ORÇAMENTO SOF/1987****Cz\$ bilhões      %****Orçamento Setorial**

|                                     |   |       |    |
|-------------------------------------|---|-------|----|
| Segurança Pública                   | = | 102,9 | 10 |
| Social                              | = | 131,8 | 12 |
| Infra-estrutura                     | = | 171,8 | 16 |
| Transferências Estados e Municípios | = | 214,9 | 20 |
| Contas Orçamento Monetário          | = | 280,8 | 26 |
| Outras                              | = | 171,8 | 16 |

**Classificação Funcional da Despesa**

|                                          |   |       |
|------------------------------------------|---|-------|
| Administração e Planejamento             | = | 180,1 |
| Transportes                              | = | 152,8 |
| Agricultura                              | = | 147,6 |
| Desenvolvimento Regional                 | = | 129,4 |
| Assist., Previdência, Saúde e Saneamento | = | 123,5 |
| Educação e Cultura                       | = | 123,1 |
| Defesa e Segurança                       | = | 81,0  |
| Ind. Com. Serviços Rec. Minerais         | = | 62,1  |
| Outros                                   | = | 74,4  |

**Categorias de Despesas**

|                                     |   |       |    |
|-------------------------------------|---|-------|----|
| Pessoal                             | = | 245,7 | 23 |
| Outros Custeios                     | = | 217,1 | 20 |
| Transferências Estados e Municípios | = | 214,9 | 20 |
| Dívida                              | = | 213,2 | 20 |
| Capital                             | = | 183,1 | 17 |

18.

## TRANSPORTE

### Rodovias Federais

|                      |   |               |
|----------------------|---|---------------|
| Restauração até 1991 | = | 24.000 km     |
| Conservação          | = | 63.000 Km/ano |
| Sinalização          | = | 15.000 Km/ano |
| Asfaltamento         | = | 1.900 Km/ano  |

### Malha Rodoviária 1987

1.240.000 Km - 104.000 km pavimentados - 12.000 km em estado precário

Ferrovias - 1986 = 29.830 km Vias Corridas

### Transporte Ferroviário

Milhões de Toneladas Transportadas - RFFSA

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 93,6  |
| 1988 | = | 100,3 |
| 1989 | = | 107,5 |
| 1990 | = | 115,2 |
| 1991 | = | 123,4 |

Trens Urbanos - Evolução da Capacidade - mil passageiros/dia

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 2.750 |
| 1988 | = | 3.230 |
| 1989 | = | 3.670 |
| 1990 | = | 4.110 |
| 1991 | = | 4.420 |

Milhões de Passageiros Urbanos Transportados

Atendimento

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 1984 | = | 471 |
| 1985 | = | 514 |
| 1986 | = | 487 |

Capacidade

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 833   |
| 1988 | = | 978   |
| 1989 | = | 1.112 |
| 1990 | = | 1.245 |
| 1991 | = | 1.339 |

Portos - Movimentação de Carga em 1991 - Milhões de Toneladas

|                   |   |      |
|-------------------|---|------|
| Tubarão-ES        | = | 73,0 |
| São Sebastião-SP  | = | 50,3 |
| Rio de Janeiro-RJ | = | 49,8 |
| Sepetiba-RJ       | = | 34,7 |
| Santos-SP         | = | 32,9 |
| Praia Mole-ES     | = | 31,6 |

|                   |   |      |
|-------------------|---|------|
| Angra dos Reis-RJ | = | 30,1 |
| Itaqui-MA         | = | 18,3 |
| Paranaguá-PR      | = | 16,8 |
| Aratu-BA          | = | 16,5 |

Portos - Projeção da Movimentação de Cargas-Milhões de Toneladas

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 394,3 |
| 1988 | = | 410,7 |
| 1989 | = | 427,8 |
| 1990 | = | 445,8 |
| 1991 | = | 465,2 |

Frota Mercante 1986 - Capacidade de Carga (mil TPB)

|                  |   |       |
|------------------|---|-------|
| Longo Curso      | = | 8.278 |
| Cabotagem        | = | 1.638 |
| Fluvial/Lacustre | = | 684   |

Navegação Interior - Fluvial e Lacustre (Carga em TKU)

|      |   |              |
|------|---|--------------|
| 1986 | = | 4,3 bilhões  |
| 1991 | = | 10,0 bilhões |

AGRICULTURA

Crescimento da Oferta dos Principais Produtos Agrícolas - 1986/91

|                |   |       |
|----------------|---|-------|
| Arroz          | = | 19,3% |
| Leite          | = | 27,0% |
| Milho          | = | 40,1% |
| Carne Bovina   | = | 24,0% |
| Ovos           | = | 28,2% |
| Cana           | = | 40,8% |
| Feijão         | = | 24,9% |
| Batata Inglesa | = | 30,1% |
| Café           | = | 45,0% |
| Soja           | = | 48,5% |

Área Agrícola em Milhões de ha

|          |   |       |
|----------|---|-------|
| Pecuária |   |       |
| 1986     | = | 191,7 |
| 1991     | = | 205,3 |
| Lavoura  |   |       |
| 1986     | = | 52,4  |
| 1987     | = | 62,8  |

Reflorestamento

|      |   |      |
|------|---|------|
| 1986 | = | 5,5  |
| 1991 | = | 10,5 |

Expansão Anual até 1991

|                |   |      |
|----------------|---|------|
| Área Cultivada | = | 2,2% |
| Mão-de-Obra    | = | 2,9% |
| Fertilizantes  | = | 7,4% |
| Máquinas       | = | 7,5% |
| Defensivos     | = | 8,5% |

Aumento da Produção Anual de Alimentos - 1987/91

|                        |   |      |
|------------------------|---|------|
| Consumo Doméstico      | = | 5,1% |
| Produtos de Exportação | = | 7,1% |

Irrigação - Investimentos em Cr\$ bilhões (acumulados)

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 1987 | = | 17  |
| 1988 | = | 50  |
| 1989 | = | 95  |
| 1990 | = | 144 |
| 1991 | = | 187 |

Irrigação - Área Irrigada em mil ha (acumulados)

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 317   |
| 1988 | = | 717   |
| 1989 | = | 1.264 |
| 1990 | = | 1.926 |
| 1991 | = | 2.517 |

Reflorestamento - Área Reflorestada em mil ha (acumulados)

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 300   |
| 1988 | = | 900   |
| 1989 | = | 2.100 |
| 1990 | = | 3.500 |
| 1991 | = | 5.000 |

Armazenagem - Aplicação da Capacidade Estática em milhões de toneladas (acumulados)

|      |   |      |
|------|---|------|
| 1987 | = | 7,4  |
| 1988 | = | 14,4 |
| 1989 | = | 20,3 |
| 1990 | = | 25,5 |
| 1991 | = | 30,1 |

Treinamento e Extensão Rural - Milhões de Pessoas Treinadas

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 1987    | = | 3,3 |
| 1988    | = | 4,1 |
| 1989/91 | = | 5,0 |

Pecuária

|                       | Países Desenvolvidos | Brasil        |
|-----------------------|----------------------|---------------|
| Primeira Cria         | - de 24 meses        | + de 36 meses |
| Mortalidade           | 12%                  | 20%           |
| Idade Média de Abate  | - de 24 meses        | + de 36 meses |
| Rendimento de Carcaça | 65%                  | 54%           |
| Produção de Leite     | 5.000 kg             | 1.500 kg      |

Pecuária - Taxa de Desfrute - 1986

|                |   |       |
|----------------|---|-------|
| Brasil         | = | 12,5% |
| Uruguai        | = | 18,5% |
| Argentina      | = | 29,4% |
| Estados Unidos | = | 38,3% |

Reforma Agrária-Quadro Fundiário - 1984

|                          |   |                 |
|--------------------------|---|-----------------|
| 3,74% dos Proprietários  | = | 66,82% da Terra |
| 24,18% dos Proprietários | = | 24,70% da Terra |
| 72,08% dos Proprietários | = | 8,48% da Terra  |

Pessoas Sem Terra ou Com Pouca Terra = 10.600 mil

INDÚSTRIA-SIDERURGIAProdução Siderúrgica - milhões de toneladas

|      |   |      |
|------|---|------|
| 1986 | = | 20,5 |
| 1987 | = | 23,7 |
| 1988 | = | 24,6 |
| 1989 | = | 26,4 |
| 1990 | = | 27,1 |
| 1991 | = | 28,4 |

Produção de Aço Bruto - Distribuição Geográfica - 1986  
mil toneladas

|                   |   |       |
|-------------------|---|-------|
| Minas Gerais      | = | 7.206 |
| Rio de Janeiro    | = | 4.982 |
| São Paulo         | = | 4.049 |
| Espírito Santo    | = | 3.585 |
| Rio Grande do Sul | = | 482   |

INDÚSTRIA-FERTILIZANTESProdução - Capacidade Adicional - 1987/91 - mil toneladas

|                 |   |     |
|-----------------|---|-----|
| Amônia          | = | 299 |
| Enxofre         | = | 73  |
| Rocha Fosfática | = | 504 |
| Ácido Nítrico   | = | 69  |
| Ácido Fosfórico | = | 280 |

Produção - Principais Projetos

|                 |   |                                                                                |
|-----------------|---|--------------------------------------------------------------------------------|
| Amônia e Uréia  | = | 2.333 ton/dia (Rio de Janeiro, Sergipe e Bahia)                                |
| Fósforo         | = | 1.361.000 ton/ano (Minas Gerais, Santa Catarina, Região Sul, Norte e Nordeste) |
| Ácido Sulfúrico | = | 2.990.000 ton/ano (Centro-Sul, Norte, Nordeste e Sul)                          |

INDÚSTRIA-FERRO-GUSAIndústrias Privadas - Instalações 1986

Brasil = 72 Empresas - 144 Altos Fornos  
 Minas Gerais = 136 Altos Fornos

Capacidade Instalada - 1986 = 5.700 mil toneladas  
(Produtos Independentes)

Produção 1986 = 4.400 mil ton.  
 Produção 1986 = Mercado Interno - 46%  
 Produção 1986 = Mercado Externo - 54%

INDÚSTRIA PETROQUÍMICAEvolução da Produção e Investimento até 1995

|                   | <u>Mil Ton. Eteno</u> | <u>US\$ Milhões</u> |
|-------------------|-----------------------|---------------------|
| Bahia             | 810                   | 400                 |
| São Paulo         | 440                   | 55                  |
| Rio Grande do Sul | 536                   | 33                  |
| Rio de Janeiro    | 450                   | 820                 |

Capacidade de Produção Prevista - mil ton/ano

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| Metanol   | = | 70  |
| Butadieno | = | 185 |
| Benzeno   | = | 270 |
| Propeno   | = | 385 |
| Eteno     | = | 900 |

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICAProdução 1987/91 - mil unidades

|            |      |   |       |      |   |       |
|------------|------|---|-------|------|---|-------|
| Automóveis | 1987 | = | 1.212 | 1991 | = | 1.430 |
| Caminhões  | 1987 | = | 106   | 1991 | = | 128   |
| Ônibus     | 1987 | = | 13    | 1991 | = | 17    |
| Tratores   |      |   |       |      |   |       |
| Agrícolas  | 1987 | = | 67    | 1991 | = | 81    |

Exportação 1991 - % da Produção

|                    |   |     |
|--------------------|---|-----|
| Automóveis         | = | 25% |
| Caminhões          | = | 14% |
| Ônibus             | = | 12% |
| Tratores Agrícolas | = | 11% |

INDÚSTRIA-NÃO-FERROSOSBalanco de Oferta e Demanda - mil ton.

|              |   |     |
|--------------|---|-----|
| 1986: Chumbo | = | -7  |
| Zinco        | = | -23 |
| Cobre        | = | -74 |

|             |   |      |
|-------------|---|------|
| Silício     | = | 26   |
| Estanho     | = | 19   |
| Alumínio    | = | 365  |
| 1991: Zinco | = | -33  |
| Cobre       | = | -130 |
| Chumbo      | = | 20   |
| Estanho     | = | 24   |
| Silício     | = | 84   |
| Alumínio    | = | 631  |

#### INDÚSTRIA - PAPEL E CELULOSE

##### Demanda - Mercado Interno - mil ton.

|             |   |       |
|-------------|---|-------|
| 1987: Pasta | = | 550   |
| Celulose    | = | 2.940 |
| Papel       | = | 4.120 |

|             |   |       |
|-------------|---|-------|
| 1991: Pasta | = | 680   |
| Celulose    | = | 3.900 |
| Papel       | = | 5.600 |

##### Demanda - Mercado Externo - mil ton.

|                |   |       |
|----------------|---|-------|
| 1987: Celulose | = | 1.000 |
| Papel          | = | 650   |

|                |   |       |
|----------------|---|-------|
| 1991: Celulose | = | 1.230 |
| Papel          | = | 730   |

##### Investimento - 1987/91

|          |   |                    |
|----------|---|--------------------|
| Pasta    | = | US\$ 200 milhões   |
| Papel    | = | US\$ 1.100 milhões |
| Celulose | = | US\$ 2.500 milhões |

#### ENERGIA

##### Composição do Consumo de Energia - 1985

|                        |   |       |
|------------------------|---|-------|
| Energia Elétrica       | = | 33,8% |
| Petróleo               | = | 30,6% |
| Carvão Vegetal e Lenha | = | 16,0% |
| Bagago                 | = | 7,3%  |
| Alcool                 | = | 4,0%  |
| Outros                 | = | 8,3%  |

##### Dependência Externa de Energia

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1970 | = | 26,8% |
| 1975 | = | 35,7% |
| 1980 | = | 34,3% |
| 1985 | = | 15,6% |

Energia ElétricaPrincipais Projetos de Geração até 1991

|             |   |           |
|-------------|---|-----------|
| Itaipu      | = | 12.600 MW |
| Tucuruí     | = | 3.960 MW  |
| Itaparica   | = | 1.500 MW  |
| Três Irmãos | = | 640 MW    |
| Taquarucu   | = | 500 MW    |
| Rosana      | = | 320 MW    |
| Balbina     | = | 250 MW    |
| Samuel      | = | 217 MW    |

Aumento da Capacidade Instalada

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 11,2% |
| 1988 | = | 20,5% |
| 1989 | = | 30,0% |
| 1990 | = | 37,0% |
| 1991 | = | 41,0% |

Aumento do Mercado

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 5,7%  |
| 1988 | = | 14,7% |
| 1989 | = | 23,8% |
| 1990 | = | 33,1% |
| 1991 | = | 41,0% |

Petróleo - Metas até 1991

Plataformas Fixas Campos e Enchova = 172 mil barris/dia  
 = 960 milhões m<sup>3</sup> gás/ano

Gasodutos Campos = 11 milhões de m<sup>3</sup> de gás transferidos  
 p/dia

Poliduto Rio/São Paulo = 3,5 milhões de m<sup>3</sup>/ano de álcool e  
 derivados de petróleo

Refinaria do Nordeste = 120.000 barris/dia

Petróleo - Produção - 1.000 barris/dia

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 1987 | = | 612 |
| 1988 | = | 740 |
| 1989 | = | 780 |
| 1990 | = | 820 |
| 1991 | = | 840 |

Derivados de Petróleo - Consumo - 1.000 barris/dia

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 1.113 |
| 1988 | = | 1.150 |
| 1989 | = | 1.190 |
| 1990 | = | 1.240 |
| 1991 | = | 1.290 |

Alcool

Alcool - Capacidade Potencial 1987 = 16 bilhões de litros

Alcool - 560 Projetos - 418 unidades produtoras

Alcool - demanda - bilhões de litros

1986 = 11,7

1991 = 19,3

MINERAÇÃOProdução Mineral

Ferro - 1986 = 132 milhões/t 1991 = 140 milhões/t

Bauxita - 1986 = 6,3 milhões/t 1991 = 8,1 milhões/t

Ouro - 1986 = 75,0 t 1991 = 110 t

Cobre - 1986 = 121 mil/t 1991 = 300 mil/t

Minério de Ferro - Exportação

1986 - 92,3 milhões/t - 1.624 US\$ milhões

1991 - 100,0 milhões/t - 1.800 US\$ milhões

COMUNICAÇÕES

Déficit s/a Demanda Telefônica 1987 - 25,2 %

1991 - 18,15%

Metas até 1991

Agências Correios (instalação) 660 unidades

Postos Correio Rural (instalação) 2.900 unidades

Postos Venda de Selo 7.200 unidades

Postos de Correio Comunitário 125 unidades

Caixas Coletoras 3.000 unidades

SITUAÇÃO REGIONALConcentração da Renda Pessoal - 1980

Sudeste, Sul e Centro-Oeste = 82,5% da renda

Norte e Nordeste = 17,5% da renda

26.

Indivíduos na Faixa de Pobreza Absoluta - 1985

|              |   |       |
|--------------|---|-------|
| Norte        | = | 1,8%  |
| Centro-Oeste | = | 5,1%  |
| Sul          | = | 9,4%  |
| Sudeste      | = | 24,2% |
| Nordeste     | = | 59,4% |

Analfabetismo - População com mais de 15 anos - 1980

|          |   |       |
|----------|---|-------|
| Brasil   | = | 26,0% |
| Nordeste | = | 46,7% |
| Norte    | = | 31,0% |

Mortalidade Infantil - Óbitos por mil nascidos - 1984

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| Brasil   | = | 68  |
| Nordeste | = | 115 |

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

População Brasileira

|      |   |                      |
|------|---|----------------------|
| 1940 | = | 41.236               |
| 1950 | = | 51.844               |
| 1960 | = | 70.070               |
| 1970 | = | 93.139               |
| 1980 | = | 119.003              |
| 1985 | = | 135.564 (estimativa) |

Densidade Demográfica - Habitantes/km<sup>2</sup> - 1985

|              |   |      |
|--------------|---|------|
| Sudeste      | = | 64,4 |
| Sul          | = | 36,8 |
| Nordeste     | = | 25,3 |
| Centro-Oeste | = | 4,8  |
| Norte        | = | 2,1  |

População Residente em Cortiços e Favelas - Regiões Metropolitanas e Capitais

|      |   |            |
|------|---|------------|
| 1980 | = | 8 milhões  |
| 1985 | = | 12 milhões |

FORÇAS ARMADAS

Gastos Com Defesa - % do PIB - 1986/87

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| Brasil | = | 0,5 |
| México | = | 0,6 |
| Japão  | = | 1,0 |

|          |   |      |
|----------|---|------|
| Colômbia | = | 1,1  |
| Irã      | = | 12,3 |
| Israel   | = | 24,4 |
| Iraque   | = | 51,1 |

Participação das Forças Armadas no PIB - 1986/87

|                      |   |       |
|----------------------|---|-------|
| Brasil               | = | 0,5%  |
| América Latina       | = | 4,25% |
| Países Desenvolvidos | = | 7,37% |

Efetivo das Forças Armadas - América Latina - % s/População - 1986/87

|           |   |      |
|-----------|---|------|
| Brasil    | = | 0,20 |
| Argentina | = | 0,23 |
| Bolívia   | = | 0,42 |
| Peru      | = | 0,62 |
| Chile     | = | 0,82 |
| Uruguai   | = | 1,09 |
| Cuba      | = | 1,58 |
| Nicarágua | = | 2,17 |

DÍVIDA SOCIAL

O Menor Carente - 1984

36 milhões com renda familiar mensal de até dois salários mínimos  
7 milhões em estado de abandono

Mortalidade Infantil - Óbitos por mil nascimentos - 1982

|                  |   |     |
|------------------|---|-----|
| Noruega          | = | 8   |
| Austrália        | = | 10  |
| Estados Unidos   | = | 11  |
| Itália           | = | 14  |
| Argentina        | = | 44  |
| Colômbia         | = | 54  |
| Brasil           | = | 68  |
| Nordeste(Brasil) | = | 115 |

"Bóias-Frias" - 1984 = 4,2 milhões

Déficit Alimentar - 1985

Total de pessoas com déficit alimentar = 90,8 milhões  
Pessoas com déficit alimentar acima de 400 cal/dia = 35 milhões  
Proporção do total de crianças - 0 a 5 anos - que apresentam algum grau de desnutrição:  
Brasil = 55%  
Nordeste = 86,4%

Déficit de Saúde - 1985

Pessoas não cobertas por consulta ambulatorial = 46 milhões  
 Pessoas não cobertas por intern. hospitalares = 24 milhões  
 Pessoas infectadas por doenças endêmicas = 11,4 milhões

Necessidades para atender população brasileira atual

Enfermeiros = 35.900  
 Auxiliares de Enfermagem = 86.200  
 Leitos = 230.000

Gasto Público de Saúde Per Capita - 1980 - US\$

Brasil = 55  
 Portugal = 79  
 Venezuela = 112

Condições de Habitabilidade - 1985Sem Água encanada

Domicílios = 9,7 milhões  
 População = 46,0 milhões

Sem instalações sanitárias próprias ou coletivas

Domicílios = 14,5 milhões  
 População = 57,6 milhões

Sem energia elétrica

Domicílios = 5,7 milhões  
 População = 27,7 milhões

Déficit urbano em moradias = 7,3 milhões

Moradias precisando de reparos = 2,0 milhões

Pessoas morando em condições precárias = 59,7 milhões

Idosos CarentesPopulação de Idosos sobre população total

1960 = 4,74  
 1970 = 5,06  
 1980 = 6,06

Analfabetismo sobre os Idosos - 1985 = 47,5%  
 Idosos sem qualquer renda = 2,0 milhões  
 Idosos sem renda ou inf. a dois sal.mínimos = 4,5 milhões  
 População brasileira de idosos = 8,9 milhões

Sem Terra - 1984

Trabalhadores rurais s/terra ou c/pouca terra = 10,6 milhões  
 Famílias acampadas de trab.rurais s/terra = 92.000 pessoas

Deficientes Físicos

|                        |   |             |
|------------------------|---|-------------|
| Deficientes Mentais    | = | 6,5 milhões |
| Deficientes Auditivos  | = | 1,9 milhão  |
| Deficientes Visuais    | = | 600 mil     |
| Deficientes Físicos    | = | 2,6 milhões |
| Múltiplas Deficiências | = | 1,3 milhão  |

Favelas no Brasil

|                    |   |                       |
|--------------------|---|-----------------------|
| População Favelada | = | 12 milhões de pessoas |
| Perfil do Favelado |   |                       |
| Analfabetos        | = | 31%                   |
| Desempregados      | = | 28%                   |
| Migrantes          | = | 82%                   |
| Nunca Trabalharam  | = | 13%                   |

Déficit de Saneamento Básico - 1985

|                                                                        |   |            |
|------------------------------------------------------------------------|---|------------|
| Residentes em habitações sem qualquer tipo de escoamento Sanitário     | = | 24 milhões |
| Residentes em habitações sem água tratada                              | = | 46 milhões |
| Residentes em habitações que utilizam sistemas precários de saneamento | = | 48 milhões |
| Residentes em habitações que não dispõem de coleta de lixo             | = | 61 milhões |

AÇÃO COMUNITARIA - Metas 1987/91Programa de Apoio Comunitário aos Idosos

|                                             |                             |
|---------------------------------------------|-----------------------------|
| 4,5 milhões de Idosos Carentes Beneficiados |                             |
| Cz\$ 21,0 bilhões                           | - Governo Federal           |
| Cz\$ 14,2 bilhões                           | - Comunidades e Prefeituras |

Projetos

- 1.500 Centros de Convivência do Idoso
- 4,5 milhões de idosos recebendo pão e leite diariamente
- 2 milhões de Vales-Remédio em cada ano

Programa de Apoio aos Bóias-Frias

|                                         |                             |
|-----------------------------------------|-----------------------------|
| 4,5 milhões de bóias-frias beneficiados |                             |
| Cz\$ 8,6 bilhões                        | - Governo Federal           |
| Cz\$ 20,2 bilhões                       | - Comunidades e Prefeituras |

Projetos

- 480 unidades fixas
- 1.500 Centros de Reunião e Transporte de bóias-frias
- 2.500 ônibus para Transporte, Unidades de Saúde e Cozinhas Volantes
- 700 Cooperativas de Trabalho
- 500 Centros de Produção Comunitários

Programa de Apoio às Comunidades Faveladas

12 milhões de favelados beneficiados = 3.200 favelas  
 Cz\$ 27,0 bilhões - Governo Federal  
 Cz\$ 11,3 bilhões - Comunidades e Prefeituras

Projetos

1,7 milhão de moradias reformadas  
 3.200 Favelas Urbanizadas  
 3.200 Centros Comunitários Integrados construídos

Programa de Apoio Comunitário às Populações Rurais Carentes

16 milhões de pessoas beneficiadas  
 Cz\$ 10,5 bilhões - Governo Federal  
 Cz\$ 10,5 bilhões - Comunidades e Prefeituras

Projetos

4.500 Centros Comunitários de Múltiplos Usos  
 2.300 Poços Artesianos, Cisternas, Cacimbas e Caixas d'água  
 4.500 Silos Comunitários  
 4.500 Mecanizações Agrícolas Comunitárias

Sistemas de Atividades Comunitárias Integradas

3,3 milhões de pessoas beneficiadas - 1.300 municípios  
 Cz\$ 2,4 bilhões - Governo Federal  
 Cz\$ 5,8 bilhões - Comunidades e Prefeituras

Projetos

13.000 Projetos Comunitários de Creches, Postos Médicos, Escolas e mais 30 opções  
 1.300 Arquibancadas para Futebol e Esporte Especializado  
 1.000 Ligas Esportivas  
 12.000 Calendários de Lazer, Esportes e Cult. Comunitária  
 5.000 Festas Regionais de Produtos e Folclóricas

Programa Nacional de Ação ComunitáriaProjetos Implantados até 1991

|                                |   |        |
|--------------------------------|---|--------|
| Hortas e Alimentos             | = | 7.000  |
| Cursos e Escolas               | = | 19.500 |
| Bibliotecas e Teatros          | = | 10.800 |
| Centros Esportivos             | = | 20.900 |
| Creches                        | = | 14.200 |
| Postos Médicos                 | = | 11.400 |
| Roupas e Agasalhos (campanhas) | = | 10.900 |
| Saneamento, Pontes e Estradas  | = | 8.600  |

Municípios Beneficiados

|      |   |       |
|------|---|-------|
| 1987 | = | 1.400 |
| 1991 | = | 4.000 |

Projetos Implantados

1987 = 19.000  
 1991 = 142.750

Pessoas Beneficiadas

1987 = 20,1 milhões  
 1991 = 37,0 milhões

Investimentos - Cz\$ bilhões

|                           |             |                |
|---------------------------|-------------|----------------|
| Total                     | -1987 = 6,6 | 1987/91 = 32,1 |
| Governo Federal           | -1987 = 1,8 | 1987/91 = 8,9  |
| Comunidades e Prefeituras | -1987 = 4,8 | 1987/91 = 23,2 |

MULTIRÃO CONTRA A POBREZAInvestimento = Cz\$ 479,5 bilhões

|                  |       |
|------------------|-------|
| Governo          | = 59% |
| Comunidade       | = 22% |
| Prefeituras      | = 15% |
| Inic. Particular | = 4%  |

JUSTIÇA E SEGURANÇAReestruturação do Sistema Penitenciário - Metas até 1991

|                              |        |
|------------------------------|--------|
| Construção de Penitenciária  | 24     |
| Reforma/Ampliação            | 96     |
| Aumento número de vagas      | 12.000 |
| Aquisição de Veículos        | 325    |
| Oficinas Profissionalizantes | 84     |

Segurança Pública - 1987/91

|                                    |       |
|------------------------------------|-------|
| Aumento da Frota de Veículos       | 5.340 |
| Construção de Cadeias e Delegacias | 1.380 |

Reaparelhamento da Polícia Federal - Metas até 1991

|              |     |
|--------------|-----|
| Helicópteros | 3   |
| Viaturas     | 840 |
| Lanchas      | 24  |
| Trailers     | 38  |

Recadastramento de Estrangeiros - Meta até 1991=3.700.000Déficit de Vagas no Sistema Penitenciário - 1987

|                         |         |
|-------------------------|---------|
| População Prisional     | 83.243  |
| Déficit Carcerário      | 166.037 |
| Capacidade de Lotação   | 41.681  |
| Fora das Penitenciárias | 41.562  |

Mandados de Prisão Não Cumpridos - 1987

|              |         |
|--------------|---------|
| Brasil       | 124.475 |
| Norte        | 4.836   |
| Centro-Oeste | 21.607  |
| Nordeste     | 5.049   |
| Sudeste      | 70.183  |
| Sul          | 22.800  |

SAÚDE - Metas até 1991

|                                                   |        |                    |
|---------------------------------------------------|--------|--------------------|
| Capacidade Ambulatorial Pública (ampliação)       | 12.000 | leitos             |
| Capacidade Ambulatorial Pública (recuperação)     | 24.000 | leitos             |
| Consultas Médicas                                 | 462    | milhões            |
| Internações                                       | 15,7   | milhões            |
| Assistência Farmacêutica para a População Carente | 60,0   | milhões de pessoas |

Alimentação e Nutrição

|                                                   |           |      |         |
|---------------------------------------------------|-----------|------|---------|
| Suplementação Alimentar                           | 1987      | 11,0 | milhões |
|                                                   | 1991      | 16,0 | milhões |
| Merenda Escolar                                   | 1987      | 32,0 | milhões |
|                                                   | 1991      | 38,1 | milhões |
| Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes | 1987      | 6,0  | milhões |
|                                                   | 1991      | 15,0 | milhões |
| Recursos Alocados                                 | 1987 Cz\$ | 22,6 | bilhões |
|                                                   | 1991 Cz\$ | 47,8 | bilhões |

PREVIDÊNCIA SOCIAL

|                              |      |      |         |
|------------------------------|------|------|---------|
| Número Benefícios Concedidos | 1987 | 1,6  | milhão  |
|                              | 1991 | 2,3  | milhões |
| Assistência Deficientes      | 1987 | 344  | mil     |
|                              | 1991 | 632  | mil     |
| Creches Casulo               | 1987 | 1,9  | milhão  |
|                              | 1991 | 4,1  | milhões |
| Número Pessoas Beneficiadas  | 1987 | 11,7 | milhões |
|                              | 1991 | 28,7 | milhões |

## SANEAMENTO BASICO URBANO

33.

|                                            |      |                 |
|--------------------------------------------|------|-----------------|
| Abastecimento Água Domiciliar (domicílios) | 1987 | 985 mil         |
|                                            | 1991 | 4.885 mil       |
| Esgoto Sanitário(domicílios)               | 1987 | 1.008 mil       |
|                                            | 1991 | 9.374 mil       |
| Limpeza Urbana                             | 1987 | 14 milhões hab  |
|                                            | 1991 | 70 milhões hab  |
| Drenagem Urbana                            | 1987 | 1.080 km linear |
|                                            | 1991 | 6.620 km linear |

## EDUCAÇÃO

### Criação Vagas

|               |             |
|---------------|-------------|
| Pré-Escolar   | 1,8 milhão  |
| Primeiro Grau | 7,5 milhões |
| Segundo Grau  | 860 mil     |

Distribuição de Livros Didáticos 1º Grau 355 milhões

Distribuição de Material Escolar 30 milhões de estudantes

### Concessão Bolsas

|             |         |
|-------------|---------|
| No País     | 108 mil |
| No Exterior | 19 mil  |

Educação para Adultos 320.000 alunos

Cooperação Técnica 1.850 projetos

Saúde Escolar 10 milhões alunos

População Analfabeta 24,2 milhões

|              |              |
|--------------|--------------|
| 7 a 14 anos  | 6,9 milhões  |
| 15 anos ou + | 17,3 milhões |

População Não-Escolarizada 16,9 milhões

## DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Distribuição da Renda - População Economicamente Ativa-1985

|                 |   |                |
|-----------------|---|----------------|
| 10% mais ricos  | = | 47,2% da renda |
| 40% ricos       | = | 39,9% da renda |
| 40% pobres      | = | 11,9% da renda |
| 10% mais pobres | = | 1,0% da renda  |

Distribuição da Renda - População Economicamente Ativa-1985

|            |   |                |
|------------|---|----------------|
| 50% ricos  | = | 87,1% da renda |
| 50% pobres | = | 12,9% da renda |

Milhões de Famílias na Faixa de Pobreza Absoluta - 1985

|              |   | <u>Urbana</u> | <u>Rural</u> |
|--------------|---|---------------|--------------|
| Brasil       | = | 4,7           | 2,5          |
| Nordeste     | = | 2,6           | 1,6          |
| Sudeste      | = | 1,2           | 0,4          |
| Sul          | = | 0,5           | 0,3          |
| Centro-Oeste | = | 0,2           | 0,1          |

EMPREGOPopulação Economicamente Ativa - 1985

|            |   |       |
|------------|---|-------|
| Emprego    | = | 59%   |
| Subemprego | = | 38,2% |
| Desemprego | = | 2,8%  |

TRABALHO - Metas 1987/91

|                                                      |   |             |
|------------------------------------------------------|---|-------------|
| Criação de Empregos Formais                          | - | 8,4 milhões |
| Criação de Ocupações no Setor Informal               | - | 1,5 milhão  |
| Assistência Financeira a Trabalhadores Desempregados | - | 3,7 milhões |

SALARIOSalário Mínimo em US\$ - 1986

|                |   |     |
|----------------|---|-----|
| Brasil         | = | 58  |
| Chile          | = | 80  |
| Colômbia       | = | 85  |
| Argentina      | = | 130 |
| Espanha        | = | 288 |
| Bélgica        | = | 404 |
| Estados Unidos | = | 536 |
| Itália         | = | 650 |

SÉRIES E ANÁLISES HISTÓRICAS

1420 1-1-1

1-1-1

---

CONJUNTURA MACROECONÔMICA

---

Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico-CPM



## CONJUNTURA MACROECONOMICA

### 1. Conjuntura Internacional

Até agosto deste ano, a Bolsa de Valores de Nova York vinha experimentando uma alta sustentada de dois anos. Esta alta decorria, por um lado, de taxas de juro baixas "vis-à-vis" ao rendimento das ações e, por outro lado, de uma contínua desvalorização do dólar que tornava atraente as aplicações de estrangeiros nos EUA.

Em fevereiro deste ano, com o acordo de Louvre, iniciou-se o retorno a um regime de maior estabilidade cambial. Para garantir esta estabilidade, o governo americano começou a reduzir a taxa de expansão monetária nos EUA, dando início a uma elevação gradual na taxa de juros.

Paralelamente, os bancos centrais dos demais países envolvidos no acordo de Louvre passaram a intervir no mercado de câmbio para sustentar o dólar e, como resultado, acumularam reservas substanciais em moeda americana. Isso garantia liquidez à economia internacional e, em especial, à economia americana.

Embora isso assegurasse condições para continuar financiando os déficits comercial e fiscal americano, estes recursos não seriam mais canalizados prioritariamente para a bolsa de valores. A elevação na taxa de juros induzia os investidores a deslocarem suas aplicações das bolsas para títulos do governo.

Este movimento teria se acentuado com a decisão dos bancos centrais da Alemanha e do Japão, anunciada na semana anterior ao "crash", de elevar as suas taxas de redescontos. A percepção dos investidores era que a taxa de juros nos EUA teria que subir ainda mais, acelerando o processo de redução de aplicações na bolsa. Este movimento feito de forma abrupta causou o "crash" da segunda-feira dia 19 de outubro.

A ação rápida dos bancos centrais dos países desenvolvidos, no sentido de assegurar liquidez ao sistema financeiro, conseguiu evitar que esta tendência se acentuasse: houve uma redução da taxa de juros e o dólar voltou a se desvalorizar. Mesmo assim, os investidores continuam dispostos a sair do mercado de ações e se dirigir para aplicações mais seguras, uma vez que o cenário projetado para os próximos meses é uma redução do crescimento da economia mundial e uma elevação na taxa de juros no mercado financeiro internacional.

Se forem confirmadas estas projeções há duas implicações para a economia brasileira. Primeiro, uma redução na nossa capacidade de exportar em decorrência da desaceleração da economia mundial. Segundo, uma elevação nos encargos com a dívida externa a partir de meados do ano que vem, em consequência do aumento na taxa de juros.

## 2. Política Cambial e Balanço de Pagamentos

### 2.1. Evolução da Política Cambial e da Competitividade Externa

No período janeiro-setembro deste ano, a taxa de câmbio média cruzado/dólar registrou uma folga cambial de 3,4%, (desconsiderando a variação dos preços externos), quando comparada com a inflação interna (IPC do IBGE). Entretanto, avaliando-se esta relação com base no Índice de Preços por Atacado (IPA-DI da FGV) para o mesmo período, verificou-se que a correção cambial média ficou 2,0% aquém da inflação interna. Para os doze meses terminados em setembro último essa defasagem atinge 7,7% (Ver Tabela 1).

No que se refere à taxa de câmbio efetiva real - que mede a evolução dos custos na indústria dos nossos principais parceiros comerciais relativamente à evolução dos custos na indústria local - houve uma desvalorização de apenas 0,5% em setembro. Quando comparado com março de 1986 registra-se uma folga cambial de 8,8%, e de 16%, quando a base é a média dos índices mensais de 1985 (Tabela 2). A recuperação gradual, porém sustentada, do câmbio efetivo real tem implicado aumento de competitividade dos produtos brasileiros na Comunidade Econômica Européia. Isso vem se refletindo na sustentação do aumento de participação dos países da CEE nas exportações brasileiras (em torno de 27%), superando inclusive os Estados Unidos que tiveram sua participação reduzida de 27% em 1986 para 25,9% no primeiro semestre deste ano.

Para os produtos manufaturados a desvalorização efetiva real foi ainda mais acentuada em setembro (3,9%), com folgas de 7,9% em relação a março de 1986 e de 16,4% em relação à média dos índices mensais de 1985 (Tabela 2). A semelhança do que ocorre com o total das exportações, a desvalorização de setembro é explicada sobretudo pela depreciação do dólar vis-à-vis demais moedas fortes, visto que os preços externos no atacado dos nossos parceiros desenvolvidos pouco variaram e que a correção do câmbio médio cruzado/dólar foi inferior à variação dos preços internos no atacado.

No que tange à relação câmbio/salário, que vinha apresentando uma tendência declinante ao longo do primeiro semestre deste ano, verifica-se uma melhora acentuada no bimestre agosto-setembro (Ver Tabela 3). Essa reversão reflete sobretudo a brusca alteração da política cambial com a aplicação de duas medidas desvalorizações, seguidas de reajustes cambiais de acordo com a inflação doméstica, além da modificação na política salarial a partir da decretação do Novo Plano de Estabilização em junho passado. Considerando que na atual etapa de "Flexibilização" de preços ocorre uma onda de pressões para reposição dos salários reais, pode-se esperar a deterioração da relação câmbio/salário, a menos que se acelerem as medidas desvalorizações diárias ou se aplique uma nova medida desvalorização.

Por fim, registra-se ainda uma melhora dos termos de troca do país com o exterior que representam a evolução no tempo da relação de preços de exportação e importação referida a um período base. Nos sete primeiros meses do corrente ano em relação a idêntico período de 1986, o índice dos termos de troca aumentou 14,1%, resultado de um acréscimo de 7,4% no índice de preço unitário das exportações globais e de uma queda de 5,2% no índice de preço unitário das importações globais (Tabela 4).

## 2.2. Projeções das Contas Externas do Brasil

### 2.2.1. Projeção da Balança Comercial

O superávit da Balança Comercial no mês de setembro atingiu US\$ 1.494 milhões com exportações de US\$ 2.694 milhões e importações de US\$ 1.200 milhões. As exportações cresceram 45,4% em relação ao ano anterior e as importações se reduziram em 8,6% (Tabela 5). O saldo comercial acumulado no período janeiro-setembro alcançou US\$ 7.857 milhões, inferior em 9,4% ao superávit obtido no mesmo período de 1986.

Dentre os fatores responsáveis pela recuperação sustentada das exportações destacam-se a política cambial adotada a partir de maio último; o desaquecimento da demanda interna que induz as empresas a procurarem os mercados externos; a excelente safra agrícola de 1986/87; a melhoria nos preços de diversas "commodities" primárias no mercado internacional com reflexos positivos sobre os termos de troca, e por fim, porém não menos importante, a contínua depreciação do dólar face às principais moedas fortes, responsável pela melhoria de competitividade das exportações brasileiras.

Com a manutenção dessas condições, a meta oficial para o saldo comercial, contida no Plano de Controle Macroeconômico (PCM) e no Plano de Ação Governamental (PAG), está claramente superada e as atuais projeções da CPM/IPLAN apontam para um superávit de US\$ 10,4 bilhões em 1987, cerca de US\$ 1,8 bilhão acima das previsões contidas nos planos oficiais elaborados em meados do corrente ano (Tabela 6). As nossas projeções foram feitas com base nas seguintes hipóteses:

#### Exportações:

i) Produtos Básicos: considerou-se um crescimento de 12,2% para a produção do setor primário e uma variação de 4,6% nos preços externos (em dólares) das exportações de produtos minerais;

ii) Produtos Semimanufaturados: supôs-se um crescimento igual a 9,7% em relação ao ano anterior;

iii) Produtos Manufaturados: considerou-se o crescimento de 0,5% para a produção industrial; a defasagem de 8,5% da taxa de câmbio real do setor (relação câmbio/IPA-PI); constância da taxa de incentivos, e elevação de 10% nos preços externos (em dólares) das exportações. Redução de 3% no nível de utilização da capacidade instalada.

### Importações:

i) Petróleo Bruto, Derivados e Trigo: é projetada uma taxa de crescimento de 2,2% na produção nacional de petróleo e um preço médio do barril de petróleo de US\$ 18.00. As importações de trigo e derivados são projetadas em 10% acima das compras do ano anterior;

ii) Demais Importações: considerou-se uma taxa de crescimento de 4% do PIB real e a constância dos preços externos de importações exclusive trigo e petróleo.

As projeções são apresentadas na Tabela 6.

### **2.2.2. Projeções do Balanço de Pagamentos**

A projeção de um saldo comercial de cerca de US\$ 10,4 bilhões para 1987 determina a possibilidade de diminuição do déficit em transações correntes de US\$ 4,0 bilhões em 1986 para US\$ 1,9 bilhão no corrente ano (contra US\$ 2,5 bilhões projetados no último Boletim Técnico e US\$ 3,7 bilhões previstos no Plano de Controle Macroeconômico).

Na medida em que sejam, por outro lado, "rolados" US\$ 11,1 bilhões do total de amortizações devidas no ano, e capitalizados cerca de US\$ 4,3 bilhões de juros devidos a bancos comerciais, tem-se que o saldo da Balança de Capitais poderá ser de cerca de US\$ 2,3 bilhões em 1987, mantida a anterior previsão de um total de US\$ 2,3 bilhões em financiamentos (Tabela 7). Com esse saldo de capitais, o Balanço de Pagamentos poderá fechar o ano com um superávit global de US\$ 344 milhões o qual, adicionado a um aumento de US\$ 400 milhões de obrigações de curto prazo, não é, contudo, suficiente para cobrir a amortização de US\$ 1,1 bilhão devida ao FMI, motivando, então, uma redução de US\$ 26 milhões nas reservas internacionais (conceito de liquidez) (Tabela 8).

Com base nas projeções acima estima-se que a dívida externa total do País poderá elevar-se de US\$ 110,4 bilhões para 112,3 bilhões (Tabela 9), enquanto a dívida externa líquida ascenderá a US\$ 105,6 bilhões (contra US\$ 103,7 bilhões em 1986) correspondendo a uma entrada de US\$ 1,9 bilhão de dinheiro novo (desconsideradas variações da dívida externa por conta de oscilações cambiais).

Finalmente, há a considerar que, dependendo do resultado das negociações em curso com os bancos comerciais estrangeiros, existe a possibilidade de que o Brasil suspenda a moratória, pagando, de juros da dívida externa, algo em torno de US\$ 1,0 bilhão até o final do ano. Contudo, tendo em vista que esse pagamento ocorreria no sentido de evitar o rebaixamento da classificação da dívida externa brasileira junto aos bancos comerciais, há a considerar também a possibilidade de que tal pagamento seria acompanhado de um empréstimo externo no mínimo a ele equivalente, não produzindo assim alterações nas atuais projeções para o resultado do Balanço de Pagamentos em 1987.

### 3. Produto

O panorama econômico de 1987 está caracterizado por uma desaceleração nas taxas de crescimento do produto e do emprego. Estima-se que o produto interno bruto deverá crescer a uma taxa aproximada de 4%, bastante inferior aos 8,3% e 8,2% registrados durante 1985 e 1986 respectivamente (Tabela 10). Tomando a ótica setorial do produto, tal comportamento é fundamentado pela sensível queda do setor secundário, principalmente das indústrias de transformação e da construção civil, e pela retração do setor terciário, influenciado em grande parte pelo fraco desempenho do comércio e dos intermediários financeiros.

Com efeito, apesar do excepcional desempenho do setor primário, devido basicamente ao crescimento extraordinário das lavouras, o produto interno bruto deverá ser fortemente afetado por um crescimento estimado de apenas 0,5% da indústria de transformação, que é extremamente reduzido quando comparado com as taxas de 8,3% e 11,3% alcançadas em 1985 e 1986 respectivamente. Igualmente, a construção civil encontra-se praticamente estagnada em razão da expressiva retração dos investimentos nessa área.

O crescimento do setor terciário está sendo bastante influenciado pela sensível queda do comércio, que deve estar associada à redução do consumo, e pela desaceleração do crescimento do subsetor intermediários financeiros provocada pela redução das transações bancárias que se observa ante a queda do ritmo de atividade econômica.

Examinando-se a ótica da demanda agregada encontram-se razões importantes para explicar a queda do nível de atividade econômica. Especificamente, a redução do consumo deve ser atribuída em grande parte à diminuição da massa salarial como resultado, tanto da queda da taxa de salário real como do nível de emprego. É de se anotar, que a redução do salário real está associada principalmente à aceleração inflacionária, não considerada devidamente pela política salarial, e que a diminuição do emprego se deve primordialmente aos menores investimentos tanto privados como públicos.

Dada a reduzida capacidade de gasto agregado que se observa atualmente na economia é de se esperar que as maiores pressões sobre os preços estejam localizadas exatamente do lado dos custos e das margens brutas de lucro dos setores oligopolizados.

### 4. Preços

Em outubro, a taxa de inflação oficial, medida pela variação do IPC, alcançou 9,18%, contra 5,68% em setembro e 6,36% em agosto (Tabela 11). O IPC de outubro foi apurado com base nos preços coletados entre o início da segunda quinzena de setembro e o término

da primeira quinzena do mês (15.09 a 15.10). Com a taxa de outubro, a inflação acumulada nos quatro primeiros meses após a edição do Plano Bresser alcançou 26,46% (média mensal de 6,0%). Esse número se compara favoravelmente com a inflação verificada nos seis primeiros meses do ano (186,1% ou 19,1% de taxa média mensal).

Das dez regiões metropolitanas que entram no cálculo do IPC cinco apresentaram, em outubro, taxas de aumento de preços superiores à média nacional (9,18%) e cinco, taxas inferiores a esse percentual. Dessas regiões, Fortaleza e Salvador apresentaram as maiores taxas (10,18% e 10,07%, respectivamente), enquanto que Brasília apresentou a menor taxa (7,81%). Em São Paulo e no Rio de Janeiro, as taxas foram de 9,71% e 8,76%, respectivamente (Tabela 12).

Por grupo de produtos, o que mais pressionou o índice foram as altas dos grupos Vestuário (17,29%), Habitação (13,56%) e Transportes e Comunicações (13,47%). Em relação aos demais grupos, destaca-se o comportamento da Alimentação (grupo que possui uma ponderação de 44,6% no índice), que subiu apenas 6,13%.

O item que mais contribuiu para pressionar a inflação de outubro foi o aluguel que subiu nada menos que 44,4%, contribuindo isoladamente para uma inflação de 1,29% em outubro (14,1% da alta de preços registrada). Outro reajuste com grande peso foi o dos ônibus urbanos, cujas tarifas se elevaram em média 13,67% nas regiões metropolitanas pesquisadas, com um impacto de 0,74% na taxa do mês. Outros preços que também contribuíram fortemente para a taxa de outubro foram os da refeição em restaurantes, arroz polido, automóveis usados e calças masculinas.

Com relação aos demais índices de preços, vale fazer um comentário a respeito dos índices de FGV e da FIPE. Todos os índices dessas duas instituições apresentaram, em outubro, uma elevação bastante significativa em relação ao mês anterior (Tabela 11). A variação do IGP-DI atingiu 11,15%, taxa bastante superior aos 8,02% registrado em setembro. O IPA-DI liderou a alta (11,68%), enquanto o IPC-RJ e o índice de custo da construção subiram 10,57% e 10,10%, respectivamente. Quanto ao IPC-SP, elaborado pela FIPE, prevê-se que sua variação tenha alcançado 10% contra 6,73% em setembro.

Cabe assinalar também que se estima que o INPC em outubro teve alta de 11 a 12%, variação superior ao do IPC oficial (9,18%), o que indica que as pressões inflacionárias na segunda quinzena de outubro aumentaram. Isso é devido ao fato de que a única diferença entre o IPC oficial e o INPC é o período de coleta de preços. Enquanto o primeiro reflete os preços coletados entre o dia 16 do mês anterior e o dia 15 do mês de referência, a taxa do INPC corresponde aos preços coletados no mês calendário (de 1 a 30). Assim, a taxa de outubro do INPC mostra o comportamento das duas primeiras semanas do IPC de novembro. Nesse mês estimativas preliminares apontam uma inflação oficial em torno de 12%.

## 5. Salários e Emprego na Indústria

O desaquecimento da indústria nos últimos meses se refletiu negativamente sobre o nível do emprego e do salário industrial. Estatísticas da FIESP indicam uma queda considerável do nível de salário real desde janeiro do corrente ano, queda essa devida principalmente ao recrudescimento da inflação a partir do final do ano passado. Esses dados mostram que, nos oito primeiros meses do corrente ano, em média o nível de salário real é 6,7% menor do que o observado em igual período do ano passado (Tabela 13).

Quanto aos dados de emprego industrial, os últimos dados da FIESP, relativos a setembro, mostram que houve nesse mês uma estabilização do seu nível (0,06% de aumento em relação ao mês anterior), depois de ter caído 0,39% em agosto e 1,95% em julho. No entanto, a taxa acumulada no ano até setembro indica uma queda de 2,5%, o que significa que aproximadamente 52 mil empregos foram cortados no corrente ano na indústria paulista.

## 6. A Execução Financeira do Tesouro Nacional

A arrecadação da Receita Federal entre janeiro e setembro de 1987 atingiu o montante de Cz\$ 671,1 bilhões (Tabela 14), o que representou um decréscimo real de 6,0% em relação a idêntico período do ano anterior. A tendência declinante, que já vinha se manifestando nos últimos meses, como resultado da desaceleração do ritmo de crescimento da economia, foi acentuada pelo desempenho da receita fiscal em setembro, que apresentou um decréscimo de 14,8% sobre o mesmo mês de 1986.

O principal componente da receita fiscal, a receita tributária, declinou 8,8%, no período janeiro-setembro, quando comparado com igual período de 1986. Esse decréscimo pode ser explicado pelo desempenho negativo de quase todos os tributos, excetuando-se o Imposto sobre Produtos Industrializados-IPi e o Imposto único sobre Lubrificantes e Combustíveis-IULC.

O principal tributo, o Imposto de Renda, apresentou um decréscimo real de sua arrecadação, no período janeiro-setembro de 1987 sobre igual período de 1986, da ordem de 14,7%. Isto resultou da queda real da arrecadação do IR-Fonte e, em menor proporção, do IR-Pessoa Jurídica, apesar do significativo incremento do IR-Física.

O comportamento do IR-Fonte decorreu da queda na retenção sobre rendimento do capital - em função da isenção sobre a maior parte dos títulos que lastreiam as operações de overnight e da retração do mercado de títulos com correção pré-fixada - e sobre remessas para o exterior, como resultado da moratória. A arrecadação das retenções sobre rendimentos do trabalho, ao contrário, vem apresentando variação positiva, decorrente do hiato entre os índices de correção da tabela de fonte e os índices médios de reajuste salarial.

O IR-Pessoa Jurídica inverteu sua tendência ascendente, em função do comportamento da arrecadação de setembro. A acentuada queda ocorrida nesse mês nesta rubrica deveu-se à substituição do regime de semestralidade na apresentação da declaração pelo regime de anualidade. Essa modificação deverá provocar um hiato entre a arrecadação efetiva e a prevista, em decorrência da opção concedida ao contribuinte para escolher entre o balanço de dezembro de 1986 e o de junho de 1987, como base para o cálculo das antecipações. Além disso, o contribuinte foi beneficiado pela possibilidade de compensar, parcialmente, no pagamento das antecipações, o imposto retido na fonte decorrente de aplicações financeiras.

O crescimento do IR-Pessoa Física apresentou um crescimento real em virtude do aumento real de renda ocorrido em 1986 (ano-base para apuração do imposto de renda que está sendo pago em 1987) e da menor retenção na fonte em 1986. Adicionalmente, deve-se lembrar que poucos contribuintes optaram pela alternativa de compensar até 70 OTN do saldo de sua restituição do exercício de 1986 no imposto a pagar do corrente ano.

O IPI cresceu 5,3% no período janeiro-setembro de 1987, sobre igual período de 1986. Esse resultado decorre do desempenho favorável tanto do IPI-Fumo como do IPI-Outros. No caso do IPI-Fumo, esse comportamento resulta, segundo informações da Secretaria da Receita Federal (1), tanto da recomposição dos preços dos cigarros efetivada em dezembro/86, abril/87 e junho/87, como da elevação do valor tributável médio a partir de dezembro/86, em que pese a retração nas saídas de cigarros ocorrida nos meses de junho e agosto de 1987. No caso do IPI-Outros, o acréscimo decorreu do incremento real do produto da indústria de transformação no período gerador (considerando uma defasagem média de dois meses entre o fato gerador e o recolhimento do tributo) e do aumento das alíquotas de bebidas e de veículos (a redução de alíquotas dos veículos, ocorrida em agosto, só começa a se refletir na arrecadação de setembro). Deve-se ter em conta, entretanto, que o crescimento da arrecadação do IPI-Outros vem se desacelerando a cada mês, como resultado do desaquecimento da indústria de transformação.

---

(1) Divisão de Programação, Coordenação do Sistema de Arrecadação/SRF.

O decréscimo da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras-IOF (-7,3%) no período janeiro-setembro de 1987, sobre igual período do ano anterior, reflete a queda das importações, relativamente ao IOF incidente sobre o fechamento de câmbio, e o desaquecimento da demanda por crédito. Nesse mesmo período, o Imposto sobre Importações-II, o Imposto sobre Energia Elétrica-IUEE, o Imposto sobre Minerais-IUM e o Imposto sobre Exportação-IE decresceram, respectivamente, 23,2%, 30,8%, 33,1% e 34,1%. As principais razões para esse desempenho foram a queda das importações sujeitas ao imposto (II), a defasagem da tarifa fiscal da energia elétrica (IUEE), a defasagem do valor tributável das principais substâncias minerais (IUM) e a isenção do café, sobre o qual, a partir de novembro de 1986, passou a incidir a cota de contribuição (IE).

As demais receitas cresceram 2,2%, no período janeiro-setembro, quando comparado com igual período de 1986. Esse desempenho decorreu do acréscimo da rubrica receitas diversas (+59,3%), na medida em que os itens que, isoladamente, são mais significativos apresentaram decréscimos reais: FINSOCIAL (-9,0%); PIN e PROTERRA (-26,2%); Contrib. Salário-Educação (-12,8%); e Serv. Comerc. Prod. Agropecuários (-32,1%).

No caso das receitas diversas, grande parte desse crescimento decorre da reintrodução, a partir de novembro de 1986, da cota de contribuição sobre o café, em substituição ao Imposto de Exportação, e da alienação de ações da Eletrobrás, em operação triangular com o FND.

Em relação às despesas efetivamente realizadas, o que se observa é uma redução real de 6,3% na execução de janeiro a setembro comparativamente ao mesmo período de 1986, apesar de que, quando considerado apenas o mês de setembro, a queda tenha sido virtualmente nula (-0,1%).

Os fatores determinantes deste comportamento encontram-se em parte no próprio desempenho das receitas dos impostos que compõem os Fundos de Participação dos Estados e Municípios. De fato, os recursos liberados sob esta rubrica apresentam uma queda real de 12,0% e 16,1% no mês de setembro e no acumulado do ano, respectivamente, evolução esta provocada pela menor arrecadação do Imposto de Renda, conforme já mencionado anteriormente.

Ademais, as despesas com os Projetos e Atividades sob Tratamento Financeiro Específico (PROFIE), apesar do crescimento real de 4,6% em setembro, ainda apresentam um decréscimo real de 45,1% nos nove primeiros meses de 1987 relativamente ao ano passado. Uma vez que não houve modificações de relevo na estrutura das despesas que compõem esta rubrica é de se esperar que, a exemplo do ocorrido em 1986, o Tesouro Nacional transfira a regularização dos desembolsos para o mês de dezembro, quando então deverão ser lançados os títulos da dívida pública previstos na 2a. Lei de Excesso para a cobertura destes gastos.

Entre as despesas que apresentam crescimento real, o item "Pessoal e Encargos Sociais" acusou uma taxa positiva de 2,8% no período janeiro-setembro de 1987 relativamente ao mesmo período de 1986, sendo que em setembro houve uma variação negativa comparativamente a idêntico mês do ano passado (-1,4%). É de se esperar, no entanto, que os aumentos recentemente concedidos ao funcionalismo - escalonado por faixa de salário para os servidores civis e linear para os militares - venham a pressionar fortemente este item de despesa até o final do ano, juntamente com o 13º salário dos servidores estatutários, que por ter sido pago somente a partir de janeiro deste ano, torna a base de comparação (1986) artificialmente baixa.

Por seu turno, o serviço da dívida pública apresenta um aumento real significativo em setembro (+27,3%). Ainda que no decorrer do ano (período janeiro-setembro) este aumento tenha sido menor (+9,9%), a evolução desta rubrica é preocupante, à medida em que um dos componentes da redução pretendida do déficit público para 3,5% do PIB prevista no Plano de Controle Macroeconômico é justamente o menor volume de despesas com encargos financeiros, o que, ao que tudo indica, não está ocorrendo.

Não obstante o fato da execução de caixa não espelhar literalmente o real estado das finanças públicas e que há outros componentes importantes do déficit global do setor público não considerados aqui, a evolução presentemente observada da receita e de alguns itens de despesa do Tesouro evidencia certa dificuldade do governo para atingir a meta oficial de 3,5% do PIB mencionada nos Planos PCM e PAG. Há que se considerar, portanto, as reais implicações advindas do não cumprimento deste limite para os demais instrumentos de política econômica, a fim de adequá-los aos objetivos de estabilização.

## 7. Política Monetária

Ao término de setembro, o saldo dos meios de pagamento (M1) alcançou Cz\$ 624,0 bilhões, revelando uma expansão de 10,6% em relação ao final de agosto e de 65,8% nos últimos doze meses (Tabela 15). Medidos pela média dos saldos diários, os meios de pagamento mostraram uma taxa de expansão em doze meses de 58,4%, mantendo, praticamente, o mesmo patamar observado em agosto. Já a variação mensal dos saldos médios situou-se em 7,9%, nível este bem inferior aos 12,7% registrados no mês anterior.

O saldo da base monetária, em termos médios, apresentou um incremento de 16,1% no mês de setembro, de 66,7% no ano e de 87,7% nos últimos doze meses (Tabela 17). Considerando as posições de final de período, os acréscimos foram, respectivamente, de 19,8%, 81,6% e 116,8%.

Muito embora a taxa de expansão mensal em setembro tenha se situado acima do esperado, há que se notar que tanto a taxa de expansão no ano como a acumulada nos últimos doze meses ainda se situam em níveis bem inferiores às das taxas da inflação oficial naqueles períodos (231,4% e 274,1%, respectivamente). Ou seja, a se basear na evolução da base monetária, não se tem registrado ao longo deste ano o fenômeno da remonetização da economia.

Do balanceamento das operações administradas pelas Autoridades Monetárias, no mês de setembro, resultou um crescimento de Cz\$ 53,6 bilhões no saldo da base monetária.

Dentre os diversos fatores que contribuíram para esta expansão destacaram-se as operações do setor externo (Cz\$ 36,3 bilhões), os suprimentos ao Banco do Brasil, que totalizaram Cz\$ 11,8 bilhões, os saques efetuados nos compulsórios sobre depósitos a prazo (Cz\$ 16,4 bilhões) e a aquisição pelo Banco Central de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (US\$ 15,0 bilhões) - Ver Tabela 18.

Adicionalmente, a execução financeira do Tesouro Nacional provocou, em setembro, um impacto expansionista de Cz\$ 18,8 bilhões, aumentando para Cz\$ 22,6 bilhões o impacto líquido acumulado no ano.

Do lado contracionista, o maior destaque coube aos depósitos voluntários vinculados ao SBPE, que acusaram captação de Cz\$ 25,9 bilhões, valendo mencionar, também, as operações com títulos públicos federais que proporcionaram uma captação líquida de Cz\$ 10,2 bilhões, decorrente de colocações de Cz\$ 10,7 bilhões junto ao mercado e de resgate de Cz\$ 0,5 bilhão junto ao extra-mercado.

Também contribuíram para reduzir as pressões expansionistas sobre a base monetária o aumento dos recursos próprios do Banco Central (Cz\$ 6,0 bilhões), os recursos oriundos do empréstimo compulsório - DL 2.288/86 (Cz\$ 3,1 bilhões), e os encargos sobre viagens e vendas de moedas estrangeiras (Cz\$ 0,7 bilhão).

Em que pese a relativamente pequena variação registrada tanto pela base monetária como pelos meios de pagamento no corrente ano - principalmente quando comparada com a taxa acumulada de inflação - deve-se atentar para o fato de que tal evolução só foi possível porque as autoridades monetárias puderam, até agora, contar com diversos mecanismos de captação de recursos não-monetários. Tal é o caso, por exemplo, do compulsório sobre os depósitos a prazo e dos depósitos voluntários vinculados ao SBPE que, tomados em conjunto, propiciaram uma captação líquida de Cz\$ 161,9 bilhões, no período janeiro-setembro/87.

Observe-se que os depósitos voluntários do SBPE junto à autoridade monetária são altamente sensíveis à variação da taxa de remuneração paga pelo Banco Central. Em agosto, por exemplo, verificou-se um saque de Cz\$ 50 bilhões naqueles depósitos, explicado em grande parte pela queda de 8 para 7% na taxa de remuneração. Já em setembro, com a nova elevação daquela taxa, os depósitos voluntários do SBPE voltaram a se elevar em Cz\$ 25,9 bilhões. Em contrapartida, no entanto, a conta de compulsórios sobre depósito a prazo registrou, em setembro, saques da ordem de Cz\$ 16,4 bilhões.

Ou seja, estes fatores, que até agora se constituíram em fontes de recursos não-monetários, podem se transformar, a qualquer momento, em fatores de expansão da base monetária. Resulta, daí, a constatação da existência de um potencial muito elevado para a expansão monetária nos próximos meses. Reforçando esta conclusão, vale registrar o pedido de autorização para uma emissão adicional de moeda da ordem de Cz\$ 95,0 bilhões, enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional. Aprovada, esta emissão poderá ainda elevar ("ceteris paribus") o saldo da base monetária em pelo menos este valor.

Finalmente, vale atentar para o fato de que a base monetária apresentou, ao longo do 1º semestre deste ano, taxas mensais de expansão mínimas ou até negativas, registrando em junho uma redução de 4,9% em relação ao saldo do final de dezembro/86. Já nos meses mais recentes de julho-agosto-setembro, registraram-se taxas de expansão mensal de 28,8%, 23,9% e 19,8% respectivamente, elevando a expansão acumulada do ano para 81,6%.

Por trás deste fenômeno certamente está a preocupação das autoridades monetárias de elevar os níveis de liquidez da economia que, por se encontrarem em níveis bastante baixos, vinham concorrendo para a desaceleração do ritmo da atividade econômica.

Vista deste ângulo, a opção por esta estratégia faz sentido. A ressalva que se poderia fazer, no caso, seria a questão da prioridade dada ao controle inflacionário. Com as crescentes pressões inflacionárias, como as que se observam atualmente, uma expansão monetária para evitar a desaceleração da atividade econômica pode ter como contrapartida uma reaceleração do processo inflacionário. Conciliar os dois objetivos conflitantes é uma tarefa que exige engenho e arte da autoridade econômica. Trata-se de um dilema que não tem nada de novo. Recorrentemente, ele sempre se apresenta aos governantes.

TABELA 1

DESVALORIZACAO CAMBIAL E VARIACAO DOS INDICES DE  
PRECO AO CONSUMIDOR E POR ATACADO

| PERIODO<br>DO<br>MES/ANO          | TAXA DE CAMBIO<br>MEDIA CZ\$/US\$<br>% (I) | INDICE DE PRECOS<br>AO CONSUM. (IPC)<br>IPA-DI % (II) | INDICE DE PRECOS<br>POR ATACADO<br>IPA-DI % (III) | DESVALORIZACAO REAL TX. DE CAMBIO<br>RELACAO AO IPC<br>REL. AD IPA-DI |
|-----------------------------------|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| 1987                              |                                            |                                                       |                                                   |                                                                       |
| Janeiro                           | 7.91                                       | 16.82                                                 | 10.50                                             | -7.63                                                                 |
| Fevereiro                         | 15.55                                      | 13.94                                                 | 10.40                                             | -1.41                                                                 |
| Marco                             | 15.82                                      | 14.40                                                 | 14.10                                             | 1.24                                                                  |
| Abril                             | 12.86                                      | 20.96                                                 | 21.00                                             | -6.70                                                                 |
| Maior                             | 29.83                                      | 23.21                                                 | 30.70                                             | 5.45                                                                  |
| Junho                             | 28.13                                      | 26.06                                                 | 26.30                                             | 1.64                                                                  |
| Julho                             | 13.93                                      | 3.05                                                  | 9.89                                              | 10.56                                                                 |
| Agosto                            | 4.89                                       | 6.36                                                  | 3.72                                              | -1.38                                                                 |
| Setembro                          | 5.79                                       | 5.68                                                  | 7.50                                              | 0.10                                                                  |
| Acumulado no<br>ano de 1987       | 242.8                                      | 231.4                                                 | 249.9                                             | 3.40                                                                  |
| Acumulado nos<br>ultimos 12 meses | 260.9                                      | 267.1                                                 | 290.9                                             | -1.68                                                                 |

Fonte: BACEN e IBGE

Elaboracao CPM/IPLAN/IPEA.

TABELA 2  
 INDICES DA TAXA DE CAMBIO EFETIVA/REAL GERAL E PARA MANUFATURADOS  
 Base: Março/86 = 100

| PERIODOS | INDICE DA<br>TAXA DE CAMBIO<br>EFETIVA REAL 1/<br>(GERAL) | VARIACAO<br>NO<br>MES | VARIACAO NOS<br>ULTIMOS 12<br>MESES | INDICE DA<br>TAXA DE CAMBIO<br>EFETIVA REAL<br>MANUFATURADOS 2/ | VARIACAO<br>NO<br>MES | VARIACAO NOS<br>ULTIMOS 12<br>MESES |
|----------|-----------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------|
| 85/Jan   | 83.60                                                     | -                     | -                                   | 83.93                                                           | -                     | -                                   |
| Fev      | 84.65                                                     | -                     | -                                   | 84.16                                                           | -                     | -                                   |
| Mar      | 82.78                                                     | -                     | -                                   | 81.04                                                           | -                     | -                                   |
| Abr      | 90.44                                                     | -                     | -                                   | 88.11                                                           | -                     | -                                   |
| Mai      | 94.39                                                     | -                     | -                                   | 93.76                                                           | -                     | -                                   |
| Jun      | 97.61                                                     | -                     | -                                   | 97.89                                                           | -                     | -                                   |
| Jul      | 100.38                                                    | -                     | -                                   | 99.96                                                           | -                     | -                                   |
| Ago      | 96.11                                                     | -                     | -                                   | 96.43                                                           | -                     | -                                   |
| Set      | 97.65                                                     | -                     | -                                   | 97.10                                                           | -                     | -                                   |
| Out      | 101.85                                                    | -                     | -                                   | 98.25                                                           | -                     | -                                   |
| Nov      | 98.14                                                     | -                     | -                                   | 96.35                                                           | -                     | -                                   |
| Dez      | 98.08                                                     | -                     | -                                   | 96.17                                                           | -                     | -                                   |
| Media    | 93.81                                                     | -                     | -                                   | 92.68                                                           | -                     | -                                   |
| 86/Jan   | 95.18                                                     | 2.9                   | 13.9                                | 94.60                                                           | -1.6                  | 13.                                 |
| Fev      | 96.74                                                     | 1.6                   | 14.3                                | 97.55                                                           | 3.2                   | 15.                                 |
| Mar      | 100.00                                                    | 3.4                   | 20.8                                | 100.00                                                          | 2.5                   | 23.                                 |
| Abr      | 101.51                                                    | 1.5                   | 12.2                                | 101.20                                                          | 1.2                   | 14.                                 |
| Mai      | 103.14                                                    | 1.6                   | 9.3                                 | 102.51                                                          | 1.3                   | 9.                                  |
| Jun      | 102.71                                                    | -0.4                  | 5.2                                 | 101.74                                                          | -0.8                  | 3.                                  |
| Jul      | 103.93                                                    | 1.2                   | 3.6                                 | 102.75                                                          | 0.9                   | 2.                                  |
| Ago      | 104.41                                                    | 0.5                   | 8.6                                 | 103.26                                                          | 0.5                   | 7.                                  |
| Set      | 104.45                                                    | 0.0                   | 7.0                                 | 103.43                                                          | 0.2                   | 6.                                  |
| Out      | 104.75                                                    | 0.3                   | 2.8                                 | 104.35                                                          | 0.9                   | 6.                                  |
| Nov      | 102.59                                                    | -2.1                  | 4.5                                 | 102.85                                                          | -1.4                  | 6.                                  |
| Dez      | 99.05                                                     | -3.4                  | -1.6                                | 98.69                                                           | -3.9                  | 2.                                  |
| Media    | 101.54                                                    |                       | 6.2                                 | 101.09                                                          |                       | 9.                                  |
| 87/Jan   | 100.00                                                    | 1.0                   | 5.1                                 | 101.99                                                          | 3.1                   | 7.                                  |
| Fev      | 105.98                                                    | 5.9                   | 9.5                                 | 105.62                                                          | 3.5                   | 8.                                  |
| Mar      | 107.67                                                    | 1.7                   | 7.8                                 | 104.19                                                          | -1.3                  | 4.                                  |
| Abr      | 103.01                                                    | -4.3                  | 1.6                                 | 96.43                                                           | -7.4                  | -4.                                 |
| Mai      | 103.26                                                    | 0.2                   | 0.6                                 | 95.69                                                           | -0.6                  | -6.                                 |
| Jun      | 103.92                                                    | 0.6                   | 1.2                                 | 96.13                                                           | 0.2                   | -5.                                 |
| Jul*     | 106.78                                                    | 2.8                   | 2.7                                 | 100.40                                                          | 4.4                   | -2.                                 |
| Ago*     | 106.22                                                    | 1.3                   | 3.6                                 | 103.79                                                          | 3.4                   | 0.                                  |
| Set*     | 108.84                                                    | 0.5                   | 4.2                                 | 107.93                                                          | 3.9                   | 4.                                  |

Fontes dos dados brutos: CACEX, FGV, BCB.

Elaboracao: CPN/IPLAN/IPEA

(\*) Preliminar

1/ Ponderada pela participacao dos sete principais parceiros desenvolvidos na corrente de comercio do Brasil no periodo 1980-85. Parceiros: EUA, Japao, Alemanha Ocidental, Franca, Italia, Holanda e Reino Unido.

2/ Ponderada pela participacao dos sete principais parceiros desenvolvidos na corrente de comercio de produtos manufaturados do Brasil no periodo 1980-85.

TABELA 3  
RELACAO CAMBIO/SALARIO INDUSTRIAL NA INDUSTRIA PAULISTA  
Base: marco/86= 100

| PERIODOS | Indice da      | Variacao | Variacao      | Indice do     | Variacao | Variacao      | RELACAO CAMBIO/    | Variacao | Variacao      |
|----------|----------------|----------|---------------|---------------|----------|---------------|--------------------|----------|---------------|
|          | Taxa de Cambio |          | Acumulada nos | Salario Medio |          | Acumulada nos | SALARIO INDUSTRIAL |          | Acumulada nos |
|          | Nominal        |          | Ultimos 12    | Nominal 1/    |          | Ultimos 12    | -----              |          | Ultimos 12    |
|          | (Cesta)        | Mensal   | Meses         | (FIESP)       | Mensal   | Meses         | Cz\$/Cesta         | Mensal   | Meses         |
| 85/Jan   | 20.78          | -        | -             | 20.03         | -        | -             | 103.72             | -        | -             |
| Fev      | 22.86          | -        | -             | 21.82         | -        | -             | 104.85             | -        | -             |
| Mar      | 25.29          | -        | -             | 22.65         | -        | -             | 111.64             | -        | -             |
| Abr      | 29.48          | -        | -             | 26.80         | -        | -             | 109.99             | -        | -             |
| Mai      | 32.62          | -        | -             | 32.39         | -        | -             | 100.72             | -        | -             |
| Jun      | 36.06          | -        | -             | 34.80         | -        | -             | 103.63             | -        | -             |
| Jul      | 39.88          | -        | -             | 38.53         | -        | -             | 103.49             | -        | -             |
| Ago      | 43.68          | -        | -             | 41.24         | -        | -             | 105.92             | -        | -             |
| Set      | 48.26          | -        | -             | 42.00         | -        | -             | 114.90             | -        | -             |
| Out      | 54.68          | -        | -             | 50.06         | -        | -             | 109.64             | -        | -             |
| Nov      | 60.73          | -        | -             | 61.20         | -        | -             | 99.23              | -        | -             |
| Dez      | 68.04          | -        | -             | 64.55         | -        | -             | 105.35             | -        | -             |
| 86/Jan   | 78.39          | 15.3     | 277.2         | 77.62         | 20.2     | 287.5         | 100.99             | -4.1     | -2.6          |
| Fev      | 92.65          | 18.2     | 309.9         | 89.24         | 15.0     | 309.0         | 103.82             | 2.8      | -1.0          |
| Mar      | 102.04         | 7.9      | 295.4         | 100.00        | 12.1     | 341.5         | 100.00             | -3.7     | -10.4         |
| Abr      | 99.93          | -4.1     | 239.0         | 96.85         | -3.1     | 261.4         | 103.19             | 3.2      | -6.2          |
| Mai      | 101.33         | 1.4      | 210.6         | 95.35         | -1.5     | 194.4         | 106.27             | 3.0      | 5.5           |
| Jun      | 101.09         | -0.2     | 204.3         | 96.55         | 1.2      | 177.4         | 104.71             | -1.5     | 1.0           |
| Jul      | 103.18         | 2.1      | 158.7         | 96.32         | -0.2     | 149.9         | 107.12             | 2.3      | 3.5           |
| Ago      | 105.04         | 1.8      | 124.9         | 98.24         | 2.0      | 135.2         | 106.88             | -0.2     | 0.9           |
| Set      | 105.27         | 0.2      | 118.1         | 100.46        | 2.3      | 139.2         | 104.77             | -2.0     | -8.8          |
| Out      | 106.64         | 1.3      | 93.6          | 103.30        | 2.8      | 106.4         | 103.23             | -1.5     | -5.0          |
| Nov      | 106.65         | 0.0      | 75.6          | 111.42        | 7.9      | 82.1          | 95.72              | -7.3     | -3.5          |
| Dez      | 110.69         | -5.6     | 62.8          | 113.43        | 1.8      | 75.7          | 97.59              | 2.0      | -7.4          |
| 87/Jan   | 123.47         | 11.5     | 57.5          | 125.34        | 10.5     | 61.5          | 98.51              | 0.9      | -2.5          |
| Fev      | 143.76         | 16.2     | 55.2          | 139.30        | 11.1     | 56.1          | 103.20             | 4.8      | -0.6          |
| Mar      | 166.96         | 16.1     | 67.0          | 168.81        | 21.2     | 68.8          | 98.91              | -4.2     | -1.1          |
| Abr      | 191.04         | 14.4     | 91.2          | 195.21        | 18.0     | 105.7         | 95.90              | -3.0     | -7.1          |
| Mai      | 249.94         | 30.8     | 146.7         | 248.39        | 29.7     | 160.5         | 100.50             | 4.8      | -5.4          |
| Jun      | 316.65         | 36.7     | 213.2         | 318.16        | 28.1     | 229.5         | 99.53              | -1.0     | -4.9          |
| Jul      | 338.42         | 6.9      | 227.9         | 310.23        | -2.5     | 222.1         | 109.07             | 9.6      | 1.8           |
| Ago*     | 347.56         | 2.7      | 231.0         | 290.60        | -6.3     | 195.8         | 119.60             | 9.6      | 11.9          |

Fonte: Salario Medio Nominal-FIESP; Taxa de Cambio Nominal Cz\$/Cesta - CPN/IPLAN/IPEA.

1/ O indice de salario medio nominal esta corrigido pelas variacoes de produtividade

media do trabalho. O indice de produtividade foi obtido atraves da relacao entre o indicador de nivel de atividade INA) e o indice de horas trabalhadas na producao (ambos da FIESP).

Elaboracao CPN/IPLAN/IPEA.

\*/Estimativa preliminar da CPN/IPLAN/IPEA.

TABELA 4  
 INDICE DOS TERMOS DE TROCA  
 BASE: MARÇO/86 = 100

| PERIODO | EXPORTACOES GLOBAIS      |                | IMPORTACOES GLOBAIS      |                | TERMOS DE TROCA |       |
|---------|--------------------------|----------------|--------------------------|----------------|-----------------|-------|
|         | VALOR MEDIO (US\$ MIL/£) |                | VALOR MEDIO (US\$ MIL/£) |                | (%)             |       |
|         | MENSAL                   | ACUMULADO      | MENSAL                   | ACUMULADO      |                 |       |
|         | 1/                       | 12 MESES<br>2/ | 3/                       | 12 MESES<br>4/ | 1/3             | 2/4   |
| 85/Jan  | 147.6                    | 186.5          | 313.4                    | 260.2          | 71.7            | 109.4 |
| Fev     | 231.5                    | 190.1          | 259.4                    | 261.2          | 135.9           | 111.1 |
| Mar     | 165.7                    | 187.1          | 262.9                    | 262.8          | 95.9            | 108.7 |
| Abr     | 160.5                    | 189.5          | 241.3                    | 261.6          | 101.3           | 110.6 |
| Mai     | 185.3                    | 188.1          | 263.0                    | 263.7          | 107.3           | 108.9 |
| Jun     | 198.4                    | 189.8          | 261.4                    | 265.3          | 113.9           | 109.3 |
| Jul     | 203.1                    | 190.1          | 304.5                    | 267.3          | 101.6           | 108.7 |
| Ago     | 142.5                    | 182.2          | 291.5                    | 269.1          | 74.4            | 103.4 |
| Set     | 157.3                    | 177.3          | 295.8                    | 273.3          | 80.9            | 99.0  |
| Out     | 177.8                    | 179.1          | 261.7                    | 223.7          | 103.5           | 100.0 |
| Nov     | 177.9                    | 177.7          | 247.9                    | 270.7          | 109.3           | 100.2 |
| Dez     | 194.7                    | 175.2          | 257.4                    | 269.2          | 115.2           | 99.4  |
| Media   |                          |                |                          |                | 109.9           | 105.7 |
| 86/Jan  | 132.3                    | 173.0          | 251.6                    | 264.6          | 80.1            | 99.9  |
| Fev     | 177.0                    | 170.9          | 230.5                    | 261.8          | 117.0           | 99.7  |
| Mar     | 180.8                    | 172.0          | 275.3                    | 262.7          | 100.0           | 100.0 |
| Abr     | 168.9                    | 172.8          | 249.2                    | 263.6          | 103.3           | 100.1 |
| Mai     | 153.5                    | 170.0          | 241.0                    | 262.0          | 96.9            | 99.1  |
| Jun     | 180.2                    | 168.7          | 226.6                    | 259.2          | 121.1           | 99.4  |
| Jul     | 155.8                    | 165.2          | 206.3                    | 250.8          | 115.0           | 100.6 |
| Ago     | 159.0                    | 166.9          | 181.7                    | 240.3          | 133.3           | 106.0 |
| Set     | 169.6                    | 168.0          | 213.2                    | 234.0          | 121.2           | 109.7 |
| Out     | 153.7                    | 166.3          | 237.2                    | 232.0          | 98.7            | 109.4 |
| Nov     | 191.5                    | 166.5          | 243.7                    | 231.8          | 119.7           | 109.7 |
| Dez     | 264.0                    | 167.3          | 257.8                    | 231.8          | 155.9           | 110.2 |
| Media   |                          |                |                          |                | 113.5           | 103.6 |
| 87/Jan  | 159.4                    | 170.7          | 245.1                    | 231.4          | 99.0            | 112.7 |
| Fev     | 158.8                    | 169.3          | 237.2                    | 231.9          | 103.0           | 111.5 |
| Mar     | 208.9                    | 170.4          | 213.5                    | 227.8          | 148.9           | 114.3 |
| Abr     | 197.8                    | 172.5          | 242.5                    | 227.7          | 124.2           | 115.8 |
| Mai     | 181.1                    | 175.9          | 229.1                    | 227.0          | 120.4           | 118.4 |
| Jun     | 166.6                    | 174.3          | 265.1                    | 229.7          | 95.7            | 115.9 |
| Jul     | 181.6                    | 177.5          | 310.3                    | 237.7          | 89.1            | 114.1 |

Fonte: dos dados brutos: FUNCEX.  
 Elaboracao: CPM/IPLAN/IPEA.

TABELA 5  
BALANCA COMERCIAL BRASILEIRA  
Janeiro-Setembro de 1987

| DISCRIMINACAO        | US\$ MILHOES |         | VARIACOES PERCENTUAIS |                           |
|----------------------|--------------|---------|-----------------------|---------------------------|
|                      | SETEMBRO     | JAN-SET | SET-87/<br>SET/86     | JAN-SET-87/<br>JAN-SET-86 |
| EXPORTACOES          | 2694         | 19025   | 45.4                  | 3.2                       |
| BASICOS              | 844          | 6137    | 50.4                  | 1.7                       |
| INDUSTRIALIZADOS     | 1836         | 12649   | 43.4                  | 3.9                       |
| SEMIMANUFATURADOS    | 324          | 2191    | 121.9                 | 9.4                       |
| MANUFATURADOS        | 1512         | 10458   | 33.3                  | 2.9                       |
| TRANSACOES ESPECIAIS | 14           | 134     | 16.7                  | -0.7                      |
| IMPORTACOES          | 1200         | 11219   | -8.6                  | 14.3                      |
| PETROLEO BRUTO       | 405          | 2898    | 110.9                 | 38.7                      |
| TRIGO                | 19           | 196     | 11.8                  | 15.3                      |
| DEMAIS               | 776          | 8074    | -29.7                 | 7.5                       |
| SALDO COMERCIAL      | 1494         | 7857    | 174.6                 | -9.4                      |

Fonte: CADEX.

TABELA 6  
BALANCA COMERCIAL

| US\$ Milhoes               |               |               |
|----------------------------|---------------|---------------|
| DISCRIMINACAO              | 1986<br>( 1 ) | 1987<br>( 2 ) |
| BALANCA COMERCIAL          | 8350          | 10370         |
| EXPORTACOES TOTAIS         | 22393         | 26272         |
| Produtos Basicos           | 7349          | 8427          |
| Minerios                   | 1417          | 1474          |
| Agropecuaria e outros      | 5932          | 6953          |
| Produtos Semimanufaturados | 2481          | 2721          |
| Produtos Manufaturados     | 12384         | 14943         |
| Op. Especiais              | 177           | 181           |
| IMPORTACOES TOTAIS         | 14044         | 15902         |
| Petroleo e derivados       | 3020          | 4120          |
| Petroleo                   | 2786          | 3863          |
| Derivados                  | 234           | 257           |
| Trigo                      | 248           | 273           |
| Demais Importacoes         | 10776         | 11509         |

Fonte: BACEN.

1) Preliminar

2) Projecao CPM/IPLAN/IPEA

TABELA 7  
BALANÇO DE PAGAMENTOS

|                                           | 1986   | 1987   |
|-------------------------------------------|--------|--------|
| 1. Balanca comercial                      | 8349   | 10370  |
| 1.1. Exportacoes                          | 22393  | 26272  |
| 1.2. Importacoes                          | 14044  | 15902  |
| 2. Balanca de Servicos                    | -12463 | -12388 |
| 2.1 Juros                                 | -9093  | -8968  |
| 2.1.1 Receita                             | 961    | 600    |
| 2.1.2 Juros devidos                       | -10054 | -9586  |
| 2.1.1 Pagos                               | -9871  | -5248  |
| 2.1.2 Refinanciados                       | -183   | -4340  |
| 2.2 Outros Servicos                       | -3370  | -3400  |
| 3. Transferencias Unilaterais             | 86     | 100    |
| I. TRANSACOES CORRENTES                   | -4028  | -1918  |
| II. BALANCA DE CAPITAIS                   | 939    | 2262   |
| 4. Investimentos (liquidos)               | -108   | 0      |
| 5. Financiamentos (novos ingressos)       | 3564   | 2285   |
| 5.1 Estrangeiros                          | 3027   | 1985   |
| 5.2 Brasileiros                           | 537    | 300    |
| 6. Empréstimos em Moeda (novos ingressos) | 632    | -797   |
| 6.1 Curto Prazo                           | 428    | -997   |
| 6.2 Longo Prazo                           | 204    | 200    |
| 6.2.1 Intercompanhias                     | 204    | 200    |
| 6.2.2 Bancos Comerciais                   | 0      | 0      |
| 7. Amortizacoes Devidas                   | -13176 | -14336 |
| 7.1 Pagas                                 | -3164  | -3266  |
| 7.2 Refinanciadas                         | -10012 | -11070 |
| 8. Refinanciamentos                       | 10195  | 15410  |
| 8.1 Amortizacoes                          | 10012  | 11070  |
| 8.2 Juros                                 | 183    | 4340   |
| 9. Outros Capitais                        | -168   | -300   |
| 10. ERROS E OMISSOES                      | -540   | 0      |
| III. SUPERAVIT OU DEFICIT                 | -3629  | 344    |
| IV. FINANCIAMENTO DO RESULTADO            | 3629   | -344   |
| Haveres curto prazo                       | 3836   | 326    |
| Obrigacoes - FMI                          | -613   | -1070  |
| Obrigacoes curto prazo                    | 406    | 400    |

Fonte: SACEN e projecao CPM/IPLAN/IPEA.

TABELA 8

## RESERVAS INTERNACIONAIS NO BACEN

| DISCRIMINACAO                                             | 1986 | 1987  |
|-----------------------------------------------------------|------|-------|
| A - Variacao de Reservas Brutas (=-aumento)               | 3722 | 26    |
| Haveres                                                   | 3857 | 326   |
| Ouro                                                      | -135 | -300  |
| B - Ajustamento (contrapartidas)                          | 114  | 300   |
| C - Variacao de Haveres - conceito BOP (A + B)            | 3836 | 326   |
| D - Variacao das Obrigacoes Relativas a Reservas          | -207 | -670  |
| FMI                                                       | -613 | -1070 |
| Outras                                                    | 406  | 400   |
| E - Variacao das Reservas Liquidas - conceito BOP (C + D) | 3629 | -344  |
| F - Posicao de Liquidez Internacional                     | 6760 | 6734  |

FONTE -Elaboracao CPM/IPLAN/IPEA

\* - Posicao de liquidez internacional em 31/12/85: US\$ 10482 milhoes de dolares

TABELA 9

## DIVIDA EXTERNA TOTAL

|                                            | 1986   | 1987   |
|--------------------------------------------|--------|--------|
| DIVIDA REGISTRADA (em T-1)                 | 95857  | 101184 |
| Desembolsos                                | 13426  | 17595  |
| Amortizacoes                               | -13957 | -15706 |
| Cresc. Div. por osc. cambiais              | 5858   | 0      |
| DIVIDA REGISTRADA (EM T)                   | 101184 | 103073 |
| DIVIDA NAO REGISTRADA (em T)               | 9261   | 9261   |
| DIVIDA TOTAL (em T)                        | 110445 | 112334 |
| Reservas Internacionais                    | 6760   | 6734   |
| DIVIDA EXTERNA LIQUIDA                     | 103685 | 105600 |
| Variacao da Divida Liquida (dinheiro novo) | 0      | 1915   |
| PIB (US\$ Bilhoes)                         | 271    | 282    |
| Divida total /PIB [%]                      | 41     | 40     |
| Divida liquida/PIB                         | 38     | 37     |

Fonte: BACEN.

Projecao CPM/IPLAN/IPEA.

TABELA 10  
TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL  
1985/1987

| SETORES E SUBSETORES               | 1985 | 1986  | 1987              |                |
|------------------------------------|------|-------|-------------------|----------------|
|                                    |      |       | 3a. Estimativa(1) | 4a. Estimativa |
| SETOR PRIMARIO                     | 8.8  | -7.3  | 11.0              | 12.2           |
| Lavouras                           | 13.6 | -10.0 | 18.0              | 18.0           |
| Producao Animal e Derivados        | 1.3  | -3.1  | 1.0               | 3.3            |
| SETOR SECUNDARIO                   | 9.0  | 12.1  | 2.2               | 0.6            |
| Industria de Transformacao         | 8.3  | 11.3  | 2.0               | 0.5            |
| Industria Extrativa Mineral        | 11.5 | 3.7   | 0.0               | 0.0            |
| Industria da Construcão Civil      | 11.3 | 17.7  | 3.0               | 0.0            |
| Servicos Ind. de Utilidade Publica | 10.2 | 8.3   | 3.9               | 2.7            |
| SETOR TERCIARIO                    | 7.7  | 8.3   | 5.5               | 4.7            |
| Comercio                           | 8.7  | 9.9   | 5.5               | 4.8            |
| Intermediarios Financeiros         | 10.0 | 7.2   | 10.0              | 6.0            |
| Transportes                        | 4.6  | 11.6  | 6.0               | 6.0            |
| Comunicacoes                       | 16.9 | 20.9  | 10.0              | 8.0            |
| Governo                            | 2.4  | 2.4   | 2.4               | 2.4            |
| PRODUTO REAL                       | 8.3  | 8.2   | 4.9               | 4.0            |

Fonte: FGV e IBGE para os dados de 1985 e 1986.

Nota: (1) Previsões efetuadas em agosto/87 pela CPM/IPLAN/IPEA.

TABELA 11  
PRINCIPAIS INDICES DE PRECOS  
VARIACOES MENSAIS (%)  
1986/1987

| PERIODO  | INFLACAO<br>OFICIAL | INPC   | IGP-DI | IPA-DI | IPC-RJ<br>(FGV) | IPC-SP<br>(Fipe) |
|----------|---------------------|--------|--------|--------|-----------------|------------------|
| 1986-Jan | 16.2                | 17.2   | 17.88  | 19.00  | 15.70           | 14.00            |
| Fev      | 14.4                | 14.8   | 15.00  | 16.10  | 12.70           | 10.90            |
| Mar      | -0.11               | -1.31  | -0.87  | -1.03  | -0.33           | -1.28            |
| Abr      | 0.78                | 0.43   | -0.58  | -1.46  | 1.10            | 2.31             |
| Mai      | 1.40                | 1.00   | 0.32   | 0.09   | 0.79            | 1.92             |
| Jun      | 1.27                | 0.97   | 0.53   | 0.37   | 0.62            | 0.96             |
| Jul      | 1.19                | 0.84   | 0.63   | 0.58   | 0.58            | 1.07             |
| Ago      | 1.68                | 1.12   | 1.33   | 1.34   | 0.88            | 1.88             |
| Set      | 1.72                | 1.19   | 1.09   | 0.67   | 0.95            | 1.43             |
| Out      | 1.90                | 1.43   | 1.39   | 1.16   | 1.01            | 3.08             |
| Nov      | 3.29                | 3.29   | 2.46   | 2.13   | 2.12            | 4.43             |
| Dez      | 7.27                | 7.27   | 7.56   | 7.65   | 7.46            | 10.30            |
| 1987-Jan | 16.82               | 16.82  | 12.04  | 10.50  | 14.30           | 13.75            |
| Fev      | 13.94               | 13.94  | 14.11  | 10.35  | 14.45           | 11.28            |
| Mar      | 14.40               | 14.40  | 15.00  | 14.05  | 13.51           | 11.97            |
| Abr      | 20.96               | 20.96  | 20.08  | 20.98  | 21.54           | 16.54            |
| Mai      | 23.21               | 23.21  | 27.58  | 30.72  | 25.10           | 26.49            |
| Jun      | 26.06               | 21.44  | 25.88  | 26.26  | 27.16           | 26.76            |
| Jul      | 3.05                | 10.05  | 9.33   | 9.89   | 8.91            | 9.24             |
| Ago      | 6.36                | 5.09   | 4.50   | 3.72   | 6.43            | 4.45             |
| Set      | 5.68                | 7.15   | 8.02   | 7.55   | 9.09            | 6.73             |
| Out      | 9.18                | 12.00* | 11.15  | 11.68  | 10.57           | ...              |

Fonte: Fundacao IBGE, FGV e FIPE.

(\*) Estimativa.

Inflacao Oficial: Até Out/86 foi o IPCA

De Nov/86 ate Mai/87 foi o INPC

Junho/87 foi procedimento especial

Julho/87 em diante e' o IPC com periodo de coleta de precos de 15 a 15.

TABELA 12

VARIACAO DO IPC EM OUTUBRO DE 1987 (X)

| REGIOES<br>METROPOLITANAS | GRUPOS DE PRODUTOS |                  |                |                             |           |                             |                                 |                      |
|---------------------------|--------------------|------------------|----------------|-----------------------------|-----------|-----------------------------|---------------------------------|----------------------|
|                           | GERAL              | ALIMEN-<br>TACAO | HABITA-<br>CAO | ARTIGOS<br>DE<br>RESIDENCIA | VESTUARIO | TRANSP.<br>E<br>COMUNICACAO | SAUDE E<br>CUIDADOS<br>PESSOAIS | DESPESAS<br>PESSOAIS |
| Belem                     | 9.26               | 6.91             | 15.63          | 8.55                        | 16.25     | 8.84                        | 7.32                            | 11.04                |
| Fortaleza                 | 10.18              | 7.44             | 11.90          | 18.28                       | 16.75     | 20.70                       | 10.21                           | 7.25                 |
| Recife                    | 8.17               | 5.23             | 12.87          | 11.12                       | 17.68     | 11.00                       | 5.69                            | 9.03                 |
| Salvador                  | 10.07              | 6.54             | 15.15          | 11.48                       | 16.31     | 35.37                       | 13.78                           | 6.11                 |
| Belo Horizonte            | 8.68               | 5.96             | 9.14           | 10.23                       | 18.00     | 12.49                       | 10.17                           | 7.57                 |
| Rio de Janeiro            | 8.76               | 6.66             | 7.99           | 11.24                       | 17.76     | 16.82                       | 7.28                            | 5.89                 |
| Sao Paulo                 | 9.71               | 5.58             | 10.35          | 10.02                       | 17.49     | 10.51                       | 6.83                            | 6.07                 |
| Curitiba                  | 9.74               | 5.92             | 13.68          | 3.93                        | 15.98     | 20.80                       | 7.64                            | 8.79                 |
| Porto Alegre              | 8.43               | 6.01             | 8.62           | 11.80                       | 18.07     | 13.47                       | 7.41                            | 6.34                 |
| Brasilia                  | 7.81               | 6.29             | 8.21           | 9.26                        | 13.08     | 10.67                       | 7.54                            | 5.97                 |
| IPC                       | 9.18               | 6.13             | 13.56          | 10.42                       | 17.29     | 13.47                       | 7.64                            | 6.59                 |

Fonte: Departamento de Indices de Precos: DESIP/IBGE.

TABELA 13  
 SAO PAULO - SETOR INDUSTRIAL  
 SALARIO REAL, PESSOAL OCUPADO E MASSA DE SALARIOS  
 Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior (%)

| PERIODOS | SALARIO<br>REAL (1) | PESSOAL<br>OCUPADO | MASSA REAL<br>DE SALARIOS (1) |
|----------|---------------------|--------------------|-------------------------------|
| 1987 Jan | - 1,9               | 8,0                | 6,0                           |
| Fev      | - 3,2               | 7,6                | 4,2                           |
| Mar      | - 1,9               | 6,7                | 4,6                           |
| Abr      | - 1,5               | 6,2                | 4,6                           |
| Mai      | - 5,3               | 5,4                | - 0,2                         |
| Jun      | - 7,4               | 3,3                | - 4,4                         |
| Jul      | -15,4               | 0,9                | -14,7                         |
| Ago(2)   | -15,8               | -0,7               | -16,4                         |
| Jan-Ago  | - 6,7               | 4,8                | - 2,2                         |

Fonte: FIESP

Notas: (1) Foi utilizado o ICV-SP(FIPE) como deflator do  
 salario real e da massa real de salarios

(2) Estimativas da FIESP

64.  
TABELA 14  
EXECUCAO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL  
Jan-Set 1986/1987  
Cz\$ Milhoes

| DISCRIMINACAO                             | 1986   |         | 1987    |         | Variação % Real 3/ |         |
|-------------------------------------------|--------|---------|---------|---------|--------------------|---------|
|                                           | Set    | Jan-Set | Set     | Jan-Set | Set                | Jan-Set |
| A. Receita Fiscal (1 + 2) 1/              | 33.026 | 264.142 | 107.886 | 671.101 | -14.8              | -6.0    |
| 1. Receita Tributaria                     | 21.000 | 196.245 | 76.476  | 483.622 | -8.8               | -8.8    |
| Imp. Renda                                | 6.666  | 96.655  | 33.413  | 227.465 | 0.0                | -14.7   |
| Imp. Prod. Industrializados               | 7.258  | 51.749  | 25.915  | 147.211 | -6.9               | 5.3     |
| Imp. Oper. Financeiras                    | 1.019  | 16.085  | 5.117   | 40.283  | -26.6              | -7.3    |
| Imp. S/ Energia Eletrica                  | 672    | 6.063   | 924     | 11.332  | -64.1              | -30.8   |
| Imp. S/ Minerais                          | 338    | 2.429   | 799     | 4.354   | -38.3              | -33.7   |
| Imp. S/ Comb. e Lubrif.                   | 326    | 2.546   | 3.379   | 14.399  | 170.3              | 109.3   |
| Imp. Importacao                           | 1.673  | 10.713  | 4.292   | 22.224  | -33.1              | -23.2   |
| Imp. Exportacao                           | 164    | 1.030   | 400     | 1.835   | -36.4              | -34.1   |
| + Outros Tributos                         | 944    | 6.975   | 2.237   | 14.519  | -38.2              | -23.0   |
| 2. Outras Receitas                        | 11.146 | 67.897  | 31.410  | 187.479 | -26.5              | 2.2     |
| FINSOCIAL                                 | 2.146  | 16.559  | 7.161   | 40.724  | -13.0              | -9.0    |
| PIN e PROTERRA                            | 609    | 8.034   | 2.027   | 16.013  | -13.2              | -26.2   |
| Contrib. Salario Educacao                 | 446    | 7.361   | 3.292   | 17.350  | 92.5               | -12.8   |
| Serv. Comerc. Prod. Agropecuarios         | 1.905  | 16.732  | 5.150   | 30.708  | -29.5              | -32.1   |
| Diversas                                  | 6.040  | 19.211  | 13.780  | 82.684  | -40.5              | 59.3    |
| B. Despesa (1 - 2)                        | 34.984 | 285.348 | 133.389 | 722.842 | -0.1               | -6.3    |
| 1. Recursos Liberados                     | 40.339 | 307.753 | 146.048 | 781.820 | -5.6               | -6.0    |
| Fundos de Participacao                    | 5.200  | 49.149  | 17.537  | 111.394 | -12.0              | -16.1   |
| Pessoal e Encargos Sociais                | 8.135  | 74.999  | 30.750  | 208.380 | -1.4               | 2.8     |
| Servico da Divida                         | 3.329  | 28.420  | 16.244  | 84.367  | 27.3               | 9.9     |
| Profie (total) 2/                         | 10.196 | 84.529  | 40.901  | 125.435 | 4.6                | -45.1   |
| PIN/PROTERRA                              | 609    | 8.034   | 2.596   | 14.486  | 11.2               | -33.3   |
| FINSOCIAL                                 | 2.496  | 10.359  | 7.399   | 36.948  | -22.7              | 32.0    |
| Outros                                    | 10.374 | 52.263  | 30.621  | 200.810 | -23.0              | 42.2    |
| 2. Depositos a Vista Gov. Federal         | 5.355  | 22.405  | 12.659  | 58.976  | -38.3              | -2.6    |
| C. Resultado de Caixa (A - B)             | -1.958 | -21.206 | -25.503 | -51.741 | 239.7              | -9.7    |
| D. Transf. BACEN                          | 1.690  | 35.831  | 6.314   | 29.129  | -2.6               | -69.9   |
| E. Impacto Monetario (C + D)              | -268   | 14.625  | -19.189 | -22.612 | -                  | -       |
| F. Operacoes de Credito Interno e Externo | 10.000 | 29.926  | 45.840  | 110.840 | 19.6               | 37.1    |

Fonte: DEPEC/BACEN

Notas: 1/ Receita efetivamente recolhida a conta do Tesouro Nacional no Banco do Brasil, liquida de restituicoes e incentivos fiscais. Nao inclui operacoes com titulos publicos nem os recolhimentos do emprestimo compulsorio.

2/ Projetos e atividades sujeitos a tratamento financeiro especifico (Profie), correspondem a transferencias de recursos para o BACEN (encargos da divida, Proagro, etc.) e encargos com o FINEX e o abastecimento interno (trigo, estoques reguladores, acucar);

3/ Valores deflacionados com base no INPC.

TABELA 15  
MEIOS DE PAGAMENTO

|          | SALDOS<br>EM<br>Cz\$milhoes | VARIACAO PERCENTUAL |        |             | MEDIA DOS<br>SALDOS<br>DIARIOS<br>Cz\$milhoes | VARIACAO PERCENTUAL |        |             | INPC<br>Variacao<br>Percentual<br>em 12 Meses |
|----------|-----------------------------|---------------------|--------|-------------|-----------------------------------------------|---------------------|--------|-------------|-----------------------------------------------|
|          |                             | No Mes              | No Ano | Em 12 Meses |                                               | No Mes              | No Ano | Em 12 Meses |                                               |
| 1985 Dez | 111.976                     | 33.4                | 304.3  | 304.3       | 101.631                                       | 37.8                | 307.9  | 307.9       | 239.0                                         |
| 1986 Jan | 102.136                     | -8.8                | -0.8   | 309.5       | 105.102                                       | 3.4                 | 3.4    | 313.4       | 248.7                                         |
| Fev      | 116.536                     | 14.1                | 4.1    | 314.3       | 113.884                                       | 8.4                 | 12.1   | 321.3       | 253.5                                         |
| Mar      | 209.827                     | 80.1                | 87.4   | 577.0       | 186.724                                       | 64.0                | 83.7   | 536.9       | 231.7                                         |
| Abr      | 250.610                     | 19.4                | 123.8  | 630.1       | 227.149                                       | 21.6                | 123.5  | 599.3       | 209.8                                         |
| Mai      | 288.499                     | 15.1                | 157.6  | 675.4       | 265.055                                       | 17.0                | 161.6  | 658.1       | 189.2                                         |
| Jun      | 334.222                     | 15.8                | 198.5  | 655.0       | 298.662                                       | 12.3                | 193.9  | 340.1       | 169.6                                         |
| Jul      | 333.548                     | -0.2                | 197.9  | 579.3       | 320.390                                       | 7.3                 | 215.2  | 587.5       | 147.0                                         |
| Ago      | 356.228                     | 6.8                 | 218.1  | 535.8       | 336.754                                       | 5.1                 | 231.3  | 549.3       | 123.7                                         |
| Set      | 376.433                     | 5.7                 | 236.2  | 479.0       | 358.638                                       | 6.5                 | 252.9  | 492.1       | 105.6                                         |
| Out      | 402.017                     | 6.8                 | 259.0  | 495.5       | 374.842                                       | 4.5                 | 268.8  | 473.7       | 89.2                                          |
| Nov      | 422.381                     | 5.1                 | 277.2  | 403.3       | 388.726                                       | 3.7                 | 282.5  | 427.0       | 71.1                                          |
| Dez      | 452.145                     | 7.0                 | 303.8  | 303.8       | 427.440                                       | 10.0                | 320.6  | 320.6       | 58.6                                          |
| 1987 Jan | 347.161                     | -23.2               | -23.2  | 239.9       | 374.326                                       | -12.4               | -12.4  | 256.2       | 61.1                                          |
| Fev      | 371.915                     | 7.1                 | -17.7  | 219.1       | 324.311                                       | -13.4               | -24.1  | 184.8       | 63.2                                          |
| Mar      | 412.452                     | 10.9                | -8.8   | 96.6        | 335.652                                       | 3.5                 | -21.5  | 79.8        | 81.0                                          |
| Abr      | 363.352                     | -11.9               | -19.6  | 45.0        | 373.638                                       | 11.3                | -12.6  | 64.5        | 118.0                                         |
| Mai      | 361.960                     | -0.4                | -19.9  | 25.5        | 352.623                                       | -5.6                | -17.5  | 32.6        | 165.7                                         |
| Jun      | 476.128                     | 31.5                | 5.3    | 42.5        | 386.571                                       | 9.6                 | -9.6   | 29.4        | 219.6                                         |
| Jul      | 521.495                     | 9.5                 | 15.3   | 56.3        | 467.066                                       | 20.8                | 9.3    | 45.8        | 248.7                                         |
| Ago      | 564.214                     | 8.2                 | 24.8   | 50.4        | 526.578                                       | 12.7                | 23.2   | 56.4        | 262.4                                         |
| Set      | 624.031                     | 10.6                | 38.8   | 65.8        | 567.967                                       | 7.9                 | 32.9   | 58.4        | 203.8                                         |

Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA 16  
MEIOS DE PAGAMENTO  
Saldo em Cz\$ Milhoes

| FINAL<br>DE<br>PERIODO | PAPEL-<br>MOEDA EM<br>PODER DO<br>PUBLICO | DEPOSITOS A VISTA  |                      |                           | TOTAL   | MEIOS<br>DE<br>PAGAMENTO |
|------------------------|-------------------------------------------|--------------------|----------------------|---------------------------|---------|--------------------------|
|                        |                                           | BANCO DO<br>BRASIL | BANCOS<br>COMERCIAIS | OUTRAS<br>INSTITUICOES 1/ |         |                          |
| 1985 Dez               | 23.511                                    | 12.066             | 71.432               | 4.967                     | 88.465  | 111.976                  |
| 1986 Jan               | 21.869                                    | 11.921             | 63.362               | 4.984                     | 80.267  | 102.136                  |
| Fev                    | 21.018                                    | 14.076             | 75.204               | 6.238                     | 95.518  | 116.536                  |
| Mar                    | 29.633                                    | 26.379             | 141.673              | 12.142                    | 180.194 | 209.827                  |
| Abr                    | 38.502                                    | 35.912             | 162.257              | 13.939                    | 212.108 | 250.610                  |
| Mai                    | 43.911                                    | 43.393             | 184.396              | 16.799                    | 244.588 | 288.499                  |
| Jun                    | 46.232                                    | 51.777             | 216.110              | 20.103                    | 287.990 | 334.222                  |
| Jul                    | 49.105                                    | 48.469             | 216.554              | 19.420                    | 284.443 | 333.548                  |
| Ago                    | 55.289                                    | 48.445             | 231.955              | 20.539                    | 300.939 | 356.228                  |
| Set                    | 56.155                                    | 55.760             | 243.011              | 21.507                    | 320.278 | 376.433                  |
| Out                    | 62.349                                    | 57.826             | 261.321              | 20.521                    | 339.668 | 402.017                  |
| Nov                    | 69.928                                    | 63.457             | 267.241              | 21.755                    | 352.453 | 422.381                  |
| Dez                    | 84.211                                    | 67.377             | 276.766              | 23.851                    | 367.934 | 452.145                  |
| 1987 Jan               | 68.888                                    | 50.605             | 210.563              | 17.105                    | 278.273 | 347.161                  |
| Fev                    | 77.129                                    | 50.889             | 226.668              | 17.229                    | 294.786 | 371.915                  |
| Mar                    | 66.565                                    | 53.452             | 274.494              | 17.941                    | 345.887 | 412.452                  |
| Abr                    | 78.798                                    | 54.130             | 211.162              | 19.262                    | 284.554 | 363.352                  |
| Mai                    | 82.919                                    | 54.638             | 207.934              | 16.469                    | 279.041 | 361.960                  |
| Jun                    | 88.716                                    | 80.310             | 280.050              | 27.052                    | 387.412 | 476.128                  |
| Jul                    | 111.108                                   | 84.801             | 296.342              | 29.244                    | 410.387 | 521.495                  |
| Ago                    | 114.636                                   | 96.049             | 323.644              | 29.805                    | 449.578 | 564.214                  |
| Set                    | 125.754                                   | 109.851            | 351.502              | 36.924                    | 498.277 | 624.031                  |

Fonte: Banco Central do Brasil  
1/ Inclui CEF, CEE e BNCC

TABELA 17  
BASE MONETARIA

|          | SALDOS<br>EM<br>Cr\$milhoes | VARIACAO PERCENTUAL |        |             | MEDIA DOS<br>SALDOS<br>DIARIOS<br>Cr\$milhoes | VARIACAO PERCENTUAL |        |             |
|----------|-----------------------------|---------------------|--------|-------------|-----------------------------------------------|---------------------|--------|-------------|
|          |                             | No Mes              | No Ano | Em 12 Meses |                                               | No Mes              | No Ano | Em 12 Meses |
| 1985 Dez | 45.468                      | 41.6                | 257.3  | 257.3       | 43.857                                        | 32.8                | 264.6  | 264.6       |
| 1986 Jan | 45.941                      | 1.0                 | 1.0    | 246.2       | 50.488                                        | 15.1                | 15.1   | 263.6       |
| Fev      | 51.535                      | 12.1                | 13.3   | 242.0       | 51.995                                        | 3.0                 | 16.6   | 266.0       |
| Mar      | 70.029                      | 35.9                | 54.0   | 385.4       | 58.997                                        | 13.5                | 34.5   | 306.1       |
| Abr      | 94.782                      | 35.3                | 108.5  | 549.1       | 60.889                                        | 37.1                | 84.4   | 414.9       |
| Mai      | 109.024                     | 15.0                | 139.8  | 559.5       | 100.012                                       | 23.6                | 128.0  | 486.4       |
| Jun      | 120.553                     | 10.6                | 165.1  | 576.2       | 114.675                                       | 14.7                | 161.5  | 505.8       |
| Jul      | 137.558                     | 14.1                | 202.5  | 600.9       | 126.648                                       | 10.4                | 188.8  | 468.3       |
| Ago      | 145.798                     | 6.0                 | 220.7  | 551.6       | 137.694                                       | 8.7                 | 214.0  | 482.7       |
| Set      | 149.852                     | 2.8                 | 229.7  | 481.7       | 152.379                                       | 10.7                | 247.4  | 453.0       |
| Out      | 157.605                     | 5.2                 | 246.6  | 487.7       | 154.476                                       | 1.4                 | 252.2  | 419.7       |
| Nov      | 172.456                     | 9.4                 | 279.3  | 437.1       | 159.954                                       | 3.5                 | 264.7  | 384.4       |
| Dez      | 178.895                     | 3.7                 | 293.5  | 293.5       | 171.529                                       | 7.2                 | 291.1  | 291.1       |
| 1987 Jan | 172.444                     | -3.6                | -3.6   | 275.4       | 171.760                                       | 0.1                 | 0.1    | 240.0       |
| Fev      | 164.309                     | -4.7                | -8.2   | 218.8       | 153.645                                       | -10.5               | -10.4  | 195.5       |
| Mar      | 169.213                     | 3.0                 | -5.4   | 141.6       | 162.069                                       | 5.5                 | -5.5   | 174.7       |
| Abr      | 167.623                     | 10.5                | 4.5    | 97.3        | 172.266                                       | 6.3                 | 0.4    | 112.7       |
| Mai      | 184.569                     | -1.3                | 3.2    | 69.3        | 172.348                                       | 0.0                 | 0.5    | 72.3        |
| Jun      | 170.057                     | -7.9                | -4.9   | 41.1        | 164.413                                       | -4.6                | -4.1   | 43.4        |
| Jul      | 219.014                     | 28.8                | 22.4   | 59.2        | 200.682                                       | 22.1                | 17.0   | 58.5        |
| Ago      | 271.295                     | 23.9                | 51.7   | 86.1        | 246.345                                       | 22.8                | 43.6   | 78.9        |
| Set      | 324.931                     | 19.8                | 81.6   | 116.8       | 285.984                                       | 16.1                | 66.7   | 87.7        |

Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA 18  
PRINCIPAIS FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETARIA  
(+) Expansao (-) Contracao  
Variacao em Cz\$ Milhoes

| DISCRIMINACAO                                        | 1987     |         |
|------------------------------------------------------|----------|---------|
|                                                      | SETEMBRO | JAN-SET |
| 1. Operacoes do Setor Externo                        | 36299    | 160162  |
| 2. Tesouro Nacional                                  | 18822    | 22612   |
| 3. Compulsorio sobre Depositos a Prazo               | 16434    | -45598  |
| 4. Aquisicao de Cotas do FND                         | 15000    | 25000   |
| 5. Suprimentos ao Banco do Brasil                    | 11829    | 148948  |
| 5.1. Credito Rural                                   | -3854    | 62786   |
| 5.2. Adiantamentos para Estatais                     | 3938     | 10975   |
| 5.3. Aquisicao de Produtos Agricolas                 | -1482    | 35573   |
| 5.4. Antecipacao de Receitas a Estados e Municipios  | -2       | 20775   |
| 5.5. Estoques Reguladores                            | 0        | -79     |
| 5.6. Aquisicao de Cafe no Mercado Interno            | 13229    | 18918   |
| 6. Operacoes com Micro e Pequenas Empresas           | 3180     | 22597   |
| 6.1. Empréstimos                                     | 4093     | 54295   |
| 6.2. Depositos                                       | -913     | -31698  |
| 7. Depositos Compulsorios Vinculados ao SBPE         | 2456     | -5083   |
| 8. Adiantamentos a CEF - Voto CMN-479/86             | 0        | 3500    |
| 9. Assistencia Financeira de Liquidez                | -319     | -2374   |
| 10. Encargos s/Viagens e Vendas de Moeda Estrangeira | -728     | -5204   |
| 11. Empréstimo Compulsorio (DL 2288)                 | -3067    | -35126  |
| 12. Recursos Proprios do BACEN                       | -6015    | -91728  |
| 13. Operacoes de Fundos e Programas                  | -6397    | 113234  |
| 13.1. Repasses, Refinanciamentos e Despesas          | -1458    | 139409  |
| 13.1.1. Banco do Brasil                              | -2355    | 1868    |
| 13.1.2. Banco do Brasil - Compra Cafe                | -10406   | 116     |
| 13.1.3. Outras Instituicoes                          | 11719    | 50219   |
| 13.1.4. Saneamento Bancos Estaduais                  | -416     | 87206   |
| 13.2. Recursos                                       | -4939    | -26175  |
| 14. Colocacao Liquida de Titulos                     | -10198   | -51505  |
| 15. Depositos Voluntarios Vinculados ao SBPE         | -25934   | -115699 |
| 16. Outras Contas                                    | 2270     | 2300    |
| BASE MONETARIA                                       | 53632    | 146036  |
| Papel-Moeda                                          | 15489    | 54945   |
| Reservas Bancarias                                   | 38143    | 91091   |
| - Banco do Brasil                                    | 17689    | 29163   |
| - Bancos Comerciais                                  | 20911    | 53007   |
| - Caixas Economicas                                  | -457     | 8921    |

Fonte: Banco Central do Brasil

---

MERCADO DE TRABALHO

---

Coordenadoria de Emprego e Salário



## MERCADO DE TRABALHO: LIGEIRA RECUPERAÇÃO EM AGOSTO

### 1. INTRODUÇÃO

As informações disponíveis sobre o comportamento do mercado de trabalho revelam uma modesta recuperação no nível de emprego e queda na participação dos subempregados em relação à população economicamente ativa. Concomitantemente, os níveis reais de remuneração apresentam uma ligeira alta relativamente a julho, revertendo a tendência verificada desde janeiro de 1987. Com a aceleração do ritmo da atividade econômica que normalmente ocorre nos últimos meses do ano, espera-se a consolidação dessas tendências.

### 2. DESEMPREGO

#### 2.1 Informações do IBGE

Dados da pesquisa mensal de emprego do IBGE, que abrange seis regiões metropolitanas, indicam uma queda nas taxas de desemprego em cinco destas regiões, com exceção de São Paulo, onde é mantida a tendência de alta dos últimos meses (Tabela 1 e Gráfico 1). A taxa média de desemprego para o mês de agosto foi de 4,22%, inferior à dos dois meses anteriores mas superior à verificada no período compreendido entre abril de 1986 e maio de 1987.

O desemprego setorial mostra tendência decrescente em agosto, exceto no comércio de mercadorias (Tabela 2 e Gráfico 2). Contudo, as taxas estão ainda em um patamar elevado, pois até julho de 1987 observava-se crescimento em todos os setores. Em agosto de 1987, os mais altos índices de desemprego também foram registrados na indústria de transformação (5,95%), na construção civil (4,75%), e no comércio (4,38%), setores que têm demonstrado um comportamento mais sensível às oscilações da conjuntura econômica, embora com alguma defasagem no caso do comércio que deverá apresentar aumento do nível de emprego no próximo mês de setembro.

## 2.2 Informações do DIEESE/SEADE

De acordo com as estatísticas do DIEESE e da Fundação SEADE, a taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo voltou a se elevar, atingindo 9,7% da força de trabalho em agosto de 1987 (representando 753 mil pessoas), como resultado do saldo líquido negativo entre admissões e demissões de 30 mil trabalhadores que se agregaram aos 723 mil desempregados em julho (Tabela 3 e Gráfico 3). A taxa de desemprego aberto ainda permanece a mesma dos dois meses anteriores (6,6%), enquanto que aumentou a taxa de desemprego oculto, tanto no caso dos desalentados, como para os de trabalho precário.

## 2.3 Seguro-Desemprego

Revertendo a tendência observada até agosto de 1987, em setembro, segundo dados da Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, houve uma redução de 2,4% no número de requerentes do seguro-desemprego, passando de um total de 126.821 para 123.720, o que se explica pelo decréscimo de 7,2% no número de dispensas no mês de julho de 1987, relativamente ao mês anterior.

Apesar desta queda, cresceu o percentual de requerentes em relação às dispensas informadas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65. Além de caracterizar um aumento da cobertura do programa, a expansão dos requerentes pode significar uma modificação na composição, por setor de atividade, do total de dispensados. Estes devem pertencer a setores com menor rotatividade de mão-de-obra e, por causa disto, com maiores possibilidades de atender aos requisitos legais para habilitação ao benefício.

Dos 123.720 requerentes, somente 79.153 foram habilitados a obter o benefício mantendo-se a proporção observada até agosto de habilitação de 2/3 das solicitações. Em setembro foram emitidos 276.520 cheques de pagamento, no valor de Cz\$ 643 milhões.

Do início do programa, em julho de 1986, até setembro de 1987, aproximadamente 1.065 mil trabalhadores requereram o seguro-desemprego; destes, foram beneficiados 689 mil.

### 3. EMPREGO

#### 3.1 Informações da Lei 4.923/65

Em agosto, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, o mercado formal de trabalho registrou uma pequena elevação, cerca de 1,9% (40.892 empregos), em relação ao mês anterior, depois de pequenas retrações nos meses de junho e julho. Desde outubro de 1986, o índice mensal no setor formal do mercado de trabalho manteve-se praticamente estável, com menor criação de postos em 1987, refletindo o comportamento mais modesto da atividade econômica neste ano relativamente a 1986 (Tabela 4 e Gráfico 4).

De todos os setores da atividade econômica, em agosto de 1987, somente a indústria de transformação e serviços industriais de utilidade pública acusaram uma pequena retração no nível de emprego. Corroborando as informações da PME/IBGE, aquele índice para o setor organizado da economia indica, para a construção civil e para os serviços, aumentos de 1,2% e 0,3% em agosto de 1987, relativamente ao mês anterior. Para a indústria de transformação e para o comércio, entretanto, os indicadores não são compatíveis, em parte porque a pesquisa do IBGE engloba os mercados formal e informal de trabalho.

#### 3.2 Informações da FIESP

Os resultados divulgados pela FIESP revelam, para o mês de agosto de 1987, queda de 0,6% no emprego industrial no Estado de São Paulo. Trata-se de uma tendência que se verifica desde fevereiro de 1987, com uma aceleração no ritmo de queda em junho, arrefecida nos dois meses posteriores (Tabela 5 e Gráfico 5).

Essa diminuição no Estado de São Paulo foi acompanhada de queda nos indicadores de salário médio real, de horas trabalhadas na produção e de utilização da capacidade instalada. Contudo, o indicador do nível de atividade apresentou um acréscimo de 2,2% em agosto de 1987, relativamente a julho, embora 6,6% inferior ao nível verificado no mês de agosto de 1986.

O indicador de pessoal ocupado da FIESP, mesmo se comparados os meses de janeiro a agosto de 1987 com igual período do ano precedente, tende a não se manter nos próximos meses porque já se estaria observando uma pequena recuperação das vendas para o mercado interno nos meses de julho e agosto deste ano, conforme dados divulgados pelo CDC/MIC.

#### 4. SUBEMPREGO

Levando em consideração a definição de subemprego utilizada - pessoas ocupadas sem rendimento ou com rendimento inferior a um salário mínimo -, os dados indicam que cai a participação dos subempregados em relação à população economicamente ativa em todas as regiões metropolitanas pesquisadas. A taxa média decresceu cerca de 12,1% em agosto em relação ao mês anterior (Tabela 6 e Gráfico 6).

De janeiro a agosto de 1987, comparado com igual período do ano anterior, a taxa média de subemprego decresceu 22,1%; comparando os oito primeiros meses de 1987 com os últimos oito meses de 1986 a queda foi de 13,51%.

Apesar de a taxa média de subemprego apresentar um comportamento errático no primeiro semestre de 1987, a tendência observada a partir de janeiro de 1986 é de queda. O mesmo fenômeno é verificado nas regiões metropolitanas pesquisadas. O decréscimo foi maior nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, sendo quase imperceptível na de Recife, onde a média dos oito primeiros meses de 1987 é menor comparada com a do mesmo período de 1986, e maior relativamente aos últimos oito meses de 1986. Ademais, a média de janeiro a agosto de 1987 para a região metropolitana de Recife (26,14%) é três vezes maior que a média do mesmo período para a Grande São Paulo (8,98%).

#### 5. RENDIMENTOS

##### 5.1 Informações da PME/IBGE

A pesquisa mensal de emprego do IBGE apurou, para o mês de julho de 1987, mais uma queda no rendimento médio real dos trabalhadores brasileiros, que já ocorre desde janeiro (em julho relativamente ao mês anterior foi de 1,8%). Somente a região metropolitana de Belo Horizonte teve um pequeno aumento de 1,3% no rendimento das pessoas ocupadas (Tabela 7 e Gráfico 7).

A média dos rendimentos reais das quatro regiões metropolitanas, de janeiro a julho de 1987, é 0,8% inferior ao mesmo período do ano passado, com a diferença de que nos primeiros sete meses de 1986 os rendimentos eram ascendentes e, em 1987, são descendentes. Comparando os últimos sete meses de 1987 e de 1986, a queda é de 17,6%.

O decréscimo no poder de compra ocorreu tanto para os empregados com carteira assinada (2,2%), quanto para os sem

carteira (assinada), cujas quedas variaram de 0,9% no Rio de Janeiro a 5,3% em Belo Horizonte. Em Porto Alegre, os empregados "sem carteira" tiveram um acréscimo de 2,2% em seus rendimentos. Os trabalhadores por conta própria obtiveram pequenos ganhos em julho de 1987, com exceção dos trabalhadores por conta própria de Porto Alegre que sofreram uma redução de 4,8% em seus rendimentos (Tabela 8 e Gráfico 8).

## 5.2 Informações da FIESP

Resultados divulgados pela FIESP, relativos ao mês de agosto de 1987, indicam um ligeiro decréscimo no salário médio real dos trabalhadores da indústria paulista. O índice real naquele mês só é maior que o verificado em setembro de 1985, sendo inferior em 17,3% ao de novembro de 1986, quando o salário médio real da indústria paulista atingiu o pico dos 24 meses (tabela 5). O salário médio real dos primeiros oito meses de 1987 é o mesmo do período pré-Cruzado I, evidenciando que os trabalhadores individuais já perderam os aumentos reais de salários obtidos em 1986.

## 5.3 Salário Mínimo

Depois de atingir o seu menor valor real desde maio de 1985, o salário mínimo, agora Piso Nacional de Salários, voltou a recuperar o seu poder de compra a partir de agosto de 1987. Ainda assim o seu valor em setembro de 1987 é um dos menores desde janeiro de 1985, sendo 22,0% inferior ao de setembro de 1986 e 37,8% menor que o de maio de 1985.

A média do salário mínimo real no período de janeiro a setembro de 1987 é 17,5% inferior à média do mesmo período do ano anterior e menor 11,4% relativamente ao período de janeiro a setembro de 1985.

Com a instituição do Piso Nacional de Salários em agosto de 1987, desvinculando-o dos demais salários e de outras referências, o governo passa a cumprir a meta de dobrar o valor real do salário mínimo no período 1987/91, conforme consta no Programa de Ação Governamental. Em termos nominais, o Piso Nacional de Salários cresceu em setembro 8,1% em relação a agosto de 1987, apresentando um ganho real de 2,29% (IPC de 5,68% como deflator).

O Salário Mínimo de Referência, instituído junto com o Piso Nacional de Salários e que servirá como indexador, ao qual passarão a estar vinculados os demais pisos salariais fixados em convenção ou acordo coletivo de trabalho, salários profissionais,

pensões e proventos da Previdência Social, assim como os salários dos servidores públicos em todos os níveis, teve os seguintes valores: em agosto de 1987, CZ\$ 1.969,92; setembro, CZ\$ 2.062,31; outubro, CZ\$ 2.159,03. Os reajustes do Salário Mínimo de Referência estão sendo de acordo com a URP (Unidade de Referência de Preços).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comportamento do mercado de trabalho brasileiro que já vinha se deteriorando desde o final de 1986 mostra em agosto de 1987 reversão em alguns indicadores, como o nível de emprego. Confirmam tal afirmativa os dados preliminares da amostra intencional da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) que registram a recuperação do nível de emprego industrial no Estado de São Paulo na terceira semana de setembro. Apesar deste resultado positivo ainda há 55.900 empregos a menos neste ano. Contudo, a tendência para os próximos meses é de que o emprego se estabilize, em função da recuperação nas encomendas das indústrias, devido às festividades de fim de ano.

Quanto aos rendimentos, que decrescem monotonicamente desde dezembro de 1986, espera-se uma melhora para os próximos meses, em função do reajuste de salários através da URP (Unidade de Referência de Preços), pagamento antecipado dos resíduos e das negociações coletivas. Em setembro e outubro, importantes categorias profissionais, como bancários e metalúrgicos, entram em campanha salarial, que de certa forma servirão como bússola no transcorrer das negociações coletivas de outras categorias profissionais. A boa performance das vendas para o mercado interno no mês de agosto também possibilita antever variação positiva no rendimento real dos trabalhadores.

Apesar dos indicadores e dos fatos apontarem para um melhor desempenho do mercado de trabalho nestes últimos meses, dificilmente serão recuperados os níveis verificados no ano passado. A recuperação do poder de compra dos trabalhadores é condição necessária para o reaquecimento do nível de atividade, preservando os empregos já existentes e criando outros.

TABELA 1  
BRASIL  
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO POR REGIÕES METROPOLITANAS  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
SETEMBRO/85-AGOSTO/87

| MESES       | Recife | Salvador | Belo Horizonte | Rio de Janeiro | São Paulo | Porto Alegre | Taxa Média** |
|-------------|--------|----------|----------------|----------------|-----------|--------------|--------------|
| SETEMBRO/85 | 6.88   | 5.55     | 5.16           | 4.29           | 4.52      | 5.23         | 4.77         |
| OUTUBRO     | 6.41   | 5.27     | 4.31           | 3.86           | 4.10      | 4.26         | 4.28         |
| NOVEMBRO    | 5.44   | 5.04     | 4.16           | 3.75           | 3.56      | 3.93         | 3.96         |
| DEZEMBRO    | 4.07   | 4.53     | 3.77           | 3.07           | 2.70      | 3.47         | 3.15         |
| JANEIRO/86  | 5.34   | 5.07     | 4.41           | 3.86           | 4.09      | 3.89         | 4.18         |
| FEBREIRO    | 4.82   | 4.56     | 5.35           | 3.86           | 4.40      | 4.82         | 4.40         |
| MARÇO       | 4.56   | 4.70     | 4.75           | 4.25           | 4.15      | 5.28         | 4.35         |
| ABRIL       | 5.25   | 4.96     | 4.23           | 3.71           | 4.06      | 5.01         | 4.17         |
| MAIO        | 4.61   | 4.82     | 4.37           | 4.20           | 3.73      | 4.40         | 4.08         |
| JUNHO       | 5.20   | 4.74     | 3.86           | 3.73           | 3.37      | 4.21         | 3.76         |
| JULHO       | 4.94   | 4.94     | 3.77           | 3.64           | 3.09      | 3.98         | 3.60         |
| AGOSTO      | 4.30   | 5.06     | 3.54           | 3.45           | 3.20      | 3.51         | 3.50         |
| SETEMBRO    | 3.99   | 4.31     | 3.03           | 3.26           | 2.93      | 3.61         | 3.23         |
| OUTUBRO     | 3.48   | 3.91     | 2.43           | 3.02           | 2.89      | 2.83         | 2.98         |
| NOVEMBRO    | 3.30   | 3.78     | 2.54           | 2.63           | 2.43      | 2.54         | 2.64         |
| DEZEMBRO    | 2.97   | 3.68     | 2.21           | 2.29           | 1.75      | 2.34         | 2.16         |
| JANEIRO/87  | 3.58   | 3.73     | 3.52           | 2.87           | 3.25      | 3.15         | 3.19         |
| FEBREIRO    | 4.34   | 3.41     | 4.00           | 3.33           | 3.12      | 3.60         | 3.38         |
| MARÇO       | 4.48   | 3.94     | 3.03           | 3.05           | 3.12      | 4.04         | 3.28         |
| ABRIL       | 4.37   | 3.85     | 3.82           | 2.78           | 3.46      | 3.86         | 3.39         |
| MAIO        | 6.18   | 4.07     | 4.48           | 3.73           | 3.78      | 3.59         | 3.97         |
| JUNHO       | 6.09   | 4.75     | 4.88           | 3.90           | 4.45      | 4.28         | 4.43         |
| JULHO       | 6.07   | 4.38     | 4.70           | 3.80           | 4.57      | 5.02         | 4.47         |
| AGOSTO      | 5.82   | 4.12     | 4.12           | 3.19           | 4.63      | 4.73         | 4.22         |

FONTE: PME/IBGE

\* Pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas

\*\* Taxa ponderada pela PEA das 6 Regiões Metropolitanas

IDADE MINIMA-15 ANOS

ELABORACAO: CES/IPLAN

GRÁFICO 1  
REGIÕES METROPOLITANAS  
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (PME/IBGE)  
SETEMBRO 85 - AGOSTO 87

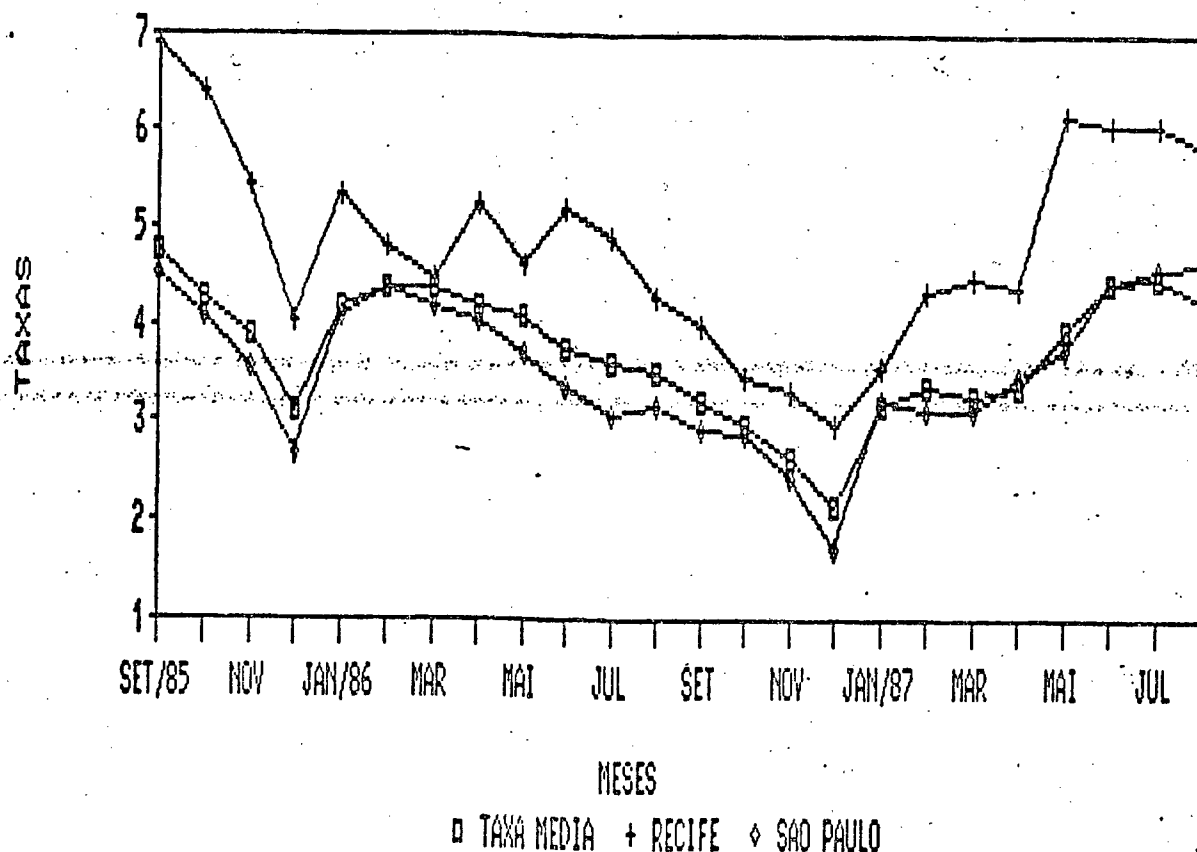


TABELA 2  
BRASIL  
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO(\*\*) POR SETOR DE ATIVIDADE ECONOMICA  
SEGUNDO OS MESES DO ANO(\*\*\*)  
JANEIRO/86-AGOSTO/87

| MESES      | IND. DE<br>TRANSF | COMERCIO | CONST.<br>CIVIL | SERVICOS | OUTRAS<br>ATIVID. | TAXAS<br>MEDIAS |
|------------|-------------------|----------|-----------------|----------|-------------------|-----------------|
| JANEIRO/86 | 4.01              | 4.53     | 5.37            | 2.91     | 2.03              | 4.18            |
| FEVEREIRO  | 4.26              | 4.81     | 5.15            | 3.26     | 2.08              | 4.40            |
| MARCO      | 4.26              | 5.52     | 4.31            | 3.35     | 2.12              | 4.39            |
| ABRIL      | 4.27              | 4.54     | 4.51            | 3.11     | 2.10              | 4.17            |
| MAIO       | 4.06              | 4.86     | 4.47            | 3.13     | 1.79              | 4.08            |
| JUNHO      | 4.96              | 3.93     | 4.28            | 2.91     | 1.58              | 3.76            |
| JULHO      | 3.66              | 3.56     | 4.00            | 2.85     | 1.55              | 3.60            |
| AGOSTO     | 3.44              | 3.57     | 3.31            | 2.81     | 1.48              | 3.50            |
| SETEMBRO   | 3.14              | 3.31     | 3.30            | 2.69     | 1.48              | 3.23            |
| OUTUBRO    | 3.03              | 3.12     | 2.79            | 2.46     | 1.19              | 2.98            |
| NOVEMBRO   | 3.74              | 2.27     | 2.11            | 2.27     | 0.91              | 2.64            |
| DEZEMBRO   | 2.25              | 1.99     | 2.59            | 1.81     | 0.98              | 2.16            |
| JANEIRO/87 | 3.76              | 3.33     | 3.25            | 2.36     | 1.19              | 3.19            |
| FEVEREIRO  | 3.75              | 3.86     | 3.02            | 2.65     | 1.21              | 3.38            |
| MARCO      | 3.61              | 3.96     | 3.23            | 2.43     | 1.62              | 3.28            |
| ABRIL      | 4.11              | 4.11     | 3.23            | 1.46     | 1.41              | 3.39            |
| MAIO       | 4.93              | 4.49     | 4.29            | 2.83     | 1.83              | 3.97            |
| JUNHO      | 5.69              | 4.47     | 5.87            | 3.25     | 1.87              | 4.43            |
| JULHO      | 6.39              | 4.55     | 5.18            | 3.04     | 2.06              | 4.47            |
| AGOSTO     | 5.95              | 4.69     | 4.75            | 2.79     | 1.67              | 4.22            |

FONTE: PME/IBGE

\* Pessoas desocupadas em relação as pessoas economicamente ativas

\*\* Taxas ponderadas pela PEA das 6 Regiões Metropolitanas

IDADE MINIMA-15 ANOS

ELABORACAO: CES/IPLAN

GRÁFICO 2  
BRASIL  
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (PME-IBGE)  
JANEIRO 86 - AGOSTO 87

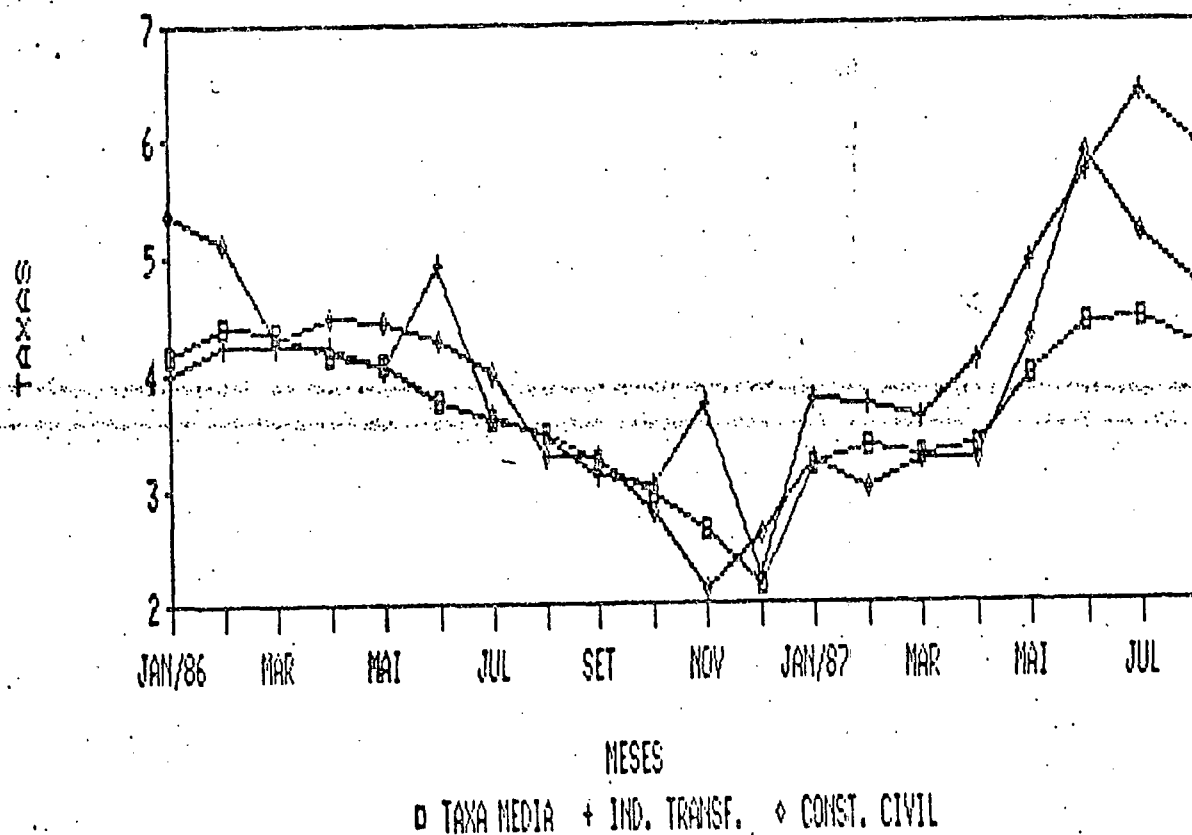


TABELA 3  
GRANDE SÃO PAULO  
TAXA DE DESEMPREGO POR TIPO DE DESEMPREGO EM RELACAO A  
POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO OS MESES DO ANO  
SETEMBRO/85-AGOSTO/87

| MESES       | TOTAL | ABERTO | OCULTO* |          |           |
|-------------|-------|--------|---------|----------|-----------|
|             |       |        | TOTAL   | PRECARIO | DESALENTO |
| SETEMBRO/85 | 12.0  | 7.3    | 4.7     | 3.0      | 1.7       |
| OUTUBRO     | 11.7  | 7.0    | 4.6     | 2.9      | 1.7       |
| NOVEMBRO    | 10.7  | 6.4    | 4.3     | 2.5      | 1.8       |
| DEZEMBRO    | 9.8   | 5.8    | 4.0     | 2.3      | 1.7       |
| JANEIRO/86  | 9.9   | 5.8    | 4.1     | 2.4      | 1.7       |
| FEBREIRO    | 10.5  | 6.3    | 4.2     | 2.5      | 1.7       |
| MARÇO       | 11.5  | 7.3    | 4.2     | 2.5      | 1.7       |
| ABRIL       | 11.6  | 7.5    | 4.1     | 2.5      | 1.6       |
| MAIO        | 10.9  | 7.2    | 3.7     | 2.3      | 1.4       |
| JUNHO       | 10.3  | 6.6    | 3.6     | 2.2      | 1.4       |
| JULHO       | 9.7   | 6.0    | 3.7     | 2.1      | 1.6       |
| AGOSTO      | 9.7   | 6.0    | 3.7     | 2.0      | 1.7       |
| SETEMBRO    | 9.5   | 5.7    | 3.7     | 2.0      | 1.7       |
| OUTUBRO     | 9.0   | 5.5    | 3.5     | 1.9      | 1.6       |
| NOVEMBRO    | 8.2   | 5.0    | 3.2     | 1.7      | 1.5       |
| DEZEMBRO    | 7.3   | 4.4    | 2.9     | 1.4      | 1.5       |
| JANEIRO/87  | 7.3   | 4.4    | 2.9     | 1.4      | 1.5       |
| FEBREIRO    | 7.6   | 4.8    | 2.8     | 1.3      | 1.5       |
| MARÇO       | 8.5   | 5.7    | 2.8     | 1.4      | 1.4       |
| ABRIL       | 8.9   | 6.2    | 2.7     | 1.5      | 1.2       |
| MAIO        | 9.5   | 6.7    | 2.8     | 1.7      | 1.1       |
| JUNHO       | 9.4   | 6.6    | 2.8     | 1.8      | 1.0       |
| JULHO       | 9.4   | 6.6    | 2.8     | 1.8      | 1.0       |
| AGOSTO      | 9.7   | 6.6    | 3.1     | 1.9      | 1.2       |

FONTE: PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO - SEADE/DIEESE  
OBS: AS TAXAS REPRESENTAM A MEDIA MOVEL DOS ULTIMOS 3 MESES  
ELABORACAO: CES/IPLAN

1. DESEMPREGO ABERTO: Procurou trabalho nos ultimos 30 dias anteriores ao dia da entrevista e nao exerceu nenhuma ocupacao nos ultimos 7 dias;
2. DESEMPREGO OCULTO PELO TRABALHO PRECARIO: Realiza, de forma irregular, algum trabalho remunerado ou nao remunerado de ajuda em negocios de parentes, e encontra-se numa situacao de procura de trabalho;
3. DESEMPREGO OCULTO PELO DESALENTO: Nao possui nenhum trabalho, nao procurou nos ultimos 30 dias por desestimulos do mercado de trabalho ou por circunstancias fortuitas, havendo, entretanto, procurado anteriormente ate o maximo de 1 ano atras.

GRÁFICO 3  
GRANDE SÃO PAULO  
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE)  
SETEMBRO 85 - AGOSTO 87

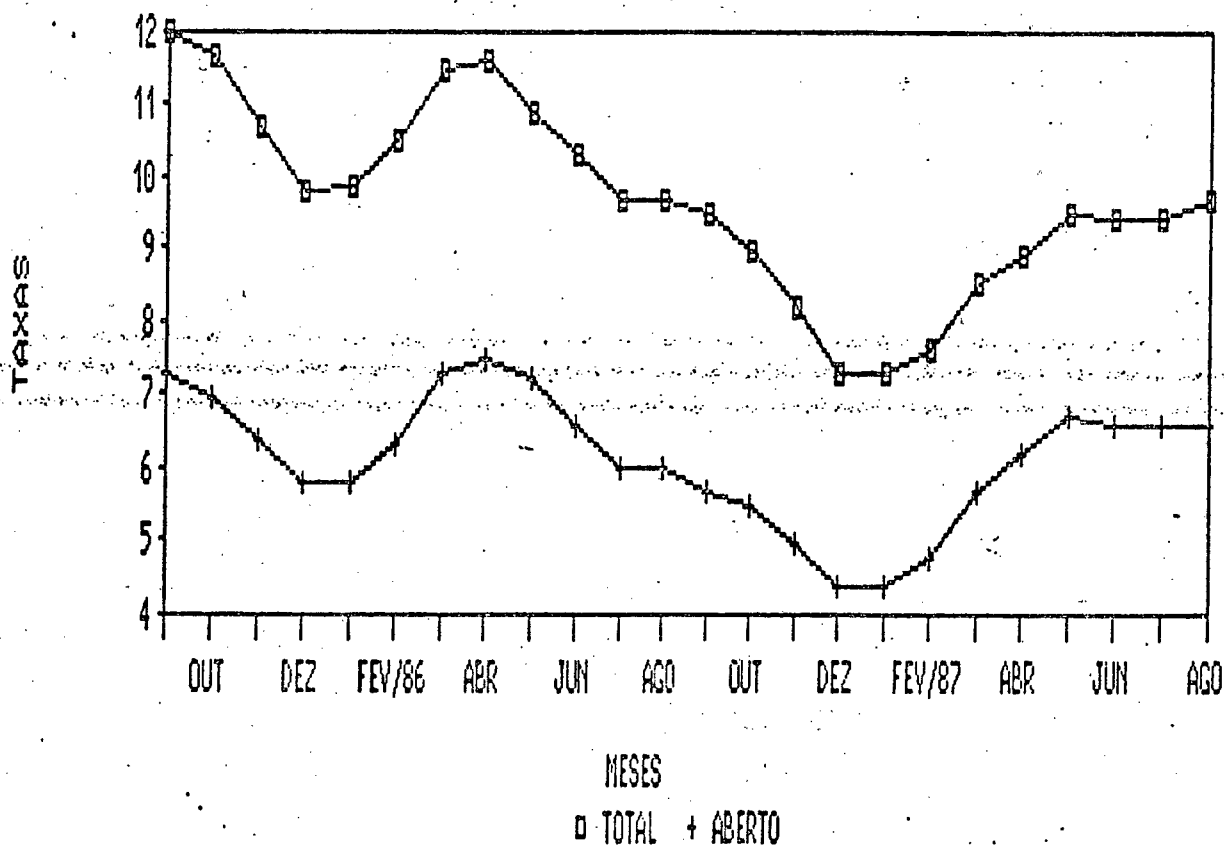


TABELA 4  
BRASIL  
ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA SEGUNDO  
OS MESES DO ANO  
SETEMBRO/85-AGOSTO/87

| MESES       | TOTAL  | EXT. MINERAL | IND. DE TRANSF. | SERV. UTIL. PÚBLICA | CONSTR. CIVIL | COMERCIO | SERVICIOS | ADM. PÚBLICA | AGRICULT. ETC... | OUTROS |
|-------------|--------|--------------|-----------------|---------------------|---------------|----------|-----------|--------------|------------------|--------|
| SETEMBRO/85 | 103.64 | 102.55       | 105.37          | 102.24              | 101.65        | 102.78   | 104.13    | 101.45       | 103.82           | 103.78 |
| OUTUBRO     | 104.47 | 103.10       | 106.50          | 102.24              | 104.92        | 103.92   | 104.67    | 101.51       | 102.66           | 104.44 |
| NOVEMBRO    | 105.31 | 103.18       | 107.30          | 102.37              | 105.56        | 106.28   | 105.64    | 101.57       | 101.26           | 104.91 |
| DEZEMBRO    | 104.83 | 102.70       | 106.95          | 102.35              | 103.70        | 105.99   | 105.11    | 101.46       | 98.72            | 104.26 |
| JANEIRO/86  | 105.31 | 102.46       | 107.91          | 102.50              | 105.86        | 105.63   | 105.56    | 101.53       | 99.75            | 104.67 |
| FEBREIRO    | 105.75 | 102.21       | 108.74          | 102.61              | 106.73        | 105.76   | 106.04    | 101.71       | 99.54            | 104.97 |
| MARÇO       | 106.29 | 102.33       | 109.33          | 102.98              | 107.57        | 106.24   | 106.65    | 102.09       | 99.63            | 105.33 |
| ABRIL       | 106.55 | 102.39       | 109.72          | 103.12              | 108.32        | 106.85   | 106.55    | 102.46       | 99.41            | 105.44 |
| MAIO        | 107.06 | 102.53       | 110.70          | 103.67              | 108.42        | 107.65   | 106.55    | 102.67       | 100.39           | 105.84 |
| JUNHO       | 107.61 | 102.39       | 112.40          | 104.09              | 108.75        | 108.55   | 106.68    | 103.22       | 102.49           | 106.76 |
| JULHO       | 108.38 | 102.87       | 114.00          | 104.52              | 109.56        | 109.46   | 106.59    | 103.16       | 102.82           | 107.19 |
| AGOSTO      | 109.11 | 102.93       | 115.56          | 104.50              | 110.50        | 110.37   | 107.02    | 103.06       | 102.90           | 107.83 |
| SETEMBRO    | 109.76 | 102.93       | 116.94          | 104.41              | 111.73        | 111.26   | 107.41    | 102.97       | 102.99           | 108.66 |
| OUTUBRO     | 110.37 | 102.93       | 118.05          | 104.27              | 112.56        | 112.41   | 107.67    | 102.67       | 102.27           | 108.67 |
| NOVEMBRO    | 110.60 | 102.83       | 118.65          | 104.24              | 112.83        | 114.64   | 108.32    | 102.79       | 101.01           | 108.65 |
| DEZEMBRO    | 110.02 | 102.84       | 117.39          | 104.05              | 110.99        | 113.39   | 107.56    | 102.62       | 98.14            | 107.14 |
| JANEIRO/87  | 110.28 | 101.83       | 118.09          | 103.97              | 111.70        | 112.71   | 108.03    | 102.53       | 98.01            | 107.16 |
| FEBREIRO    | 110.77 | 102.19       | 118.86          | 103.87              | 111.77        | 112.81   | 108.81    | 102.54       | 98.81            | 107.43 |
| MARÇO       | 110.79 | 102.00       | 118.80          | 103.88              | 110.40        | 112.39   | 109.27    | 102.61       | 99.07            | 107.56 |
| ABRIL       | 110.83 | 102.43       | 118.44          | 103.59              | 109.88        | 112.14   | 109.83    | 102.94       | 99.61            | 107.61 |
| MAIO        | 110.99 | 102.61       | 118.12          | 103.44              | 108.16        | 112.17   | 110.46    | 103.13       | 102.56           | 107.67 |
| JUNHO       | 110.65 | 103.05       | 116.66          | 103.51              | 107.47        | 111.88   | 110.64    | 103.28       | 104.43           | 107.82 |
| JULHO       | 110.25 | 103.93       | 115.60          | 103.72              | 107.92        | 111.68   | 110.67    | 103.42       | 104.91           | 107.73 |
| AGOSTO      | 110.46 | 104.34       | 114.69          | 103.71              | 109.20        | 112.18   | 110.99    | 103.56       | 105.40           | 108.19 |

FONTE: CADAstro GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - LEI 4923/65 - MTB  
BASE: DEZ/84  
ELABORAÇÃO: CES/PLAN

GRÁFICO 4  
BRASIL  
ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO (LEI 4923/65 - MTB)  
SETEMBRO 85 - AGOSTO 87

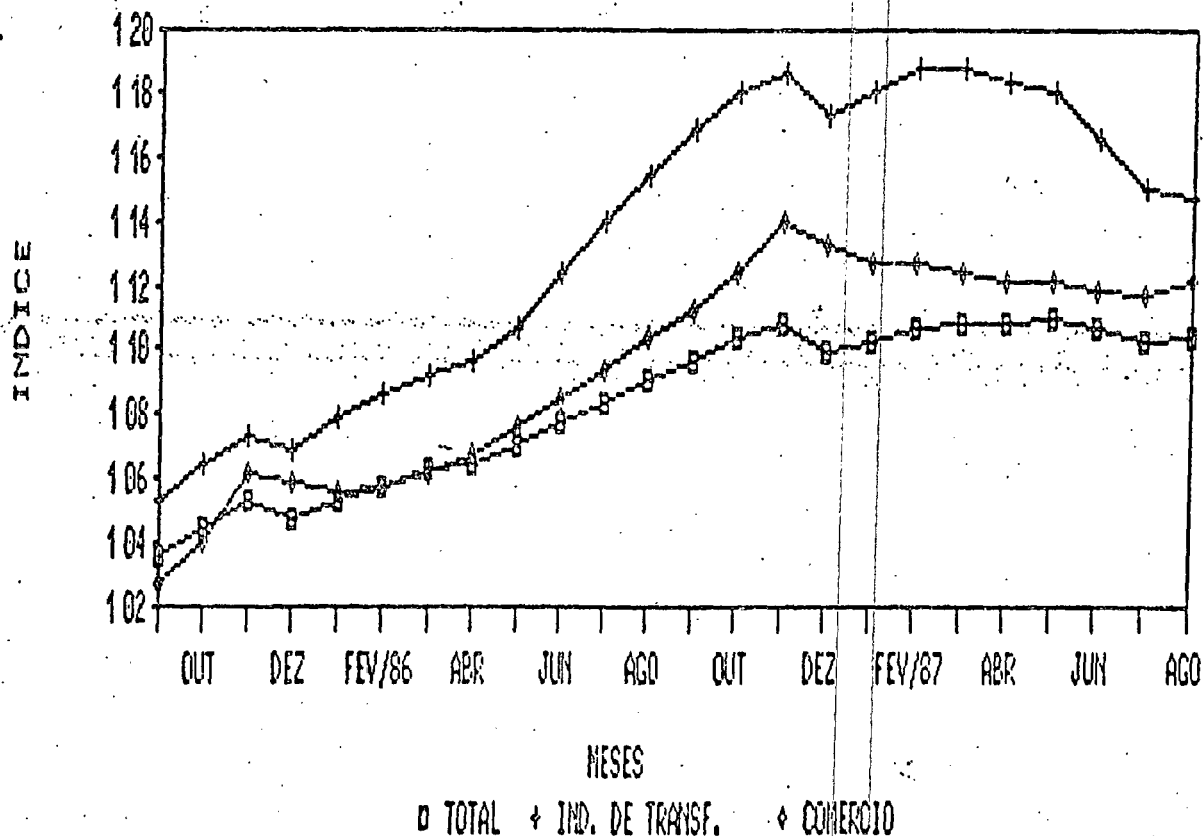
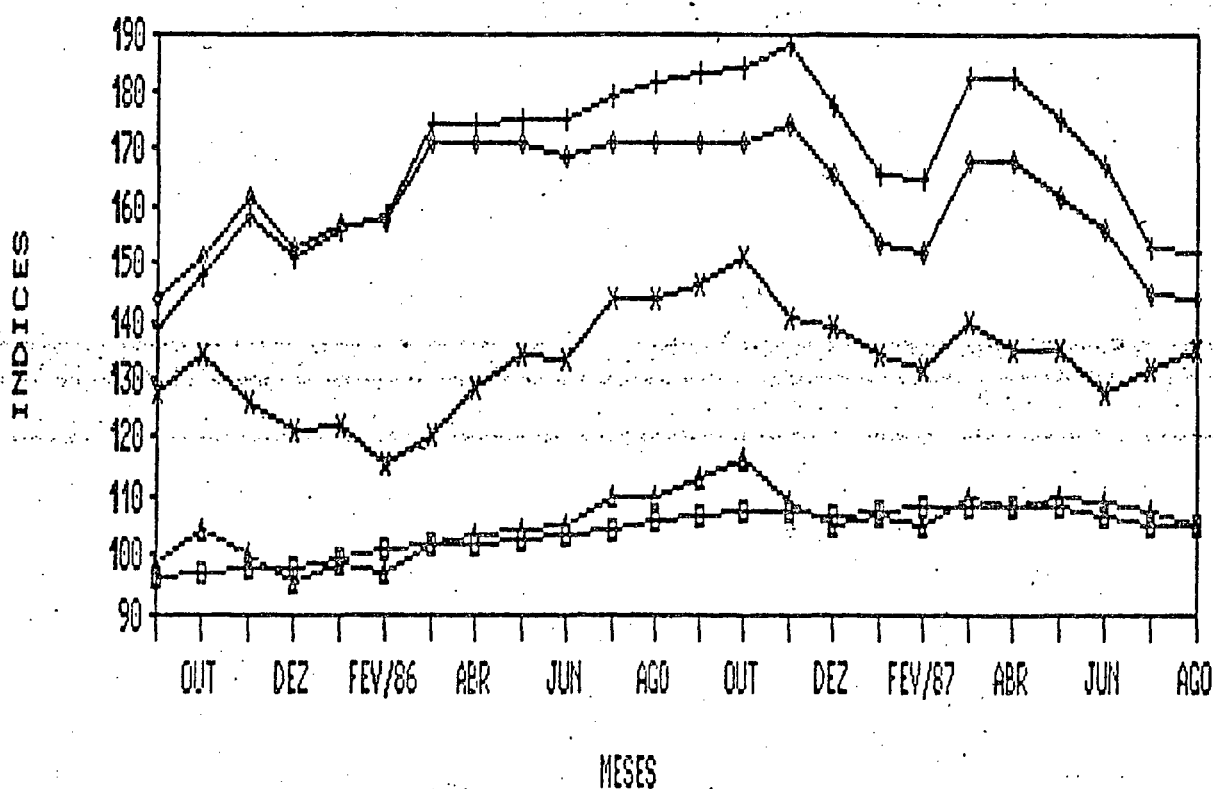


TABELA 5  
ESTADO DE SÃO PAULO  
ÍNDICES DA FIESP  
PESSOAL OCUPADO, SALÁRIO, HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO,  
UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA E NÍVEL DE ATIVIDADE  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
SETEMBRO/85-AGOSTO/87

| MESES       | PESSOAL<br>OCUPADO | MASSA<br>SALARIAL<br>REAL (*) | SALÁRIO<br>MÉDIO<br>REAL (*) | HORAS<br>TRABALHADAS<br>NA PROD | UTILIZ.<br>DA CAPAC.<br>INSTALADA | NÍVEL DE<br>ATIVIDADE |
|-------------|--------------------|-------------------------------|------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|
| SETEMBRO/85 | 96.4               | 132.9                         | 143.7                        | 99.0                            | 72.1                              | 125.0                 |
| OUTUBRO     | 97.4               | 147.9                         | 151.3                        | 104.9                           | 79.7                              | 134.5                 |
| NOVEMBRO    | 98.0               | 156.7                         | 161.1                        | 106.4                           | 75.2                              | 126.6                 |
| DEZEMBRO    | 98.4               | 150.5                         | 152.0                        | 95.5                            | 77.0                              | 121.7                 |
| JANEIRO/86  | 99.7               | 158.3                         | 156.5                        | 98.5                            | 75.1                              | 122.2                 |
| FEBREIRO    | 101.0              | 158.8                         | 157.4                        | 96.9                            | 76.7                              | 115.8                 |
| MARÇO       | 101.8              | 174.7                         | 171.7                        | 102.1                           | 77.4                              | 121.0                 |
| ABRIL       | 102.2              | 174.9                         | 171.4                        | 103.4                           | 79.6                              | 126.0                 |
| MAYO        | 102.7              | 175.8                         | 171.4                        | 104.2                           | 80.0                              | 134.7                 |
| JUNHO       | 103.8              | 175.1                         | 169.0                        | 105.1                           | 80.5                              | 133.6                 |
| JULHO       | 104.9              | 179.5                         | 171.4                        | 110.2                           | 81.5                              | 143.9                 |
| AGOSTO      | 105.8              | 181.7                         | 171.7                        | 110.2                           | 81.5                              | 144.3                 |
| SETEMBRO    | 106.9              | 183.5                         | 171.6                        | 113.2                           | 82.6                              | 146.8                 |
| OUTUBRO     | 107.4              | 184.4                         | 171.7                        | 116.5                           | 83.4                              | 151.6                 |
| NOVEMBRO    | 107.7              | 185.1                         | 174.6                        | 109.7                           | 81.4                              | 140.5                 |
| DEZEMBRO    | 107.2              | 178.1                         | 165.9                        | 105.6                           | 79.6                              | 139.5                 |
| JANEIRO/87  | 107.7              | 185.6                         | 153.6                        | 106.7                           | 81.3                              | 134.3                 |
| FEBREIRO    | 108.7              | 185.3                         | 151.9                        | 105.4                           | 81.4                              | 131.7                 |
| MARÇO       | 108.6              | 182.7                         | 168.0                        | 110.1                           | 81.8                              | 140.3                 |
| ABRIL       | 108.5              | 182.7                         | 168.2                        | 106.9                           | 81.6                              | 135.5                 |
| MAYO        | 108.2              | 175.4                         | 161.8                        | 110.2                           | 81.2                              | 135.4                 |
| JUNHO       | 106.9              | 167.3                         | 156.1                        | 109.0                           | 80.0                              | 128.1                 |
| JULHO       | 105.6              | 153.1                         | 144.7                        | 107.5                           | 80.2                              | 131.9                 |
| AGOSTO/87   | 105.0              | 151.9                         | 144.4                        | 105.2                           | 80.0                              | 134.8                 |

FONTE: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BASE: MÉDIA DE 1978  
DEFLATOR: (\*) IGV/FIPE  
ESTIMATIVAS FIESP (\*\*)  
ELABORAÇÃO: CES/IPLAN

GRÁFICO 5  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PESSOAL OCUPADO, SALÁRIO E HORAS TRABALHADAS (ÍNDICES FIESP)  
SETEMBRO 85 - AGOSTO 87



○ PESSOAL OCUPADO + HORAS TRAB. NA PROD ◇ MASSA SALARIAL ▲ SALÁRIO MÉDIO × NÍVEL DE ATIV.

TABELA 6  
BRASIL  
PESSOAS OCUPADAS SEM RENDIMENTO OU COM RENDIMENTO INTERIOR A UM  
SALÁRIO MÍNIMO EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA  
POR REGIÕES METROPOLITANAS.  
JANEIRO/86-AGOSTO/87

| MESES      | RECIFE | SALVADOR | BELO HORIZONTE | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | PORTO ALEGRE | TAXA MÉDIA |
|------------|--------|----------|----------------|----------------|-----------|--------------|------------|
| JANEIRO/86 | 27.21  | 25.15    | 23.56          | 19.05          | 12.79     | 16.72        | 17.37      |
| FEVEREIRO  | 25.19  | 23.25    | 22.66          | 18.64          | 12.67     | 16.20        | 16.86      |
| MARÇO      | 23.34  | 22.36    | 21.78          | 18.63          | 11.61     | 14.85        | 15.47      |
| ABRIL      | 31.58  | 28.53    | 30.57          | 23.61          | 17.92     | 19.89        | 22.20      |
| MAI        | 28.53  | 26.06    | 25.97          | 19.74          | 15.16     | 17.61        | 18.96      |
| JUNHO      | 28.63  | 23.64    | 25.20          | 18.79          | 13.95     | 16.61        | 17.94      |
| JULHO      | 28.43  | 25.00    | 25.67          | 18.40          | 12.72     | 15.79        | 17.22      |
| AGOSTO     | 26.12  | 23.92    | 22.69          | 18.20          | 11.93     | 15.35        | 16.54      |
| SETEMBRO   | 25.15  | 23.07    | 22.11          | 17.57          | 11.34     | 14.57        | 15.86      |
| OUTUBRO    | 23.28  | 21.97    | 21.34          | 17.61          | 10.38     | 13.64        | 15.10      |
| NOVEMBRO   | 22.61  | 20.54    | 19.23          | 16.42          | 9.40      | 13.21        | 13.99      |
| DEZEMBRO   | 21.18  | 20.01    | 17.73          | 14.75          | 7.74      | 12.16        | 12.78      |
| JANEIRO/87 | 21.50  | 18.44    | 16.42          | 13.51          | 7.46      | 11.56        | 11.71      |
| FEVEREIRO  | 26.06  | 24.47    | 23.90          | 17.84          | 9.17      | 14.52        | 15.17      |
| MARÇO      | 21.44  | 16.56    | 16.50          | 12.83          | 7.36      | 11.96        | 11.35      |
| ABRIL      | 29.12  | 22.43    | 22.20          | 18.87          | 10.04     | 15.40        | 15.81      |
| MAI        | 26.45  | 18.74    | 18.13          | 15.57          | 9.10      | 12.81        | 13.60      |
| JUNHO      | 29.67  | 22.26    | 22.35          | 16.61          | 10.70     | 14.70        | 15.51      |
| JULHO      | 28.00  | 21.22    | 21.65          | 16.96          | 9.61      | 13.95        | 14.86      |
| AGOSTO     | 26.88  | 18.36    | 18.26          | 14.76          | 8.40      | 11.42        | 13.06      |

FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO/IBGE  
(\*) MÉDIA PONDERADA PELA PEA DAS SEIS REGIÕES METROPOLITANAS.  
ELABORAÇÃO: CES/IPLAN

GRÁFICO 6  
REGIÕES METROPOLITANAS  
TAXA DOS OCUPADOS COM MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO (PME/IBGE)  
JANEIRO 86 - AGOSTO 87

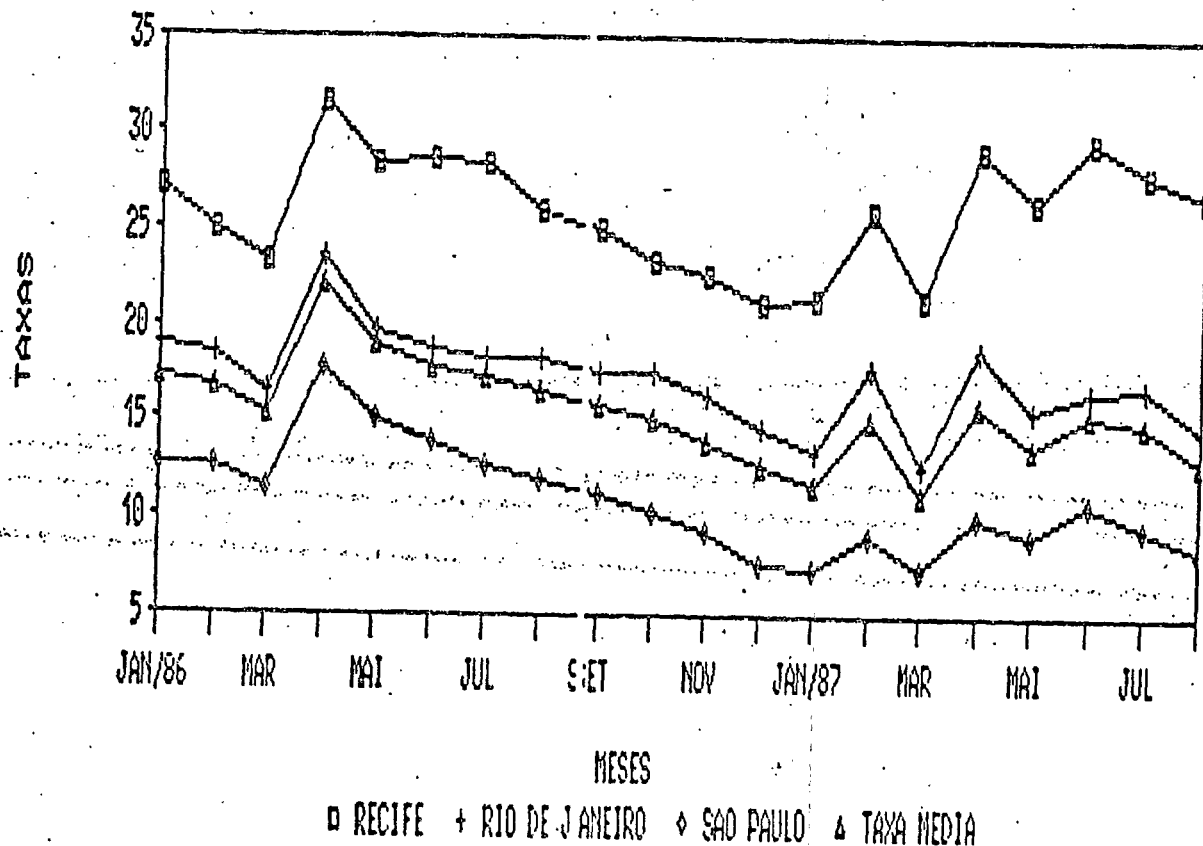


TABELA 7  
BRASIL  
RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABAHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS  
E DES EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO POR REGIÕES METROPOLITANAS  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
AGOSTO/85 - JULHO/87

| MESES      | RIO DE JANEIRO |          | RIO DE JANEIRO |          | SAO PAULO   |          | PORTO ALEGRE |          | MÉDIA       |          |
|------------|----------------|----------|----------------|----------|-------------|----------|--------------|----------|-------------|----------|
|            | EMPREGADOS:    | OCUPADOS | EMPREGADOS:    | OCUPADOS | EMPREGADOS: | OCUPADOS | EMPREGADOS:  | OCUPADOS | EMPREGADOS: | OCUPADOS |
| AGOSTO/85  | 2123           | 2321     | 2116           | 2311     | 2449        | 2840     | 2314         | 2325     | 2384        | 2405     |
| SETEMBRO   | 2611           | 2280     | 2103           | 2331     | 2680        | 2844     | 2403         | 2354     | 2411        | 2401     |
| OUTUBRO    | 2646           | 2267     | 2642           | 2264     | 2621        | 2250     | 2221         | 2310     | 2378        | 2521     |
| NOVEMBRO   | 2317           | 2578     | 2240           | 2532     | 3042        | 3231     | 2654         | 2421     | 2491        | 2510     |
| DEZEMBRO   | 2354           | 2711     | 2342           | 2657     | 3252        | 3444     | 2491         | 2740     | 2810        | 3212     |
| JANEIRO/86 | 2112           | 2339     | 2126           | 2289     | 2879        | 2918     | 2227         | 2143     | 2513        | 2418     |
| FEBREIRO   | 2163           | 2314     | 2157           | 2283     | 2853        | 2815     | 2422         | 2294     | 2529        | 2415     |
| MARÇO      | 2263           | 2502     | 2298           | 2452     | 3018        | 3001     | 2411         | 2442     | 2463        | 2750     |
| ABRIL      | 2557           | 2458     | 2488           | 2440     | 3216        | 3180     | 2678         | 2459     | 2874        | 2922     |
| MAIO       | 2526           | 2754     | 2539           | 2499     | 3382        | 3293     | 2811         | 2578     | 2991        | 3057     |
| JUNHO      | 2673           | 2800     | 2699           | 2874     | 3429        | 3310     | 2844         | 2554     | 3074        | 3073     |
| JULHO      | 2721           | 2834     | 2771           | 2894     | 3579        | 3494     | 2979         | 2415     | 3189        | 3180     |
| AGOSTO     | 2794           | 2809     | 2772           | 2905     | 3714        | 3567     | 3137         | 2743     | 3275        | 3231     |
| SETEMBRO   | 2894           | 2853     | 2799           | 2965     | 3742        | 3617     | 3251         | 2737     | 3329        | 3241     |
| OUTUBRO    | 3103           | 2917     | 2850           | 3015     | 3914        | 3674     | 3224         | 2844     | 3435        | 3347     |
| NOVEMBRO   | 3080           | 2944     | 2887           | 2994     | 4105        | 3835     | 3299         | 2945     | 3544        | 3428     |
| DEZEMBRO   | 3182           | 3118     | 3290           | 3529     | 4773        | 4456     | 3432         | 3114     | 4029        | 3963     |
| JANEIRO/87 | 2447           | 2567     | 2454           | 2702     | 3179        | 3469     | 2837         | 2435     | 3279        | 3071     |
| FEBREIRO   | 2486           | 2484     | 2491           | 2562     | 3474        | 3343     | 2855         | 2497     | 3080        | 2958     |
| MARÇO      | 2394           | 2470     | 2478           | 2550     | 3463        | 3180     | 2634         | 2394     | 2974        | 2841     |
| ABRIL      | 2235           | 2344     | 2353           | 2475     | 3146        | 3047     | 2441         | 2295     | 2745        | 2749     |
| MAIO       | 2110           | 2262     | 2304           | 2491     | 3038        | 2969     | 2445         | 2317     | 2465        | 2701     |
| JUNHO      | 1939           | 2127     | 2154           | 2394     | 2852        | 2790     | 2294         | 2169     | 2495        | 2557     |
| JULHO      | 1964           | 2159     | 2189           | 2255     | 2794        | 2742     | 2212         | 2115     | 2449        | 2501     |

FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (PME/IBGE)  
DEFLATOR: IPC (SEN E EMPREGO) CONJUNTO INSTITUÍDO EM JULHO DE 1986  
EM CRUZADOS DE MARÇO DE 1986  
(\*) MÉDIA PONDERADA PELAS PESSOAS OCUPADAS E PELOS EMPREGADOS C/ CARTEIRA  
DAS QUATRO REGIÕES METROPOLITANAS  
ELABORAÇÃO: CES/PLAN

GRÁFICO 7  
REGIÕES METROPOLITANAS  
RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS (PME/IBGE)  
AGOSTO 85 - JULHO 87

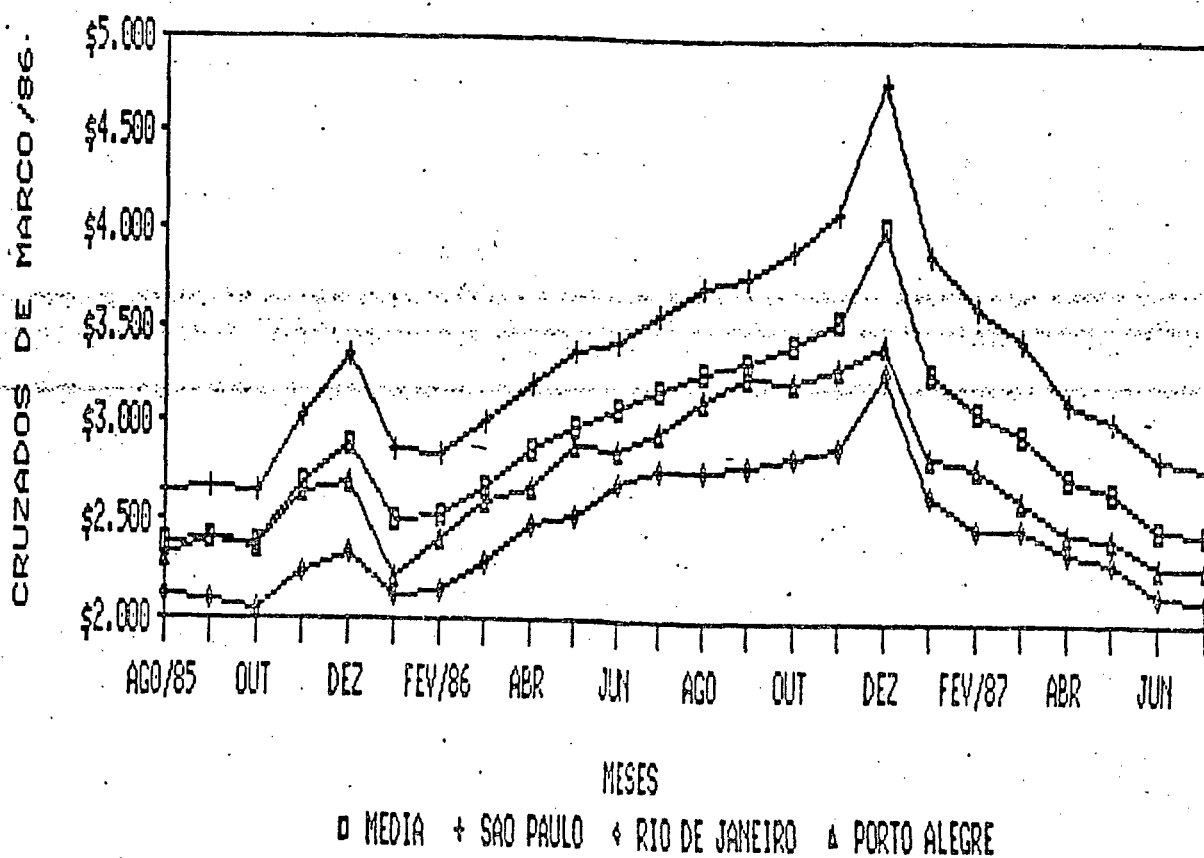


TABELA 8  
 BRASIL  
 RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA  
 DE TRABALHO E DOS COM CONTAS PRÓPRIAS POR REGIÃO METROPOLITANA SEGUNDO OS  
 MESES DO ANO  
 AGOSTO/85-JULHO/87

| MÊSES      | REGIÃO NOROCCIDENTAL              |                                   | RIO DE JANEIRO                    |                                   | SÃO PAULO                         |                                   | PORTO ALEGRE                      |                                   |
|------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
|            | EMPREGADOS: C/ CARTEIRA : PRÓPRIA | EMPREGADOS: C/ CARTEIRA : PRÓPRIA | EMPREGADOS: C/ CARTEIRA : PRÓPRIA | EMPREGADOS: C/ CARTEIRA : PRÓPRIA | EMPREGADOS: C/ CARTEIRA : PRÓPRIA | EMPREGADOS: C/ CARTEIRA : PRÓPRIA | EMPREGADOS: C/ CARTEIRA : PRÓPRIA | EMPREGADOS: C/ CARTEIRA : PRÓPRIA |
| AGOSTO/85  | 1352                              | 1396                              | 1465                              | 1496                              | 1576                              | 1576                              | 2376                              | 1406                              |
| SETEMBRO   | 1361                              | 1387                              | 1451                              | 1414                              | 1552                              | 1554                              | 2457                              | 1785                              |
| OUTUBRO    | 1421                              | 1244                              | 1626                              | 1376                              | 1625                              | 1596                              | 2315                              | 1744                              |
| NOVEMBRO   | 1564                              | 1546                              | 1487                              | 1466                              | 1555                              | 2176                              | 2434                              | 1635                              |
| DEZEMBRO   | 1575                              | 1464                              | 1446                              | 1452                              | 2172                              | 2221                              | 2616                              | 1731                              |
| JANEIRO/86 | 1427                              | 1421                              | 1782                              | 1446                              | 2586                              | 2235                              | 2367                              | 1561                              |
| FEBREIRO   | 1375                              | 1447                              | 1835                              | 1436                              | 1579                              | 2113                              | 2466                              | 1495                              |
| MARÇO      | 1488                              | 1542                              | 1861                              | 1577                              | 2081                              | 2446                              | 2695                              | 2656                              |
| ABRIL      | 1559                              | 1782                              | 2019                              | 1844                              | 2234                              | 2499                              | 2683                              | 2231                              |
| MAIO       | 1618                              | 1774                              | 2074                              | 1823                              | 2434                              | 2742                              | 2695                              | 2336                              |
| JUNHO      | 1747                              | 1992                              | 2153                              | 1967                              | 2377                              | 2553                              | 3186                              | 2206                              |
| JULHO      | 1967                              | 1956                              | 2095                              | 2195                              | 2516                              | 2733                              | 3222                              | 2313                              |
| AGOSTO     | 1949                              | 2271                              | 2179                              | 2264                              | 2595                              | 3492                              | 3364                              | 2571                              |
| SETEMBRO   | 1972                              | 2446                              | 2483                              | 2695                              | 2652                              | 3411                              | 3321                              | 2962                              |
| OUTUBRO    | 2265                              | 2551                              | 2647                              | 2362                              | 2665                              | 3164                              | 3331                              | 3197                              |
| NOVEMBRO   | 2371                              | 2456                              | 2116                              | 2322                              | 2655                              | 4026                              | 3206                              | 3263                              |
| DEZEMBRO   | 2336                              | 2716                              | 2383                              | 2477                              | 3456                              | 4235                              | 3415                              | 3114                              |
| JANEIRO/87 | 2625                              | 2325                              | 2156                              | 2259                              | 2562                              | 3695                              | 2872                              | 2746                              |
| FEBREIRO   | 1851                              | 2151                              | 2676                              | 1961                              | 2676                              | 3522                              | 2465                              | 2461                              |
| MARÇO      | 1682                              | 2651                              | 2666                              | 1945                              | 2672                              | 3191                              | 2445                              | 2461                              |
| ABRIL      | 1564                              | 1783                              | 1946                              | 1795                              | 2235                              | 2745                              | 2386                              | 2152                              |
| MAIO       | 1363                              | 1542                              | 1614                              | 1767                              | 2123                              | 2452                              | 2245                              | 1932                              |
| JUNHO      | 1366                              | 1367                              | 1744                              | 1416                              | 2132                              | 2336                              | 2265                              | 1864                              |
| JULHO      | 1231                              | 1346                              | 1728                              | 1419                              | 2135                              | 2371                              | 2315                              | 1717                              |

FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (PMEL)/IBGE  
 REPLANO: DPPE (SER O EMPREGADO COM FOLGUEIRO INSTITUÍDO EM JULHO DE 1986)  
 EM CRUZADOS DE MARÇO DE 1986  
 ELABORAÇÃO: CES/PLAN

GRÁFICO 8  
 REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO  
 RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS, EMPREGADOS COM CARTEIRA, EMPREGADOS SEM CARTEIRA  
 E DOS COM CONTAS PRÓPRIAS (PME/IBGE)  
 AGOSTO 85 - JULHO 87

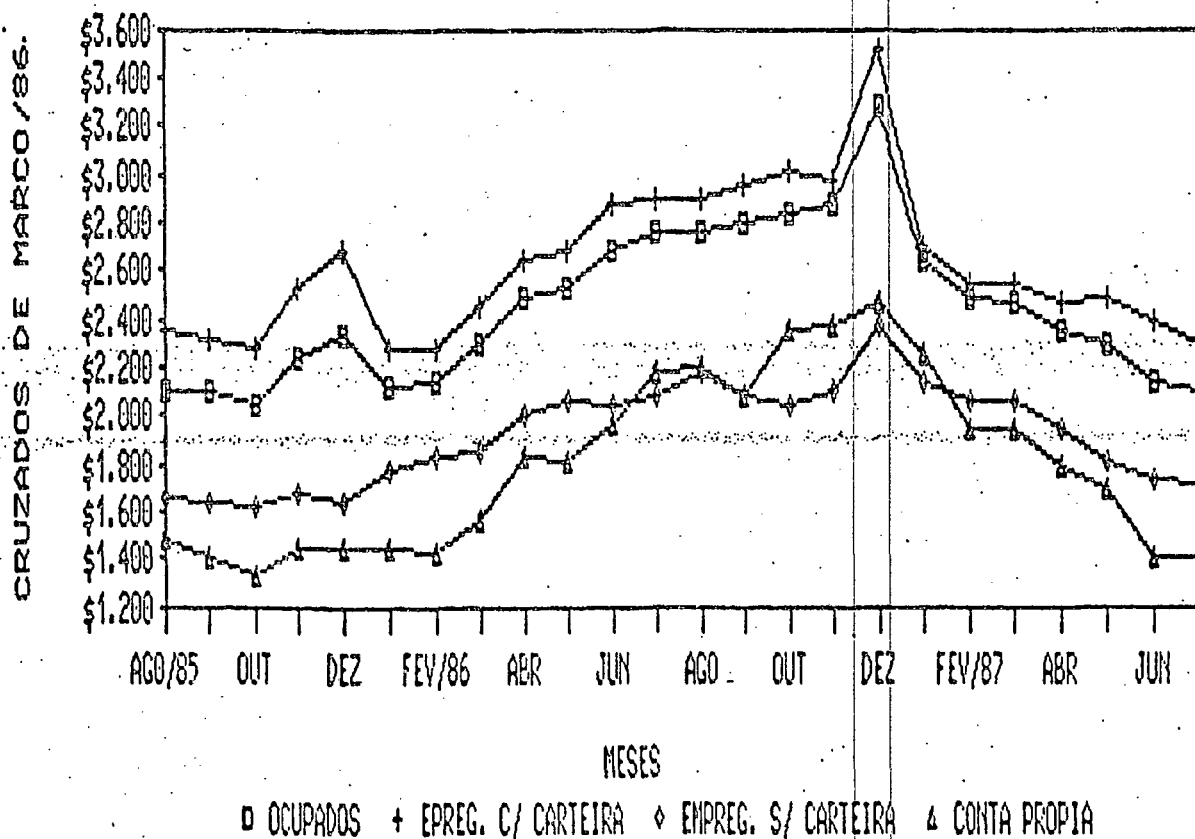


TABELA 9  
BRASIL  
EVOLUCAO DO SALARIO MINIMO REAL  
SEGUNDO OS MESES DO ANO  
JANEIRO/1985-SETEMBRO/1987

| ANOS      | 1985    | 1986    | 1987(*) |
|-----------|---------|---------|---------|
| MESES     |         |         |         |
| JANEIRO   | 2737.63 | 2828.38 | 2812.63 |
| FEVEREIRO | 2467.48 | 2514.80 | 2468.45 |
| MARCO     | 2244.30 | 3266.17 | 3059.55 |
| ABRIL     | 2066.88 | 3252.19 | 2529.41 |
| MAIO      | 3856.01 | 3217.58 | 2464.92 |
| JUNHO     | 3559.35 | 3186.82 | 2438.48 |
| JULHO     | 3233.53 | 3158.16 | 2218.20 |
| AGOSTO    | 2897.10 | 3113.60 | 2378.74 |
| SETEMBRO  | 2631.64 | 3076.94 | 2400.00 |
| OUTUBRO   | 2386.97 | 3033.50 |         |
| NOVEMBRO  | 3765.26 | 2936.94 |         |
| DEZEMBRO  | 3252.91 | 2738.01 |         |
| MEDIA     | 2924.92 | 3026.92 | 2530.04 |

A PRECOS DE SETEMBRO/87

DEFLATOR: INPC COM EMPRESTIMO COMPULSORIO

(\*) A PARTIR DE AGOSTO UTILIZA-SE O PISO

SALARIAL INSTITUIDO PELOS DECRETOS - LEI

2351 E 2352 DE 07/08/87

ELABORACAO: CES/IPLAN

GRÁFICO 9  
BRASIL  
EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL (DEFLATOR INPC/IBGE)  
JANEIRO 85 - SETEMBRO 87

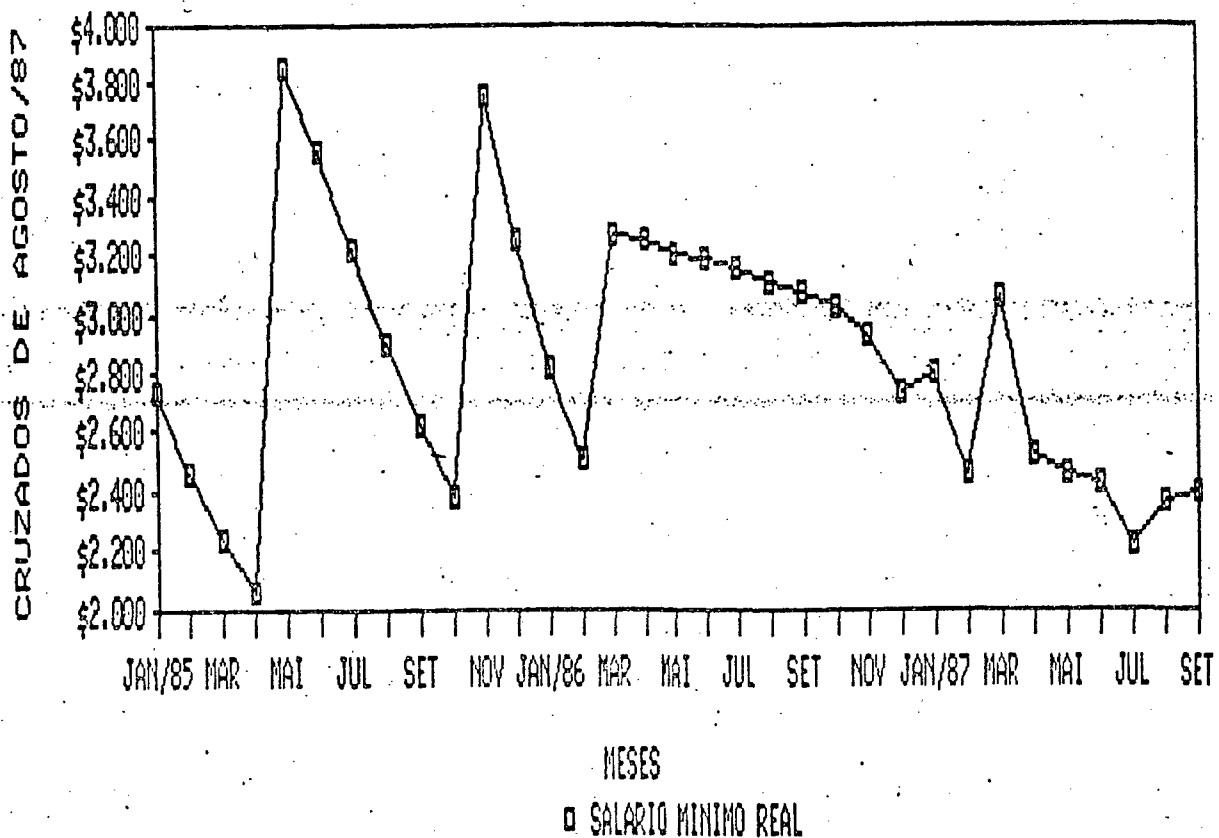


TABELA 10  
BRASIL  
NUMERO DE REQUERENTES E SEGURADOS DO PROGRAMA  
SEGURO DESEMPREGO SEGUNDO OS MESES DO ANO  
JULHO/86-SETEMBRO/87

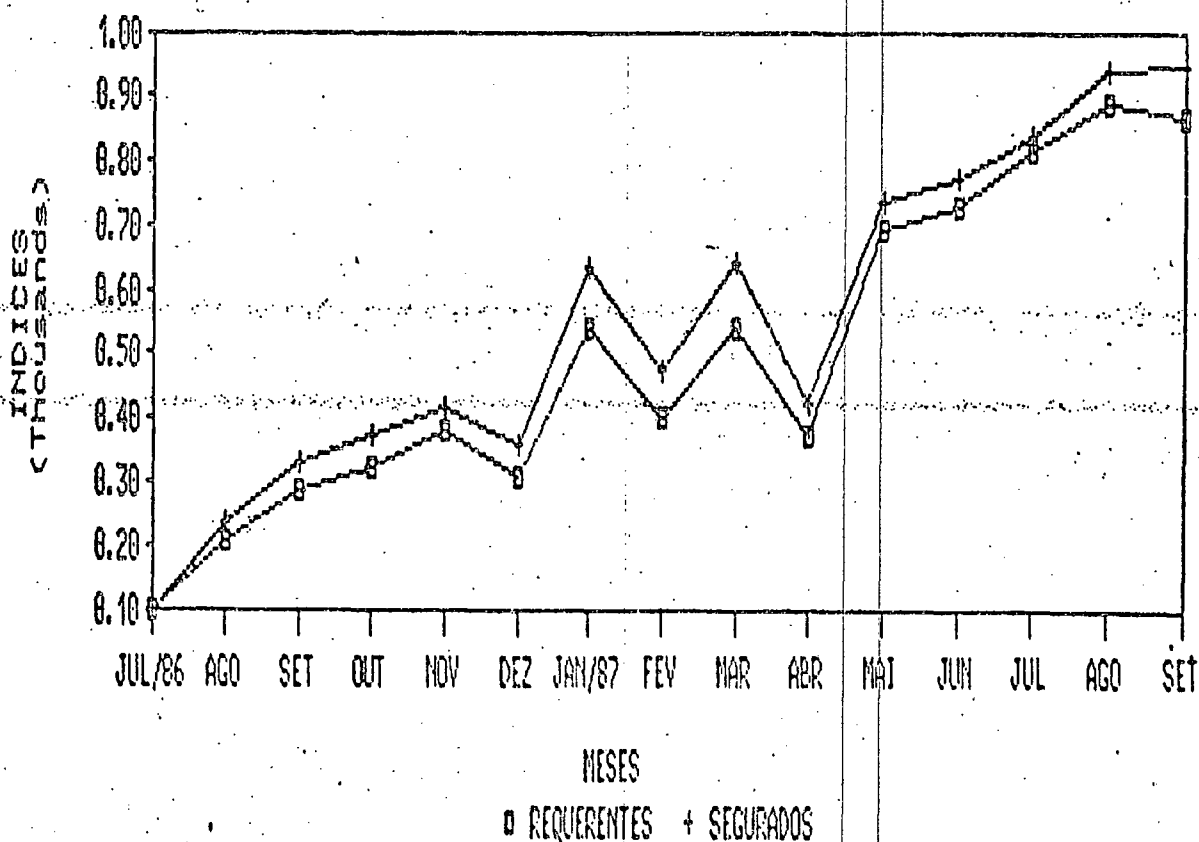
| DISCRIMINACAO | NUMERO         | INDICE | NUMERO       | INDICE |
|---------------|----------------|--------|--------------|--------|
| MESES         | DE REQUERENTES |        | DE SEGURADOS |        |
| JULHO/86      | 14204          | 100.0  | 8322         | 100.0  |
| AGOSTO        | 29995          | 211.2  | 20095        | 241.5  |
| SETEMBRO      | 40794          | 287.2  | 27800        | 334.1  |
| OUTUBRO       | 46409          | 326.7  | 31451        | 377.9  |
| NOVEMBRO      | 54349          | 382.6  | 34782        | 418.0  |
| DEZEMBRO      | 44564          | 313.7  | 30036        | 360.9  |
| JANEIRO/87    | 76889          | 541.3  | 53091        | 638.0  |
| FEBREIRO      | 57666          | 406.0  | 40023        | 480.9  |
| MARCO         | 77057          | 542.5  | 53747        | 645.8  |
| ABRIL         | 53880          | 379.3  | 35741        | 429.5  |
| MAIO          | 98810          | 695.6  | 61319        | 736.8  |
| JUNHO         | 104403         | 735.0  | 64743        | 778.0  |
| JULHO         | 115880         | 815.8  | 70066        | 841.9  |
| AGOSTO        | 126021         | 892.9  | 70490        | 843.2  |
| SETEMBRO      | 123720         | 871.0  | 79153        | 951.1  |

FONTE: CATD/SES/MTb

ELABORACAO: CES/IPLAN.

obs: dados sujeitos a retificacoes

GRÁFICO 10  
BRASIL  
ÍNDICE DE REQUERENTES E SEGURADOS DO PROGRAMA SEGURO DESEMPREGO  
JULHO 86 - SETEMBRO 87



-----  
DADOS CONJUNTURAIS DA AGROPECUÁRIA  
NO BRASIL  
-----

Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento - CAA



## DADOS CONJUNTURAIS DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL, 1986/87

### 1. Produção Vegetal em 1987 e Prognóstico para 1988

As estimativas da produção vegetal do mês de outubro aproximam-se muito do resultado final da safra de 1987, pois as colheitas já estão praticamente concluídas (Tabela 1).

No balanço da safra 1986/87 identificam-se dois grupos de produtos com dinâmica diferenciada. No primeiro, incluem-se os que apresentaram aumentos de quantidade, área e rendimento, como batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, laranja, milho e soja. Aliás, foram o milho e a soja as culturas que tiveram os maiores ganhos de produtividade. No caso da soja, particularmente, a elevação de 27% no rendimento mais que compensou a diminuição de 0,36% na área plantada.

No segundo grupo, caracterizado pela redução de rendimento, distinguem-se as culturas de feijão, mandioca, algodão arbóreo e mamona. Dentre estes, o pior desempenho ficou com a mamona e o algodão arbóreo que apresentaram uma queda de produção de 58,22% e 53,09% respectivamente.

Quanto aos primeiros prognósticos para a safra 1987/88, nota-se uma redução na área plantada de quase todos os produtos, com exceção do algodão herbáceo e soja. As culturas alimentares, por sua vez, não mostram boas perspectivas. Para o arroz, a previsão é de redução de 3,61% na área e, para o feijão, esta previsão é de 0,60% (Tabela 2).

É importante observar a expansão recente da cana-de-açúcar em regiões novas como o Sul. A expectativa é que a área aumente de 2,91% no próximo ano. Isto se deve, principalmente, à crescente importância que vem assumindo o Paraná na produção nacional deste produto.

A Tabela 2 ressalta o comportamento crítico do amendoim, cuja previsão de redução de área é de 35,73%. O problema maior com relação a esse produto é que sua aparente extinção vem ocorrendo em todas as regiões.

Finalmente, esses dados levam à conclusão que, se não houver ganhos acentuados de produtividade, a safra de 1987/88 ficará bem aquém dos resultados obtidos neste ano. A se manter

90.

esse comportamento, é possível que tenhamos problemas de escassez na produção de alimentos básicos como arroz e feijão.

## 2. Produção Animal e Derivados

Os dados sobre produção animal, de maneira geral, indicam um comportamento bastante favorável da atividade neste ano. Como se observa nas Tabelas 6 e 7, houve expansão no abate e na produção leiteira entre 1986 e 1987..

Pelo menos três aspectos positivos podem ser observados pelos dados de produção animal. O primeiro diz respeito à redução do abate de matrizes desde junho, mostrando tendência nítida de capitalização do setor. O segundo é que alguns produtos como carnes de suínos e aves, que em 1986 estavam estagnados, neste ano têm se destacado pelo elevado crescimento da produção e da produtividade. O terceiro refere-se aos preços reais recebidos pelos produtores, cuja tendência anterior de queda vem sendo revertida. A única exceção é o leite, cujos preços, em setembro, encontravam-se aos níveis de janeiro de 1987. Entre os diversos preços (Tabela 8), os de suínos são os que mais têm aumentado nos últimos meses, passando de Cz\$ 98,0 para Cz\$ 104,9 por arroba, entre agosto e setembro.

- TABELA 1 -

BRASIL - Produção, Área Colhida e/ou a Colher e Rendimento Médio das Principais Lavouras - Estimativa da Safra 1986/1987 - Situação do Mes de Outubro.

| LAVOURA          | PRODUÇÃO (t) |             |          | ÁREA (ha)  |            |          | RENDIMENTO EM (kg/ha) |           |          |
|------------------|--------------|-------------|----------|------------|------------|----------|-----------------------|-----------|----------|
|                  | OBTIDA       | ESFERADA    | VARIACAO | COLHIDA    | A COLHER   | VARIACAO | OBTIDO                | ESPERADO  | VARIACAO |
|                  | EM 1986      | EM 1987     | EM %     | EM 1986    | EM 1987    | EM %     | EM 1986               | EM 1987   | EM %     |
| ALGODAO ARROZADO | 116 103      | 54 464      | -53.09   | 1 143 925  | 680 568    | -41.53   | 99.75                 | 80.9      | -19.77   |
| ALGODAO HERBACEO | 2 198 437    | 1 581 429   | -28.06   | 1 995 842  | 1 287 918  | -35.47   | 1101.51               | 1 227.9   | 11.48    |
| AMENDOIM         | 216 261      | 196 383     | -9.19    | 160 981    | 142 775    | -11.31   | 1343.39               | 1 375.5   | 2.39     |
| ARROZ            | 10 404 676   | 10 452 303  | 0.46     | 5 550 927  | 6 013 584  | 7.56     | 1860.99               | 1 738.1   | -6.60    |
| BANANA (1)       | 504 216      | 518 906     | 2.91     | 429 833    | 455 021    | 5.86     | 1173.04               | 1 140.4   | -2.73    |
| BATATA INGLESA   | 1 833 651    | 2 309 295   | 25.94    | 160 776    | 175 452    | 9.13     | 11405.00              | 13 162.0  | 15.41    |
| CACAU            | 460 442      | 452 920     | -0.33    | 657 216    | 650 038    | -1.09    | 700.59                | 706.0     | 0.77     |
| CAFE             | 1 954 042    | ...         | ...      | 2 461 382  | ...        | ...      | ...                   | ...       | ...      |
| CANA-DE-AÇÚCAR   | 235 473 386  | 260 771 823 | 9.34     | 3 945 898  | 4 068 865  | 3.12     | 60449.84              | 64 089.6  | 6.04     |
| CEBOLA           | 635 251      | 856 024     | 34.75    | 63 399     | 75 381     | 18.90    | 10019.89              | 11 356.0  | 13.33    |
| FEIJAO           | 2 219 478    | 2 072 997   | -6.60    | 5 484 590  | 5 257 474  | -4.14    | 404.68                | 394.3     | -2.57    |
| FUMO             | 387 257      | 418 419     | 8.05     | 279 539    | 299 327    | 7.08     | 1385.34               | 1 397.9   | 0.90     |
| LARANJA (2)      | 66 635 107   | 73 433 689  | 10.21    | 707 226    | 728 107    | 2.95     | 94217.56              | 100 855.6 | 7.05     |
| MARONA           | 261 378      | 109 204     | -58.22   | 457 865    | 281 725    | -38.36   | 571.84                | 387.6     | -32.21   |
| MANDIOCA         | 25 555 997   | 24 810 259  | -2.92    | 2 050 313  | 2 025 373  | -1.22    | 12444.44              | 12 259.7  | -1.72    |
| MILHO            | 20 541 227   | 26 897 892  | 30.95    | 12 460 129 | 13 616 584 | 9.28     | 1648.56               | 1 975.4   | 19.82    |
| PIRENTA DO REINO | 45 432       | 46 950      | 3.34     | 20 662     | 20 868     | 1.00     | 2198.82               | 2 249.9   | 2.32     |
| SOJA             | 13 334 691   | 16 873 311  | 26.54    | 9 185 551  | 9 152 188  | -0.36    | 1451.70               | 1 843.6   | 27.00    |
| SORGO            | 370 122      | 466 336     | 26.00    | 198 598    | 245 611    | 23.67    | 1863.67               | 1 898.7   | 1.88     |
| TOMATE           | 1 838 334    | 1 967 868   | 7.05     | 51 481     | 55 283     | 7.39     | 35708.98              | 35 586.3  | -0.32    |
| TRIGO            | 5 638 470    | 5 530 225   | -1.92    | 3 897 719  | 3 403 965  | -12.67   | 1446.61               | 1 624.6   | 12.31    |
| UVA              | 589 775      | 563 020     | -4.54    | 58 483     | 58 631     | 0.25     | 10034.55              | 9 602.8   | -4.78    |
| TOTAIS           |              |             |          | 51 481 540 | 48 694 738 |          |                       |           |          |

FONTE : 1986/CEPAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

1/ Produção em mil cachos

2/ Produção em mil frutos

- TABELA 2 - AREA EM RONDONIA E CENTRO-SUL  
CONFRONTO DAS SAFRAS DE 1987 E 1988  
( POSICAO DE OUTUBRO / 87 )

| LAVOURA                          | AREA (ha)          |                                     |                  |
|----------------------------------|--------------------|-------------------------------------|------------------|
|                                  | COLHIDA<br>EM 1986 | PLANTADA OU A<br>PLANTAR (safra 88) | VARIACAO<br>EM % |
| ALGODAO HERBACEO ( em caroco )   | 931.988            | 1.004.645                           | 7,80             |
| AMENDOIM ( em casca ) - 1a safra | 108.435            | 69.693                              | -35,73           |
| ARROZ ( em casca )               | 4.501.614          | 4.338.987                           | -3,61            |
| BATATA INGLESA - 1a safra        | 99.216             | 102.237                             | 3,04             |
| CANA-DE-ACUCAR (1)               | 2.767.396          | 2.747.150                           | -0,73            |
| CEBOLA                           | 65.647             | 58.965                              | -10,18           |
| FEIJAO ( em grao ) - 1a safra    | 1.655.015          | 1.645.107                           | -0,60            |
| FUMO ( em folha )                | 234.031            | 220.381                             | -5,83            |
| MAMONA                           | 39.577             | 31.544                              | -20,30           |
| MANDIOCA (1)                     | 566.325            | 572.963                             | 1,17             |
| MILHO ( em grao )                | 10.576.132         | 9.688.852                           | -8,39            |
| SOJA ( em grao )                 | 8.971.729          | 10.180.195                          | 13,47            |
| TOMATE                           | 32.978             | 33.534                              | 1,69             |

(1) Area destinada a colheita

- TABELA 3 -  
 AREA EM RONDONIA E CENTRO-SUL  
 CONFRONTO DAS SAFRAS DE 1987 E 1988

| GRANDES REGIOES                  | AREA (ha)             |                                     |                  |
|----------------------------------|-----------------------|-------------------------------------|------------------|
|                                  | COLHIDA<br>(safra 87) | PLANTADA OU A<br>PLANTAR (safra 88) | VARIACAO<br>EM % |
| ALGODAO HERBACEO ( em casca )    |                       |                                     |                  |
| TOTAL                            | 925.988               | 1.004.645                           | 8,49             |
| SUDESTE                          | 456.736               | 455.089                             | -0,36            |
| SUL                              | 380.000               | 445.000                             | 17,11            |
| CENTRO-OESTE                     | 89.252                | 104.556                             | 17,15            |
| AMENDOIM ( em casca ) - 1a safra |                       |                                     |                  |
| TOTAL                            | 108.435               | 69.693                              | -35,73           |
| SUDESTE                          | 92.680                | 58.124                              | -37,29           |
| SUL                              | 13.296                | 11.219                              | -15,62           |
| CENTRO-OESTE                     | 2.459                 | 350                                 | -85,77           |
| ARRQZ ( em casca )               |                       |                                     |                  |
| TOTAL (1)                        | 4.501.614             | 4.338.987                           | -3,61            |
| SUDESTE (1)                      | 997.137               | 950.384                             | -4,69            |
| SUL (1)                          | 1.160.243             | 1.163.165                           | 0,25             |
| CENTRO-OESTE (1)                 | 2.207.321             | 2.071.638                           | -6,15            |
| RONDONIA                         | 136.913               | 153.800                             | 12,33            |
| BATATA INGLESA - 1a safra        |                       |                                     |                  |
| TOTAL                            | 99.216                | 102.237                             | 3,04             |
| SUDESTE                          | 29.788                | 28.257                              | -5,14            |
| SUL                              | 69.412                | 73.925                              | 6,50             |
| CENTRO-OESTE                     | 16                    | 55                                  | 243,75           |
| CANA-DE-ACUCAR                   |                       |                                     |                  |
| TOTAL                            | 2.767.396             | 2.747.150                           | -0,73            |
| SUDESTE                          | 2.317.634             | 2.299.170                           | -0,80            |
| SUL                              | 231.788               | 238.517                             | 2,91             |
| CENTRO-OESTE                     | 217.994               | 209.463                             | -3,91            |
| CEBOLA                           |                       |                                     |                  |
| TOTAL (1)                        | 65.547                | 58.965                              | -10,18           |
| SUDESTE (1)                      | 16.700                | 15.588                              | -6,68            |
| SUL                              | 48.947                | 43.377                              | -11,38           |
| FEIJAO EM GRAO - 1a safra        |                       |                                     |                  |
| TOTAL                            | 1.655.015             | 1.645.107                           | -0,50            |
| SUDESTE                          | 481.114               | 475.518                             | -1,18            |
| SUL                              | 1.139.804             | 1.134.690                           | -0,45            |
| CENTRO-OESTE                     | 34.097                | 34.899                              | 2,35             |
| FUMO ( em folha )                |                       |                                     |                  |
| TOTAL (1)                        | 234.031               | 220.381                             | -5,83            |
| SUDESTE (1)                      | 6.723                 | 6.311                               | -6,13            |
| SUL (1)                          | 226.741               | 213.501                             | -5,84            |
| CENTRO-OESTE                     | 567                   | 569                                 | 0,35             |
| HARMONA                          |                       |                                     |                  |
| TOTAL (1)                        | 39.577                | 31.544                              | -20,30           |
| SUDESTE                          | 24.397                | 21.368                              | -12,42           |
| SUL                              | 14.300                | 10.000                              | -30,07           |
| CENTRO-OESTE                     | 880                   | 176                                 | -80,00           |
| MANDIOCA                         |                       |                                     |                  |
| TOTAL (2)                        | 566.325               | 572.963                             | 1,17             |
| SUDESTE                          | 162.988               | 167.639                             | 2,85             |
| SUL                              | 301.239               | 304.901                             | 1,22             |
| CENTRO-OESTE                     | 75.376                | 73.003                              | -3,15            |
| RONDONIA (2)                     | 26.722                | 27.420                              | 2,61             |
| MILHO ( em grão )                |                       |                                     |                  |
| TOTAL                            | 10.576.132            | 9.688.852                           | -8,39            |
| SUDESTE                          | 3.141.950             | 3.024.775                           | -3,73            |
| SUL                              | 5.596.387             | 4.345.302                           | -21,62           |
| CENTRO-OESTE                     | 1.731.019             | 1.601.024                           | -7,51            |
| RONDONIA                         | 106.776               | 116.751                             | 9,34             |
| SOJA ( em grão )                 |                       |                                     |                  |
| TOTAL                            | 8.971.729             | 10.180.195                          | 13,47            |
| SUDESTE                          | 877.052               | 949.032                             | 8,21             |
| SUL                              | 5.237.178             | 5.916.531                           | 12,97            |
| CENTRO-OESTE                     | 2.857.499             | 3.314.632                           | 16,00            |
| TOMATE                           |                       |                                     |                  |
| TOTAL (1)                        | 32.978                | 33.534                              | 1,69             |
| SUDESTE (1)                      | 25.115                | 25.869                              | 3,00             |
| SUL (1)                          | 5.399                 | 5.176                               | -4,13            |
| CENTRO-OESTE (1)                 | 2.464                 | 2.489                               | 1,01             |

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)  
 Prognóstico da Produção Agrícola para 1988

NOTAS: (1) Área plantada  
 (2) Área colhida

- TABELA 4 -

BRASIL, ÁREA COLHIDA COM PRINCIPAIS PRODUTOS ALIMENTARES, LANCHINAS DE MATERIAS-PRIMAS E PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO - 1978 - OUT/1987

| PRODUTOS                    | ÁREA COLHIDA (ha) |            |            |            |            |            |            |            |            |            | TAXA (%)<br>DE<br>CRESCIMENTO |
|-----------------------------|-------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------------------------|
|                             | 1978              | 1979       | 1980       | 1981       | 1982       | 1983       | 1984       | 1985       | 1986       | 1987 (3)   | 1                             |
| <b>Produtos Alimentares</b> |                   |            |            |            |            |            |            |            |            |            |                               |
| Arroz.....                  | 5.623.515         | 5.452.888  | 6.247.138  | 6.101.772  | 6.024.657  | 5.160.250  | 5.351.473  | 4.760.068  | 5.590.927  | 6.013.584  | -0,69                         |
| Banana(f).....              | 328.287           | 343.654    | 371.274    | 387.828    | 395.758    | 396.487    | 395.839    | 441.094    | 429.838    | 455.021    | 3,29                          |
| Feijão.....                 | 4.617.259         | 4.212.424  | 4.643.409  | 5.026.925  | 5.926.143  | 4.064.028  | 5.320.150  | 5.317.079  | 5.424.590  | 5.257.474  | 2,11                          |
| Trigo.....                  | 2.811.189         | 3.830.544  | 3.122.107  | 1.920.142  | 2.827.929  | 1.879.078  | 1.741.673  | 2.670.448  | 3.877.719  | 3.403.965  | 0,22                          |
| Batata Inglesa.....         | 211.315           | 204.115    | 181.084    | 170.582    | 182.504    | 169.070    | 172.633    | 157.369    | 160.776    | 175.452    | -2,48                         |
| Mandioca.....               | 2.148.787         | 2.111.052  | 2.015.857  | 2.047.253  | 2.122.029  | 2.061.303  | 1.915.561  | 1.867.350  | 2.050.313  | 2.625.373  | -9,93                         |
| SUBTOTAL.....               | 15.740.272        | 16.153.878 | 16.576.869 | 15.674.502 | 17.479.020 | 13.678.116 | 14.797.239 | 15.213.406 | 17.614.163 | 17.330.859 | -0,23                         |
| <b>Materias-Primas</b>      |                   |            |            |            |            |            |            |            |            |            |                               |
| Algodão Herbáceo.....       | 1.471.992         | 1.286.160  | 1.353.443  | 1.398.578  | 1.568.288  | 1.347.216  | 1.673.402  | 2.244.253  | 1.995.842  | 1.287.918  | 2,91                          |
| Amendoim.....               | 253.785           | 258.886    | 312.947    | 244.886    | 236.888    | 211.896    | 150.663    | 192.964    | 160.921    | 142.775    | -8,05                         |
| Cana de Açúcar.....         | 2.391.455         | 2.536.978  | 2.607.820  | 2.825.379  | 3.084.297  | 3.478.785  | 3.685.819  | 3.899.558  | 3.945.893  | 4.048.865  | 6,54                          |
| Bilbo.....                  | 11.124.827        | 11.318.885 | 11.451.297 | 11.520.336 | 12.619.531 | 10.705.979 | 12.018.446 | 11.201.549 | 12.460.129 | 13.616.584 | 1,58                          |
| SUBTOTAL.....               | 15.241.159        | 15.430.727 | 15.725.315 | 15.967.597 | 17.506.984 | 15.743.676 | 17.508.321 | 18.136.324 | 18.562.850 | 19.116.142 | 2,55                          |
| <b>Produtos Exportáveis</b> |                   |            |            |            |            |            |            |            |            |            |                               |
| Cacau.....                  | 443.866           | 453.569    | 482.521    | 504.935    | 532.273    | 590.744    | 586.242    | 640.242    | 657.216    | 650.038    | 4,84                          |
| Café.....                   | 2.153.673         | 2.406.239  | 2.433.664  | 2.617.836  | 1.895.486  | 2.316.007  | 2.505.435  | 2.483.000  | 2.481.382  | ...        | 0,87                          |
| Maizão.....                 | 350.336           | 374.798    | 440.511    | 447.364    | 461.824    | 270.130    | 412.955    | 495.664    | 457.065    | 281.725    | -0,46                         |
| Soja.....                   | 7.782.187         | 8.256.978  | 8.774.023  | 8.581.189  | 8.203.277  | 8.137.112  | 9.421.202  | 10.152.751 | 9.185.551  | 9.152.182  | 1,96                          |
| Sisal ou Agave.....         | 289.636           | 287.886    | 296.081    | 312.546    | 345.279    | 388.681    | 320.350    | 332.605    | 322.311    | 302.346    | 1,43                          |
| Laranja (f).....            | 450.800           | 546.314    | 571.524    | 575.611    | 589.588    | 623.923    | 631.877    | 662.316    | 707.226    | 728.107    | 4,36                          |
| SUBTOTAL.....               | 11.469.498        | 12.324.902 | 12.998.264 | 12.959.461 | 12.028.707 | 12.274.637 | 13.878.061 | 14.765.976 | 13.790.771 | 11.114.464 | 3,01                          |
| TOTAL.....                  | 42.461.929        | 43.969.507 | 45.300.448 | 44.621.960 | 47.016.711 | 41.696.429 | 46.183.621 | 48.117.768 | 49.967.784 | 47.561.415 | 1,34                          |

(1) Dados sujeitos a retificação (fonte-LSPA)

(2) LSPA - Outubro de 1987

(3) Estimativa de Outubro de 1987.

(4) A taxa de crescimento inclui os dados do ano de 1987, quando disponíveis

TABELA 5

BRASIL, PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS ALIMENTARES, LAVOURAS DE MATERIAS-PRIMAS E PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO - 1978 - OUT/1987

| PRODUTOS                    | QUANTIDADE PRODUZIDA |             |             |             |             |             |             |             |             |             | TAXA (4)<br>DE<br>CRESCIMENTO |
|-----------------------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------------------|
|                             | 1978                 | 1979        | 1980        | 1981        | 1982        | 1983        | 1984        | 1985        | 1986        | 1987 (3)    | %                             |
| <b>Produtos Alimentares</b> |                      |             |             |             |             |             |             |             |             |             |                               |
| Arroz.....                  | 7.296.142            | 7.595.214   | 9.775.720   | 8.228.326   | 9.734.553   | 7.741.753   | 9.027.363   | 9.019.357   | 10.404.676  | 10.452.303  | 3,08                          |
| Banana(*).....              | 416.025              | 408.874     | 448.046     | 447.337     | 454.500     | 437.744     | 470.815     | 500.415     | 504.216     | 518.906     | 2,50                          |
| Feijão.....                 | 2.193.977            | 2.186.343   | 1.968.165   | 2.340.947   | 2.992.657   | 1.580.546   | 2.625.676   | 2.519.378   | 2.219.478   | 2.072.997   | 9,34                          |
| Trigo.....                  | 2.690.888            | 2.926.764   | 2.701.613   | 2.209.451   | 1.826.945   | 2.236.700   | 1.983.157   | 4.322.845   | 5.638.470   | 5.530.225   | 8,06                          |
| Batata Inglesa.....         | 2.013.882            | 2.154.173   | 1.939.537   | 1.912.169   | 2.154.775   | 1.826.579   | 2.171.133   | 1.989.258   | 1.833.651   | 2.309.295   | 9,27                          |
| Mandioca.....               | 25.459.408           | 24.962.191  | 23.465.649  | 24.518.360  | 24.072.320  | 21.847.892  | 21.466.222  | 23.111.053  | 25.555.997  | 24.816.259  | -0,39                         |
| <b>Materias-Primas</b>      |                      |             |             |             |             |             |             |             |             |             |                               |
| Algodão Herbáceo.....       | 1.108.396            | 1.355.244   | 1.439.330   | 1.542.106   | 1.694.725   | 1.521.061   | 1.889.359   | 2.651.971   | 2.190.437   | 1.581.409   | -5,23                         |
| Amendoim.....               | 325.007              | 461.557     | 482.819     | 354.951     | 317.451     | 263.665     | 248.632     | 339.254     | 216.261     | 196.383     | 31,48                         |
| Caná de Açúcar.....         | 129.144.950          | 138.898.882 | 148.850.563 | 155.924.109 | 186.646.607 | 216.836.958 | 222.317.847 | 246.542.216 | 238.493.386 | 260.771.823 | -4,00                         |
| Milho.....                  | 13.569.401           | 16.306.300  | 20.372.072  | 21.116.908  | 21.842.477  | 18.731.216  | 21.164.138  | 22.019.725  | 20.541.227  | 26.897.892  | -17,35                        |
| <b>Produtos Exportáveis</b> |                      |             |             |             |             |             |             |             |             |             |                               |
| Cacau.....                  | 284.490              | 336.326     | 319.141     | 335.625     | 351.147     | 300.256     | 329.903     | 419.582     | 460.442     | 458.920     | 4,83                          |
| Café.....                   | 2.535.323            | 2.665.545   | 2.112.391   | 4.064.421   | 1.915.861   | 3.343.176   | 2.840.563   | 3.753.379   | 1.954.042   | ...         | -17,04                        |
| Maionese.....               | 317.083              | 325.149     | 280.688     | 291.812     | 192.148     | 171.777     | 222.678     | 415.879     | 261.378     | 109.204     | 21,38                         |
| Soja.....                   | 9.540.577            | 10.240.306  | 15.155.804  | 15.007.367  | 12.836.047  | 14.522.347  | 15.549.792  | 18.278.422  | 13.334.691  | 16.873.311  | -18,49                        |
| Sisal ou Agave.....         | 201.786              | 228.191     | 234.981     | 239.203     | 251.325     | 180.859     | 224.759     | 290.901     | 246.232     | 229.964     | 32,82                         |
| Laranja (***).....          | 39.091.032           | 47.407.713  | 54.340.698  | 57.126.853  | 57.938.720  | 58.660.965  | 64.612.098  | 70.994.535  | 66.633.107  | 73.433.689  | -17,35                        |

(1) Dados sujeitos a retificação (fonte-LSPA)

(2) LSPA - Outubro de 1987

(\*) Produção em 1.000 cachos

(\*\*) Produção em 1.000 frutos

(3) Estimativa de outubro de 1987

(4) A taxa de crescimento inclui os dados do ano de 1987, quando disponíveis.

- TABELA 6 -

Abate de Animais e Produção de Leite - janeiro a setembro de 1985, 1986, 1987

| Período               | Bovinos ( mil cabeças ) |        |         |       | Suínos        | Aves          | Ovinos        | Caprinos      | Leite          |
|-----------------------|-------------------------|--------|---------|-------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
|                       | Bois                    | Vacas  | Wetelos | Total | (mil cabeças) | (mil cabeças) | (mil cabeças) | (mil cabeças) | ( mil litros ) |
| janeiro/setembro 1985 | 5.556                   | 2.606  | 27      | 8.199 | 6.183         | 549.450       | 432           | 319           | 5.793.666      |
| janeiro               | 545                     | 314    | 6       | 865   | 684           | 67.060        | 110           | 32            | 823.785        |
| fevereiro             | 504                     | 287    | 5       | 796   | 572           | 57.471        | 59            | 37            | 713.583        |
| março                 | 588                     | 313    | 3       | 904   | 668           | 64.146        | 41            | 37            | 763.218        |
| abril                 | 665                     | 304    | 4       | 973   | 645           | 63.895        | 39            | 33            | 692.275        |
| maio                  | 776                     | 311    | 4       | 1.091 | 673           | 64.993        | 40            | 32            | 642.885        |
| junho                 | 669                     | 287    | 4       | 960   | 653           | 54.241        | 37            | 32            | 543.335        |
| julho                 | 674                     | 297    | 4       | 975   | 737           | 60.558        | 37            | 33            | 536.825        |
| agosto                | 568                     | 261    | 4       | 833   | 783           | 59.769        | 36            | 37            | 538.560        |
| setembro              | 567                     | 232    | 3       | 782   | 766           | 57.317        | 33            | 37            | 539.140        |
| janeiro/setembro 1986 | 5.132                   | 2.226  | 27      | 7.385 | 6.947         | 559.432       | 402           | 319           | 5.563.340      |
| janeiro               | 548                     | 341    | 3       | 892   | 800           | 65.182        | 106           | 43            | 816.855        |
| fevereiro             | 519                     | 355    | 3       | 877   | 679           | 55.156        | 56            | 38            | 783.151        |
| março                 | 638                     | 355    | 3       | 996   | 667           | 61.190        | 49            | 34            | 709.736        |
| abril                 | 850                     | 327    | 3       | 1.180 | 778           | 63.634        | 39            | 34            | 617.189        |
| maio                  | 793                     | 273    | 3       | 1.069 | 772           | 62.902        | 35            | 34            | 565.578        |
| junho                 | 686                     | 215    | 3       | 904   | 768           | 60.855        | 30            | 32            | 521.197        |
| julho                 | 467                     | 150    | 3       | 620   | 831           | 65.266        | 29            | 34            | 521.571        |
| agosto                | 399                     | 120    | 4       | 523   | 832           | 62.830        | 29            | 34            | 521.723        |
| setembro              | 232                     | 90     | 2       | 324   | 820           | 63.217        | 34            | 36            | 577.098        |
| janeiro/setembro 1987 | 5.346                   | 2.229  | 37      | 7.612 | 7.790         | 585.206       | 388           | 327           | 6.158.556      |
| janeiro               | 460                     | 159    | 2       | 621   | 753           | 70.405        | 64            | 36            | 811.364        |
| fevereiro             | 563                     | 198    | 4       | 765   | 745           | 63.286        | 46            | 37            | 692.358        |
| março                 | 717                     | 260    | 5       | 982   | 783           | 65.911        | 39            | 36            | 761.973        |
| abril                 | 640                     | 265    | 5       | 910   | 767           | 65.517        | 40            | 33            | 683.415        |
| maio                  | 642                     | 283    | 4       | 929   | 828           | 62.668        | 39            | 36            | 679.196        |
| junho                 | 643                     | 300    | 5       | 948   | 947           | 64.558        | 42            | 37            | 632.921        |
| julho                 | 575                     | 290    | 5       | 870   | 962           | 66.843        | 44            | 38            | 654.849        |
| agosto                | 550                     | 252    | 4       | 806   | 940           | 61.598        | 35            | 36            | 642.956        |
| setembro              | 556                     | 222    | 3       | 781   | 985           | 64.510        | 39            | 38            | 636.560        |
| Variacao no Período   |                         |        |         |       |               |               |               |               |                |
| 1987/1986             | 4,17                    | 0,13   | 37,04   | 3,07  | 12,13         | 4,61          | -4,67         | 2,51          | 10,70          |
| 1987/1985             | -3,78                   | -14,47 | 0,00    | -7,16 | 25,99         | 6,51          | -10,19        | 5,48          | 6,30           |

FONTE : IBGE - Pesquisa Mensal de Abate de Animais - JEC/SUICOM/DECSE e Pesquisa Mensal de Leite JEC/SUICOM/DECSE.

- TABELA 7 -

Abate de Animais - Janeiro a setembro de 1985, 1986, 1987

| Período               | Bovinos ( toneladas ) |         |         |           | Suínos        | Aves          | Ovinos        | Caprinos      |
|-----------------------|-----------------------|---------|---------|-----------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                       | Bois                  | Vacas   | Vitelos | Total     | ( toneladas ) | ( toneladas ) | ( toneladas ) | ( toneladas ) |
| janeiro/setembro 1985 | 1.268.519             | 443.656 | 3.264   | 1.735.439 | 421.074       | 844.722       | 6.095         | 4.142         |
| janeiro               | 123.739               | 53.570  | 482     | 177.791   | 45.468        | 99.698        | 1.398         | 421           |
| fevereiro             | 116.204               | 49.289  | 394     | 165.887   | 38.246        | 86.251        | 819           | 468           |
| março                 | 137.219               | 53.932  | 261     | 191.412   | 45.225        | 98.486        | 610           | 486           |
| abril                 | 157.984               | 52.678  | 404     | 211.066   | 44.217        | 98.275        | 595           | 452           |
| maio                  | 184.788               | 54.203  | 345     | 239.336   | 46.835        | 101.578       | 585           | 433           |
| junho                 | 161.609               | 49.507  | 351     | 211.467   | 45.068        | 83.059        | 551           | 430           |
| julho                 | 156.342               | 49.810  | 379     | 206.531   | 50.879        | 92.646        | 516           | 449           |
| agosto                | 127.739               | 42.984  | 387     | 171.110   | 53.662        | 94.287        | 523           | 508           |
| setembro              | 122.895               | 37.683  | 261     | 160.839   | 51.474        | 90.242        | 498           | 495           |
| janeiro/setembro 1986 | 1.195.117             | 378.840 | 2.282   | 1.576.239 | 463.481       | 878.355       | 6.064         | 4.464         |
| janeiro               | 123.285               | 56.571  | 314     | 180.170   | 51.567        | 98.538        | 1.485         | 586           |
| fevereiro             | 118.596               | 59.727  | 239     | 178.562   | 44.046        | 84.988        | 838           | 526           |
| março                 | 150.940               | 61.449  | 228     | 212.617   | 43.927        | 95.399        | 776           | 473           |
| abril                 | 202.781               | 57.100  | 210     | 260.091   | 52.724        | 99.858        | 592           | 467           |
| maio                  | 188.805               | 47.262  | 232     | 236.299   | 52.423        | 99.764        | 544           | 481           |
| junho                 | 162.726               | 36.728  | 281     | 199.735   | 51.919        | 94.202        | 467           | 477           |
| julho                 | 108.733               | 25.202  | 256     | 134.191   | 56.121        | 103.634       | 438           | 484           |
| agosto                | 89.739                | 19.993  | 327     | 110.059   | 55.959        | 100.184       | 431           | 476           |
| setembro              | 49.512                | 14.808  | 195     | 64.515    | 54.795        | 101.788       | 493           | 494           |
| janeiro/setembro 1987 | 1.261.019             | 385.231 | 2.890   | 1.649.140 | 531.965       | 926.967       | 5.887         | 4.841         |
| janeiro               | 109.497               | 27.337  | 127     | 136.961   | 50.111        | 110.711       | 863           | 523           |
| fevereiro             | 135.436               | 34.582  | 314     | 170.332   | 49.554        | 98.344        | 693           | 526           |
| março                 | 175.432               | 45.886  | 369     | 221.687   | 53.250        | 103.805       | 585           | 532           |
| abril                 | 153.672               | 46.711  | 328     | 200.711   | 52.960        | 103.167       | 599           | 503           |
| maio                  | 153.747               | 49.540  | 372     | 203.659   | 62.336        | 102.877       | 585           | 533           |
| junho                 | 150.956               | 52.447  | 392     | 203.795   | 65.890        | 101.807       | 607           | 552           |
| julho                 | 131.239               | 49.555  | 396     | 181.190   | 67.857        | 105.868       | 659           | 563           |
| agosto                | 125.729               | 42.932  | 320     | 168.981   | 63.994        | 97.623        | 516           | 543           |
| setembro              | 125.311               | 36.241  | 272     | 161.824   | 66.313        | 102.705       | 580           | 566           |
| Variacao no Período   |                       |         |         |           |               |               |               |               |
| 1987/1986             | 5,51                  | 1,69    | 26,44   | 4,62      | 14,78         | 5,53          | -6,22         | 8,45          |
| 1987/1985             | -2,13                 | -13,17  | -11,46  | -4,97     | 26,34         | 9,74          | -5,69         | 16,98         |

FONTE : IBGE - Pesquisa Mensal de Abate de Animais - DECE/ELICOM/DECESE e Pesquisa Mensal de Leite DECE/ELICOM/DECESE.

- TABELA 8 -

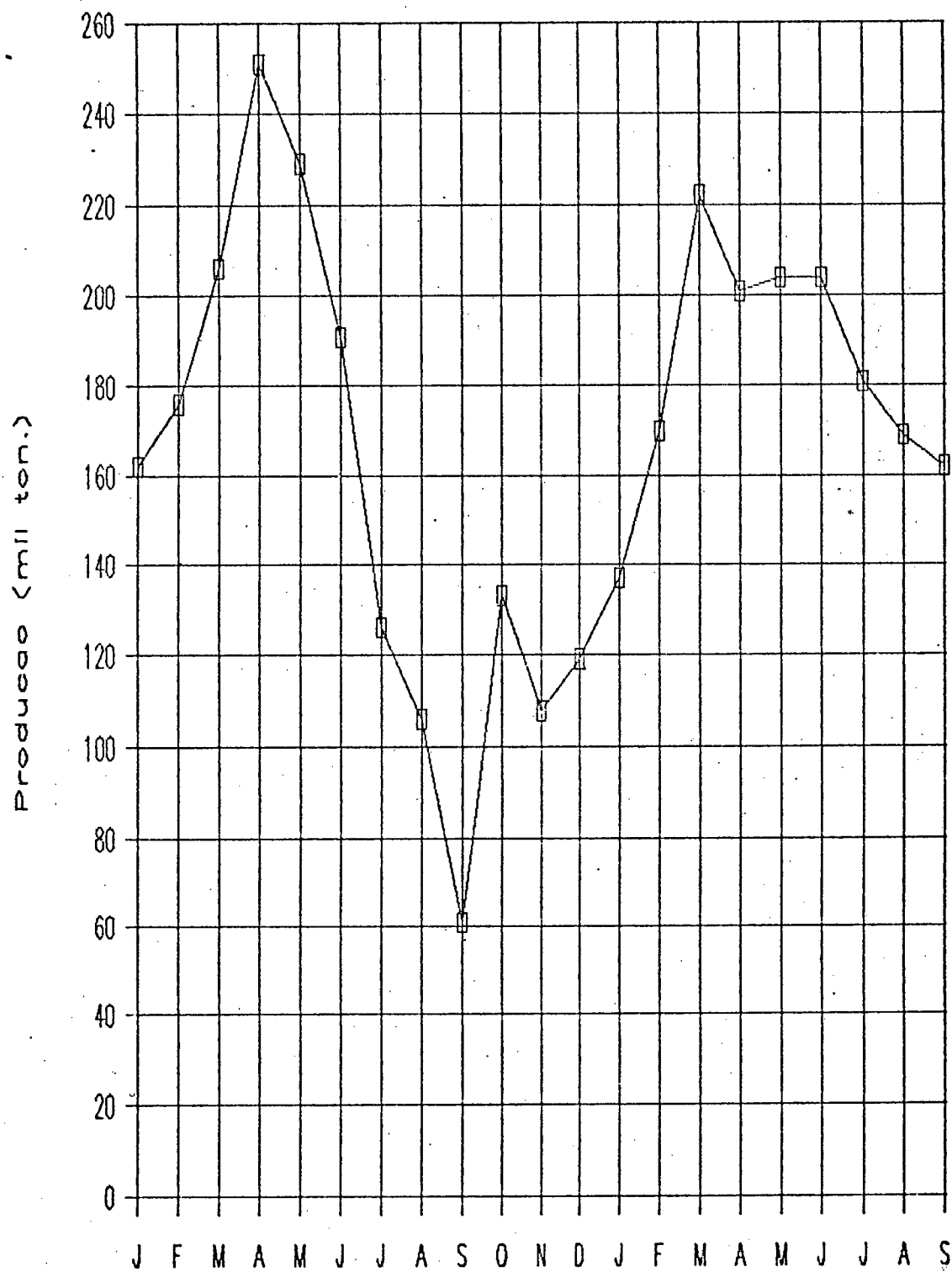
Preços Reais dos Produtos Animais e Derivados, 1985, 1986 e 1987 - Janeiro/setembro (1)

| ANO / MES   | Bezerro até<br>1 ano<br>( cabeça ) | Boi gordo<br>para corte<br>( 15 kg ) | Boi magro<br>( cabeça ) | Vaca leiteira<br>de Raca<br>( cabeça ) | Suíno<br>para corte<br>( 15 kg ) | Frango<br>para corte<br>( kg ) | Leite<br>( litro ) |
|-------------|------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|----------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|--------------------|
| <b>1985</b> |                                    |                                      |                         |                                        |                                  |                                |                    |
| janeiro     | 1 001.2                            | 215.8                                | 1 800.6                 | 4 472.3                                | 153.2                            | 9.5                            | 2.1                |
| fevereiro   | 994.7                              | 199.2                                | 1 656.0                 | 4 611.9                                | 152.4                            | 9.1                            | 1.9                |
| março       | 929.4                              | 175.0                                | 1 630.5                 | 4 411.6                                | 146.2                            | 8.0                            | 2.0                |
| abril       | 928.9                              | 163.8                                | 1 639.0                 | 4 340.7                                | 141.9                            | 7.8                            | 2.2                |
| maio        | 908.3                              | 150.6                                | 1 557.2                 | 4 294.9                                | 134.1                            | 7.7                            | 1.2                |
| junho       | 912.1                              | 145.6                                | 1 619.0                 | 4 458.1                                | 134.9                            | 8.2                            | 2.2                |
| julho       | 938.4                              | 171.1                                | 1 648.0                 | 4 669.4                                | 141.4                            | 8.9                            | 2.0                |
| agosto      | 1 017.5                            | 233.5                                | 1 803.5                 | 5 065.9                                | 162.3                            | 10.6                           | 2.2                |
| setembro    | 1 078.0                            | 247.0                                | 1 918.5                 | 5 256.7                                | 171.2                            | 11.0                           | 2.2                |
| <b>1986</b> |                                    |                                      |                         |                                        |                                  |                                |                    |
| janeiro     | 1 121.4                            | 242.1                                | 2 040.8                 | 5 406.0                                | 172.1                            | 10.3                           | 2.2                |
| fevereiro   | 1 056.0                            | 218.8                                | 2 068.0                 | 5 264.3                                | 157.2                            | 10.2                           | 2.0                |
| março       | 1 077.6                            | 212.4                                | 2 038.1                 | 5 528.1                                | 155.1                            | 10.0                           | 1.8                |
| abril       | 1 167.6                            | 217.5                                | 2 295.0                 | 5 968.7                                | 157.4                            | 10.1                           | 1.9                |
| maio        | 1 256.6                            | 228.4                                | 2 298.4                 | 6 413.9                                | 158.9                            | 10.3                           | 1.9                |
| junho       | 1 421.5                            | 234.8                                | 2 517.6                 | 7 242.8                                | 167.0                            | 10.7                           | 1.9                |
| julho       | 1 512.5                            | 250.9                                | 2 682.6                 | 7 844.1                                | 174.7                            | 11.8                           | 2.3                |
| agosto      | 1 586.7                            | 266.8                                | 2 796.4                 | 8 759.9                                | 183.7                            | 11.5                           | 2.3                |
| setembro    | 1 689.3                            | 292.2                                | 3 065.9                 | 9 346.5                                | 197.0                            | 11.9                           | 2.4                |
| <b>1987</b> |                                    |                                      |                         |                                        |                                  |                                |                    |
| janeiro     | 1 949.1                            | 418.2                                | 3 570.1                 | 10 599.6                               | 211.8                            | 13.3                           | 2.7                |
| fevereiro   | 1 759.8                            | 342.2                                | 3 301.3                 | 9 672.2                                | 175.7                            | 12.4                           | 2.6                |
| março       | 1 533.3                            | 292.0                                | 2 942.8                 | 8 778.6                                | 148.1                            | 10.8                           | 2.4                |
| abril       | 1 292.3                            | 240.9                                | 2 476.7                 | 7 398.8                                | 119.1                            | 9.4                            | 2.9                |
| maio        | 1 099.5                            | 223.2                                | 2 072.9                 | 6 061.5                                | 97.5                             | 9.1                            | 2.4                |
| junho       | 891.4                              | 185.5                                | 1 727.3                 | 4 944.7                                | 88.0                             | 8.3                            | 2.4                |
| julho       | 886.5                              | 194.1                                | 1 685.4                 | 4 783.1                                | 85.1                             | 7.9                            | 2.5                |
| agosto      | 916.5                              | 221.9                                | 1 829.1                 | 4 945.2                                | 98.0                             | 8.2                            | 2.9                |
| setembro    | 910.5                              | 231.2                                | 1 869.1                 | 5 027.3                                | 104.9                            | 8.4                            | 2.7                |

FONTE : FGV - Centro de Estudos Agrícolas

(1) - Obtidos deflacionando os preços recebidos pelo Índice de Preços no Atacado ( IPA, col 2 ), Base março/86 = 100

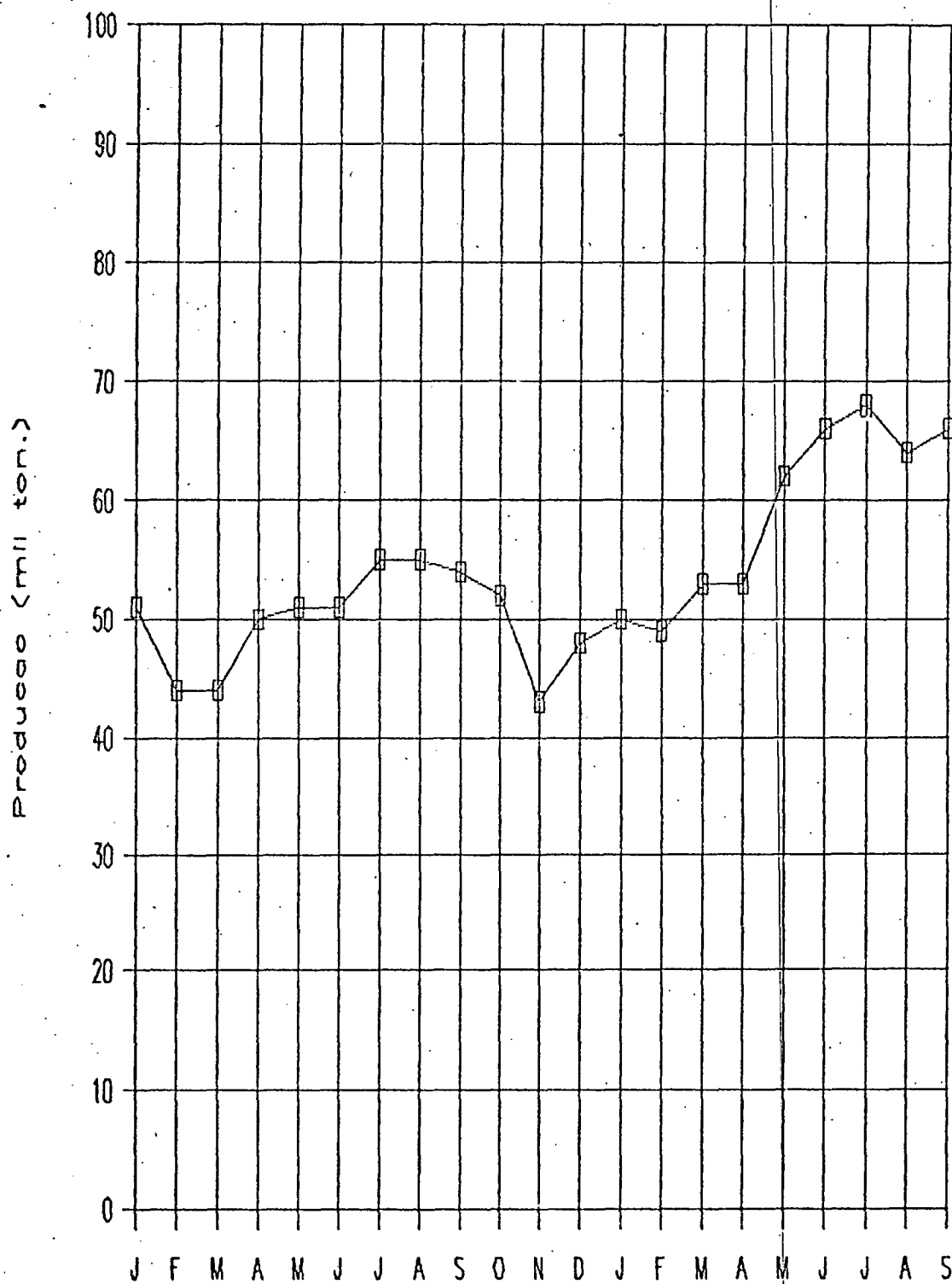
## BOVINOS



Jan 86 / Set 87

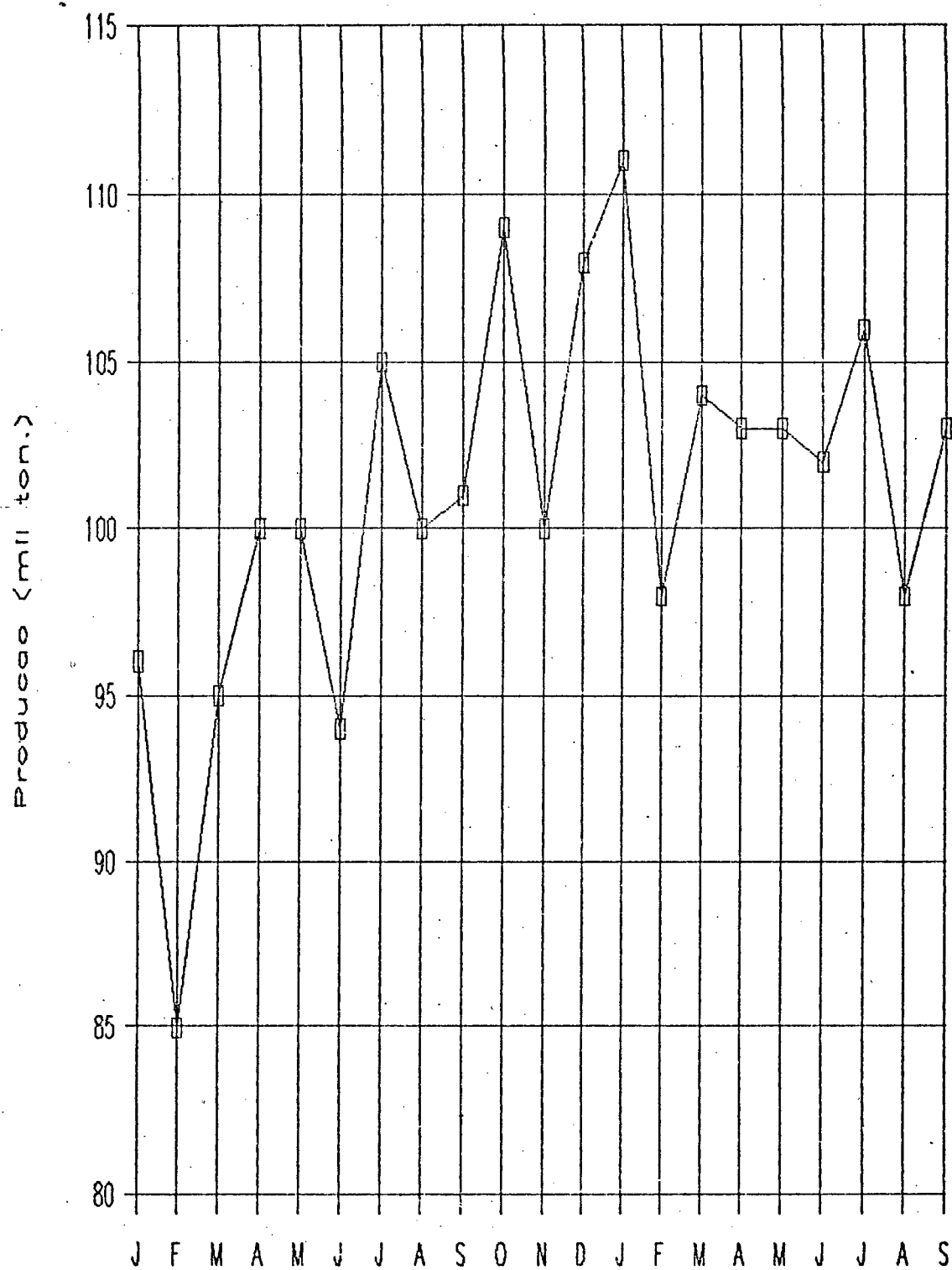
100.

# SUINOS.



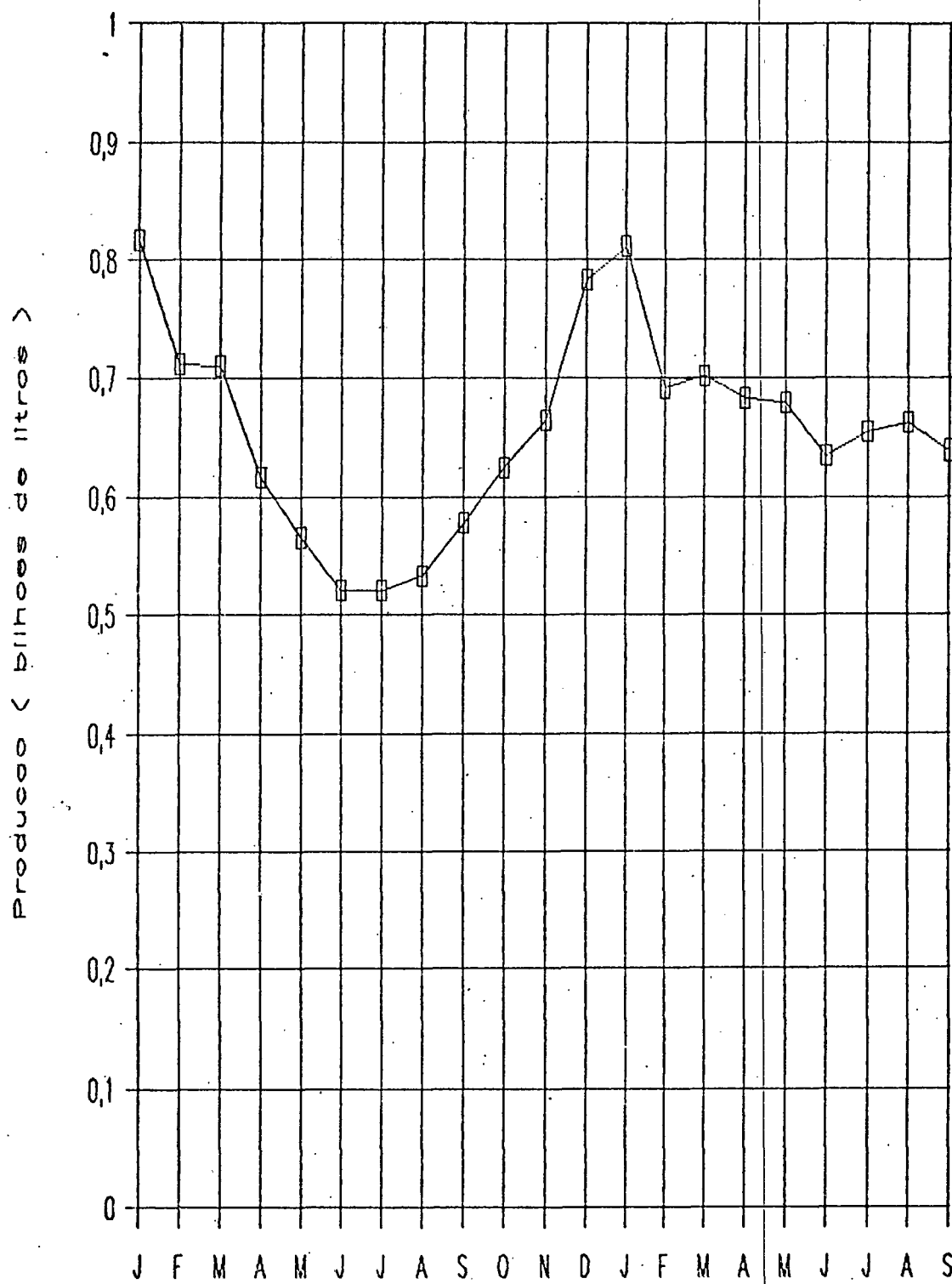
Jan 86 / Set 87

## AVES



Jan 86 / Sep 87

## LEITE



Jan 86 / Set 87

---

CONJUNTURA INDUSTRIAL

---

Coordenadoria de Indústria e Tecnologia - CIT



## ANÁLISE DO SETOR INDUSTRIAL

A taxa de crescimento da indústria de transformação no período janeiro-setembro de 1987, em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançou aproximadamente 3%. Observa-se, no entanto, um arrefecimento do crescimento a partir do segundo trimestre do ano e já no terceiro trimestre, os níveis de produção mensais são inferiores aos verificados no mesmo período de 1986 em cerca de -6%. Cabe ressaltar, entretanto, a atipicidade do segundo semestre do ano passado, caracterizado por um intenso crescimento da economia.

Considerando, conjuntamente, os níveis das atividades das indústrias de transformação e extrativa mineral, o crescimento reduz-se a 2,8%, no período de janeiro a setembro de 1987 contra janeiro a setembro de 1986 (1).

A evolução dos índices médios de produção industrial de cada trimestre, desde 1986, evidencia as variações negativas dos dois últimos trimestres.

BRASIL  
PRODUÇÃO INDUSTRIAL  
(Indústria Geral - Índices Sazonalmente Ajustados)  
1986-1987

| Período      | Índices<br>(Base Fixa 1981=100) | Variação Percentual<br>s/Trimestre Anterior |
|--------------|---------------------------------|---------------------------------------------|
| 1986         |                                 |                                             |
| 1º Trimestre | 116,9                           | -                                           |
| 2º Trimestre | 119,9                           | 2,6                                         |
| 3º Trimestre | 125,3                           | 4,5                                         |
| 4º Trimestre | 126,2                           | 0,7                                         |
| 1987         |                                 |                                             |
| 1º Trimestre | 129,4                           | 2,5                                         |
| 2º Trimestre | 126,2                           | -2,5                                        |
| 3º Trimestre | 118,2                           | -6,3                                        |

FONTE: IBGE.

(1) A indústria extrativa mineral apresentou resultados negativos desde o primeiro semestre do corrente ano.

Em virtude dessa tendência, adotando a hipótese provável de sustentação dos níveis de produção mensais observados no terceiro trimestre de 1987 até o fim do ano, a taxa anual de crescimento da indústria de transformação se situaria um pouco acima de 1% em comparação com 1986.

O comportamento dos componentes de origem interna da demanda agregada, apenas parcialmente compensado pela redinamização das exportações, vem sendo o principal responsável pelo arrefecimento do crescimento industrial.

Vale observar que apesar do quadro geral de desaceleração, alguns segmentos da indústria de transformação ainda apresentam taxas relativamente elevadas de crescimento quando comparado o período janeiro a setembro de 1987 com o mesmo período do ano anterior. Cabe citar, as indústrias química (9,3%), de produtos alimentares (7,5%), mecânica (7,0%), papel e papelão (5,9%) e de minerais não metálicos (5,4%). Em contrapartida, os segmentos que presentemente mais contribuem para a redução da taxa de crescimento da indústria são os de bens de consumo duráveis e bens de investimento. Nessas categorias industriais destacam-se a queda de material de transporte (-12,0%), a estagnação da atividade de material elétrico e de comunicação (0,1%), além da forte tendência de declínio da taxa de crescimento da produção mecânica que, no primeiro semestre de 1987, havia crescido 16,2%.

Nos meses de agosto e setembro a produção, inclusive a extrativa mineral, manteve-se praticamente estável. Na verdade, o índice de base fixa, com ajustamento sazonal, reflete uma pequena recuperação em agosto, com expansão de 1,1%, comparado a julho e, em setembro de 1987 um incremento de também 1,1% em relação ao mês anterior.

Já o emprego na indústria de transformação cresceu 4,9% nos nove primeiros meses do ano, comparado com igual período de 1986, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65, do Ministério do Trabalho. Os níveis de emprego, que caíram no período abril-agosto, inclusive de modo particularmente acentuado em junho e julho, recuperaram-se ligeiramente em setembro. Pesquisa da FIESP aponta os seguintes números de demissões na indústria paulista: 24 mil entre março e junho, 14 mil em julho e 8 mil em agosto de 1987. Vale observar que, segundo a mesma pesquisa, ocorreu uma estabilização do nível do emprego em setembro e uma ligeira elevação em outubro (0,5%, o que equivale a 10 mil contratações).

EMPREGO INDUSTRIAL  
Indústria de Transformação  
(1986-1987)

| Período      | Índices<br>(Base Fixa Dez 84=100) | Variação Percentual<br>s/Trimestre Anterior |
|--------------|-----------------------------------|---------------------------------------------|
| 1986         |                                   |                                             |
| 1º Trimestre | 108,7                             | -                                           |
| 2º Trimestre | 111,0                             | 2,1                                         |
| 3º Trimestre | 115,5                             | 4,0                                         |
| 4º Trimestre | 118,0                             | 2,2                                         |
| 1987         |                                   |                                             |
| 1º Trimestre | 118,6                             | 0,5                                         |
| 2º Trimestre | 117,7                             | -0,8                                        |
| 3º Trimestre | 115,1                             | -2,2                                        |

FONTE: Ministério do Trabalho

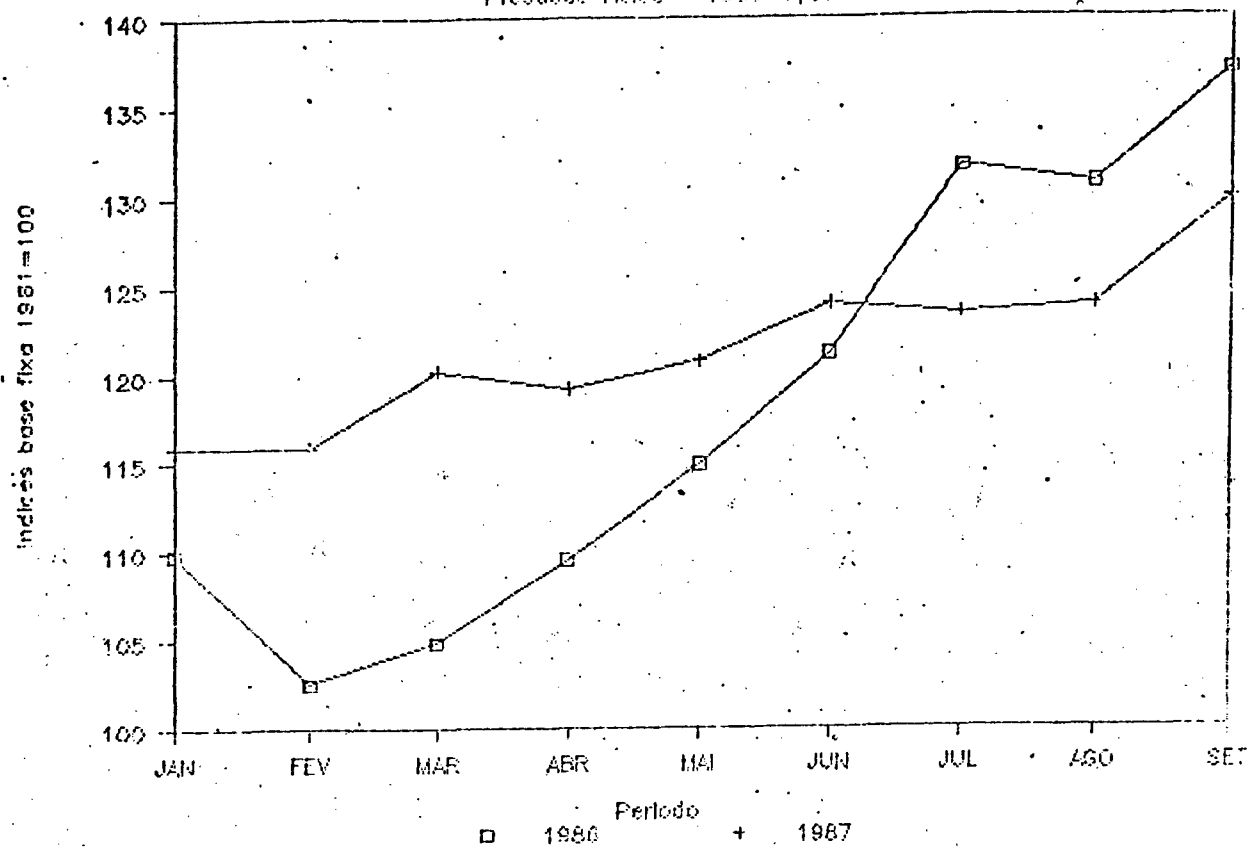
É de se salientar que o emprego vem apresentando maior capacidade de resistência à queda do que a produção setorial.

Vale enfatizar que em decorrência da atipicidade conjuntural experimentada pela economia industrial em 1986, que registrou crescimento de 12,3% em relação a 1985, o comportamento do produto industrial no corrente ano reflete o necessário ajustamento da tendência de crescimento, pois uma vez esgotada a ociosidade da indústria no último trimestre de 1986, repetir anualmente a expansão então observada significaria dobrar o tamanho do parque industrial em seis anos. Mesmo a um crescimento hipoteticamente nulo da indústria em 1987, ainda assim corresponderia uma taxa média anual de 6% para o biênio 1986/87, de magnitude aceitável, dada a restrição de poupanças, tanto interna quanto externa.

O diagnóstico de arrefecimento da taxa de crescimento industrial em 1987 era conhecido desde o início do ano. Uma modesta taxa de crescimento em torno de 3,5%, era esperada. Indicadores recentes, no entanto, apontam para um desempenho menor do que o esperado. Daí afirmar-se que a importância do quadro atual reside no cenário projetado. Se no curto prazo o ajustamento é necessário e suportável, dados os níveis de atividade alcançados no passado recente, no médio prazo, adquire características preocupantes enquanto os vetores de crescimento estiverem restritos pela insolubilidade de suas fontes financeiras.

## INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO

Producao Fisica - 1986-1987



FONTE: IBGE.

PRODUTO INDUSTRIAL  
(Taxas de Crescimento dos Principais Gêneros)

Em percentagem

| Discriminação      | 1º Trimestre 87/ | 1º Semestre 87/ | Jan-Set 87/ |
|--------------------|------------------|-----------------|-------------|
|                    | 1º Trimestre 86  | 1º Semestre 86  | Jan-Set 86  |
| Ind. Geral         | 10,60            | 7,69            | 2,81        |
| Ind. Transformação | 10,99            | 8,03            | 3,03        |
| Min. Não Metálicos | 21,70            | 15,72           | 5,38        |
| Metalurgia         | 10,12            | 7,92            | 2,19        |
| Mecânica           | 18,85            | 16,24           | 7,02        |
| Mat. Elétrico e de |                  |                 |             |
| Comunicação        | 6,45             | 1,42            | 0,12        |
| Mat. Transporte    | -7,25            | -10,05          | -11,99      |
| Papel e Papelão    | 11,95            | 10,81           | 5,90        |
| Química            | 12,86            | 13,44           | 9,34        |
| Têxtil             | 9,13             | 6,54            | 1,41        |
| Prod. Alimentares  | 11,58            | 8,69            | 7,54        |

FONTE: IBGE

A 85ª Sondagem Conjuntural junto à indústria de transformação, realizada pela Fundação Getúlio Vargas para avaliação do terceiro trimestre de 1987, assinala que 46% das respostas indicam expansão da produção em relação ao trimestre anterior enquanto que 32% apontam queda (em 1986 esses percentais foram de 65% e 13% respectivamente)..

Como o trimestre julho-setembro inclui um comportamento sazonal positivamente forte, os indicadores da indústria de transformação são sempre superiores aos observados no trimestre anterior com os seguintes resultados:

## INDICADORES DA INDÚSTRIA

(Percentagem das Respostas do Terceiro Trimestre em Relação ao Segundo Trimestre)

| Indicadores     | 1986  |       | 1987  |       | 1987/86 |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|---------|
|                 | Maior | Menor | Maior | Menor |         |
| Produção        | 65    | 13    | 46    | 32    | -29,2   |
| Demanda Interna | 73    | 8     | 49    | 29    | -32,9   |
| Demanda Externa | 30    | 21    | 39    | 19    | 30,0    |
| Emprego         | 53    | 8     | 25    | 25    | -52,8   |

FONTE: Fundação Getúlio Vargas

O indicador de crescimento da produção apontado pela Pesquisa no terceiro trimestre de 1987, no entanto, é 29,2% inferior àquele do ano de 1986. Somente a demanda externa se constitui em elemento favorável de estímulo à produção.

Dentre os fatores limitativos à expansão da produção da indústria como um todo, a insuficiência da procura representa 55%, escassez de matérias-primas 8%, escassez de capital de giro 5% e outros fatores 13%.

Os gêneros industriais mais afetados pela insuficiência da demanda são:

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| Minerais não Metálicos          | 91% |
| Metalurgia                      | 65% |
| Mecânica                        | 56% |
| Material Elétrico e Comunicação | 69% |
| Material de Transporte          | 60% |
| Bebidas                         | 67% |

O grau de utilização da capacidade instalada em outubro informado pela pesquisa da FGV, é mostrado no quadro a seguir:

BRASIL - UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE  
INSTALADA NA INDÚSTRIA

Em percentagem

| S E T O R E S              | Out.80 | Out.81 | Out.86 | Out.87 |
|----------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Indústria de Transformação | 85     | 74     | 86     | 80     |
| Bens de Consumo            | 84     | 73     | 85     | 77     |
| Bens de Capital            | 84     | 64     | 81     | 74     |
| Materiais de Construção    | 88     | 74     | 81     | 76     |
| Bens Intermediários        | 86     | 76     | 91     | 85     |

FONTE: Fundação Getúlio Vargas

O comportamento da demanda interna, associado a uma política econômica mais ativa no sentido de estímulo ao setor exportador vem, particularmente, a partir do segundo trimestre de 1987, repercutindo favoravelmente no desempenho das exportações industriais, muito embora observem-se sinais de estabilização no terceiro trimestre, que podem ser atribuídos, em parte, a uma ligeira recuperação da atividade interna aliada à redução de rentabilidade das exportações devido ao recrudescimento do processo inflacionário.

Essas exportações, depois de um rápido crescimento no período março-julho de 1987, estabilizaram-se em torno de valores mensais relativamente elevados. O valor médio exportado entre julho e outubro do corrente ano foi da ordem de US\$ 1,9 bilhão, contra uma média mensal de US\$ 1,2 bilhão e um pico de US\$ 1,5 bilhão em 1986. No agrupamento, o segmento de produtos manufaturados quase duplicou os níveis mensais exportados desde o início de 1987, passando de valores próximos a US\$ 800 milhões para cerca de US\$ 1,5 bilhão no terceiro trimestre de 1987. O valor acumulado das exportações de produtos industrializados no período janeiro-outubro de 1987 atingiu US\$ 14,6 bilhões, superando em mais de 11% o verificado em igual período do ano anterior. Convém salientar que os resultados do segundo semestre de 1986 foram extremamente desfavoráveis, quando considerada a tendência do biênio 1984-85.

Parcela importante da performance das exportações pode ser atribuída ao comportamento do setor de material de transporte, que vem procurando compensar o desempenho do mercado interno por uma maior colocação da produção no mercado internacional. As exportações dessa indústria cresceram 80% no período janeiro-outubro, situando-se em US\$ 2,3 bilhões, ou 16% das exportações totais de produtos industriais. Estima-se que essas exportações possam atingir cerca de US\$ 3 bilhões até o final do ano. No segmento automobilístico foram exportados 264,8

mil veículos até setembro, ou 88% a mais do que no mesmo período de 1986. Esse volume significou 38% da sua produção total, contra 17% no ano anterior.

Além da indústria de material de transporte outros segmentos já apresentam, até outubro, valores exportados significativamente superiores aos verificados em 1986. Entre esses destacam-se: alumínio em bruto (70,4%), derivados de petróleo (36%), pasta química de madeira (15%), têxteis (11%), produtos químicos orgânicos (10%) e calçados (6%).

Para os próximos meses é provável que se experimente um arrefecimento nas exportações de industrializados por conta, principalmente, da dificuldade de manter-se uma política cambial realista em um contexto de elevadas taxas inflacionárias e da estabilização do ritmo de atividade interna. Cabe observar que a taxa de câmbio real, quando avaliada em relação ao IPA-06, encontra-se defasada nos meses de setembro e outubro.

Existe ainda a perspectiva de que a relação câmbio efetivo/salário, que vinha crescendo desde abril de 1987 contribuindo para elevar a lucratividade do setor exportador, passe a se deteriorar devido ao atendimento a pressões salariais no último trimestre do ano.

Além disso, particularmente a partir do início de 1988, à crescente tendência protecionista vigente no mercado internacional deve-se somar o efeito das eventuais medidas discriminatórias - de intensidade ainda não conhecida - a serem anunciadas pelos Estados Unidos, mercado que responde por parcela importante das exportações brasileiras de manufaturados.

No entanto, mesmo admitindo-se uma desaceleração já no curto prazo, estima-se que as exportações de industrializados deverão situar-se em 1987, em nível 20% superior às verificadas em 1986, que foram de US\$ 14,9 bilhões.

Por outro lado, as importações industriais, de forma coerente com o comportamento da atividade econômica interna, vêm apresentando, mais recentemente, tendência ao declínio, embora se situem ainda, particularmente no caso dos bens de capital e bens intermediários, em níveis significativamente superiores aos verificados no ano passado.

As importações de bens de capital, excluídos os equipamentos de navegação aérea e marítima, que cresciam aceleradamente até julho de 1987, refletindo, provavelmente, o movimento inercial de decisões de investimento tomadas em 1986, têm sua taxa de crescimento ligeiramente reduzida no terceiro

trimestre do ano. O valor importado no período janeiro-setembro, foi de US\$ 2.265 milhões, ou 17,9% a mais do que no mesmo período do ano anterior, contra um crescimento de 18,2% no primeiro semestre de 1987.

Vale considerar, contudo, que esses números sofrem a ocorrência de um "efeito base" significativo, já que as importações desses produtos cresceram fortemente a partir do segundo semestre de 1986. A esse respeito, observe-se que os valores médios mensais importados em 1987 vêm se mantendo estáveis, situando-se em torno de US\$ 251 milhões (períodos janeiro-junho e janeiro-setembro). Esse valor é, em termos nominais, 14% inferior ao valor médio mensal observado em 1980, ano de pico das importações de máquinas e equipamentos.

No segmento de bens intermediários a redução das taxas de crescimento das importações é significativamente mais nítida. Essas caíram de 45,6% (primeiro trimestre) para 30,9% (primeiro semestre) e para 21,4% no período janeiro-setembro de 1987. O valor importado dos principais produtos incluídos na categoria, nesse período, foi de US\$ 2.737 milhões (os produtos químicos representaram 40% desse valor).

No tocante aos investimentos industriais reconhece-se que seu crescimento ao longo de 1986 (principalmente até o terceiro trimestre) foi discreto se comparado com a exclusão do patrimônio das empresas. As inversões realizadas se concentraram, em grande medida, em inovações tecnológicas e reposição de máquinas, propiciando aumento apenas marginal da capacidade produtiva.

Ao final de 1986, a conjuntura econômica menos favorável, decorrente dos ajustamentos implementados ao Plano Cruzado em novembro daquele ano, provocou alguma incerteza quanto ao comportamento imediato das variáveis macroeconômicas, configurando um cenário menos propício à retomada da formação de capital.

O panorama observado no limiar de 1987 foi de redução das exportações e de arrefecimento da demanda interna. Reverteram-se as expectativas extremamente favoráveis de crescimento, passando-se a conviver com uma desaceleração da atividade econômica.

No primeiro trimestre de 1987 a taxa de investimento parece ter apresentado incremento em relação ao PIB, atingindo cerca de 18,0% (em valores constantes), recuperando a média de 1986. Tal recuperação é retratada pelo crescimento das importações de bens de capital. Estas importações foram bastante

comprimidas no último trimestre do ano anterior e sua liberação no início do corrente ano foi o instrumento que muito contribuiu para esta dinâmica.

A tendência de recuperação dos investimentos em 1987, no entanto, reverte-se a partir de meados do segundo trimestre, quando a taxa de investimento situou-se em 16,9% do PIB (descontados os efeitos sazonais). Nesse contexto, é importante salientar que a taxa média de quatro trimestres mostra, pela primeira vez, a reversão da tendência ascendente que se verificava desde o segundo trimestre de 1984. Todos os elementos da formação de capital (a produção doméstica, as importações de bens de capital e o produto da construção civil) apresentam queda a partir do segundo trimestre do corrente ano.

TAXA DE INVESTIMENTO A PREÇOS DE 1980  
(Em percentagem do PIB)

| PERÍODO | TRIMESTRAL<br>(ORIGINAL) | MÉDIA<br>(QUATRO TRIMESTRES) | TRIMESTRAL<br>(DESSAZONALIZADA) |
|---------|--------------------------|------------------------------|---------------------------------|
| Mar-84  | 15,8                     | 15,5                         | 15,5                            |
| Jun-84  | 14,8                     | 15,5                         | 15,6                            |
| Set-84  | 15,9                     | 15,6                         | 15,9                            |
| Dez-84  | 16,7                     | 15,8                         | 16,0                            |
| Mar-85  | 16,4                     | 15,9                         | 16,1                            |
| Jun-85  | 14,5                     | 15,9                         | 15,4                            |
| Set-85  | 16,1                     | 15,9                         | 16,2                            |
| Dez-85  | 16,7                     | 16,0                         | 16,1                            |
| Mar-86  | 18,5                     | 16,4                         | 18,1                            |
| Jun-86  | 17,1                     | 17,1                         | 18,1                            |
| Set-86  | 17,8                     | 17,5                         | 17,8                            |
| Dez-86  | 17,7                     | 17,7                         | 17,0                            |
| Mar-87  | 18,0                     | 17,7                         | 17,7                            |
| Jun-87  | 16,0                     | 17,3                         | 16,9                            |

FONTE: Modiano Eduardo M.

Estudo sobre comportamento dos níveis de investimento com relação ao PIB no período 1984-87

Outros indicadores de investimento fixo, relacionados no quadro abaixo, confirmam a reversão da tendência de crescimento dos investimentos.

INDICADORES DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL  
(Em percentagem sobre igual mês do ano anterior)

| 1 9 8 7 | PRODUÇÃO DE<br>BENS DE CAPITAL | PRODUÇÃO DE<br>AÇO LAMINADO(1) | PRODUÇÃO DE<br>CIMENTO |
|---------|--------------------------------|--------------------------------|------------------------|
| JAN     | 8,9                            |                                | 30,3                   |
| FEV     | 13,4                           | 1,2                            | 31,1                   |
| MAR     | 13,7                           | -2,6                           | 15,0                   |
| ABR     | 3,4                            | -0,9                           | 7,0                    |
| MAI     | 6,7                            | -1,0                           | -2,5                   |
| JUN     | -5,6                           | -1,6                           | -11,9                  |
| JUL     | -8,3                           | -1,9                           | -8,8                   |
| AGO     | -11,6                          | -2,1                           | -4,1                   |
| SET     | -13,1                          | -2,1                           | -2,7                   |

FONTE: IBGE, CONSIDER e SNIC.

(1) Dados acumulados

A produção de aços laminados no terceiro trimestre foi, em média, 2% menor que a do mesmo período do ano anterior. As exportações, por sua vez, sofreram uma forte reversão, passando de -5,5% no período janeiro-junho para 21,9% no acumulado de janeiro-agosto (sobre igual período do ano anterior). Dessa forma, a taxa de crescimento do consumo aparente de aços laminados, que vem decrescendo desde abril, atingiu o valor negativo de 4,2% no acumulado de janeiro-agosto, alcançando, pela primeira vez, níveis inferiores aos de 1986.

Também o segmento produtor de cimento, embora com taxas de desaceleração menores, mantém o processo de queda nos níveis de produção. No período janeiro-setembro de 1987 a produção superou em 4,2% a verificada no mesmo período do ano anterior, em comparação com um crescimento de 20% até abril.

Contudo, o comportamento do mercado imobiliário ainda dá mostras de relativa atividade. Dos 867 prédios lançados durante o ano passado em São Paulo e Rio de Janeiro, a grande maioria continua em construção. A este montante acrescentam-se 283 novos, iniciados até agosto de 1987. Deve-se mencionar, ainda, o desempenho relativamente favorável das obras públicas. Assim, estima-se que o setor de construção civil deverá ter um desempenho positivo no corrente ano, variando entre 2 e 3% em relação ao ano anterior.

Quanto ao segmento produtor de bens de capital, contatos mantidos com a ABIMAQ - Associação Brasileira da

Indústria de Máquinas e Equipamentos - confirmam um quadro de desaquecimento setorial. O desempenho da produção registra queda desde o segundo trimestre de 1987. O valor da contratação de novas encomendas também vem sofrendo contrações, o que induz a afirmar-se que a produção de bens de capital poderá ser ainda atingida pela evolução da conjuntura dos últimos seis meses.

Por outro lado, aquela Associação, depois de estimar os investimentos de seu próprio setor em US\$ 950 milhões para 1987, foi obrigada a rever suas metas estimando-as pela metade.

Em suma, mesmo esperando-se que o relativo crescimento da construção civil compense em parte a queda dos bens de capital, estima-se que os investimentos produtivos em 1987 não superem os níveis alcançados no ano anterior.

Já os indicadores financeiros de investimento (desembolsos BNDES e mercado acionário) esboçam alguma recuperação no terceiro trimestre de 1987. Essa recuperação foi, possivelmente, animada pelos efeitos das baixas taxas de inflação registradas nos primeiros meses do Plano de Estabilização de 1987.

Os financiamentos concedidos pela FINAME, destinados à compra de equipamentos industriais, cresceram significativamente no terceiro trimestre do ano, ficando 110% superiores aos recursos liberados no trimestre anterior e 18,7% maiores que todo o desembolso do primeiro semestre.

Este crescimento decorreu, em grande medida, da mudança de critério para obtenção desses recursos. Pelo critério anterior, desde 1986, os recursos da FINAME cobriam 40% ou 60% do valor dos planos de investimentos na produção. Recentemente, o órgão retomou o antigo critério voltando a financiar 80% a 90% dos custos dos projetos.

As emissões de ações pelas empresas, outro indicador financeiro de investimento, cresceram 483% do segundo para o terceiro trimestre, totalizando, no ano, Cz\$ 2,2 bilhões. Especialistas do setor afirmam que cerca de 30% desse montante captado pelas empresas foram destinados a investimentos de médio e longo prazo, com o restante servindo para alimentar o capital de giro.

## INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Milhões de Cruzados de 1986

| ANO  | INVESTIMENTOS | INDICES |
|------|---------------|---------|
| 1975 | 102.924       | 100,0   |
| 1976 | 112.308       | 109,1   |
| 1977 | 116.203       | 112,9   |
| 1978 | 127.915       | 124,2   |
| 1979 | 140.899       | 136,8   |
| 1980 | 130.234       | 126,5   |
| 1981 | 126.751       | 123,1   |
| 1982 | 128.847       | 125,2   |
| 1983 | 118.933       | 115,5   |
| 1984 | 100.379       | 97,5    |
| 1985 | 104.463       | 101,5   |
| 1986 | 125.732       | 122,2   |

FONTE: CIT/IPLAN, elaborado a partir de dados dos Censos Industrial de 1975 e 1980 do IBGE com taxas de crescimento estimadas. pelas Sondagens Conjunturais da Indústria da FGV.

## LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO FINAME - 1987

Milhões de cruzados correntes

| PERÍODO      | VALOR    | ACUMULADO |
|--------------|----------|-----------|
| 1º Trimestre | 5.431,9  | 5.431,9   |
| 2º Trimestre | 7.070,2  | 12.502,1  |
| 3º Trimestre | 14.840,5 | 27.342,6  |

FONTE: BNDES

015

BRASIL - EXPORTACOES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS  
1987-1986

US\$ Milhoes

| Mes/Ano   | SEMIMANUFATURADOS |           | MANUFATURADOS |           | TOTAL  |           |
|-----------|-------------------|-----------|---------------|-----------|--------|-----------|
|           | No mes            | Ate o mes | No mes        | Ate o mes | No mes | Ate o mes |
| 1986      |                   |           |               |           |        |           |
| Janeiro   | 218               | 218       | 1135          | 1135      | 1353   | 1353      |
| Fevereiro | 203               | 421       | 943           | 2078      | 1146   | 2499      |
| Março     | 213               | 634       | 1096          | 3174      | 1309   | 3808      |
| Abril     | 232               | 866       | 1102          | 4276      | 1334   | 5142      |
| Maio      | 238               | 1104      | 1204          | 5480      | 1442   | 6584      |
| Junho     | 219               | 1323      | 1126          | 6606      | 1345   | 7929      |
| Julho     | 276               | 1599      | 1230          | 7836      | 1506   | 9435      |
| Agosto    | 216               | 1815      | 1230          | 9066      | 1446   | 10881     |
| Setembro  | 189               | 2004      | 1101          | 10167     | 1290   | 12171     |
| Outubro   | 190               | 2194      | 751           | 10818     | 941    | 13112     |
| Novembro  | 203               | 2397      | 686           | 11614     | 889    | 14011     |
| Dezembro  | 119               | 2516      | 729           | 12343     | 848    | 14859     |
| 1987      |                   |           |               |           |        |           |
| Janeiro   | 171               | 171       | 763           | 763       | 934    | 934       |
| Fevereiro | 189               | 360       | 912           | 1676      | 1102   | 2036      |
| Março     | 195               | 555       | 737           | 2413      | 932    | 2968      |
| Abril     | 197               | 752       | 828           | 3241      | 1025   | 3993      |
| Maio      | 193               | 945       | 1244          | 4485      | 1437   | 5430      |
| Junho     | 273               | 1218      | 1370          | 5855      | 1643   | 7073      |
| Julho     | 342               | 1560      | 1557          | 7412      | 1899   | 8972      |
| Agosto    | 317               | 1877      | 1554          | 8966      | 1871   | 10843     |
| Setembro  | 324               | 2201      | 1512          | 10478     | 1836   | 12679     |
| Outubro   | 374               | 2575      | 1512          | 11990     | 1886   | 14565     |

FONTE - CACEX/DEPEC

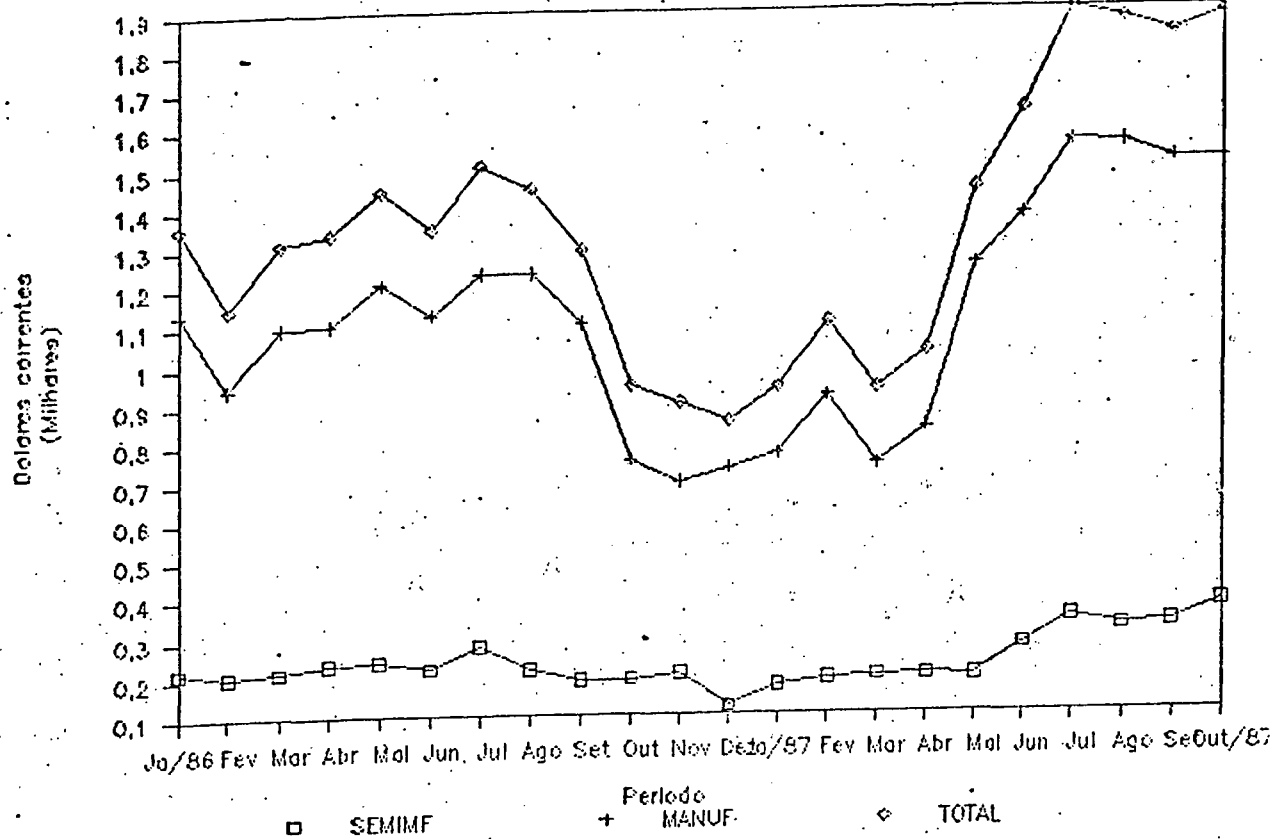
BRASIL - EXPORTACOES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS  
1987-1986  
Evolucao percentual

| Mes/Ano   | SEMIFABRICADOS |           | MANUFATURADOS |           | TOTAL  |           |
|-----------|----------------|-----------|---------------|-----------|--------|-----------|
|           | No mes         | Até o mes | No mes        | Até o mes | No mes | Até o mes |
| 1987/1986 |                |           |               |           |        |           |
| Janeiro   | -21,6          | -21,6     | -32,8         | -32,8     | -31,0  | -31,0     |
| Fevereiro | -6,9           | -14,5     | -3,2          | -19,3     | -3,8   | -18,5     |
| Março     | -8,5           | -12,5     | -32,8         | -24,0     | -28,8  | -22,1     |
| Abril     | -15,1          | -13,2     | -24,9         | -24,2     | -23,2  | -22,3     |
| Mai       | -18,9          | -14,4     | 3,3           | -18,2     | -0,3   | -17,5     |
| Junho     | -24,7          | -7,9      | 21,7          | -11,4     | 22,2   | -10,6     |
| Julho     | 23,9           | -2,4      | 26,6          | -5,4      | 26,1   | -4,9      |
| Agosto    | 46,8           | 3,4       | 26,3          | -1,1      | 29,4   | -0,3      |
| Setembro  | 71,4           | 9,8       | 37,3          | 3,1       | 42,3   | 4,2       |
| Outubro   | 96,8           | 17,4      | 101,3         | 9,8       | 100,4  | 11,1      |

FONTE - Elaboracao IPEA/IPLAN/CIT  
Dados sujeitos a revisao

# EXPORTACOES PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

Principais Produtos—1986—1987



015

## BRASIL - EXPORTACOES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

Principais Produtos - 1987/1986

US\$ milhoes FOB

| Discriminacao                 | Outubro |      | Jan-Out |       | Variacao Percentual |                 |
|-------------------------------|---------|------|---------|-------|---------------------|-----------------|
|                               | 1987    | 1986 | 1987    | 1986  | 1987/<br>Outubro    | 1986<br>Jan-Out |
| Produtos Semimanufaturados(A) | 374     | 190  | 2575    | 2194  | 96,6                | 17,4            |
| Aluminio em bruto             | 98      | 15   | 510     | 300   | 553,3               | 70,0            |
| Pasta quimica de madeira      | 56      | 17   | 317     | 276   | 229,4               | 14,9            |
| Oleo de soja em bruto         | 6       | 8    | 157     | 65    | -25,0               | 141,5           |
| Ferro gusa                    | 15      | 18   | 165     | 231   | -16,7               | -28,6           |
| Manteiga de cacau(Incl oleo)  | 15      | 25   | 145     | 167   | -40,0               | -13,2           |
| Demais produtos               | 184     | 107  | 1281    | 1155  | 72,0                | 10,9            |
| Produtos Manufaturados(B)     | 1512    | 751  | 11966   | 10916 | 101,3               | 9,6             |
| Material de Transporte        | 267     | 99   | 2300    | 1278  | 169,7               | 80,0            |
| Automoveis passageiros        | 91      | 3    | 708     | 205   | 2933,3              | 245,4           |
| Partes,peças,acessorios       | 45      | 28   | 362     | 307   | 60,7                | 17,9            |
| Veiculos CKD e de carga       | 59      | 33   | 485     | 346   | 78,8                | 40,2            |
| Outros                        | 72      | 35   | 745     | 420   | 105,7               | 77,4            |
| Calç,maquinas,inst.mecanicos  | 147     | 111  | 1295    | 1272  | 32,4                | 1,8             |
| Calçados e componentes        | 114     | 77   | 955     | 901   | 48,1                | 6,0             |
| Derivados de petroleo         | 76      | 50   | 760     | 558   | 52,0                | 36,2            |
| Produtos quimicos organicos   | 67      | 22   | 508     | 461   | 204,5               | 10,2            |
| Suco de Laranja               | 69      | 27   | 627     | 652   | 155,6               | -3,8            |
| Chapas de ferro e aco         | 91      | 41   | 355     | 495   | 122,0               | -28,3           |
| Papel p/imprimir e escrever   | 16      | 14   | 142     | 153   | 14,3                | -7,2            |
| Principais texteis            | 93      | 45   | 660     | 596   | 106,7               | 10,7            |
| Outros produtos               | 572     | 310  | 5024    | 5146  | 84,5                | -2,4            |
| Total Industrializados(A+B)   | 1886    | 941  | 14541   | 13110 | 100,4               | 10,9            |
| Total Geral                   | 2510    | 1341 | 21531   | 19781 | 87,2                | 8,8             |

FONTE - CACEX/DEPEC

Dados sujeitos a revisao

BRASI-IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS  
Principais Produtos por Valor Importado

US milhões

| SETORES                            | 1967    |         |         | 1968    |         |         | Variação<br>% |         |         |
|------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------------|---------|---------|
|                                    | Jan-Mar | Jan-Jun | Jan-Set | Jan-Mar | Jan-Jun | Jan-Set | Jan-Mar       | Jan-Jun | Jan-Set |
| BENS DE CAPITAL                    | 825,5   | 1824,0  | 3088,7  | 841,0   | 1644,3  | 2467,3  | -1,8          | 10,9    | 25,2    |
| BENS DE CAPITAL (a)                | 681,2   | 1509,5  | 2264,8  | 660,5   | 1276,9  | 1920,4  | 13,4          | 18,2    | 17,9    |
| Máq. e Apar. Mecânicos             | 399,2   | 893,3   | 1377,2  | 345,2   | 727,3   | 1111,0  | 15,6          | 22,8    | 24,0    |
| Máq. e Aparelhos Elétricos         | 282,0   | 616,2   | 887,6   | 255,3   | 549,6   | 809,4   | 10,5          | 12,1    | 9,7     |
| Veículos, Tratores e Motociclos    | 81,6    | 190,6   | 262,9   | 73,5    | 162,8   | 263,0   | 11,0          | 17,1    | -0,0    |
| Navegação Aérea                    | 25,6    | 50,2    | 448,9   | 114,6   | 150,6   | 227,8   | -77,7         | -66,7   | 97,1    |
| Navegação Marítima                 | 37,1    | 73,7    | 112,1   | 52,4    | 54,0    | 56,1    | -29,2         | 36,5    | 99,8    |
| BENS INTERMEDIÁRIOS                | 897,2   | 1774,0  | 2737,2  | 816,2   | 1355,6  | 2253,8  | 45,6          | 30,9    | 21,4    |
| Produtos Químicos Inorgânicos      | 81,0    | 170,4   | 289,0   | 49,8    | 108,8   | 209,5   | 62,7          | 56,6    | 37,9    |
| Produtos Químicos Orgânicos        | 232,6   | 534,0   | 794,6   | 207,7   | 471,0   | 768,1   | 12,0          | 13,4    | 3,5     |
| Fertilizantes                      | 62,2    | 132,4   | 235,7   | 47,1    | 105,9   | 214,0   | 32,1          | 25,0    | 10,1    |
| Estratos Têxteis e Tintas          | 33,1    | 57,9    | 86,5    | 18,4    | 40,4    | 65,3    | 79,9          | 43,3    | 32,5    |
| Produtos Diversos da Ind. Química  | 43,6    | 93,9    | 153,5   | 47,0    | 107,9   | 155,5   | -7,2          | -13,0   | -1,3    |
| Materias Plásticas e Artificiais   | 67,1    | 130,3   | 199,6   | 45,3    | 100,3   | 156,0   | 48,1          | 29,9    | 27,9    |
| Borracha Natural e Sintética       | 58,0    | 115,1   | 181,6   | 43,1    | 95,3    | 153,5   | 34,6          | 20,8    | 18,3    |
| Peles e Couros                     | 71,8    | 127,7   | 166,0   | 22,7    | 52,5    | 101,0   | 216,3         | 143,2   | 64,4    |
| Ferro Fundido e Aço                | 119,3   | 197,4   | 268,7   | 56,8    | 126,9   | 211,0   | 110,0         | 83,3    | 27,3    |
| Cobre                              | 76,1    | 154,8   | 206,0   | 49,0    | 92,6    | 119,8   | 55,3          | 67,2    | 72,0    |
| Papel, Cartolina, Cartão           | 52,4    | 60,1    | 156,0   | 29,3    | 69,0    | 100,1   | 76,8          | 0,2     | 55,8    |
| BENS DE CONSUMO E OUTROS           | 144,9   | 303,5   | 453,5   | 183,7   | 357,7   | 538,5   | -21,1         | -15,2   | -15,8   |
| Produtos da Indústria de Alimentos | 13,6    | 28,1    | 43,6    | 11,6    | 26,7    | 39,3    | 17,2          | 5,2     | 10,9    |
| Óleos e Gorduras                   | 13,7    | 24,6    | 33,0    | 49,9    | 57,5    | 74,7    | -72,5         | -57,2   | -55,8   |
| Produtos Farmacêuticos             | 12,7    | 26,1    | 39,1    | 6,4     | 8,0     | 28,4    | 98,4          | 226,3   | 37,7    |
| Instrumentos de Ótica e Fotografia | 70,9    | 153,6   | 242,0   | 77,3    | 182,4   | 273,9   | -8,3          | -15,8   | -11,6   |
| Instr. Música, Apar. Soc. Outros   | 34,0    | 71,1    | 95,8    | 38,5    | 83,1    | 122,2   | -11,7         | -14,4   | -21,6   |
| TOTAL                              | 1867,6  | 3901,5  | 6279,4  | 1640,9  | 3357,6  | 5259,6  | 13,8          | 16,2    | 19,4    |

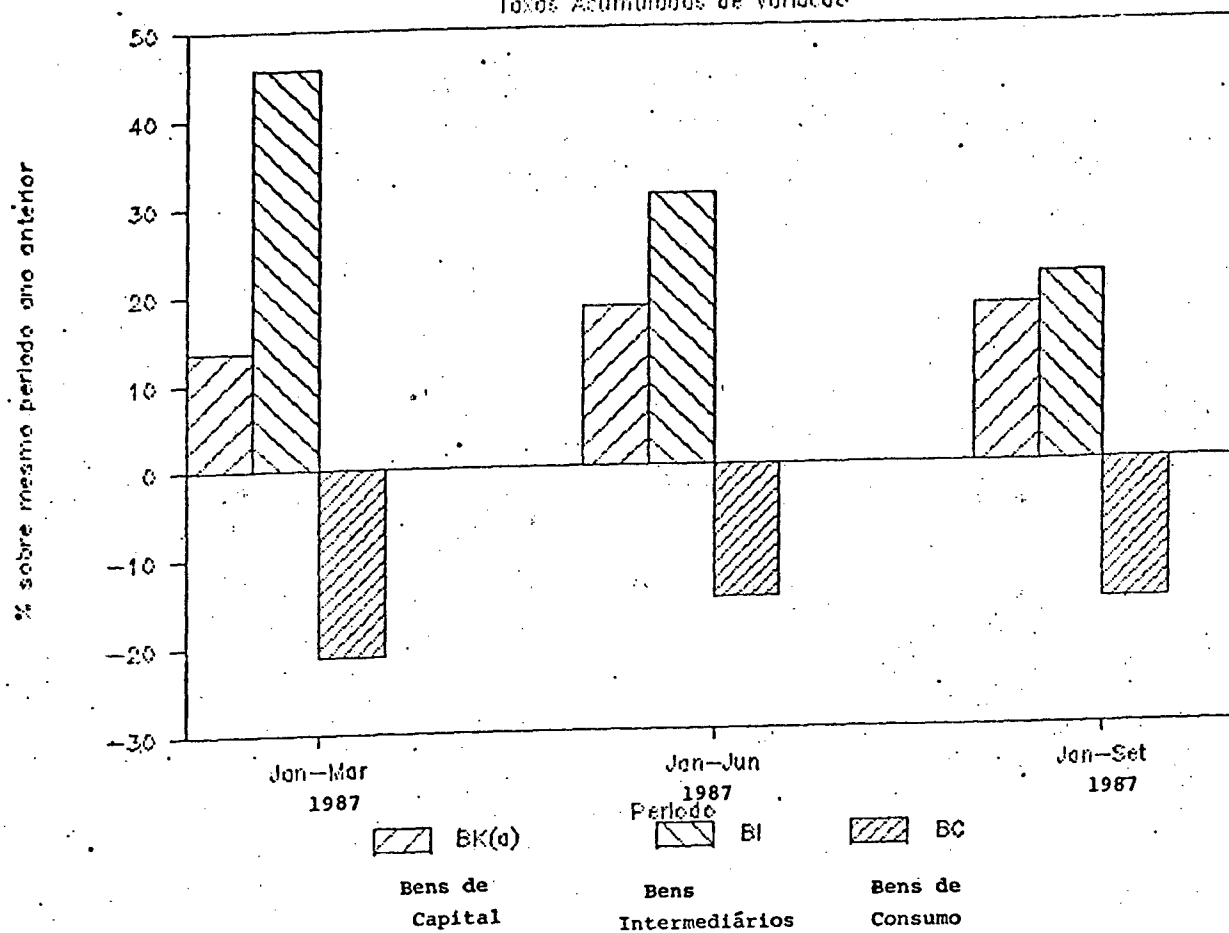
FONTE: CIEF/RF

Elaborado pelo CIT/IPLAN/IPEA

a) - subtotal excluídos os valores de Navegação Aérea e Marítima

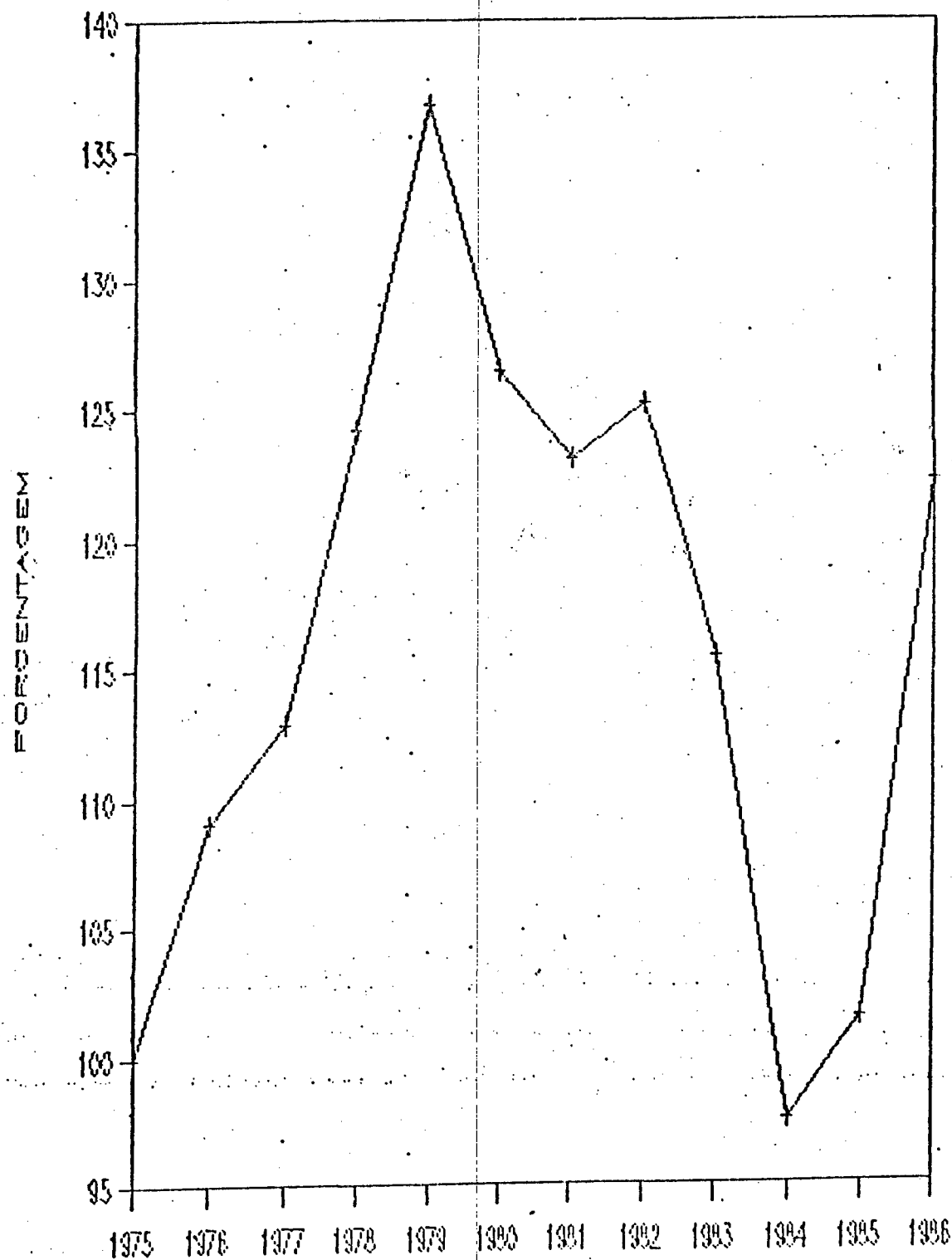
# IMPORTACOES DE INDUSTRIALIZADOS

Taxas Acumuladas de Variação

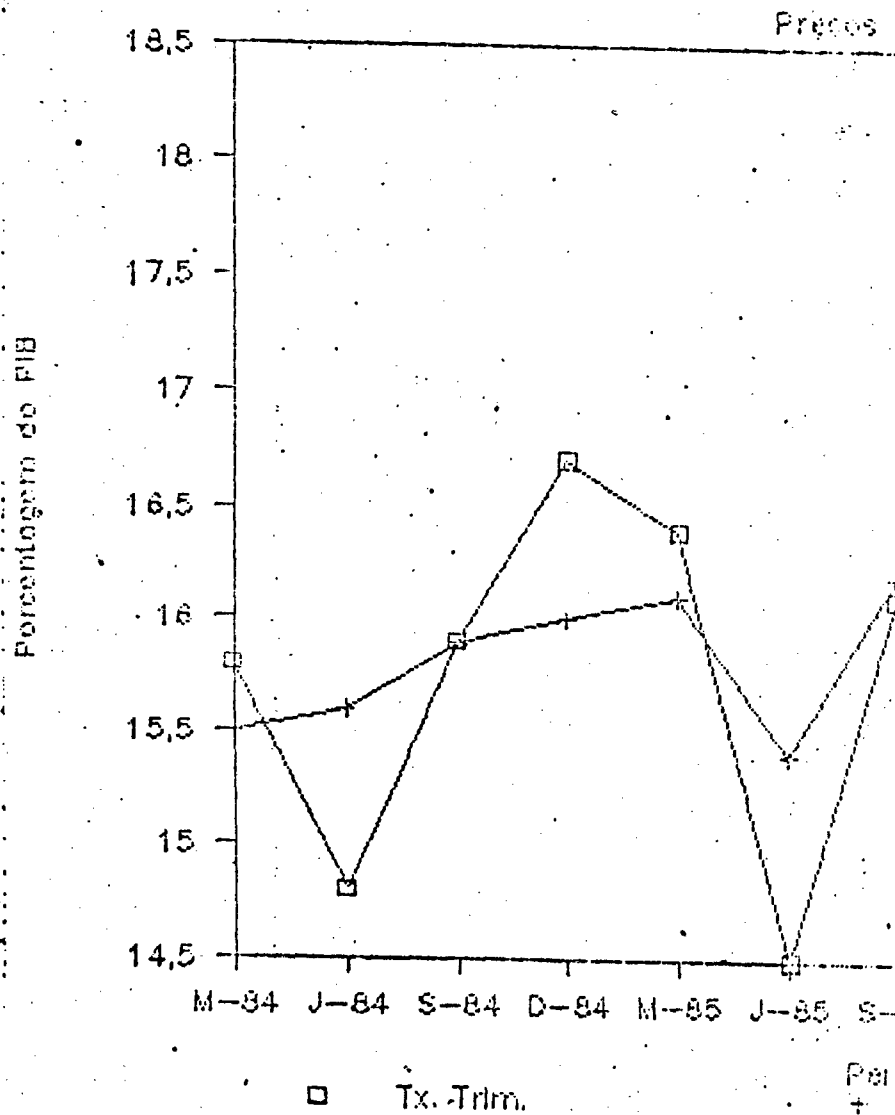


## INVESTIMENTO INDUSTRIA TRANSFORMACAO

Indices 1975=100

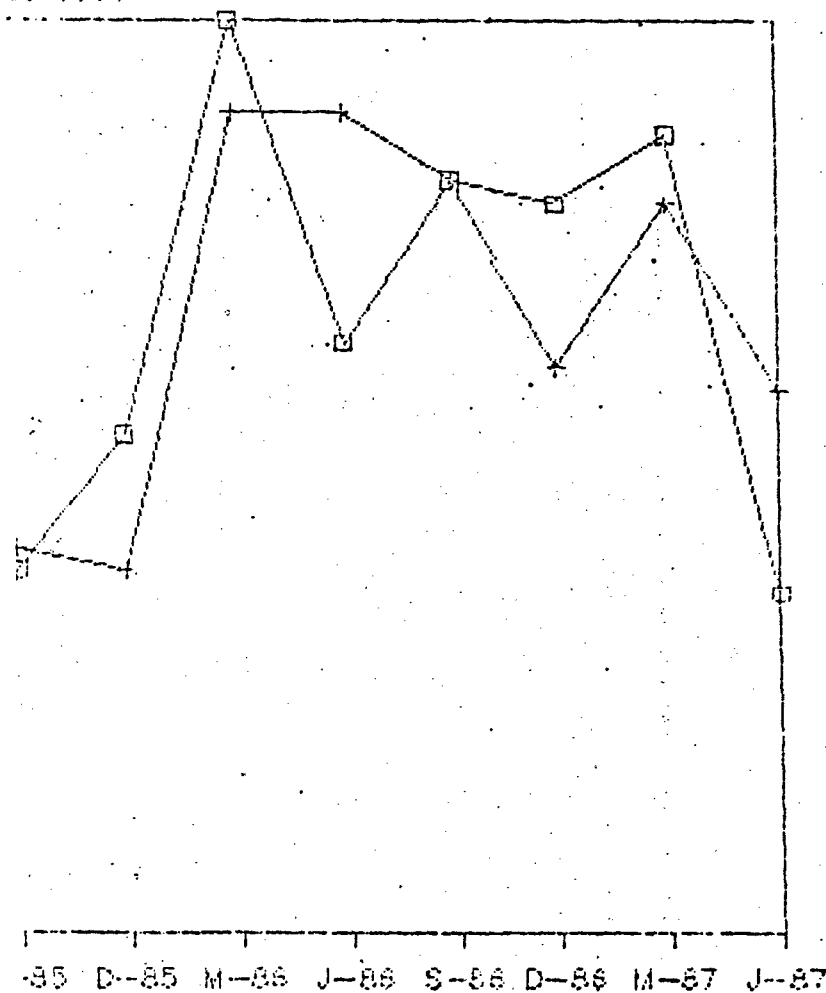


# EVOLUCAO DA TAXA



# A DO INVESTIMENTO

de 1980



Ido  
Tx. Trlm. Desoz.



---

ESTUDOS ESPECIAIS

---



---

MONTAGEM DE INDICADORES DE  
ACOMPANHAMENTO  
CONJUNTURAL DO SETOR EXTERNO  
CPM/IPLAN/IPEA

---

José Nelson Bessa Maia

\* As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando, necessariamente, a posição do IPLAN/IPEA

## 1. INTRODUÇÃO

O tamanho e o custo da dívida externa brasileira vêm condicionando as políticas ligadas ao setor externo da economia. Com o estancamento dos fluxos internacionais de empréstimos, a geração de superávits comerciais passou a ser priorizada.

Como o reequilíbrio das transações correntes do balanço de pagamentos depende em grande medida do comportamento da balança comercial, isso implica uma política cambial adequada para permitir a manutenção de superávits comerciais.

As medidas passíveis de serem adotadas para a promoção do equilíbrio externo afetam de forma distinta, e com variados graus de eficácia, os diversos itens que compõem o balanço de pagamentos. Por isso, é de suma importância a construção e o acompanhamento de indicadores da área externa capazes de mostrar tendências e assinalar eventuais descompassos das taxas de câmbio com relação às metas colimadas de superávits da balança comercial.

## 2. DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho em andamento na CPM objetiva a construção de alguns indicadores para serem utilizados como instrumentos na análise da política cambial e no acompanhamento do comportamento do setor externo brasileiro.

Objetivando compatibilizar a necessidade de estudos mais exaustivos sobre os indicadores do setor externo com a urgência de apresentação de alguns resultados, a execução do trabalho vem sendo feita em três etapas, a saber:

- Etapa 1 - Construção de alguns indicadores mais usuais para o setor externo e análise dos resultados obtidos.
- Etapa 2 - Levantamento de dados para a construção de indicadores setoriais.
- Etapa 3 - Implantação em computador da rotina de acompanhamento. Definição de formas de aperfeiçoamento e relatórios periódicos sobre a conjuntura externa.

## 3. INDICADORES MAIS USUAIS DO SETOR EXTERNO

Dentre os diversos indicadores existentes para o setor externo estão em elaboração os seguintes :

- 1 - Índice da taxa de câmbio efetiva real (Geral);
- 2 - Índice da taxa de câmbio efetiva real (Manufaturados);
- 3 - Índice da taxa de paridade (Cz\$/US\$) e (Cz\$/CESTA);
- 4 - Índice da relação câmbio/salário;
- 5 - Índice da relação líquida de troca;
- 6 - Índice do poder de compra das exportações;
- 7 - Índice de rentabilidade das exportações de produtos industrializados;
- 8 - Índice de custo efetivo das importações globais (exclusive trigo e petróleo);
- 9 - Evolução da balança comercial;
- 10 - Indicadores de endividamento externo (Dívida/PIB; Serviço da Dívida/Exportações, etc.);
- 11 - Evolução das reservas internacionais (dois conceitos);
- 12 - Evolução da converção da dívida externa (em investimento, em títulos de longo prazo, etc.).

#### 4. DEFINIÇÃO DE ALGUNS INDICADORES

##### 4.1. Índice da Taxa de Câmbio Efetiva Real (Geral e Manufaturados)

Este índice é uma medida da evolução dos níveis de custos da indústria no resto do mundo, em comparação com a evolução dos custos da indústria no Brasil. A evolução desse índice vai depender basicamente da taxa de inflação no resto do mundo, da taxa de inflação no Brasil, da evolução da taxa de câmbio dos demais países em relação ao dólar e da nossa taxa de câmbio. Portanto, a competitividade do Brasil melhora, e cresce o potencial de suas exportações, quando a elevação dos preços no resto do mundo é superior à verificada no Brasil, ambos os preços denominados numa mesma moeda.

A metodologia utilizada, resumidamente, é a seguinte:

- a) São considerados sete países desenvolvidos (EUA, RFA, Japão, Reino Unido, França, Itália e Países Baixos) que adquiriram em conjunto cerca de 51% das exportações brasileiras globais (e 47% das exportações de manufaturados) no período 1980-85. Esses mesmos países fornecem 34% das necessidades totais de importação brasileira e 74% das importações de manufaturados no mesmo período.
- b) Os pesos utilizados, são as médias da corrente de comércio por países para o intercâmbio global e de manufaturados no período 1980-85.
- c) Os índices de inflação utilizados internos e externos, correspondem aos índices de preços por atacado - disponibilidade interna e de produtos industriais no caso brasileiro (publicados pela FGV) e, para os demais países, aos "Wholesale Price Index" e "Consumer Price Index" (publicados pelo FMI).

#### 4.2. Índice da Taxa de Paridade (Cz\$/US\$) e (Cz\$/CESTA)

Em essência o índice da taxa de paridade consiste na relação entre os índices de preço interno e externo mais relevantes para o intercâmbio comercial do País. O índice fornece uma medida das variações de custo na indústria brasileira e dos Estados Unidos, bem como em relação aos principais parceiros desenvolvidos.

#### 4.3. Índice da Relação Câmbio/Salário

A relação câmbio/salário é uma medida aproximada do nível de competitividade externa da indústria. O índice é construído tanto com base na relação Cz\$/US\$ quanto com base na relação Cz\$/Cesta de moedas. O índice de salários adotado (da FIESP) é corrigido pelas variações de produtividade.

#### 4.4. Índice de Relação Líquida de Troca

Define-se como o quociente entre o índice de preço das exportações e o índice de preços das importações, referidos ambos à mesma base. Representa variações na capacidade de compra de um volume de exportações, isto é, em que proporção aumentou ou diminuiu o número de unidades que se deve exportar para financiar a importação do mesmo volume de produtos adquiridos pelo país durante o ano-base.

#### 4.5. Índice do Poder de Compra das Exportações

Define-se como o produto do índice de "Quantum" das exportações pela relação líquida de trocas. Representa uma medida das variações do poder aquisitivo de um país expresso em termos reais. Mostra, portanto, as variações ocorridas no volume ou quantidade de bens que um país pode adquirir com a receita cambial gerada pelas suas exportações.

#### 4.6. Índice de Rentabilidade das Exportações de Produtos Industrializados

Este índice fornece uma medida da evolução da rentabilidade das exportações de produtos industrializados com relação às vendas para o mercado interno. A evolução desse índice depende diretamente do comportamento do índice de preços em dólares dessas exportações - que por sua vez deverá refletir não apenas variações nas cotações das moedas de nossos principais parceiros comerciais em relação ao dólar e o comportamento dos índices de preços desses países, como também variações nos preços relativos da cesta de produtos industrializados exportada pelo Brasil - da nossa taxa de câmbio, do nível de subsídios e da evolução dos preços domésticos.

#### 4.7. Índice de Custo Efetivo das Importações (Exclusivo Trigo e Petróleo)

Este índice fornece uma medida aproximada do custo efetivo das importações. Sua evolução é função direta dos preços externos (em dólares) das importações, da taxa de câmbio nominal (Cz\$/US\$) e do índice de proteção tarifária, e função inversa dos preços domésticos relevantes.

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores construídos com base na metodologia citada no item anterior, bem como os demais serão utilizados para o acompanhamento sistemático (mensal) do desempenho do setor externo brasileiro e para a avaliação da política cambial. Espera-se, também, que os resultados da análise possam subsidiar os relatórios da CPM ao Boletim Técnico do IPLAN.

-----  
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A  
EVOLUÇÃO RECENTE DA DEMANDA  
AGREGADA NO BRASIL  
-----

Manuel José Forero Gonzales

\* As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando, necessariamente, a posição do IPLAN/IPEA

\*\* O autor agradece aos colegas da CPM/IPLAN pelos comentários feitos à versão preliminar deste texto. Merecem especial destaque as valiosas observações feitas por João do Carmo Oliveira e por Mário Tinoco da Silva. Igualmente agradeço as informações fornecidas por Fábio de Oliveira Barbosa e por José Carlos Jacob de Carvalho. Não obstante qualquer erro ou omissão remanescente fica sob total responsabilidade do autor.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DA DEMANDA AGREGADA NO BRASIL

Estas notas têm por objetivo apresentar algumas reflexões sobre o comportamento recente dos principais componentes da demanda agregada no Brasil. Para esse efeito, a título de ilustração, expõem-se na primeira parte algumas relações macroeconômicas básicas de modo a balizar a análise feita na segunda parte.

### Relações Básicas

O equilíbrio macroeconômico é estabelecido mediante a igualdade do preço da oferta agregada com o preço da demanda agregada(1). Isto significa que se  $Y$  mede o valor da oferta agregada e  $D$  o valor da demanda agregada, em equilíbrio teremos:

$$Y = D \quad (a)$$

A oferta agregada pode ser expressa, simplificada, em termos do preço médio do produto e do quantum de produto, como segue

$$Y = P.Q \quad (b)$$

Uma forma alternativa para a equação (b) leva em consideração o processo de formação dos preços de acordo com a regra do mark-up. Como uma simplificação, para se obter um mark-up médio ponderado sobre os custos diretos unitários, assumiremos que estes últimos são representados basicamente pelos salários. Portanto, temos

$$Y = K.\bar{W}N \quad (c)$$

---

(1) Estas expressões seguem a tradição de Keynes, e serão utilizadas, de acordo com o uso corrente, como oferta e demanda agregadas.

onde  $K$  é a margem média de lucro,  $\bar{W}$  a taxa média de salário monetário e  $N$  o nível de emprego.

De (b) e (c) podemos chegar à seguinte equação.

$$\frac{1}{K} = m \quad (d)$$

em que  $m$  corresponde à parcela salarial no produto agregado. Também pode se escrever o seguinte

$$P = \frac{K \cdot \bar{W}}{q} = \frac{\bar{W}}{mq} \quad (e)$$

onde  $q$  mede a produtividade média do trabalho. Igualmente, a taxa de salário real viria dada por

$$\frac{\bar{W}}{P} = \frac{q}{K} \quad (f)$$

Em resumo, a expressão (e) indica que os preços dependem diretamente do salário monetário e do mark-up, e inversamente da produtividade do trabalho. Adicionalmente, a expressão (f) mostra que a trajetória do salário real depende para um dado salário monetário do comportamento observado do mark-up e da produtividade média do trabalho.

De outra parte, a demanda agregada pode ser decomposta como segue

$$D = C + I + G + X - M \quad (g)$$

corresponde  $C$  ao consumo,  $I$  ao investimento,  $G$  ao gasto corrente do governo, e  $X-M$  ao saldo comercial de bens e serviços não fatores. O investimento, especificamente para o caso do Brasil, pode ser desdobrado em três componentes:

$$I = I_S + I_G + I_P \quad (h)$$

sendo  $I_S$  o investimento das empresas produtivas estatais,  $I_G$  o investimento típico do governo e  $I_P$  o investimento privado. O Consumo, grosso modo, corresponde a uma proporção da massa salarial. Portanto pode-se escrever

$$C = \alpha \bar{W}N \quad (i)$$

de modo tal que a demanda agregada, pode reescrever-se como

$$D = \alpha \bar{W}N + \left( I_S + I_G + I_P \right) + G + X - M \quad (j)$$

Em equilíbrio, oferta é igual a demanda e, portanto, trabalhando com (c), (d) e (j), obtemos

$$Y = \frac{1}{1-\alpha_m} \left( I_S + I_G + I_P + G + X - M \right) \quad (1)$$

$$\bar{W}N = \frac{1}{K-\alpha} \left( I_S + I_G + I_P + G + X - M \right) \quad (1')$$

A propensão média ao consumo, que se pode inferir da combinação de (c) e (i), equivale exatamente a  $\alpha \cdot m$ .

As equações anteriores são ilustrativas dos efeitos exercidos pela evolução dos principais componentes de demanda sobre o produto global. Atenção especial deve ser dada às variações distributivas captadas especialmente pelo multiplicador. A evolução da taxa de salário real é um fator que através de alterações no produto provoca mudanças na distribuição funcional de renda. Esta pode ser uma implicação relevante e distinta com respeito às versões correntes do princípio do multiplicador.

Assim, por exemplo, se os assalariados consomem uma parte constante da massa de salários ( $\alpha$  constante), a taxa de crescimento do produto ficará afetada pelas alterações na parcela salarial captadas pelo efeito multiplicador. No caso específico em que se aceita a simplificação Kaleckiana de que os "assalariados gastam o que ganham" ( $\alpha = 1$ ), o multiplicador será afetado exclusivamente pelo comportamento da parcela salarial. Esta por sua vez depende da evolução do mark-up. A taxa de salário real é determinada também pelo mark-up e pela evolução

dos salários monetários que, principalmente para os setores organizados, dependem da política salarial e do poder dos sindicatos, o qual pode variar procíclicamente aumentando nas expansões e diminuindo nas contrações.

### Desempenho recente da demanda agregada

#### 1. Consumo

Algumas considerações podem ser feitas sobre a evolução recente da demanda agregada no Brasil. A tendência observada é de um desaquecimento da atividade econômica, consubstanciado na redução da absorção interna, especialmente nos setores industriais oligopolizados, que têm se refletido mais sobre o grau de utilização da capacidade instalada do que sobre os preços. Ao contrário, em muitas situações os mark-ups podem até ter aumentado(2).

Dentro de uma perspectiva de curto prazo não existe a possibilidade de ocorrência de pressões inflacionárias exacerbadas por choques de demanda. As pressões estão localizadas, basicamente, do lado dos custos e dos mark-ups. Um componente importante desse processo é o reajuste das tarifas públicas. Se ao déficit público deve ser atribuída parcela de causa da inflação, isto decorre da tentativa de recuperação da receita pública pelo aumento de tarifas e não de eventuais pressões sobre a demanda.

Por outro lado, deve ficar claro que a trajetória do salário real depende fundamentalmente do comportamento dos preços, mantida produtividade do trabalhador constante. Esta é a essência das equações derivadas a partir da definição do preço da oferta agregada. Em mercados em que os empresários são formadores de preços, as políticas ativas de mark-up desejados projetam o caminho para os preços e para os salários reais. É difícil estabelecer a dimensão e o sentido exato da direção do mark-up. Por tal razão, o argumento é sustentado pela possível

(2) Ver a este respeito Forero, Manuel "Evolução recente da formação bruta de capital fixo no Brasil", Boletim Técnico nº 02, IPLAN/IPEA, Agosto/87.

força analítica a ele subjacente e pela experiência em períodos de recessão, quando os preços industriais variaram inversamente em relação ao emprego(3). Acrescente-se o fato de que na atualidade estão ocorrendo fortes pressões de custos que, obviamente afetarão os preços e portanto a futura evolução da própria inflação.

Os índices recentes sobre o comportamento da massa salarial refletem uma diminuição, consubstanciada tanto em quedas do salário real como do nível de emprego. Este aspecto deve ter contribuído para uma sensível redução do multiplicador de renda através da queda do consumo, o qual redundará em menor crescimento do produto. De acordo com o Plano de Controle Macroeconômico (PCM), o consumo privado, que corresponde a mais de 68% do PIB, tem um crescimento previsto à taxa de 6,7%, associada a um crescimento desejado para o PIB de 5%. Durante os anos de 1985 e 1986, tidos como de consumo elevado, este cresceu a mais de 7%. O triênio recessivo de 1981-1983 experimentou, em média, quedas reais do consumo próximas a 1%. É provável que a situação presente, não tão depressiva como a de 1981-83, nem tão satisfatória como a desejada pelo PCM, situe-se num ponto intermediário. Isto significa que do lado da demanda agregada o consumo não conseguirá contribuir com os 4,6% de crescimento do PIB (Tabela 4).

## 2. Investimento

O investimento é relevante como categoria de gasto, gerando renda via efeito multiplicador (Equação 1) e como categoria de produto, criando capacidade produtiva, necessária ao crescimento futuro. Deve-se também acrescentar que o investimento gera emprego, e, assim, dada a tecnologia e o nível de salário monetário, contribui para aumentar a massa de salários (WN em equação 1'). Em outras palavras, a massa salarial depende, também, do gasto em investimento.

Os indicadores mais recentes não permitem análises otimistas sobre o comportamento no futuro imediato. Em primeiro lugar, deve mencionar-se que o propalado aumento da taxa de investimento de 18% em 1985 para 20,5% do PIB em 1986 pode inserir uma mudança de preços relativos a favor dos bens de

(3) Ver a respeito Nakano, Y, "Recessão e Inflação" in REP V 2/2 nº 6. Junho, 1982.

capital(4). Com efeito, como mostra a Tabela 1, a taxa de investimento a preços de 1980 é inferior em todos os anos da década de 80, à medida a preços correntes, que aparece na Tabela 3. Deve-se o fato às variações maiores do deflator da formação bruta de capital fixo em relação às variações do deflator do PIB. Portanto, a taxa medida a preços correntes embute um efeito preços que, pelo menos durante a presente década, aparentemente, superdimensiona o real aumento da capacidade produtiva do país.

Em segundo lugar, deve acrescentar-se que, apesar do investimento ter aumentado em 1985 e 1986 não significa que a economia brasileira tenha aumentado efetivamente sua capacidade produtiva. Com efeito, é provável que a recuperação desses dois anos constitua um processo de reposição de capital que geralmente se segue a uma queda cíclica(5). Além disso, a reposição de capital pode ter vindo acompanhada de modernização tecnológica, aspecto que torna difícil avaliar a magnitude exata da sobreestimação consequência da mudança verificada nos preços relativos. Trata-se de um problema a ser considerado e que faz parte da controvérsia teórica sobre a validade da comparação histórica de agregados heterogêneos, especificamente aqueles ligados ao processo de acumulação de capital. Esse aspecto do problema torna difícil afirmar que o investimento tenha aumentado ou diminuído em proporções significativas, dado que não se está comparando historicamente máquinas e equipamentos homogêneos. Assim, o índice de 17,7% ao qual chegou Modiano (1987) pode ser considerado como provável limite inferior para a taxa de investimento de 1986(6).

---

(4) Veja Modiano, E. (1987): "Investimento em 1987 - Recuperação Frustrada".

(5) Este ponto faz parte da leitura feita em Forero, M. op cit, e é reforçado ainda mais pela constatação da mudança dos preços relativos levantada no artigo de Modiano op cit.

(6) Para o raciocínio de Modiano estar totalmente correto, deve supor-se que ele teria trabalhado com um índice de preços da formação bruta de capital apropriado para um quanta de produto, supostamente, medido de forma coerente; isto é, que o índice de preços levasse na devida conta as mudanças qualitativas dos bens de capital decorrentes da melhoria tecnológica embutida nas novas máquinas e equipamentos (tanto os que repuseram as máquinas e equipamentos antigos como os que liquidamente cresceram o estoque de capital).

Lembrando o conselho de J.M. Keynes de que "a indeterminação quantitativa destes conceitos" não afeta ou confunde "as decisões dos homens de negócios" nem a "sequência causal dos fenômenos econômicos", acreditamos, assim mesmo, poder-se afirmar que, quanto à evolução dos investimentos na economia brasileira ocorre, em 1987, um arrefecimento na acumulação de capital. As informações preliminares dão conta de uma redução da absorção interna de bens de capital afetada principalmente pela menor produção, sobretudo durante o segundo trimestre do ano. Igualmente, tem-se registrado um decréscimo da atividade na indústria da construção. Não é difícil inferir que as decisões privadas encontram-se em compasso de espera ante as incertezas próprias do momento atual. Objetivamente, o cálculo prospectivo empresarial está sendo afetado pelas variações negativas do grau de utilização da capacidade instalada, pelos juros elevados, e pelos riscos e incertezas prevaescentes. Por tal razão, a possibilidade de alcançar-se a taxa de investimento privado de 12,2% do PIB conforme estabelecido no PCM pode tornar-se sobremaneira dificultada.

Vale a pena ainda salientar a queda contínua dos investimentos globais do governo, os quais já exercem papel anticíclico preponderante no processo de acumulação de capital na década passada. Admitindo-se que durante 1986, os investimentos típicos do governo e os investimentos produtivos estaduais e municipais mantivessem-se nos mesmos níveis de 1984 e 1985, poder-se-ia verificar uma redução de sua contribuição para o PIB a um nível próximo de 7% (Tabelas 2 e 3). Com relação aos investimentos do setor produtivo estatal tem-se observado quedas sensíveis, sendo projetadas taxas de apenas 3% do PIB para 1987 (excluindo concessionárias estaduais de energia elétrica). Em termos globais, o PCM estima em 7,3% do PIB os investimentos totais do governo para 1987, taxa inferior à verificada em 1980 quando, depois de criada a SEST, houve uma racionalização dos gastos produtivos do estado.

Concluindo, do lado dos investimentos, enquanto categoria de demanda, perfila-se um horizonte imediato de redução, consubstanciada tanto na queda do gasto produtivo privado como do gasto produtivo do estado.

### 3. Gastos correntes do governo e setor externo

No que tange às despesas correntes do governo(G), a perspectiva para 1987 é de que mantenham em termos reais quase os mesmos níveis do ano passado. Isto significa que o aumento de 6,1% projetado pelo PCM provavelmente não será atingido com facilidade, de forma tal que, efetivando-se a redução dos gastos correntes, sua contribuição para o aumento de 5% previsto para o PIB será inferior a 0,61%, ou seja 10% de participação dos gastos governamentais no PIB multiplicado por 6,1% de crescimento dessa variável (Ver tabela 4).

O desempenho do setor externo tem superado as expectativas, principalmente devido ao recente impulso das exportações, que têm contribuído para notáveis saldos comerciais. Segundo projeções da CPM, as exportações provavelmente crescerão a uma taxa superior a 13%, elevando o saldo da balança comercial para 9,7 bilhões de dólares, quantia superior aos 8,6 bilhões previstos inicialmente no PCM. Naturalmente, do ponto de vista da demanda agregada e do emprego, o desempenho externo vem contribuindo para amortecer o impacto da redução da absorção interna.

### Considerações Finais

Em resumo, podemos concluir que do lado da demanda agregada há sinais de desaquescimento, comprometendo, em parte, o crescimento de 5% planejado para a economia. A queda da absorção interna se explica fundamentalmente pelo descréscimo do salário real e pela diminuição do nível de emprego associada ao menor ritmo dos investimentos sobretudo privado.

Entretanto, a notável negociação das exportações é um fator que deve amortecer o impacto da queda da demanda agregada.

Por outro lado, o crescimento futuro depende em grande parte do desempenho atual dos investimentos. A recuperação do gasto produtivo do setor privado e do governo é uma condição necessária para evitar que surja, no futuro próximo, uma restrição de capacidade às potencialidades de crescimento da economia brasileira.

TABELA 1

145.

## TAXA DE INVESTIMENTO A PREÇOS DE 1980

| ANO  | TAXA DE INVESTIMENTO<br>(% DO PIB) | VARIACAO %<br>DEFLATOR INVESTIMENTO | VARIACAO %<br>DEFLATOR PIB |
|------|------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|
| 1980 | 22,0                               | NA                                  | NA                         |
| 1981 | 19,7                               | 127,3                               | 102,5                      |
| 1982 | 18,5                               | 91,0                                | 92,8                       |
| 1983 | 15,8                               | 145,8                               | 151,9                      |
| 1984 | 15,5                               | 205,1                               | 210,6                      |
| 1985 | 15,9                               | 254,2                               | 234,8                      |
| 1986 | 17,7                               | 147,9 (1)                           | 142,4                      |

(1) Calculado com base em estudo de Modiano, E. "Investimento em 1987  
Recuperacao Frustrada".

FONTE: IBGE.

INVESTIMENTOS GLOBAIS DO GOVERNO  
PARTICIPACAO NO PIB A PRECOS CORRENTES

| DISCRIMINACAO                                                 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 | 1987     |
|---------------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|----------|
| Formacao Bruta de Capital Fixo do Setor Produtivo Estatal (1) | 4,9% | 5,6% | 5,7% | 4,1% | 3,7% | 3,8% | 3,7% | 3,0% (2) |
| Formacao Bruta de Capital Fixo de Estados e Municipios        | 1,3% | 1,9% | 1,9% | 2,4% | 1,1% | NA   | NA   | -        |
| Formacao Bruta de Capital em Atividades Tipicas de Governo    | 2,3% | 2,6% | 2,5% | 1,8% | 1,9% | 2,3% | NA   | -        |

(1) Inclui concessionarias estaduais de energia eletrica.

(2) Estimativa SEST. Exclui concessaoarias estaduais.

FONTES: SEST, IBGE.

TABELA 3

COMPOSICAO DA TAXA DE INVESTIMENTO GLOBAL  
% PIB

| DISCRIMINACAO                            | 1980  | 1981  | 1982  | 1983  | 1984  | 1985  | 1986  | 1987 (1) |
|------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------|
| Taxa de Investimento Corrente            | 22,0% | 22,2% | 20,6% | 17,1% | 16,5% | 18,0% | 20,5% | 19,5%    |
| Taxa de Investimentos Globais do Governo | 8,5%  | 10,1% | 10,1% | 8,3%  | 6,7%  | NA    | NA    | 7,3%     |
| Taxa de Investimento Privado             | 13,5% | 12,1% | 10,5% | 8,8%  | 9,8%  | NA    | NA    | 12,2%    |

(1) Estimativas incluídas no Plano de Controle Macroeconômico.  
FONTE: TABELAS 1 E 2.

CENARIO DO PLANO DE CONTROLE MACROECONOMICO PARA 1987  
COMPONENTES DA DEMANDA AGREGADA

(Em %)

| DISCRIMINACAO                          | Y    | C     | I     | G     | X     | M     |
|----------------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Variacao Anual                         | 5,00 | 6,70  | -0,10 | 6,10  | -0,50 | -1,60 |
| Participacao no PIB                    | -    | 68,10 | 19,50 | 10,00 | 9,20  | 6,80  |
| Contribuicao para o crescimento global | 5,00 | 4,56  | -0,02 | 0,61  | -0,05 | -0,10 |

FONTE:

Plano de Controle Macroeconomico

---

EMPREGO NO BRASIL: O PESO DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

---

Eugênio Pacceli Ribeiro

\* As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando, necessariamente, a posição do IPLAN/IPEA

\*\* Ao corpo técnico da CES, agradeço pelas críticas e sugestões apresentadas. Isento-os, entretanto, por quaisquer falhas e deficiências encontráveis nesta nota.

## EMPREGO NO BRASIL: O PESO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ultimamente a imprensa tem veiculado reportagens sobre o emprego na Administração Pública mostrando que, apesar das promessas de contenção do gasto público, aumentou o número de funcionários, ou o "empreguismo", em todas as esferas (federal, estadual e municipal). Os dados publicados estão corretos e mostram que houve realmente um aumento do número de funcionários públicos. Não cabe contestá-los. Contudo, a análise não pode se limitar apenas a níveis absolutos. Esta nota pretende aprofundá-la para encontrar a real tendência do emprego na Administração Pública nos últimos anos.

A imprensa, ao se referir à Administração Pública, está considerando apenas a administração direta e autárquica, não levando em conta as empresas estatais. Essa nota, para fins de comparabilidade, limita-se, também, à Administração Pública stricto sensu. Entretanto, também será tratado, brevemente, o emprego nas empresas estatais.

A Administração Pública, segundo os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), é responsável diretamente, por cerca de um quinto do emprego formal urbano, participação que tem apresentado uma modesta queda nos últimos anos. Mesmo que a ela fossem acrescentados os Serviços Industriais de Utilidade Pública, geralmente providos pelo Estado, ainda assim, sua participação relativa seria muito menor que aquelas dos setores Serviço e Indústria de Transformação, que respondem, juntos, por mais de 50% do emprego do mercado formal de trabalho (Vide Tabelas I e II).

A taxa de variação anual do nível de emprego vem corroborar a afirmação anterior. Esta taxa tem sido menor que a média do emprego urbano total, com exceção dos anos de 1984, que coincide com o fim do Governo Figueiredo, e 1985, quando a taxa de variação anual do nível de emprego foi menor que a do ano anterior, havendo, portanto, um maior número de contratações no fim de um governo do que no início de outro (Tabela III). A taxa média de crescimento do emprego na Administração Pública (3,88%), no período considerado, é quase a mesma para o emprego urbano total (3,80%). Contudo a taxa de crescimento anual do emprego na Administração Pública vem caindo, de 7,90% no período 1983/84, para 0,85% em 1985/86.

No que diz respeito ao emprego em geral, as informações disponíveis, até setembro de 1987, mostram que a situação do mercado de trabalho é preocupante. Setores dinâmicos e com grande participação no total do número de emprego formal urbano, como Indústria de Transformação e Comércio, têm tido até agora um desempenho negativo, ao contrário dos setores de Serviços e Administração Pública que estão tendo um comportamento anti-recessivo.

O Setor de Administração Pública engloba as esferas federal, estadual e municipal. Apesar de as estimativas existentes sobre o número de empregos no setor público não estarem desagregadas nas três esferas governamentais, mas sim por Estados e Áreas Metropolitanas, acredita-se que o emprego público tem aumentado mais na esfera estadual do que na federal. Somados, os empregos na Administração Pública dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul representam aproximadamente 60% do total nos últimos três anos. Acrescentando o Distrito Federal, esta percentagem aumenta para 65% no mesmo período. Somente a Região Metropolitana de São Paulo tem sido responsável, nos últimos anos, por cerca de 15,5% do emprego público. Dos sete Estados analisados o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, foram os que tiveram a menor taxa média de crescimento no emprego público, de 1983 a 1987, de 1,0% e 0,7%, respectivamente, sendo que as maiores taxas registradas foram para a Bahia (4,7%) e Distrito Federal (12,3%) (Vide Tabela IV). Um estudo do IPEA(1), de 1976, já mostrava a maior importância dos Estados e Municípios no emprego de mão-de-obra em atividades governamentais, principalmente dos primeiros. Atualmente, estima-se que haja 1.800,0 mil empregos na Administração Federal, restando a Estados e Municípios mais de 2.500,0 mil empregos.

Utilizando os dados sobre emprego total da PNAD, pode-se analisar a importância relativa do emprego público no emprego total no Brasil. Considerando apenas a mão-de-obra da Administração Pública (dados da RAI5), stricto sensu, a participação relativa é de aproximadamente 13% em 1985. Agregando o emprego nas Estatais ao emprego na Administração Pública esta percentagem fica em torno de 16% no mesmo ano (Vide Tabela V).

---

(1) Rezende, Fernando e BRANCO, Flávio P.C. - 1976.

## COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Em termos internacionais, como se coloca o emprego público no Brasil? É importante fazer comparações internacionais das cifras sobre a proporção do emprego público sobre o emprego total ou emprego formal urbano para que se estabeleça um melhor critério de avaliação sobre o significado de que se reveste. Na maioria dos países para os quais se dispõe de informação, a tendência no longo prazo tem sido de um aumento na importância do Estado como gerador de emprego.

Apesar das diferenças de definição quanto ao que seja o emprego na Administração Pública, a Tabela VI nos dá uma idéia de quão importante é o papel do Estado como gerador de empregos. Cabe destacar que o emprego público constitui 21% dos assalariados não agrícolas nos países industrializados, e 27% nos países em vias de desenvolvimento.

Pela Tabela VII nota-se que há uma tendência crescente da participação do emprego público no emprego total para os países industrializados. Entre 1960 e 1979, segundo dados do Banco Mundial, o emprego público nas economias industrializadas elevou-se de 12% para 18% do emprego total. Em 1979 esta percentagem variava de 10,2%, no caso da Suíça, para 29,8% na Suécia. Desta maneira, o emprego público no Brasil, atualmente, é compatível àquele dos países industrializados, em 1970. Comparando com o ano de 1979, a tabela V mostra que o emprego público no Brasil só é maior que o da Suíça. Mesmo acrescentando o emprego nas estatais, a cifra para o Brasil equipara-se à dos Estados Unidos(2).

Para a América Latina, segundo informações do PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe), entre 1950 e 1980 a taxa de crescimento do emprego público na região foi duas vezes maior que a taxa de crescimento da força de trabalho não agrícola. A Tabela VIII mostra a situação estudada para oito países da região. Os números apresentados, que incluem as empresas estatais, mostram a grande presença do Estado como empregador. A coluna que apresenta as percentagens do emprego público com relação ao emprego formal urbano indica, em geral, uma participação muito maior em outros países em comparação com o Brasil, com destaque para a Bolívia. Dentre esses países, o Brasil (junto com a Colômbia em relação à qual não há diferença significativa) é o país que apresenta a menor proporção de emprego público.

---

(2) Os dados sobre emprego público nos países industrializados não incluem as empresas estatais.

Do que se apresentou até aqui, conclui-se que a participação relativa do emprego público no emprego total para o caso brasileiro está abaixo tanto da média alcançada pelos países desenvolvidos como daquela observada para outros países da América Latina. Ademais, a tendência apresentada por diversos países é o aumento da participação do emprego da Administração Pública no total. A tendência brasileira, nos últimos anos, é de uma ligeira queda.

Além disso, alguns antecedentes permitem afirmar que o emprego público tem tido, em vários países em desenvolvimento uma importante função estabilizadora em relação à situação global do emprego, desempenhando um papel anti-cíclico, principalmente na fase recessiva, compensando as situações de contração do emprego privado. O simples fato de não despedir funcionários na crise faz com que o comportamento seja anti-cíclico. Entretanto, a possibilidade de recorrer ao emprego público como instrumento de intervenção sobre a recessão tem como limites a restrição orçamentária, os níveis de inflação e o volume crescente de endividamento público.

O fato de os resultados apresentados para o caso brasileiro estarem aquém dos resultados de outros países, inclusive com relação aos mais desenvolvidos, não implica que a situação brasileira é confortável ou que alcançou um nível ótimo de ocupação. As percentagens alcançadas pelos diversos países são resultantes do desencadeamento de importantes processos de modernização e consolidação do sistema capitalista de governo, de modelos de industrialização e desenvolvimento distintos do modelo brasileiro. A expansão do emprego público nos últimos 25 anos no Brasil resultou também da criação de novos órgãos e o emprego "novo" talvez suplante o crescimento do emprego nas entidades já existentes, além de muitos destes novos órgãos terem passado a desempenhar a mesma função de outros já existentes. Certas anomalias fazem com que o emprego público no Brasil apareça "inchado" e anacrônico, como o clientelismo, o nepotismo, o excesso de pessoal em alguns órgãos, enquanto em outros há escassez, diversidade de entidades públicas cuidando de um mesmo assunto e o despreparo do pessoal para exercer certas funções. Tudo isso, faz com que a produtividade seja baixa, os serviços executados sejam ineficientes, e que certo grau de corrupção atrapalhe a eficácia do setor público. Ademais, cresce o item Despesa com Pessoal e Encargos Sociais no Total da Despesa do Tesouro: de 29,9% em 1983 estima-se que alcançará 36% em 1987.

É imprescindível uma reforma administrativa a fim de corrigir essas anomalias e moralizar o serviço público. A política a ser seguida, a partir de agora, deverá privilegiar o emprego produtivo e o retorno social a curto, médio e longo prazos.

TABELA I

BRASIL

NUMERO DE EMPREGOS FORMAIS URBANOS EM 31/12 POR ATIVIDADES ECONOMICAS  
1983-1987 (em milhares)

| ATIVIDADES/ANOS       | 1983    | 1984    | 1985    | 1986    | 1987(*) |
|-----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| EXTRATIVA MINERAL     | 123.0   | 128.0   | 136.0   | 134.8   | 139.5   |
| IND. DE TRANSFORMACAO | 4410.0  | 4662.0  | 5080.0  | 5623.4  | 5531.2  |
| UTILIDADE PUBLICA     | 279.0   | 279.0   | 294.0   | 299.4   | 298.9   |
| CONSTRUCAO CIVIL      | 798.0   | 766.0   | 820.0   | 882.7   | 878.8   |
| COMERCIO              | 2524.0  | 2493.0  | 2585.0  | 2786.5  | 2773.5  |
| SERVICOS              | 5660.0  | 5839.0  | 6112.0  | 6259.8  | 6493.4  |
| ADM. PUBLICA          | 3837.0  | 4140.0  | 4395.0  | 4432.5  | 4468.2  |
| OUTROS                | 1046.0  | 1071.0  | 1070.0  | 1073.3  | 1101.5  |
| TOTAL                 | 18677.0 | 19378.0 | 20492.0 | 21492.4 | 21685.0 |

FONTE: RAIS 1983-1984-1985. A PARTIR DE 1986 ESTIMATIVA UTILIZANDO OS  
DADOS DO CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65-Mtb

(\*) Ate setembro

TABELA II

BRASIL

PARTICIPACAO RELATIVA DO NIVEL DE EMPREGO FORMAL URBANO

| ATIVIDADES/ANOS       | 1983    | 1984    | 1985    | 1986    | 1987(*) |
|-----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| EXTRATIVA MINERAL     | 0.66%   | 0.66%   | 0.66%   | 0.63%   | 0.64%   |
| IND. DE TRANSFORMACAO | 23.61%  | 24.06%  | 24.79%  | 26.16%  | 25.51%  |
| UTILIDADE PUBLICA     | 1.49%   | 1.44%   | 1.43%   | 1.39%   | 1.38%   |
| CONSTRUCAO CIVIL      | 4.27%   | 3.95%   | 4.00%   | 4.11%   | 4.05%   |
| COMERCIO              | 13.51%  | 12.87%  | 12.61%  | 12.97%  | 12.79%  |
| SERVICOS              | 30.30%  | 30.13%  | 29.83%  | 29.13%  | 29.94%  |
| ADM. PUBLICA          | 20.54%  | 21.36%  | 21.45%  | 20.62%  | 20.61%  |
| OUTROS                | 5.60%   | 5.53%   | 5.22%   | 4.99%   | 5.08%   |
| TOTAL                 | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |

FONTE: RAIS 1983-1984-1985. A PARTIR DE 1986 ESTIMATIVA UTILIZANDO OS  
DADOS DO CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65-Mtb

(\*) Ate setembro

TABELA III

BRASIL

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO NÍVEL DE EMPREGO FORMAL URBANO

| ATIVIDADES/ANOS       | 1984  | 1985  | 1986  | 1987(*) | TAXA MÉDIA |
|-----------------------|-------|-------|-------|---------|------------|
| EXTRATIVA MINERAL     | 4.07  | 6.25  | -0.88 | 3.49    | 3.20       |
| IND. DE TRANSFORMAÇÃO | 5.71  | 8.97  | 10.70 | -1.64   | 5.83       |
| UTILIDADE PÚBLICA     | 0.00  | 5.38  | 1.84  | -0.17   | 1.74       |
| CONSTRUÇÃO CIVIL      | -4.01 | 7.05  | 7.65  | -0.44   | 2.44       |
| COMÉRCIO              | -1.23 | 3.69  | 7.79  | -0.47   | 2.38       |
| SERVIÇOS              | 3.16  | 4.68  | 2.42  | 3.73    | 3.49       |
| ADM. PÚBLICA          | 7.90  | 6.16  | 0.85  | 0.81    | 3.88       |
| OUTROS                | 2.39  | -0.09 | 0.31  | 2.63    | 1.30       |
| TOTAL                 | 3.75  | 5.75  | 4.88  | 0.90    | 3.80       |

FONTE: RAIS 1983-1984-1985. A PARTIR DE 1986 ESTIMATIVA UTILIZANDO OS DADOS DO CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65-MTB

(\*) Até setembro

TABELA IV

ESTADOS

NÚMERO DE EMPREGOS EM 31/12 NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 1983-1987 (em milhares)

| ANOS/ESTADOS: | BAHIA | MINAS<br>GERAIS | RIO DE<br>JANEIRO | SÃO PAULO | PARANÁ | RIO GDE.<br>DO SUL | DISTRITO<br>FEDERAL | ÁREA MET.<br>SÃO PAULO |
|---------------|-------|-----------------|-------------------|-----------|--------|--------------------|---------------------|------------------------|
| 1983          | 214.8 | 328.5           | 551.7             | 820.4     | 192.9  | 321.7              | 151.1               | 626.0                  |
| 1984          | 231.1 | 343.2           | 554.1             | 842.9     | 204.3  | 319.0              | 261.3               | 637.4                  |
| 1985          | 257.3 | 359.1           | 569.6             | 902.5     | 214.2  | 325.2              | 237.4               | 679.5                  |
| 1986          | 258.1 | 363.7           | 572.4             | 911.9     | 216.2  | 327.3              | 239.6               | 682.9                  |
| 1987 (*)      | 258.0 | 369.2           | 575.1             | 925.2     | 219.9  | 330.4              | 240.0               | 686.9                  |
| TX. MÉDIA DE: |       |                 |                   |           |        |                    |                     |                        |
| CRESC. 83/87: | 4.7   | 2.9             | 1.0               | 3.1       | 3.3    | 0.7                | 12.3                | 2.4                    |

FONTE: RAIS 1983-1984-1985. A PARTIR DE 1986 ESTIMATIVA UTILIZANDO OS DADOS DO CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - LEI 4923/65 - MTB

(\*) Até setembro

TABELA V

BRASIL

EMPREGO TOTAL, EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPREGO NAS ESTATAIS (em milhares)

| EMPREGO/ANOS     | 1983    | 1984    | 1985    |
|------------------|---------|---------|---------|
| 1. ADM. PÚBLICA  | 3837.0  | 4140.0  | 4395.0  |
| 2. ESTATAIS      | 1101.3  | 1137.0  | 1186.3  |
| 3. ( 1 + 2 )     | 4938.3  | 5277.0  | 5581.3  |
| 4. EMPREGO TOTAL | 31507.6 | 32061.6 | 34387.7 |
| 5. ( 1/4 )       | 12.18%  | 12.91%  | 12.78%  |
| 6. ( 3/4 )       | 15.67%  | 16.46%  | 16.23%  |

FONTE: Emprego total: PNADs 1983, 1984, 1985

Adm. Pública: RAIS 1983, 1984, 1985

Estatais: Perfil das Empresas Estatais, 1986, SEST

TABELA VI

## EMPREGO PÚBLICO POR GRUPOS DE PAÍSES

| GRUPOS DE PAÍSES          | NUMERO DE EMPREGADOS: | EMPREGO PÚBLICO/<br>PÚBLICOS x 1000 HAB. EMPREG. NÃO AGRÍCOLA |
|---------------------------|-----------------------|---------------------------------------------------------------|
| PAÍSES INDUSTRIALIZADOS   | 77                    | 21                                                            |
| PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO | 29                    | 27                                                            |
| -África                   | (20)                  | (33)                                                          |
| -Ásia                     | (30)                  | (22)                                                          |
| -América Latina           | (38)                  | (20)                                                          |

FONTE: BIRD

Dados extraídos de Echeverría (1985)

TABELA VII

## PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

PERCENTAGENS DO EMPREGO PÚBLICO SOBRE O EMPREGO TOTAL, 1960, 1970 E 1979

| PAÍS/ANOS          | % EMPREGO PÚBLICO / EMPREGO TOTAL |      |      |
|--------------------|-----------------------------------|------|------|
|                    | 1960                              | 1970 | 1979 |
| Austria            | 10.8                              | 14.1 | 18.5 |
| Bélgica            | 12.2                              | 13.9 | 17.6 |
| Finlândia          | 7.8                               | 11.8 | 18.1 |
| França             | 12.1                              | 12.4 | 14.2 |
| Alemanha Ocidental | 8.0                               | 11.2 | 14.7 |
| Itália             | 8.1                               | 10.9 | 14.3 |
| Holanda            | 11.7                              | 12.1 | 14.7 |
| Noruega            | 12.7                              | 16.4 | 21.1 |
| Reino Unido        | 14.9                              | 18.0 | 21.5 |
| Suécia             | 12.8                              | 20.6 | 29.8 |
| Suíça              | 6.3                               | 7.9  | 10.2 |
| Austrália          | -                                 | 22.9 | 25.9 |
| Nova Zelândia      | 17.4                              | 17.7 | 19.2 |
| Canadá             | -                                 | 19.5 | 18.9 |
| Estados Unidos     | 15.7                              | 18.0 | 16.5 |

FONTE: OCDE

Dados extraídos de Echeverría (1985)

TABELA VIII  
 PAISES DA AMERICA LATINA  
 PERCENTAGEM DO EMPREGO PUBLICO SOBRE O EMPREGO TOTAL E FORMAL URBANO

| PAIS       | ANO  | % EMPREGO PUBLICO/<br>EMPREGO TOTAL | % EMPREGO PUBLICO/<br>EMPREGO FORMAL URB. |
|------------|------|-------------------------------------|-------------------------------------------|
| Argentina  | 1980 | 22.0                                | 33.8                                      |
| Bolivia    | 1980 | 11.2                                | 62.3                                      |
| Colombia   | 1982 | 9.6                                 | 21.2                                      |
| Costa Rica | 1980 | 19.5                                | 36.9                                      |
| Panama     | 1980 | 21.3                                | 47.0                                      |
| Peru       | 1981 | 17.2                                | 49.1                                      |
| Uruguai    | 1975 | 23.1                                | 36.5                                      |
| Venezuela  | 1980 | 21.4                                | 34.2                                      |
| Brasil     | 1985 | 12.7                                | 21.4                                      |

FONTE: Dados extraídos de Echeverría (1985)  
 Para o Brasil: Tabelas II e V

## BIBLIOGRAFIA

MINISTÉRIO DO TRABALHO - Mercado de Trabalho - Retrospectiva 85.  
Brasília, fevereiro de 1986.

\_\_\_\_\_ - RAIS - Ano Base 1985. Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_ - Estatísticas Mensais de Emprego - 1986.  
Brasília, maio de 1987.

ECHEVERRIA, Rafael - Empleo Público en America Latina -  
série Investigaciones sobre Empleo, nº 26.  
Santiago, Chile: PREALC/OIT, 1985.

REZENDE, Fernando e Flávio P. Castelo Branco - "O Emprego Público  
como Instrumento de Política Econômica". Aspectos da  
Participação do Governo na Economia - Série Monográfica, nº  
26. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - Plano de Controle Macroeconômico.  
Brasília, 1987.



-----  
COMÉRCIO INTERNACIONAL - MUDANÇAS  
RECENTES  
-----

Christine Viveka Guimarães

\* As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando, necessariamente, a posição do IPLAN/IPEA

## COMÉRCIO INTERNACIONAL - MUDANÇAS RECENTES

### 1. Introdução

Esta nota propõe-se a analisar a conjuntura internacional do comércio agrícola brasileiro durante os meses de janeiro a julho de 1987, para assinalar as principais tendências na formação de receitas cambiais líquidas e nas relações de troca.

Procura-se mostrar que o controle quantitativo das exportações tem sido um mecanismo insuficiente para evitar a queda dos preços agrícolas e manter inalterado o nível de receitas, como o ocorrido no período 1980-85(1). A queda sistemática dos preços recebidos provoca desestímulo à diversificação das exportações, piora os termos de troca e reduz as receitas. Tornam-se urgentes, portanto, avanços concretos nas negociações internacionais sobre preços de produtos agrícolas.

A presente nota evidencia mudanças na composição das importações entre os anos de 1985 e 1987. Há indícios de que os insumos modernos destinados à tecnificação da agricultura vêm aumentando sua importância na pauta de produtos importados. Por sua vez, os bens de consumo como carne e leite têm sido importado em quantidades menores do que no ano passado, o que poderá provocar uma redução no valor das importações.

Apesar da queda de preços dos produtos exportados, a diminuição do volume de importações de bens de consumo possibilitará à agricultura manter elevada sua participação no superávit comercial total. Este aparente paradoxo, preços decrescentes e elevada participação da agricultura, indica, na verdade, haver hoje uma maior vulnerabilidade do superávit da balança comercial do que no passado.

---

(1) Christine Viveka Guimarães "Comércio Agrícola, Saldo Comercial e Dívida Externa", Dados Conjunturais da Agropecuária, nº 142, janeiro/87. Ver também Dados Conjunturais da Agropecuária, Edição Especial, maio/87.

## 2. Comportamento e Perspectivas das Exportações

Nos últimos três anos a exportação agrícola acumulada de janeiro a julho representou, em média, 57% da exportação agrícola do ano. Portanto, o período de sete meses evidencia, de modo expressivo, tendências indicativas das receitas prováveis em 1987.

Nota-se que o valor das receitas de exportações em 1987, de US\$ 4,94 milhões, é 7,3% inferior àquele obtido para o mesmo período (janeiro-julho) de 1986 (Tabela 1). Esta queda, no valor de US\$ 387,7 milhões, é mais drástica do que a do ano passado, US\$ 344,2 milhões, quando não foi possível utilizar o mecanismo compensatório de elevação do quantum exportado, como no período 1980-85, para fazer face à queda dos preços internacionais.

O incremento de 1 milhão de toneladas nas exportações de 1987 deveu-se ao melhor desempenho de produtos como soja, café, algodão e farelo de polpa cítrica. Isto representa uma retomada das quantidades exportadas sem, no entanto, recuperar as perdas de volume registradas em 1986, da ordem de 1,6 milhão de toneladas (Tabela 2), decorrentes dos lentos embarques de café, dos baixos níveis de produção de cana-de-açúcar e de fumo, e das proibições de exportações ocorridas com a finalidade de garantir o abastecimento interno de carnes. Os preços representam o elemento chave para a variação negativa das receitas. Cabe frisar que a queda dos preços não se limita às cotações extremamente baixas de café em grão e industrializado. As condições desfavoráveis no mercado internacional de commodities vêm afetando produtos vitais ao interesse do Brasil como a soja, cacau, algodão, laranja e, sobretudo, os produtos processados (Tabela 2).

O retrocesso verificado na diversificação, indicado pelo baixo valor dos produtos processados (-US\$ 397 milhões) e pela reduzida participação destes na estrutura da pauta, pode ser atribuído ao desestímulo de preços causado pelas más condições do mercado internacional e pelo desaquecimento da economia interna (Tabelas 1 e 2). No geral, a exportação agrícola de 1987 manteve a importância relativa nas exportações totais do ano de 1986, da ordem de 36,0%. Entretanto, com relação a 1985, esta participação caiu em cinco pontos percentuais. A queda dos preços ocorrida em 1987, de 15,5%, praticamente dobrou a perda de receitas experimentada em 1986, de 7,7%.

As perspectivas para a reversão desta tendência não são favoráveis. De acordo com os dados da FUNCEX(2), as cotações de açúcar, cacau, café e óleo de soja continuam a apresentar tendências de baixa. Desta forma, os incrementos nas quantidades vendidas desses produtos não deverão ter como contrapartida receitas adicionais expressivas (3).

### 3. O Comportamento das Importações

As importações agrícolas de janeiro a julho de 1987 representam, aproximadamente, 48% das importações agrícolas realizadas no ano de 1985.

Os gastos cambiais acumulados em 1987, US\$ 1.360 milhões(4), acusam incrementos de 7,3%, com relação ao mesmo período de 1986, e de 18,4%, com relação a 1985 (Tabela 3).

Dois fatores condicionaram a elevação do valor das importações: a) aumento do preço unitário das importações de 9,4% e b) decréscimo de 120 mil toneladas (-1,9%) na quantidade total importada em 1986. Desta forma, nota-se que a redução da quantidade não foi suficiente para reduzir o valor das importações.

A variação do preço unitário deve-se exclusivamente ao encarecimento de carnes, leite e oleaginosas. Os demais produtos experimentaram queda de preços. Com relação à quantidade, verifica-se que apenas "outros cereais" como arroz, milho e cevada, bem como grãos e óleos de oleaginosas (soja) tiveram quedas expressivas, enquanto a maioria dos produtos teve suas quantidades aumentadas (Tabela 4).

Incrementos na quantidade, porém a níveis mais baixos que em 1986, marcam as aquisições de carnes (101,5%), leite (49,6%) e fertilizantes (15,4%). Os produtos com evolução distinta de 1986, foram o trigo, com variação de 56,6%; pescados, 322,4%; produtos da indústria de moagem, 15%; preparados de carnes e pescados, 245,8%; preparações de legumes, horticultura e frutos, 1.854,1% e combustíveis, 11% (Tabela 4).

(2) FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), Balança Comercial e Outros Indicadores Conjunturais, nos 86 e 87, agosto e setembro/87.

(3) A produção de cacau deverá ser substancialmente menor, devido à seca na região cacaueira da Bahia.

(4) Preços CIF.

Nestes sete primeiros meses de 1987 os alimentos básicos de origem animal e as matérias-primas importadas para outros setores substituíram, em grau de importância, os cereais (Tabela 3). No entanto, a evolução mensal das importações, 30% do quantum de cereais (exceto trigo) e 23% do volume de leite, refere-se a autorizações feitas no ano passado e internalizadas nos primeiros três meses deste ano. Nos meses mais recentes, as importações mensais destes produtos têm mostrado quedas nas quantidades.

O peso dos insumos para a tecnificação da agricultura na estrutura da pauta, 22% em 1986 e 1987, obscurece uma elevação de sua importância na quantidade total importada neste último ano. A participação das quantidades importadas destes insumos na pauta passou de 38%, em 1986, para 44% em 1987.

Neste contexto, os gastos com importações devem representar as seguintes perspectivas em 1987: a) queda do valor das importações de bens de consumo como carne e leite, principalmente devido à acentuada retração no consumo interno; b) compressão das importações, exceto dos insumos para a tecnificação da agricultura, como ocorreu no período 1980-85. A queda dos preços de fertilizantes favorece melhores relações de troca internas para os produtores que mais utilizam insumos modernos. O exemplo mais típico é a soja no Centro-Sul que experimentou uma elevação de suas relações de troca internas.

#### 4. O Saldo Comercial e as Relações de Troca

O saldo comercial da agricultura, que se baseia nos principais produtos exportados e importados, vem revelando decréscimo de US\$ 4,5 bilhões em 1985 para US\$ 3,6 bilhões em 1987 (Tabela 5). Cabe recapitular que o menor saldo em 1987 é decorrente dos baixos preços internacionais e da internalização, neste ano, de importações autorizadas em 1986.

Nota-se que as importações totais tiveram um aumento de 18% entre 1986 e 1987 (Tabela 3). No entanto, a participação das importações agrícolas reduziu-se de 15,7% para 14,3% entre esses anos (Tabela 5). Desse modo, a abertura relativa do setor, via importações, reduziu-se comparativamente aos demais setores. Este fato pode estar relacionado às dificuldades de pagamento da dívida externa, fazendo com que o País, na impossibilidade de manter seus compromissos, aumente as importações como mecanismo compensatório. Por outro lado, o País busca manter atividades básicas importando produtos não agrícolas para o atendimento da indústria interna. Finalmente, procura-se, através do aumento das importações, manter o mercado para as exportações.

O coeficiente de importação ou saldo relativo de divisas, dado pela razão percentual  $M/X$ , de 27,5%, não pode ser

considerado alto. Este atingiu em 1979, auge da modernização da agricultura e de favoráveis termos de troca, proporções de até 48%(5).

A contribuição da agricultura na formação do saldo comercial total aumentou de 75,1% em 1985 para 89,3% em 1987. Este incremento se deu num contexto de queda do saldo comercial total, de menor dinamismo das exportações como um todo e de aumento geral dos gastos com importações (Tabela 5).

Os termos de troca, dados pela relação simples entre os preços unitários da exportação e importação, sofreram deterioração de 1985 a 1987, ao passo que a relação unitária entre quantidades exportadas e importadas tende a se recuperar desde 1986. No entanto, o índice simples da capacidade de importar (valor X/ quantidade M) decresceu de 104,13 para 80,01 no período considerado (Tabela 5). Estes indicadores mostram a maior precariedade da base comercial da agricultura decorrente dos preços decrescentes das exportações agrícolas.

## 5. Conclusões

As receitas da agricultura em 1987 poderão ser menores do que as atingidas na primeira metade da década (US\$ 10,4 bilhões), pelo fato de que os principais complexos de produtos (café, soja, suco de laranja, fumo em folhas, cacau e algodão) tiveram variações negativas de melhora. Assim, o volume embarcado nos meses restantes do ano não elevará de forma expressiva o valor das exportações.

Considerando a compressão da quantidade importada e preços mais baixos das importações, os gastos de divisas pela agricultura deverão ser menores ou próximos àqueles obtidos em 1985 (US\$ 2,4 bilhões). Desta forma, o saldo de divisas deverá manter-se relativamente elevado se estas perspectivas se confirmarem.

---

(5) Ver Christine Viveka Guimarães, "Balanco Mercantil de Divisas do Setor Agrícola, 1965-1982, "Trabalho Apresentado no XXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), Brasília, julho de 1983.

A tendência observada nos dados conjunturais confirma a manutenção dos padrões seguidos nos primeiros anos da década para assegurar os saldos comerciais, ou seja, aumentar a quantidade exportada a preços decrescentes e diminuir as quantidades importadas, mesmo com quedas de preços.

Para amenizar as distorções do mercado internacional, com respeito principalmente às quedas de preços das exportações, tornam-se importantes medidas concretas de proteção, em especial, com relação à manutenção dos preços dos produtos agrícolas nos foros internacionais especializados.

---

NOTA SOBRE PLANEJAMENTO  
ENERGÉTICO

---

Miguel el Afioni

\* As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva  
responsabilidade do autor, não representando, necessariamente,  
a posição do IPLAN/IPEA

## NOTA SOBRE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO

### 1. INTRODUÇÃO

Um dos principais componentes do problema energético refere-se ao suprimento de combustíveis líquidos para o setor de transportes. Do consumo total de energia do setor, pouco mais de 80% ocorrem no modo rodoviário distribuídos entre óleo diesel (50%), gasolina (25,5) e álcool etílico (24,5%) (1).

A motivação para a elaboração desta nota decorre, por outro lado, da constatação de um crescimento de 58% no consumo de óleo diesel por unidade de PIB entre 1974 e 1985 e, por lado, das evidências de estudo realizado pelo GEIPOT (2) sobre a correlação de tendência histórica entre transporte de carga e atividade econômica mostrando uma elasticidade renda setorial de 1,12, ou seja, para cada 1% de crescimento do PIB, medido em bilhões de US\$ de 1976, ocorre um aumento de 1,12% no transporte de carga, medido em bilhões de toneladas-quilômetro anuais.

#### BRASIL: Consumo de óleo Diesel por Unidade de PIB

|                                        | Unidades(1) |      |      |
|----------------------------------------|-------------|------|------|
| A N O                                  | 1974        | 1980 | 1985 |
| Consumo de diesel em<br>relação ao PIB | 26          | 30   | 41   |

Fonte dos dados brutos: BEN, 1986

(1) Unidades:

a) Consumo de diesel: metros cúbicos

b) PIB em milhões de cruzeiros de 1970.

(1) Balanço Energético Nacional, Brasília, 1986, Ministério das Minas e Energia.

(2) AZEVEDO, M. Nunes de, "As necessidades de um programa de desenvolvimento científico e tecnológico nos transportes", GEIPOT/MT, 1979.

Como o óleo diesel é o derivado de petróleo de mais crítico suprimento (pois sua participação na estrutura de refino é inferior à sua participação na composição da demanda de derivados), o crescimento do seu consumo específico constitui-se em grave problema que pode dificultar ou mesmo inviabilizar a implementação de planos de crescimento econômico.

A nosso ver, tais fatos justificam a elaboração de um texto como o que se segue em que são apresentadas algumas comparações internacionais e sua interpretação intuitiva, bem como os impactos de um crescente consumo de energia em transporte sobre a demanda global de petróleo.

## 2. O TRANSPORTE DE CARGA

A evolução do consumo de óleo diesel tem sido atribuída a uma presumível "dieselização" da frota, decorrente da política de preços da energia que tem favorecido o consumo deste derivado nos últimos anos. Entretanto, sem negar totalmente a validade deste argumento, parecem existir outros elementos mais básicos, estruturais, relacionados não apenas aos aspectos produtivos mas também às funções de distribuição espacial da produção. A eficiência da distribuição dos bens materiais produzidos no País vem sendo intensamente prejudicada pela natureza do processo de crescimento em curso, concentrador e impulsionador de desequilíbrios regionais. Este fato pode ser constatado tanto pelo estudo da formação da renda nacional quanto pela análise das necessidades de transporte interno dos bens materiais produzidos.

Os dados relativos às necessidades de transporte de carga por unidade de PIB permitem uma comparação internacional, mostrada no quadro seguinte, no qual foram também incluídas as superfícies dos países selecionados, com o objetivo de apresentar algumas considerações posteriores.

Países do Mundo  
Momento de Transporte de Carga por Unidade do PIB  
1984 /1985

| PAÍSES           | Momento/Mil dólares de PIB(*) | Superfície<br>Km2 |
|------------------|-------------------------------|-------------------|
| JAPÃO            | 188                           | 377.748           |
| GRã-BRETANHA     | 269                           | 229.983           |
| ALEMANHA FEDERAL | 271                           | 248.692           |
| FRANÇA           | 306                           | 551.000           |
| SUÉCIA           | 361                           | 411.114           |
| ESTADOS UNIDOS   | 554                           | 9.363.398         |
| CANADA           | 755                           | 9.922.330         |
| BRASIL           | 1.403                         | 8.511.965         |

Fonte dos dados brutos: Anuário Estatístico dos Transportes, GEIPOT (1984 e 1985). Dados de PIB de outras publicações.

(\*) Momento do transporte de carga medido em toneladas .- quilômetro.

Neste quadro, foram considerados somente os modos ferroviário e rodoviário responsáveis pelo transporte de carga nos países relacionados. O contraste entre os sete primeiros países da relação, economicamente mais desenvolvidos, e o Brasil, é evidente: se se admite certa correlação entre o consumo médio de energia e o momento de transporte, verifica-se que o gasto de energia com transporte de carga por unidade de produto do Brasil é cerca de 7 vezes maior que o do Japão, 5 vezes maior que o da Alemanha e 2,5 vezes maior que o dos Estados Unidos.

A inclusão do serviço de transporte num produto não altera sua qualidade: consequentemente, os países mais desenvolvidos evoluem no sentido de diminuir a participação deste serviço. Infelizmente, não é esta a tendência seguida pelo Brasil, como se conclui dos dados relativos ao momento ou transporte total (D) e ao transporte específico (d) nos modos rodoviário, ferroviário e hidroviário.

**BRASIL: Evolução do Transporte (D) e  
Transporte Específico (d)**

|   | 1976  | 1977 | 1978  | 1979  | 1980  | 1981  | 1982  | 1983  | 1984  |
|---|-------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| D | 248,5 | 265  | 286,5 | 313,5 | 373,0 | 335,0 | 346,0 | 350,3 | 391,5 |
| d | 1510  | 1523 | 1567  | 1612  | 1789  | 1633  | 1671  | 1746  | 1868  |

Fontes dos dados brutos: Anuário Estatístico dos Transportes (1984, 1985), e Informe Estatístico do MIC.

Notas: D (bilhões de ton x Km)  
d (ton x Km/mil US\$ de 1981)

O transporte específico apresentou um aumento global de 23,7%, com uma queda em 1981, ano da maior depressão no período 1976/1984, e voltou a crescer a partir de 1982. No caso de alguns dos demais países mencionados o comportamento foi exatamente o oposto, contrariamente à tendência brasileira.

**Países do Mundo: Evolução do Transporte Específico;  
Toneladas-quilômetro em relação ao PIB**

| P A Í S E S      | 1980  | 1981  | 1982  | 1983  |
|------------------|-------|-------|-------|-------|
| ALEMANHA FEDERAL | 278,7 | 277,8 | 270,8 | 268,2 |
| JAPÃO            | 204,6 | 194,7 | 190,7 | 177,2 |
| FRANÇA           | 355,0 | 336,0 | 304,0 | 291,7 |

Os dados até aqui expostos evidenciam portanto que, além de apresentar um transporte específico bastante superior ao dos países mais desenvolvidos, a economia brasileira tem evoluído em sentido oposto, aumentando mais que proporcionalmente ao seu crescimento a sua demanda de transporte. O valor deste indicador, embora guarde relação com a superfície do país considerado, certamente não é determinado por este parâmetro, como se pode concluir do exame do primeiro quadro apresentado. Quanto à sua evolução, esta depende, basicamente, das alterações no valor agregado aos produtos transportados (isto é, alterações no seu conteúdo tecnológico) e das variações nas distâncias médias

percorridas (isto é, variações nas distribuições espaciais relativas dos centros de produção e consumo).

A diversidade no comportamento do transporte específico no Brasil (e em outros países periféricos) e nos países mais desenvolvidos parece decorrer, em última instância, das alterações em curso na divisão internacional do trabalho; enquanto os países centrais, nos quais o setor de serviços (que praticamente não utiliza transporte de cargas, mas basicamente transmissão e processamento de informações) é responsável por mais de 70% do PIB, realizam a transição para as chamadas sociedades pós-industriais ou de serviços, a produção dos bens intensivos em energia, materiais e mão-de-obra de baixa qualificação é transferida para os países periféricos os quais, para exercerem as funções que lhes são reservadas na produção mundial, tornam-se dependentes de insumos escassos (p. ex., petróleo como energia e matéria-prima) e de pacotes tecnológicos elaborados nos países centrais. É neste contexto, por sinal, que se coloca a questão da regulamentação do comércio internacional de serviços, cuja inclusão no GATT, pleiteada pelos países centrais, visa justamente preservar a sua hegemonia na divisão internacional do trabalho.

O transporte específico de carga(1) é um indicador importante de desempenho econômico global, por envolver tanto aspectos ligados à produção quanto à sua distribuição. Designando por  $M$  a massa física de todos os bens produzidos e por  $L$  uma distância média característica de transporte (que pode ser imaginada como uma média ponderada), o transporte total de carga pode ser expresso como:

$$D = M.L \text{ ton} \times \text{Km}$$

O transporte específico de carga é obtido dividindo-se os dois lados da igualdade pelo PIB,  $P$ :

$$d = D/P = (M/P).L \quad (1)$$

(1) Medido em tonelada por quilômetro em relação ao Produto Interno Bruto.

O termo (M/P) é o inverso do valor agregado por unidade de massa e sua evolução está relacionada à taxa de introdução de progresso técnico na economia. As variações percentuais em d podem então ser relacionadas às variações no valor agregado específico (P/M) e na distância média L. Mantendo somente os termos lineares nas variações encontra-se:

$$\begin{aligned}\frac{\Delta d}{d} &= \frac{\Delta(M/P)}{(M/P)} + \frac{\Delta L}{L} & (2) \\ &= \frac{\Delta M}{M} - \frac{\Delta P}{P} + \frac{\Delta L}{L}\end{aligned}$$

Aplicando estas relações à economia brasileira no período 1977/1984, verifica-se que:

- (I) durante o período, o transporte específico de carga d creceu a uma taxa média de 2,8% a.a.;
- (II) o valor agregado específico cresceu a uma taxa média de cerca de 1,16 a.a., ou seja, (M/P) diminuiu nesta razão;
- (III) a distância característica de transporte, L, cresceu à taxa média de aproximadamente 4,21% a.a.

Em resumo, apesar do pequeno aumento verificado no valor específico (que deve corresponder a um incremento do conteúdo tecnológico do produto global), a demanda de transporte de carga por unidade do PIB aumentou, em decorrência de um aumento da distância espacial média de transporte. Este resultado pode ser interpretado como consequência da evolução do modelo concentrador de crescimento econômico, cujos centros produtivos passam a atender regiões cada vez mais distantes.

Indicações adicionais sobre o comportamento do transporte específico podem ser obtidas da análise dos quadros que geraram estas conclusões.

## BRASIL: Taxas Anuais de Variações (%)

| P A Í S E S          | 1977 | 1978  | 1979  | 1980  | 1981  | 1982 | 1983 | 1984  |
|----------------------|------|-------|-------|-------|-------|------|------|-------|
| $\Delta$ d/d         | 0,85 | 2,95  | 2,85  | 10,99 | -8,77 | 2,33 | 4,55 | 6,95  |
| $\Delta$ (P/M)/(P/M) | 3,55 | -1,14 | -0,57 | -1,99 | 8,58  | 1,12 | 2,25 | -2,54 |
| $\Delta$ L/L         | 4,4  | 1,8   | 2,3   | 9,0   | -0,2  | 3,5  | 6,8  | 4,4   |

Os dados a serem destacados estão na segunda linha deste quadro e referem-se às taxas de variação do valor agregado específico (P/M), para efeito de comparação com os índices acumulados de produção física da indústria extrativa mineral, mostrados a seguir.

## BRASIL: Índices de Produção Física da Indústria Extrativa Mineral

| 1977  | 1978   | 1979   | 1980   | 1981  | 1982   | 1983   | 1984   |
|-------|--------|--------|--------|-------|--------|--------|--------|
| 96,53 | 107,51 | 112,05 | 112,84 | 97,52 | 106,92 | 115,33 | 129,93 |

FONTE: Anuário Estatístico do IBGE, 1985, p. 446.

Um cotejo com o quadro anterior evidencia a relação entre as variações em (P/M) e na produção física mineral: entre 1977 e 1981, variaram em sentidos exatamente opostos. A partir de então o crescimento da produção passou a ter um efeito negativo menos intenso sobre (P/M) até que, em 1984, para um crescimento de 30% na produção mineral houve um decréscimo de apenas 2,54% no valor agregado específico. Não se pretende examinar aqui exaustivamente a influência deste e dos demais setores sobre (P/M); entretanto, fica claro que o setor mineral, pelo volume da sua produção, pelo baixo grau de processamento e pela sua demanda de transporte, exerce um papel destacado na determinação do transporte específico d.

Sob a ótica da racionalização global do transporte de carga é exatamente na exploração mineral e de outros recursos naturais que se encontra o maior potencial para a diminuição do transporte específico d através do aumento do valor agregado específico (P/M). Tanto do ponto de vista das exportações quanto da movimentação interna, o País perde renda e aumenta seus gastos

quando deixa de processar interna ou localmente minério de ferro, madeira, quartzo e outros produtos minerais, agrícolas e florestais.

Além das matérias-primas naturais mencionadas, há ainda dois grupos de produtos que demandam intensa movimentação espacial: energia e produtos alimentícios. São bem conhecidos os problemas advindos do transporte de petróleo e derivados para locais distantes de sua produção, como p. ex., para a Região Norte. Nesta mesma Região, uma grande cidade como Manaus, que até algum tempo atrás satisfazia através da produção local parte de sua demanda por alimentos, hoje depende quase integralmente de suprimentos de verduras, legumes e cereais produzidos em São Paulo e em outros estados. Ao mesmo tempo, sua produção de artigos eletrodomésticos e eletrônicos, que não pode ser absorvida pelo mercado local, tem que ser escoada de alguma maneira para o resto do País.

Verifica-se, assim, um processo de crescimento espacialmente desequilibrado no qual cada aumento na produção implica num aumento mais que proporcional do consumo de energia. Este é o significado do crescimento da distância característica L anteriormente referido.

### 3. PREVISÃO DA DEMANDA DE PETRÓLEO

Apresenta-se, a seguir, uma metodologia de previsão das necessidades brasileiras de petróleo no ano 2000, supondo a continuidade das tendências verificadas; a diferença com relação ao tratamento estatístico convencional é que se pretende explicitar as relações entre as variações intervenientes, possibilitando a análise de relações de causa e efeito.

A demanda total por transporte de carga pode ser escrita como segue:

$$D = (M/P).L.P$$

Supondo que o PIB crescerá a uma taxa média de 5% a.a. e admitindo que (P/M) e L continuarão crescendo 1% e 4% a.a., respectivamente, encontra-se para D uma taxa de crescimento de cerca de 8% a.a. Como no ano de referência (1984) o valor de D era de 391,5 bilhões de ton x Km, encontra-se, para D no ano 2000, um valor 1,34 trilhões de ton x Km que corresponde a um transporte específico de 3.000 ton x Km/10<sup>3</sup> US\$ um valor entre 5 e 10 vezes maior que os atualmente encontrados para os países mais desenvolvidos, nos quais este indicador está diminuindo, como já foi mostrado.

Ainda por hipótese, as participações das modalidades no transporte total não serão alteradas, o que significa que no ano 2000 63% das ton x Km, equivalentes a 844,2 bilhões de ton x Km, ocorrerão no modo rodoviário. No atual nível de eficiência dos motores diesel utilizados, que também será mantido constante, são necessários 0,033 litros diesel/ton x Km. Portanto, no final do século, 27,86 bilhões de litros de diesel seriam consumidos no transporte rodoviário de cargas, que responde por 76% do consumo no transporte de cargas e passageiros. Assim, a demanda total de óleo diesel para o transporte rodoviário sobe para 36,66 bilhões de litros; finalmente, resta adicionar a este valor os consumos na indústria (5% do consumo total) e na agropecuária, o que leva a uma demanda global de 45,82 bilhões de litros de óleo no ano 2000. Supondo que a participação deste derivado seja de 40% no refino, a demanda de petróleo no ano 2000 seria de 115 milhões cúbicos, correspondendo a um consumo de cerca de 2 milhões de barris por dia. Este é o resultado que seria obtido pela aplicação de correlação entre PIB e consumo; entretanto, fica claro pelo desenvolvimento descrito que este resultado só se justifica na eventualidade de uma opção por uma acentuada estagnação tecnológica e pelo agravamento dos desequilíbrios regionais. O mais grave, porém, é que, apesar das distorções de seus efeitos sociais e econômicos, este processo concentrador pode apresentar custos muito além da capacidade de alocação de recursos da economia nacional. Isto pode ser deduzido analisando-se as informações existentes sobre aumento de reservas e consumo de petróleo.

Em 1984, as reservas brasileiras de petróleo somavam 2,2 bilhões de barris; a manutenção das tendências que conduzem a um consumo de 2 milhões de barris por dia implica que, ao longo do período entre 1984 e 2000, o País consuma 7,1 bilhões de barris, número muito superior às reservas mencionadas. Para obter uma ordem de grandeza dos recursos necessários à realização deste consumo, pode-se formular a hipótese modesta, de que o volume das reservas no ano 2000 seja igual ao de 1984; isto significa que o País aumentará sua vulnerabilidade por causa da diminuição entre as reservas e o consumo. Neste caso, todo o consumo de 7,1 bilhões de barris de petróleo deverá ser atendido pela importação ou por novos campos, para os quais serão necessários investimentos em prospecção, desenvolvimento e produção (não serão incluídos aqui os dispêndios para transporte e refino).

Nesta análise deve-se levar em conta que o aumento das reservas nacionais de petróleo promete ser particularmente oneroso, uma vez que os maiores potenciais localizam-se em águas profundas, exigindo maiores aplicações em todas as etapas da exploração; assim, as avaliações correntes de dispêndios variam entre 15 e 29 dólares por barril. Considerando um valor médio de US\$ 15/barril (tanto para os campos novos quanto para importação), as necessidades de investimento no setor somariam

106,5 bilhões de dólares. Caso os 7,1 bilhões de barris fossem totalmente produzidos no País, o valor de US\$ 15/barril poderia ser considerado como representativo dos investimentos necessários em prospecção/desenvolvimento da produção; na alternativa da importação, este valor poderia ser tomado como indicativo dos preços médios internacionais do petróleo até o final do século. Em qualquer dos casos, entretanto, a dimensão dos recursos necessários justifica uma certa preocupação quanto às dificuldades que o País deverá enfrentar para implementar planos desta natureza e preservar ao mesmo tempo uma relativa autonomia política e econômica nas suas relações externas.

Uma observação final refere-se ao agravamento da concentração espacial da atividade econômica e à perturbação conseqüente nas funções distributivas do sistema, como manifestados no crescimento da distância característica  $L$ : 45% do crescimento do consumo de energia em transporte no período considerado devem-se a este fato. A concentração econômica espacial por outro lado, podem ser atribuídos vários problemas sociais do País, como a evasão rural, a deterioração da qualidade de vida e a marginalização nos centros urbanos, o desemprego e os problemas de abastecimento, que se contrapõem a alguns benefícios indiretos decorrentes da conglomeração.

#### 4. CONCLUSÃO

Procuramos visualizar neste trabalho as relações entre o crescimento do consumo de óleo (que constitui o ponto crítico da política energética), o crescimento do transporte de carga e padrões estruturais (tecnologia) e locacionais da atividade econômica; isto foi possível porque o transporte fornece a base para a formulação de uma política econômica integrada. Mostrou-se então como a manutenção da tendência de crescimento da atividade de transporte determina a demanda futura de petróleo enfatizando-se o papel da variável locacional  $L$  (distância média de transporte). Em geral, porém, as políticas energéticas na área de transporte envolvem outras variáveis e podem ser classificadas em três categorias:

- . deslocamento para formas modais mais eficientes;
- . aumento da eficiência energética de veículos; e
- . racionalização global da demanda.

No presente artigo preocupamo-nos apenas com o aumento da intensidade do transporte e presumimos que ela é em grande parte determinada pelas distribuições espaciais relativas da produção e do consumo. Entretanto, para que esta hipótese adquira bases mais sólidas, será necessária a realização de

estudos visando estabelecer de modo preciso como as variáveis locacionais afetam a intensidade de transporte. Somente então será possível definir ações estratégicas de política integrada que, no longo prazo, poderão conduzir o País a um processo de desenvolvimento mais equilibrado com um consumo mais racional de energia.



---

OS RISCOS DA RADIAÇÃO NUCLEAR

---

Marília de Barros Santos

\* As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando, necessariamente, a posição do IPLAN/IPEA

## OS RISCOS DA RADIAÇÃO NUCLEAR

### 1. Introdução

As radiações nucleares e seus riscos ainda têm para o grande público um certo mistério, pois poucas pessoas têm conhecimento dessa parte da Física. Dessa forma, um infeliz acidente, como o que aconteceu em Goiânia, deixa a população assustada com o fato em si e com o perigo do que até então era desconhecido ou, pelo menos, inusitado.

O objetivo desse artigo é fornecer de forma resumida uma visão geral do que sejam as radiações nucleares, dando-se ênfase às explicações dos seus riscos.

### 2. A Origem da Radiação Nuclear

Todo núcleo atômico tende à configuração física que lhe permita conter a menor quantidade possível de energia. Enquanto a forma final não for obtida, um núcleo continuará possuindo uma dada possibilidade de num dado intervalo de tempo emitir o excesso de energia em relação ao seu estado de equilíbrio. Quando tal objetivo é alcançado o núcleo se torna estável, ou seja, nunca mais sofrerá naturalmente transformações ao longo do tempo.

Chama-se de material radioativo os materiais que possuem núcleos atômicos que de forma espontânea podem sofrer transformações e ao excesso de energia por eles emitida de radiação.

As três formas mais comuns de radiação nuclear são as  $\alpha$  (alfa),  $\beta$  (beta) e  $\gamma$  (gama). O raio-x, de intenso emprego na medicina, é idêntico à radiação  $\gamma$ , com exceção do fato de não se originar de dentro de um núcleo, mas sim da desaceleração de elétrons que colidem com um alvo sólido.

As radiações  $\alpha$  e  $\beta$  são comumente representadas como partículas e a  $\gamma$  como onda eletromagnética, como o é também a luz.

Praticamente todo núcleo recém-criado, ou melhor, gerado artificialmente, como por exemplo o Césio-137, é radioativo ( $\beta$   $\gamma$ ).

### 3. O Poder de Penetração das Radiações

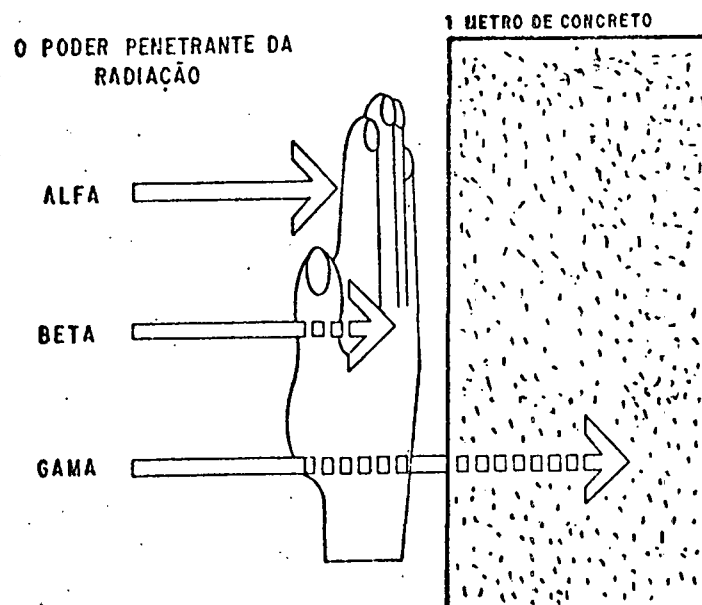
Cada tipo de radiação tem um poder diferente de penetração. As radiações  $\alpha$  não conseguem ultrapassar a espessura da pele humana, por isso normalmente não causam riscos ao homem. Entretanto, tornam-se as mais perigosas, quando o material radioativo que as emite é ingerido ou inalado.

A figura 1 procura mostrar os diferentes poderes de penetração das radiações.

### 4. Os Riscos das Radiações Nucleares

#### 4.1 O Cálculo da Dose

Para estudar os riscos das radiações nucleares, os cientistas precisaram estabelecer uma unidade que representasse a interação da radiação de uma dada fonte com um corpo humano ou um objeto. Criou-se, então, o conceito de dose.



Um feixe de radiação vai sendo absorvido (perdendo energia) até desaparecer, à proporção que penetra num dado material (corpo humano, ar, concreto ...). Assim sendo, definiu-se DOSE como a quantidade de energia depositada numa dada massa devido a passagem da radiação nuclear.

$$\text{dose} \propto \frac{\text{energia}}{\text{massa}}$$

Para efeito de simplificação da fórmula acima, não foi incluído o fator tempo de exposição de uma pessoa ou um objeto a uma fonte radioativa, porém na prática esse parâmetro é fundamental, ou seja,

$$\text{dose} = \text{taxa de dose} \times \text{tempo}$$

#### 4.2 Os perigos da radiação para o ser humano

Os efeitos danosos da radiação são devidos à ionização e à excitação das substâncias químicas integrantes das células dos diversos órgãos, fazendo com que alguns dos constituintes essenciais ao seu funcionamento normal sejam destruídos, danificados ou modificados. Esses efeitos têm a possibilidade de aparecer somente nos descendentes da pessoa irradiada, com um resultado do dano por radiação em células dos órgãos reprodutores.

Uma vez que as células que compõem os vários tecidos e órgãos do corpo humano diferem em natureza e aparência, é natural que haja uma variação de sensibilidade à radiação por parte dos diferentes órgãos do corpo humano.

Os tecidos mais sensíveis são os da medula óssea, o tecido linfóide, os órgãos genetais, os do sistema gastrointestinal e do baço. A pele e os pulmões mostram sensibilidade média, enquanto que os músculos e os ossos plenamente desenvolvidos são os menos sensíveis.

Os danos causados pelas radiações nos vários tecidos humanos podem ser sintetizados como:

- aumento ou decréscimo na produção de hormônios, enzimas ou células especiais;
- alterações no seu crescimento; e
- morte do tecido.

A menos que um tecido seja totalmente destruído, a sua auto-recuperação se inicia imediatamente, ainda durante a irradiação. O grau de recuperação depende, grandemente, de sua função, capacidade de recuperação dentro do organismo e tipo do dano provocado. Tecidos danificados no cérebro e nos rins, por exemplo, são muito pouco recuperáveis.

Os primeiros efeitos biológicos causados pela radiação são aqueles que ocorrem num período de poucas horas até umas poucas semanas após uma exposição aguda, ou seja, quando uma grande dose é recebida. Esses efeitos recebem o nome de efeitos imediatos. Aos efeitos que somente aparecem depois de anos ou mesmo décadas, se denominam efeitos retardados, ou tardios, como por exemplo, o câncer.

A importância relativa desses efeitos, ou lesões, depende do nível de dose de radiação. Se as doses forem muito altas, predominam os efeitos imediatos, e as lesões severas, ou até letais. Para doses intermediárias predominam os efeitos imediatos com o grau de severidade menor, e não necessariamente permanentes. Haverá, entretanto, uma probabilidade grande de lesões severas a longo prazo. Para doses baixas não haverá efeitos imediatos, mas haverá a possibilidade de lesões a longo prazo, indução do câncer.

As primeiras células a serem destruídas por uma exposição são os glóbulos brancos, provocando leucopenia e reduzindo a resistência do organismo às infecções. Uma semana após uma irradiação severa, as plaquetas começam a desaparecer, permitindo que o sangue não se coagule, facilitando a ocorrência de hemorragia. Cerca de 7 semanas após a irradiação começa a perda de células vermelhas, acarretando anemias e enfraquecimento do organismo. As quatro vítimas fatais do acidente radioativo de Goiânia faleceram em função dessas ações que a radioatividade exerce no sangue. Elas morreram de hemorragia interna e infecção aguda.

Outro dado muito importante para avaliar as consequências de uma irradiação sobre um ser humano é o tempo de exposição. Suponhamos que as pessoas A e B tenham recebido uma mesma dose de radiação, porém B ficou exposto um tempo menor. Os riscos que a saúde de B sofre são maiores do que os de A, porque B levou a carga de energia de forma mais concentrada no tempo.

#### 4.3 O conceito de dose máxima permissível

O conceito de dose máxima permissível está associado ao valor abaixo do qual o efeito de qualquer radiação não pode se tornar observável ou nocivo.

A filosofia básica da proteção radiológica aconselha que as exposições devem ser mantidas a níveis tão baixo quanto possíveis, mesmo que já se tenha alcançado níveis inferiores à dose máxima permissível. É claro que juntamente com esse princípio está envolvida a relação risco/benefício.

É muito polêmico o estabelecimento do limiar entre os níveis de riscos aceitáveis das pequenas doses em função dos benefícios trazidos pela exposição. Essa discussão tem uma complicação a mais no caso das usinas nucleares, pois o grupo de pessoas que se beneficia da energia elétrica gerada não é o mesmo que se expõe aos efeitos da radiação.

Para os trabalhadores que são obrigados a lidar diretamente com radioatividade o limite de dose aceitável é a dose máxima permissível, 50 rem num ano (1 rem = 1 rad para o caso do Césio-137). Não existe um limite de dose aceitável para o público em geral. Recomenda-se que seja a mais baixa possível e deve ser justificada pelos seus benefícios. Na prática, entretanto, adota-se arbitrariamente um valor 10 vezes menor do que é permitindo aos trabalhadores, 5 rem por ano.

#### 4.4 A radiação natural

O homem está permanentemente exposto às radiações nucleares, porque o nível de radioatividade sobre a superfície terrestre não é zero, embora seja muito pequeno. Essas radiações não prejudicam a saúde devido ao seu baixíssimo nível. Os raios cósmicos que ultrapassam a atmosfera são os principais responsáveis pela radiação natural.

A Agência Internacional de Energia Atômica no ano de 1981 desenvolveu um estudo sobre a provável origem da radiação média que um "homem padrão" receberia anualmente. A figura a seguir apresenta o resultado da comparação entre fontes de radiação nuclear (exposição relativa do homem à radiação ionizante).

## 5. Comentários Finais

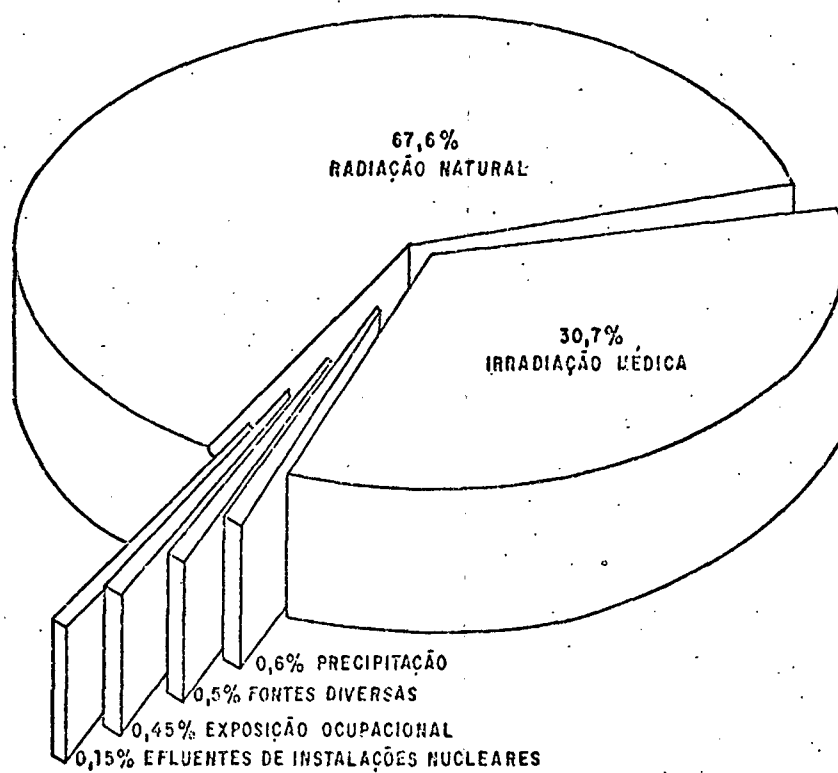
Os benefícios das aplicações múltiplas das radiações ionizantes são muito importantes para serem ignorados pelo Brasil. Entretanto, o País tem que dominar essa tecnologia de forma consciente e responsável. Os assuntos relacionados com o uso da energia nuclear não devem ser vistos apenas como problemas ligados à segurança nacional, tendência essa que sobreviveu até o acidente radioativo de Goiânia, mas como matéria de responsabilidade social do Governo.

A população brasileira deve ser esclarecida sobre os riscos das radiações ionizantes para melhor se proteger dela e, por outro lado, evitar temores desnecessários, causados por falta de conhecimento.

SINTOMAS DE DOENÇAS PROVOCADAS POR RADIAÇÃO NO HOMEM EM RELAÇÃO AO TEMPO APÓS UMA EXPOSIÇÃO

| DOSE<br>(EM RAD)        | SOBREVIVÊNCIA | SEMANAS APÓS A EXPOSIÇÃO                                                                      |                                                                             |                                                                             |                                        |
|-------------------------|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
|                         |               | 1 SEMANA                                                                                      | 2 SEMANAS                                                                   | 3 SEMANAS                                                                   | 4 SEMANAS                              |
| MODERADA<br>100 A 400   | PROVAVEL      | FASE LATENTE,<br>NENHUM SINTOMA<br>DEFINIDO                                                   |                                                                             | PERDA DE CABELO,<br>PERDA DO APETITE,<br>INDISPOSIÇÃO,<br>GARGANTA DOLORIDA | DIARREIA,<br>EMAGRECIMENTO<br>MODERADO |
| MEIO LETAL<br>400 A 800 | POSSIVEL      | NAUSEA E VOMITO                                                                               | PERDA DE CABELO,<br>PERDA DO APETITE,<br>INDISPOSIÇÃO,<br>GARGANTA DOLORIDA | DIARREIA,<br>EMAGRECIMENTO<br>RAPIDO, M O R T E                             |                                        |
| LETAL<br>MAIOR QUE 800  | IMPROVAVEL    | NAUSEA, VOMITO,<br>DIARREIA, GARGANTA<br>INFLAMADA, ULCERA,<br>FEBRE,<br>EMAGRECIMENTO RAPIDO | M O R T E                                                                   |                                                                             |                                        |

NOTA: Um rad = (1/100) Joule/kg



---

QUESTÕES BÁSICAS PARA UM  
ACOMPANHAMENTO DA FUNÇÃO CULTURA

---

Ligia Cademartori

\* As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando, necessariamente, a posição do IPLAN/IPEA

## QUESTÕES BÁSICAS PARA UM ACOMPANHAMENTO DA FUNÇÃO CULTURA

O acompanhamento e a avaliação da política cultural apresentam os desafios de uma análise a que não serve o enfoque meramente quantitativo, uma vez que indicadores dessa ordem são inadequados como recorte da realidade cultural. O economista Celso Furtado já advertiu para o fato de que o ato cultural corre o risco de ser facilmente mutilado pela predominância de um critério econômico ou de um critério puramente gerencial, importa, antes, a visualização dos fins substantivos a serem alcançados. À semelhança do que se dá na avaliação de educação, trata-se de estabelecer critérios de qualidade mais do que aqueles de quantidade. A similitude com a educação, contudo, dá-se quanto à natureza, mas não quanto ao grau. Pois, em educação, podem-se estimar necessidades, o que gera uma meta a ser numericamente atingida de que a qualidade é uma expectativa decorrente. Como, porém, poderão ser estabelecidas as necessidades culturais do país? E, na falta desses indicadores, que critérios poderão nortear um trabalho de acompanhamento das ações do Ministério da Cultura?

Antes de mais nada, impõe-se a consideração de duas fortes condicionantes do processo cultural entre nós: a desvinculação entre educação e cultura - de que a duplicidade ministerial é representativa - e a abrangente penetração da indústria transacional da cultura que opera como instrumento da modernização dependente.

Em relação à primeira, tem-se como consequência o fato da escola, tendo-se desviado da questão cultural, restringir-se ao papel de agenciadora do ensino, cumprindo uma função meramente instrucional. É essa deficiência funcional do sistema de educação que faz com que um expressivo número de pessoas que permanecem analfabetas (em torno de 20% da população) e de outras de educação incompleta (menos de 5% dos matriculados concluem o 12 grau)(1) recebam uma educação informal através das mensagens culturais universalizantes dos meios de comunicação de massa.

---

(1) Com base nos dados do IBGE e SEEC-MEC.

Embora a legislação atribua finalidades educativas e culturais a esses meios, predominam os interesses mercantilistas na produção sem que se leve em conta os interesses majoritários da sociedade. O governo federal financia com verbas públicas a implantação da infra-estrutura das grandes redes, institui critérios especiais de tarifas e, ainda, através das verbas publicitárias, constitui-se no maior anunciante do rádio e da televisão. Esses meios, porém, não têm tido, como contrapartida, a responsabilidade social de manter as finalidades educativas e culturais previstas. O uso desse espaço para tais finalidades, como parte integrante da política de desenvolvimento, daria um grande impulso a esse propósito.

É nesse quadro que se define qual deve ser a vocação do Ministério da Cultura na sociedade brasileira: criar espaços de liberdade nos quais as atividades culturais possam se desenvolver de acordo com a identidade e as necessidades da população em seu conjunto e dos diversos setores que a compõem, salvaguardando a diversidade e o alternativo que são próprios à cultura, sem os quais não se cumpre nenhum projeto democrático.

Na verdade, as peculiaridades das ações relativas à cultura não impedem o acompanhamento de sua política e de sua prática em vista dos objetivos estabelecidos pelo MinC. A apreciação de suas tendências e a identificação de seus problemas podem ser feitas a partir do funcionamento de sua rede de circulação de produtos culturais. A avaliação desse funcionamento, porém, implicará a observância, ou não, de alguns preceitos de qualidade e de quantidade na distribuição dos bens culturais.

São critérios possíveis de acompanhamento e avaliação, além do desejável uso da mídia como fator de difusão dos interesses culturais:

### 1. Prioridades

As ações culturais podem privilegiar setores específicos - como o cinema, o teatro, a literatura, etc - ou definir suas ações a partir de um recorte geográfico, geralmente coincidente com um recorte social, no qual são contempladas as regiões desprovidas de um circuito cultural autônomo em detrimento de outras que se auto-abastecem culturalmente. Como decorrência do poder aquisitivo de seus habitantes, há regiões, como a zona sul do Rio de Janeiro e a dos jardins paulistas, que prescindem de uma ação do governo para ter acesso aos bens culturais que lhes interessam. Outras regiões existem, porém, que só por meio de uma ação de distribuição governamental acederão a determinadas manifestações culturais.

O privilégio a setores específicos, por sua vez, levanta questões relativas à necessária diversidade de ofertas, conforme será comentado adiante.

## 2. Recepção

A estrutura elementar da comunicação cultural estabelece uma relação entre os seguintes elementos: produção (criação do produto cultural); distribuição (colocação desse produto na área a ele relacionada); recepção (acesso efetivo ao produto cultural pelo público).

A produção, como se vê, é apenas um dos componentes de todo e só faz sentido como uma etapa, ou seja, seu sentido depende da configuração efetiva das etapas de distribuição e recepção. É nessa medida que uma apreciação de indicadores que quantifiquem a recepção dos produtos culturais será mais reveladora da eficácia da ação do que de indicadores relativos ao apoio à produção. Pois, muito mais relevante do que saber quantas orquestras sinfônicas receberam recursos para sua manutenção é saber qual o público que, em decorrência dessa ação, pôde ter acesso a tal expressão cultural. O financiamento da produção não significa nada se a produção não chegar, ou se o fizer precariamente, ao público. É nesse sentido que uma política cultural se revela no peso maior que atribuir à produção ou ao consumo dos bens culturais.

Além disso, se a concepção de que há aqueles que produzem para uma grande massa que só consome pode definir uma política cultural, não será essa, contudo, uma política de ação cultural, uma vez que estimula a passividade. Por trás disso está o conceito de cultura como o conjunto de produtos superiores da atividade humana existentes em número reduzido e produzidos por uns poucos eleitos. Esta posição marginaliza o povo da vida cultural e acaba gerando uma cultura de substituição: a cultura geral da maioria deve ser substituída por outra. As pessoas devem apreciar, mas não produzir.

Uma postura mais elástica surge com a concepção de que produtor e receptor de bens culturais são papéis reversíveis. O fruidor de arte pode ser, também, estimulado a produzi-la através de oficinas e casas de cultura. Por outro lado, o público não é, apenas, aquele que contempla o patrimônio preservado, ele pode, ser, também, agente dessa preservação.

### 3. Diversidade

As restrições a uma cultura de substituição não significam um endosso ao princípio de educação pela redundância que acabou fazendo moda no país: para o povo só cultura popular; para a elite, cultura erudita. O reacionarismo político mal-escondido nessa demagogia impede ao povo acesso a determinados produtos culturais que ele poderia desejar... se conhecesse.

Em lugar da discussão sobre qual vertente de cultura - a acadêmica ou a popular - deve ser estimulada, importa o cuidado em considerar as diversas possibilidades de participação do público em ações culturais de tal modo que ele possa escolher aquelas que correspondam aos seus interesses e necessidades.

### 4. Patrimônio

Relaciona-se este tópico com o anterior na medida em que a menor ou maior elasticidade do conceito de patrimônio depende da absorção, ou não, da noção de diversidade cultural. A preservação do patrimônio constitui-se em uma das duas grandes linhas de ação do MinC. Esse é um conceito, no entanto, que pode receber maior ou menor abrangência, manifestando isto ou aquilo, privilegiando estas e não aquelas manifestações culturais.

A definição do que seja patrimônio se torna sutil na medida em que se liga ao que é considerado identidade cultural. O que é que se preserva como identidade cultural brasileira? É fora de dúvida que esta se diz nos belos casarões e casarões, assim como em outros monumentos de pedra e cal. Mas se diz, também, em manifestações cuja origem não é a cultura européia, mas que fazem, igualmente, parte dessa identidade brasileira que se quer preservar: a cultura dos negros e dos índios; das rendeiras e dos mascates; dos tropeiros e das raizeiras, etc. Trata-se da cultura da periferia do país, ameaçada de descaracterização, mas de preservação relevante para que, efetivamente, seja mantido o legado histórico. Essa questão levanta, contudo, uma outra: os riscos de interferência de uma classe média assediada pelos valores da indústria cultural de massa na cultura popular à qual, contudo, ela é sensível.

### 5. Sistematização das Ações

Decorrente do estabelecimento de prioridades, a sistematização estabelece uma lógica de ações culturais. Sua contrapartida são as ações isoladas e a pulverização dos recursos em atendimentos que não obedecem a um planejamento - às vezes, sequer a uma programação - configurando o que se pode chamar de previdencialismo cultural: o atendimento de balcão.

A gravidade do fenômeno torna-se maior na medida em que a extensão de tal procedimento é o controle da produção cultural através da acolhida ou rejeição das propostas, sem que os critérios de definição tenham sido previamente manifestados. A partir do levantamento dos critérios de seleção e triagem dos projetos, em correspondência com o estabelecimento de prioridades, depreende-se o grau de sistematização das ações. Importa examinar, nos projetos acolhidos, o peso do interesse comunitário das ações e a modalidade de aferição de sua viabilidade técnica e econômica.

#### 6. Lei Sarney

Por se tratar de um mecanismo criado com vistas a dar um maior desenvolvimento às ações de cultura, procede o exame da representatividade da Lei Sarney a partir do estabelecimento do que significou como fonte de recurso.

Indicadores da participação da União, dos empresários e da cooperação internacional comprovarão se a expectativa para 86 e 87 se cumpriu, o que representou no orçamento e o que significou em ações culturais.

Os critérios acima elencados convergem para uma perspectiva na qual se privilegia a recepção na estrutura da comunicação cultural. A tradicional ênfase na produção descuida de que a ação cultural só se cumpre na medida em que envolve, efetivamente, o destinatário em seu processo. Não se trata apenas de financiar e distribuir bens culturais, mas de oferecer condições ao público para a recepção e, também, para a produção desses bens.

É nesse sentido que a tradicional questão referente à liberdade de expressão, centrada nos direitos do produtor, vem unir-se outra de fundamental importância: a questão do direito à recepção. É a partir dessa perspectiva que se insere a relevância do destinatário, enquanto um papel reversível, no circuito mediante o acesso à geração, distribuição e fruição dos bens culturais.



---

OS IDOSOS NO BRASIL

---

Maria das Dores Gonçalves  
Sebastião Francisco Camargo

\* As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva  
responsabilidade dos autores, não representando,  
necessariamente, a posição do IPLAN/IPEA

OS IDOSOS NO BRASIL

1. INTRODUÇÃO
2. DADOS DEMOGRÁFICOS
3. ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS
4. ALGUMAS CONQUISTAS E LUTAS RECENTES
5. A SITUAÇÃO INTERNACIONAL
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

(\*) - Os autores agradecem as sugestões e contribuições dos técnicos Eni Monteiro Barbosa e Solon Magalhães Vianna da Coordenadoria de Saúde e Previdência.



## OS IDOSOS NO BRASIL

### 1. Introdução

A conceituação do idoso envolve diversas variáveis como, dentre outras, a biológica, cronológica, social, econômica, psicológica, cultural e ideológica(1). Este trabalho não pretende abranger todas essas conotações. Seu objetivo é mostrar tendências demográficas, bem como levantar alguns aspectos sociais e econômicos relacionados às pessoas com 60 anos ou mais(\*), que demonstram problemas, dessa faixa etária, os quais já começam a exigir da sociedade, em geral e das agências públicas, em particular, ações e medidas para sua solução.

### 2. Dados Demográficos

Nos países desenvolvidos, os idosos representam cerca de 20% do total da população, enquanto nos em via de desenvolvimento, esse percentual se situa em torno de 5%(2). O Brasil é um dos países com maior contingente de pessoas idosas, em números absolutos, superado, apenas, pela China, Índia, Rússia, Estados Unidos e Japão(3).

A população de 60 anos ou mais, no país, segundo dados do IBGE, de 7,2 milhões de pessoas em 1980, atingiu 8,9 milhões em 1985(\*\*) podendo alcançar 14,4 milhões no ano 2000 (Tabela I). Seu percentual passou de 5,06 em 1970 para 6,06 em 1980, devendo atingir 8% no ano 2000 e cerca de 12% em 2020 (Tabela II). O aumento do número de pessoas desse grupo etário, entre 1970 e 1980, foi de 53%, enquanto que o da população total, no mesmo período, foi de 27,8% (Tabela VII).

Para esse crescimento tem contribuído a diminuição da natalidade e da mortalidade geral nas diversas regiões e no país como um todo (Tabelas III e IV). Em termos nacionais, a taxa de natalidade baixou de 41,53 por mil habitantes, nos anos 60, para 34,04, em 1970. No Sul e Sudeste, essa taxa foi inferior a 30,00, entre 1970 e 1980. A mortalidade geral, por sua vez, de 12,43 por mil habitantes, entre os anos 60 e 70, decresceu para 9,77 na década seguinte.

(\*) - Idade a partir da qual as pessoas são consideradas idosas no Brasil, para fins demográficos.

(\*\*) - PNAD.

A expectativa de vida do brasileiro, que era de 51 anos em 1950 passou para 62 em 1980, correspondendo a 59 para os homens e a 64 para as mulheres. A esperança de vida, a partir de 60 anos, passou de cerca de 15 anos, em 1950, para 17 para os homens e 18 para as mulheres, em 1980 (Tabela V).

Os aumentos dos recursos farmacêuticos, médicos e sanitários parecem estar prolongando a vida das pessoas. Essas facilidades, embora "se generalizem mais rapidamente do que as condições econômicas, culturais e sociais", têm contribuído para melhorar a qualidade de vida, sobretudo das camadas de melhor nível de renda(4).

A população idosa está concentrada na área urbana (69,6%), situação comum a todas as regiões do país (Tabela VIII). Em termos de distribuição regional, o Sudeste apresenta a concentração de 56,2% de idosos, vindo a seguir o Nordeste com 22,3% (Tabela IX).

Esse grupo populacional era composto de 47,7% de homens e 52,3% de mulheres, em 1983, passando para 46,9% e 53,1% respectivamente, dois anos depois (Tabela VI).

Em um enfoque mais abrangente do fenômeno da velhice, conforme visto inicialmente, o critério cronológico não é o único. Junto à população de 60 anos ou mais, devem também ser considerados os contingentes de pessoas que constituem o "velho precoce" e o "pseudo idoso"(5).

O "velho precoce" é aquele que se desgasta rapidamente, devido às condições adversas de vida e de trabalho. É o caso do trabalhador rural do Nordeste e do Vale do Jequitinhonha. A expectativa de vida em média, nessas regiões, está em torno de 40 anos.

O contingente de "pseudo idosos", por sua vez, é o formado por pessoas, de um modo geral, com idade superior a 35 ou 40 anos, as quais, via de regra, encontram mais dificuldade em ingressar na força de trabalho. Essa discriminação que, paradoxalmente, atinge pessoas que nem sequer chegaram ao ápice da capacidade produtiva não ocorre, apenas, entre a mão-de-obra

desqualificada. Não é incomum, por exemplo, a fixação de limites de idade, relativamente baixos, para admissão de pessoal tanto no setor público(\*) como no setor privado, para inscrição em concursos para docência acadêmica e em tantas outras situações.

### 3. Aspectos Econômicos e Sociais

Entre a população economicamente ativa, o grupo de 60 anos ou mais representava, em 1980, apenas, 4,2% (Tabela X). Cerca de 45% dessas pessoas tinham um rendimento médio mensal inferior a um salário-mínimo. Em cerca de 78%, a renda mensal era de até 3 salários-mínimos, sendo que nesse último caso, representava um rendimento médio de 1,4 salários. Esses índices elevavam-se para 48,9% e 81,4%, respectivamente, se considerados aqueles sem rendimento (Tabela XI). Na PEA de 1980, os 50% mais pobres tinham apenas cerca de 14% da renda, enquanto entre as pessoas de 65 anos ou mais, incorporadas à força de trabalho, os 50% mais pobres detinham em torno de 11% da renda (Tabelas XII e XIII). Como se vê, o problema da concentração de renda é mais grave entre os idosos do que na população como um todo.

A marginalização do idoso não se verifica, apenas, pela situação do processo produtivo, mas também por razões culturais e sociais. Na sociedade moderna, predomina o culto ao jovem, veiculado a todo momento, por meios de comunicação de massa. Ao lado da dificuldade de relacionamento entre as gerações, o velho perde o prestígio que tinha na sociedade tradicional, associado ao seu papel de conselheiro e patriarca.

A família nuclear, na sociedade atual, constituída por pais e filhos, por sua vez, tende a isolar o velho - os relacionamentos de parentesco ficam restritos. A responsabilidade de cuidar dos filhos, da família e dos idosos tem recaído mais sobre a mulher, seja nos países em desenvolvimento seja nos desenvolvidos. Na medida, porém, em que a mulher aumenta sua participação na força de trabalho, passa a ter menos disponibilidade para tarefas domésticas e para também cuidar do idoso.

---

(\*) - A idade máxima para ingresso no Serviço Público Federal foi fixada em 50 anos através da Lei nº 6.334 de 16.05.76 (com exceção dos Grupos Funcionais de Polícia, Tributação e Diplomacia), evitando assim restrições de idade através de editais. Mas é possível, que Estados e Municípios estejam adotando critérios mais rígidos, que alijam as pessoas de meia idade do mercado de trabalho.

A sociabilidade da pessoa que se torna idosa diminui. Se aposentada ou desocupada, perde o contato cotidiano com seus colegas de trabalho e, se for pobre, é menor a sua possibilidade de lazer.

A aposentadoria, por sua vez, tem sido idealizada. Pensa-se na aposentadoria como uma época de lazer e liberdade. Com a perda do poder aquisitivo decorrente dessa condição, a maioria das pessoas não tem a possibilidade, mesmo nos países desenvolvidos, de desfrutar essa fase da vida da maneira como sonhava. Ao contrário, ela é limitada, por razões não só econômicas, como culturais, sociais, biológicas e mesmo ideológicas.

A idade ligada à aposentadoria levou ao surgimento, nos anos 60, na França, da noção de "terceira idade" como uma nova etapa de vida, com sentido positivo. Nos Estados Unidos a expressão "Senior Citizen" indica uma nova condição de cidadania. Em ambos os casos, há uma tentativa de valorização do aposentado, sugerindo uma certa preocupação em proporcionar aos idosos maiores possibilidades de melhor e mais saudável aproveitamento do tempo livre. Nos países em desenvolvimento, entretanto, o problema central ainda é o de assegurar aos velhos uma renda mínima para satisfação de suas necessidades básicas(6).

O ritmo de vida das pessoas é, em grande parte, determinado pelo seu trabalho. Com a aposentadoria há necessidade de uma organização própria do tempo, o que requer criatividade das pessoas nessa fase da existência. Essa criatividade, no entanto, não pôde, muitas vezes ser desenvolvida, pela natureza do trabalho executado anteriormente. Isso se verifica, sobretudo, nas camadas menos favorecidas da população, cujas tarefas no período de atividade eram padronizadas e automatizadas(7).

A velhice será diferente para cada um, conforme a respectiva experiência de vida, os recursos econômicos e financeiros de que dispõe, o estado de saúde, as condições psicológicas e do grupo social a que pertence, dentre outros aspectos. Dependendo desses fatores, a aposentadoria pode levar ou não à "morte social", quando há uma "sobrevivência biológica dissociada de qualquer significação social"(8).

#### 4. Algumas Conquistas e Lutas Recentes

A partir da realização, em 1976, de seminários regionais sobre "A Situação do Idoso na Sociedade Brasileira" e do Seminário Nacional sobre "Estratégias da Política Social para o Idoso no Brasil", bem como de estudos sobre a legislação pertinente, o Ministério da Previdência e Assistência Social

publicou em 1977, o documento: "Política Social para o Idoso: Diretrizes Básicas". O documento desenvolve os seguintes temas: implantação da mobilização comunitária, atendimento institucionalizado, atendimento médico-social, preparação para a aposentadoria, treinamento de recursos humanos e dados e informações sobre a situação do idoso.

Essas diretrizes encontraram dificuldade de implementação diante dos numerosos problemas econômicos e sociais do país e de outras "prioridades sociais". "Os problemas que afetam a velhice, entretanto, no Brasil, não são diferentes daqueles do restante da população brasileira, agravados pelas circunstâncias especiais da velhice".(9)

Algumas respostas concretas já foram dadas para as necessidades e reivindicações esparsas dos idosos.

Em localidades como, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, a utilização do transporte coletivo é gratuita para as pessoas idosas.

Em 1974, a Lei nº 6.194 concedeu, através do sistema previdenciário, renda mensal vitalícia, igual à metade do salário mínimo vigente no país, aos maiores de 70 anos que exerçam atividade remunerada ou auferam qualquer rendimento. Segundo dados do MPAS, em 1984, esse benefício estava sendo pago a 685.882 pessoas, correspondendo a 17,2% da população urbana de 70 anos ou mais e a 28% da rural. Essa lei assegura, ainda, assistência médica nos mesmos moldes da prestada aos demais beneficiários da Previdência Social.

A partir de 1982 (Portaria nº 2864 de 05.05.82) o MPAS procurou sistematizar a assistência ao idoso, prestada pelas instituições do SINPAS, tendo como diretriz básica a integração dessa clientela na família e na comunidade.

Mais recentemente, a Lei nº 7.604 de 26.05.87 determinou que os benefícios da previdência urbana relativos à aposentadoria e pensões não poderão ser inferiores a 95% do salário-mínimo. Embora esse valor ainda seja insatisfatório, representa uma substancial melhoria em comparação com o que era pago anteriormente. Esses benefícios, contudo, bem como o relativo à renda mensal vitalícia, passarão a ser reajustados, conforme o Decreto-Lei nº 2351 de 07.08.87, de acordo com o "salário-mínimo de referência".

Em 1986, a LBA atendeu mais de 60 mil pessoas idosas carentes - cerca de 1,6%(\*) da população idosa de baixa renda - através de grupos de convivência, internações, auxílios complementares, entre outros atendimentos.

Essa instituição deverá, em 1987, através do Projeto CONVIVER, expandir o seu atendimento, mediante convênios com organizações comunitárias e prefeituras municipais, para a formação de grupos de convivência de idosos. Pretende-se enfatizar essa linha de ação, como alternativa à assistência asilar, prevendo-se atender, ainda, este ano, 150 mil idosos e em 1988, cerca de 1 milhão.

Também no âmbito do SINPAS, ressalta-se o trabalho da Fundação Abrigo do Cristo Redentor - FACR, através de assistência integral a idosos carentes internados e assistência médico-hospitalar, em hospital próprio. De âmbito local - Rio de Janeiro - e capacidade de atendimento reduzida, atendeu em 1986, 1.125 pessoas idosas: 644 no Abrigo e 481 no Hospital.

Lembra-se ainda, o papel do SESC, como pioneiro e com atuação relevante no país, em relação à formação de grupos de convivência de pessoas de idade avançada, ao lado da realização de estudos e seminários no campo da Gerontologia Social.

Deve-se destacar, finalmente, a iniciativa do Governo Federal através do Programa de Apoio Comunitário aos Idosos, como parte do Plano de Ação Governamental - PAG. O programa tem como meta a construção e ampliação de 1.500 centros de convivência para os idosos, complementação alimentar para 1,0 milhão de pessoas idosas, em 1987, podendo atingir 4,5 milhões em 1991, bem como distribuição de vales-remédio, para 2,0 milhões dessas pessoas, já a partir do próximo ano.

---

(\*) - Estimativa baseada em informações extraídas do Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil da FIBGE/UNICEF. Foram considerados idosos carentes, aqueles que possuíam uma renda média mensal familiar per capita de 1/2 salário-mínimo, inclusive os sem rendimento.

## 5. A Situação Internacional

Nos países desenvolvidos, o "Welfare State" tem enfatizado a proteção à velhice. Nos EEUU, França, Japão, Alemanha Ocidental, Canadá, Itália e Reino Unido a aposentadoria representa cerca de 40% das despesas com serviços sociais. A área de saúde vem a seguir, com 23% e a educação com 20% (\*) (10).

Na França, verifica-se que a maior parte do dispêndio social, cerca de 55%, está dirigida à população de idade avançada. (11)

Esse país, onde 13% da população são idosos, evoluiu de uma fase em que a questão da velhice estava relacionada apenas à aposentadoria e à política assistencial, para uma etapa mais avançada, de promoção de diversas ações integradas, que tratam da vida do idoso no cotidiano

Esse novo enfoque inclui uma política habitacional específica, equipamentos e serviços os mais variados e especializados, entre os quais, serviços médicos (hospitais, apartamentos terapêuticos, sessões de tratamento, por exemplo), clubes da terceira idade, serviços domiciliares, sistemas de alarme para o idoso que vive só, hospedagem temporária, "Centro de Dia", dentre outros. Embora representem avanços importantes, essas medidas, entretanto, não resolvem de maneira satisfatória, o problema da segregação e marginalização do idoso.

Ademais, no campo econômico, a política francesa, paradoxalmente, tem estimulado os trabalhadores a se retirarem mais cedo da força de trabalho (12), o que pode aumentar a importância social do problema do pseudo idoso.

---

(\*) - No Brasil, em 1986, as aposentadorias (inclusive por tempo de serviço) representaram 19% do gasto social. Saúde e educação foram responsáveis por 17,6% e 16,3%.

## 6. Considerações Finais

Como questão social de importância crescente, a problemática do idoso não é passível de equacionamento apenas no âmbito intra-familiar, mas depende da sociedade como um todo e de políticas públicas gerais e específicas.

No Brasil, a questão tem sido tratada de maneira fragmentada, mediante ações parciais, voltadas menos para as causas do que para os efeitos tardios dos problemas, que atingem as pessoas de mais de 60 anos, sobretudo as mais pobres. Não há, na verdade, uma política integrada voltada para a velhice.

Uma política para os idosos, seja nos países desenvolvidos seja nos em desenvolvimento, não pode basear-se, somente, na resolução dos problemas da idade avançada, depois que eles aparecem. Deve ter por objetivo o próprio processo de envelhecimento da população, dando possibilidade ao cidadão de gerir a sua própria vida, em todas as idades, como participante e integrante do meio social em que vive.

TABELA I

213.

POPULACAO RECENSEADA E PROJETADA COM 60 ANOS OU MAIS  
DE IDADE, POR GRANDES REGIOES, 1970 A 2020

(Em 1000 Pessoas)

| ANOS | POPULACAO COM 60 ANOS OU MAIS DE IDADE |       |          |         |      |         |
|------|----------------------------------------|-------|----------|---------|------|---------|
|      | BRASIL                                 | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL  | C.OESTE |
| 1970 | 4716                                   | 136   | 1423     | 2217    | 770  | 170     |
| 1980 | 7216                                   | 245   | 2194     | 3330    | 1134 | 313     |
| 1990 | 10616                                  | 425   | 3247     | 4795    | 1599 | 550     |
| 2000 | 14359                                  | 674   | 4405     | 6324    | 2066 | 890     |
| 2010 | 19584                                  | 1146  | 5981     | 8345    | 2673 | 1439    |
| 2020 | 28339                                  | 1805  | 8643     | 11727   | 3684 | 2480    |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundacao IBGE/CELADE. Documento: "Estimaciones e Proyecciones de Poblacion, 1950-2025", Fasciculo F/BRA.1 JUNHO DE 1984 e Censos Demograficos de 1970 e 1980.

NOTA: Projeco'es regionais elaboradas a partir dos dados das PNAD's e dos Censos Demograficos e compatibilizadas com a projecao total Brasil feitas pelo IBGE/CELADE.

PROPORCAO DA POPULACAO RECENSEADA E PROJETADA COM 60 ANOS  
OU MAIS, EM RELACAO A POPULACAO TOTAL, POR REGIOES  
SEGUNDO A SITUACAO DO DOMICILIO

| ANOS E SITUACAO<br>DO DOMICILIO | BRASIL | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL  | C.OESTE |
|---------------------------------|--------|-------|----------|---------|------|---------|
| 1970                            |        |       |          |         |      |         |
| TOTAL                           | 5,06   | 3,78  | 5,06     | 5,56    | 4,67 | 3,35    |
| URBANA                          | 5,55   | 4,12  | 5,20     | 5,99    | 5,40 | 3,53    |
| RURAL                           | 4,44   | 3,49  | 4,96     | 4,43    | 4,09 | 3,19    |
| 1980                            |        |       |          |         |      |         |
| TOTAL                           | 6,06   | 4,17  | 5,30     | 6,44    | 5,96 | 4,15    |
| URBANA                          | 6,24   | 4,48  | 6,38     | 6,59    | 6,12 | 4,20    |
| RURAL                           | 5,69   | 3,83  | 6,23     | 5,71    | 5,69 | 4,03    |
| 1990                            |        |       |          |         |      |         |
| TOTAL                           | 7,06   | 4,92  | 7,55     | 7,25    | 7,23 | 5,22    |
| 2000                            |        |       |          |         |      |         |
| TOTAL                           | 8,00   | -     | -        | -       | -    | -       |
| 2010                            |        |       |          |         |      |         |
| TOTAL                           | 9,44   | -     | -        | -       | -    | -       |
| 2020                            |        |       |          |         |      |         |
| TOTAL                           | 12,12  | -     | -        | -       | -    | -       |

FONTE: Fundacao IBGE - Censos Demograficos de 1970, 1980 e projecoes elabo-  
radas pelo IBGE/CELADE: "Estimaciones e proyecciones de poblacion de  
1950 - 2025" Fasciculo F/BRA.1, julio de 1984.

TAXA BRUTA DE NATALIDADE POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO  
AS GRANDES REGIÕES E PERÍODOS CENSITÁRIOS -  
1960/1970 E 1970/1980.

| GRANDES REGIÕES<br>E<br>PERÍODOS CENSITÁRIOS |  | TAXA DE NATALIDADE POR 1000 HABITANTES |        |       |
|----------------------------------------------|--|----------------------------------------|--------|-------|
|                                              |  | TOTAL                                  | URBANA | RURAL |
| BRASIL                                       |  |                                        |        |       |
| 1960/1970                                    |  | 41,53                                  | 37,34  | 47,86 |
| 1970/1980                                    |  | 34,04                                  | 29,93  | 40,73 |
| NORTE                                        |  |                                        |        |       |
| 1960/1970                                    |  | 50,93                                  | 46,68  | 54,00 |
| 1970/1980                                    |  | 45,12                                  | 40,44  | 49,53 |
| NORDESTE                                     |  |                                        |        |       |
| 1960/1970                                    |  | 50,96                                  | 49,54  | 52,30 |
| 1970/1980                                    |  | 42,04                                  | 35,78  | 47,64 |
| SUDESTE                                      |  |                                        |        |       |
| 1960/1970                                    |  | 36,67                                  | 32,68  | 44,37 |
| 1970/1980                                    |  | 28,99                                  | 27,34  | 34,91 |
| SUL                                          |  |                                        |        |       |
| 1960/1970                                    |  | 39,27                                  | 34,05  | 42,85 |
| 1970/1980                                    |  | 28,50                                  | 27,18  | 30,32 |
| C. OESTE                                     |  |                                        |        |       |
| 1960/1970                                    |  | 51,41                                  | 41,03  | 60,25 |
| 1970/1980                                    |  | 35,34                                  | 32,93  | 38,69 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundação IBGE - Censos Demográficos  
de 1960, 1970 e 1980.

NOTA: Estimativas elaboradas utilizando as funções  $l(x)$  e  $L(x)$ .  
Essas estatísticas estão baseadas em cálculos de J.A.M.  
Carvalho, em "Fecundidade e Mortalidade no Brasil: 1960/70",  
utilizando-se como fonte dos dados os Censos Demográficos  
de 1960, 1970 e cálculos preliminares, resultados de dados  
extraídos das Tabulações Avancadas do Censo Demográfico de  
1980.

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE GERAL, POR  
GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

| PERÍODO   | TAXA DE MORTALIDADE POR 1000 HABITANTES |       |          |         |      |          |
|-----------|-----------------------------------------|-------|----------|---------|------|----------|
|           | BRASIL                                  | NORTE | NORDESTE | SUDESTE | SUL  | C. OESTE |
| TOTAL     |                                         |       |          |         |      |          |
| 1960/1970 | 12,43                                   | 11,81 | 17,25    | 10,43   | 8,87 | 10,41    |
| 1970/1980 | 9,77                                    | 7,90  | 13,75    | 8,46    | 7,01 | 7,45     |
| URBANA    |                                         |       |          |         |      |          |
| 1960/1970 | 12,21                                   | 11,41 | 18,10    | 10,39   | 9,07 | 9,00     |
| 1970/1980 | 9,15                                    | 7,57  | 12,78    | 8,34    | 7,00 | 6,82     |
| RURAL     |                                         |       |          |         |      |          |
| 1960/1970 | 12,71                                   | 12,10 | 16,51    | 10,50   | 8,74 | 11,85 *  |
| 1970/1980 | 10,77                                   | 8,21  | 14,64    | 8,92    | 7,02 | 8,34     |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundação IBGE - Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980

NOTA: Estimativas elaboradas utilizando as funções  $l(x)$  e  $L(x)$ . Essas estatísticas estão baseadas em cálculos de J.A.M. Carvalho, em "Fecundidade e Mortalidade no Brasil,

TABELA V  
 ESPERANCA DE VIDA AO NASCER E DAS PESSOAS COM 60 ANOS DE IDADE,  
 POR SEXO, SEGUNDO PERIODOS QUINQUENAIS

| QUINQUENIOS | ESPERANCA DE VIDA AO NASCER |        |          | ESPERANCA DE VIDA AOS 60 ANOS |          |
|-------------|-----------------------------|--------|----------|-------------------------------|----------|
|             | TOTAL                       | HOMENS | MULHERES | HOMENS                        | MULHERES |
| 1950 - 1955 | 50,99                       | 49,32  | 52,75    | 15,10                         | 15,72    |
| 1955 - 1960 | 53,44                       | 51,60  | 55,38    | 15,76                         | 16,54    |
| 1960 - 1965 | 55,87                       | 54,02  | 57,82    | 16,34                         | 17,18    |
| 1965 - 1970 | 57,90                       | 55,94  | 59,95    | 16,84                         | 17,80    |
| 1970 - 1975 | 59,81                       | 57,57  | 62,17    | 17,35                         | 18,06    |
| 1975 - 1980 | 61,84                       | 59,54  | 64,25    | 17,53                         | 18,34    |

FONTE: Fundacao IBGE/CELADE. "Estimaciones e Proyecciones de Poblacion, 1950 - 2025." Fasciculo F/BRA.1, Julio 1984.

## POPULACAO RESIDENTE TOTAL E IDOSA, SEGUNDO A SITUACAO DO DOMICILIO

SEXO E IDADE - BRASIL 1970 A 1980 E 1983 E 1985

(Em 1000 pessoas)

| SITUACAO DO DOMICILIO<br>SEXO E IDADE | DADOS CENSITARIOS |        | DADOS DAS PNAD'S |        |
|---------------------------------------|-------------------|--------|------------------|--------|
|                                       | 1970              | 1980   | 1983             | 1985   |
| <b>TOTAL</b>                          |                   |        |                  |        |
| Total geral                           | 93139             | 119003 | 125189           | 131411 |
| 60 anos e mais                        | 4716              | 7216   | 8235             | 8993   |
| 65 anos e mais                        | 2925              | 4770   | 5510             | 5862   |
| <b>Homens total</b>                   | 46331             | 59123  | 62073            | 65140  |
| 60 anos e mais                        | 2296              | 3413   | 3932             | 4167   |
| 65 anos e mais                        | 1393              | 2226   | 2604             | 2680   |
| <b>Mulheres total</b>                 | 46808             | 59879  | 63116            | 66271  |
| 60 anos e mais                        | 2420              | 3803   | 4303             | 4726   |
| 65 anos e mais                        | 1532              | 2545   | 2906             | 3182   |
| <b>URBANA</b>                         |                   |        |                  |        |
| Total geral                           | 52085             | 80436  | 90033            | 95473  |
| 60 anos e mais                        | 2893              | 5020   | 5946             | 6516   |
| 65 anos e mais                        | 1814              | 3313   | 3952             | 4277   |
| <b>Homens total</b>                   | 25228             | 39228  | 43905            | 46553  |
| 60 anos e mais                        | 1314              | 2235   | 2699             | 2910   |
| 65 anos e mais                        | 804               | 1448   | 1754             | 1848   |
| <b>Mulheres total</b>                 | 26857             | 41208  | 46128            | 48920  |
| 60 anos e mais                        | 1579              | 2785   | 3246             | 3606   |
| 65 anos e mais                        | 1010              | 1865   | 2198             | 2429   |
| <b>RURAL</b>                          |                   |        |                  |        |
| Total geral                           | 41054             | 38566  | 35156            | 35939  |
| 60 anos e mais                        | 1823              | 2196   | 2289             | 2377   |
| 65 anos e mais                        | 1111              | 1458   | 1588             | 1585   |
| <b>Homens total</b>                   | 21103             | 19895  | 18169            | 18586  |
| 60 anos e mais                        | 982               | 1178   | 1233             | 1257   |
| 65 anos e mais                        | 589               | 778    | 850              | 832    |
| <b>Mulheres total</b>                 | 19951             | 18670  | 16988            | 17353  |
| 60 anos e mais                        | 841               | 1018   | 1056             | 1120   |
| 65 anos e mais                        | 522               | 680    | 708              | 753    |

FONTE: Fundacao IBGE - Censos Demograficos de 1970 e 1980 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios 1983 e 1985.

TABELA VII

219.

POPULACAO RESIDENTE TOTAL E IDOSA, POR SITUACAO DO DOMICILIO  
SEGUNDO REGIOES E GRUPOS DE IDADE, 1970 E 1980.

(Em 1000 pessoas)

| =====           |         |        |        |         |        |        |                           |        |         |
|-----------------|---------|--------|--------|---------|--------|--------|---------------------------|--------|---------|
| GRANDES REGIOES | 1 9 7 0 |        |        | 1 9 8 0 |        |        | CRESCIMENTO 1970-1980 (%) |        |         |
| -----           |         |        |        |         |        |        |                           |        |         |
| E IDADES        | TOTAL   | URBANA | RURAL  | TOTAL   | URBANA | RURAL  | TOTAL                     | URBANA | RURAL   |
| -----           |         |        |        |         |        |        |                           |        |         |
| BRASIL          |         |        |        |         |        |        |                           |        |         |
| TOTAL           | 93.139  | 52.085 | 41.054 | 119.003 | 80.437 | 38.566 | 27,77                     | 54,43  | (6,06)  |
| 50 a 59         | 5.229   | 3.132  | 2.097  | 7.249   | 5.127  | 2.122  | 38,63                     | 63,70  | 1,19    |
| 60 e mais       | 4.716   | 2.893  | 1.823  | 7.216   | 5.020  | 2.196  | 53,01                     | 73,52  | 20,46   |
| 70 e mais       | 1.709   | 1.054  | 655    | 2.742   | 1.934  | 808    | 60,44                     | 83,49  | 23,36   |
| NORTE           |         |        |        |         |        |        |                           |        |         |
| TOTAL           | 3.604   | 1.627  | 1.977  | 5.880   | 3.037  | 2.843  | 63,15                     | 86,66  | 43,80   |
| 50 a 59         | 165     | 78     | 87     | 259     | 141    | 118    | 56,97                     | 80,77  | 35,63   |
| 60 e mais       | 136     | 67     | 69     | 245     | 136    | 109    | 80,15                     | 102,99 | 57,97   |
| 70 e mais       | 48      | 25     | 23     | 89      | 52     | 37     | 85,42                     | 108,00 | 60,87   |
| NORDESTE        |         |        |        |         |        |        |                           |        |         |
| TOTAL           | 28.112  | 11.753 | 16.359 | 34.813  | 17.567 | 17.246 | 23,84                     | 49,47  | 5,42    |
| 50 a 59         | 1.501   | 643    | 858    | 1.917   | 999    | 918    | 27,71                     | 55,37  | 6,99    |
| 60 e mais       | 1.423   | 611    | 812    | 2.194   | 1.120  | 1.074  | 54,18                     | 83,31  | 32,27   |
| 70 e mais       | 543     | 235    | 308    | 884     | 464    | 420    | 62,80                     | 97,45  | 36,36   |
| SUDESTE         |         |        |        |         |        |        |                           |        |         |
| TOTAL           | 39.854  | 28.965 | 10.889 | 51.734  | 42.840 | 8.894  | 29,81                     | 47,90  | (18,32) |
| 50 a 59         | 2.441   | 1.865  | 576    | 3.509   | 2.977  | 532    | 43,75                     | 59,62  | (7,64)  |
| 60 e mais       | 2.217   | 1.735  | 482    | 3.330   | 2.822  | 508    | 50,20                     | 62,65  | 5,39    |
| 70 e mais       | 789     | 623    | 166    | 1.250   | 1.073  | 177    | 58,43                     | 72,23  | 6,63    |
| SUL             |         |        |        |         |        |        |                           |        |         |
| TOTAL           | 16.496  | 7.303  | 9.193  | 19.031  | 11.878 | 7.153  | 15,37                     | 62,65  | (22,19) |
| 50 a 59         | 892     | 433    | 459    | 1.197   | 762    | 435    | 34,19                     | 75,98  | (5,23)  |
| 60 e mais       | 770     | 394    | 376    | 1.134   | 727    | 407    | 47,27                     | 84,52  | 8,24    |
| 70 e mais       | 274     | 142    | 132    | 412     | 270    | 142    | 50,36                     | 90,14  | 7,58    |
| CENTRO-OESTE    |         |        |        |         |        |        |                           |        |         |
| TOTAL           | 5.073   | 2.437  | 2.636  | 7.545   | 5.115  | 2.430  | 48,73                     | 109,89 | (7,81)  |
| 50 a 59         | 230     | 113    | 117    | 367     | 248    | 119    | 59,57                     | 119,47 | 1,71    |
| 60 e mais       | 170     | 86     | 84     | 313     | 215    | 98     | 84,12                     | 150,00 | 16,67   |
| 70 e mais       | 55      | 29     | 26     | 107     | 75     | 32     | 94,55                     | 158,62 | 23,08   |
| =====           |         |        |        |         |        |        |                           |        |         |

FONTE: Censos Demograficos de 1970 e 1980

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DA POPULACAO RESIDENTE, POR SITUACAO DE  
DOMICILIO, SEGUNDO GRANDES REGIOES E IDADES, 1970 E 1980

| GRANDES REGIOES |  | 1 9 7 0 |        |       | 1 9 8 0 |        |       |
|-----------------|--|---------|--------|-------|---------|--------|-------|
| E IDADES        |  | TOTAL   | URBANA | RURAL | TOTAL   | URBANA | RURAL |
| BRASIL          |  |         |        |       |         |        |       |
| TOTAL           |  | 100,00  | 56,16  | 43,84 | 100,00  | 67,59  | 32,41 |
| 50 a 59         |  | 100,00  | 59,90  | 40,10 | 100,00  | 70,73  | 29,27 |
| 60 e mais       |  | 100,00  | 61,34  | 38,66 | 100,00  | 69,57  | 30,43 |
| 70 e mais       |  | 100,00  | 61,67  | 38,33 | 100,00  | 70,53  | 29,47 |
| NORTE           |  |         |        |       |         |        |       |
| TOTAL           |  | 100,00  | 45,14  | 54,86 | 100,00  | 51,65  | 48,35 |
| 50 a 59         |  | 100,00  | 47,27  | 52,73 | 100,00  | 54,44  | 45,56 |
| 60 e mais       |  | 100,00  | 49,26  | 50,74 | 100,00  | 55,51  | 44,49 |
| 70 e mais       |  | 100,00  | 52,08  | 47,92 | 100,00  | 58,43  | 41,57 |
| NORDESTE        |  |         |        |       |         |        |       |
| TOTAL           |  | 100,00  | 41,81  | 58,19 | 100,00  | 50,46  | 49,54 |
| 50 a 59         |  | 100,00  | 42,84  | 57,16 | 100,00  | 52,11  | 47,89 |
| 60 e mais       |  | 100,00  | 42,94  | 57,06 | 100,00  | 51,05  | 48,95 |
| 70 e mais       |  | 100,00  | 43,28  | 56,72 | 100,00  | 52,49  | 47,51 |
| SUDESTE         |  |         |        |       |         |        |       |
| TOTAL           |  | 100,00  | 72,68  | 27,32 | 100,00  | 82,81  | 17,19 |
| 50 a 59         |  | 100,00  | 76,40  | 23,60 | 100,00  | 84,84  | 15,16 |
| 60 e mais       |  | 100,00  | 78,26  | 21,74 | 100,00  | 84,74  | 15,26 |
| 70 e mais       |  | 100,00  | 78,96  | 21,04 | 100,00  | 85,84  | 14,16 |
| SUL             |  |         |        |       |         |        |       |
| TOTAL           |  | 100,00  | 44,27  | 55,73 | 100,00  | 62,41  | 37,59 |
| 50 a 59         |  | 100,00  | 48,54  | 51,46 | 100,00  | 63,66  | 36,34 |
| 60 e mais       |  | 100,00  | 51,17  | 48,83 | 100,00  | 64,11  | 35,89 |
| 70 e mais       |  | 100,00  | 51,82  | 48,18 | 100,00  | 65,53  | 34,47 |
| CENTRO-OESTE    |  |         |        |       |         |        |       |
| TOTAL           |  | 100,00  | 48,04  | 51,96 | 100,00  | 67,79  | 32,21 |
| 50 a 59         |  | 100,00  | 49,13  | 50,87 | 100,00  | 67,57  | 32,43 |
| 60 e mais       |  | 100,00  | 50,59  | 49,41 | 100,00  | 68,69  | 31,31 |
| 70 e mais       |  | 100,00  | 52,73  | 47,27 | 100,00  | 70,09  | 29,91 |

FONTE: Fundacao IBGE Censos Demograficos de 1970 e 1980

TABELA IX

221.

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DA POPULACAO RESIDENTE, POR SITUACAO DO DOMICILIO  
SEGUNDO GRANDES REGIOES E IDADES, 1970 E 1980

| GRANDES REGIOES |  | 1 9 7 0 |        |        | 1 9 8 0 |        |        |
|-----------------|--|---------|--------|--------|---------|--------|--------|
| E IDADES        |  | TOTAL   | URBANA | RURAL  | TOTAL   | URBANA | RURAL  |
| BRASIL          |  |         |        |        |         |        |        |
| TOTAL           |  | 100,00  | 100,00 | 100,00 | 100,00  | 100,00 | 100,00 |
| 50 a 59         |  | 100,00  | 100,00 | 100,00 | 100,00  | 100,00 | 100,00 |
| 60 e mais       |  | 100,00  | 100,00 | 100,00 | 100,00  | 100,00 | 100,00 |
| 70 e mais       |  | 100,00  | 100,00 | 100,00 | 100,00  | 100,00 | 100,00 |
| NORTE           |  |         |        |        |         |        |        |
| TOTAL           |  | 3,85    | 3,09   | 4,82   | 4,94    | 3,78   | 7,37   |
| 50 a 59         |  | 3,16    | 2,49   | 4,15   | 3,57    | 2,75   | 5,56   |
| 60 e mais       |  | 2,88    | 2,32   | 3,78   | 3,40    | 2,71   | 4,96   |
| 70 e mais       |  | 2,81    | 2,37   | 3,51   | 3,25    | 2,69   | 4,58   |
| NORDESTE        |  |         |        |        |         |        |        |
| TOTAL           |  | 30,02   | 22,35  | 39,85  | 29,25   | 21,84  | 44,72  |
| 50 a 59         |  | 28,71   | 20,53  | 40,92  | 26,45   | 19,49  | 43,26  |
| 60 e mais       |  | 30,17   | 21,12  | 44,54  | 30,40   | 22,31  | 48,91  |
| 70 e mais       |  | 31,77   | 22,30  | 47,02  | 32,24   | 23,99  | 51,98  |
| SUDESTE         |  |         |        |        |         |        |        |
| TOTAL           |  | 42,56   | 55,08  | 26,52  | 43,47   | 53,26  | 23,06  |
| 50 a 59         |  | 46,68   | 59,55  | 27,47  | 48,41   | 58,07  | 25,07  |
| 60 e mais       |  | 47,01   | 59,97  | 26,44  | 46,15   | 56,22  | 23,13  |
| 70 e mais       |  | 46,17   | 59,11  | 25,34  | 45,59   | 55,48  | 21,91  |
| SUL             |  |         |        |        |         |        |        |
| TOTAL           |  | 18,15   | 14,02  | 22,39  | 15,99   | 14,77  | 18,55  |
| 50 a 59         |  | 17,06   | 13,83  | 21,89  | 16,51   | 14,86  | 20,50  |
| 60 e mais       |  | 16,33   | 13,62  | 20,63  | 15,72   | 14,48  | 18,53  |
| 70 e mais       |  | 16,03   | 13,47  | 20,15  | 15,03   | 13,96  | 17,57  |
| CENTRO-OESTE    |  |         |        |        |         |        |        |
| TOTAL           |  | 5,42    | 4,63   | 6,42   | 6,34    | 6,36   | 6,30   |
| 50 a 59         |  | 4,40    | 3,61   | 5,58   | 5,06    | 4,84   | 5,61   |
| 60 e mais       |  | 3,60    | 2,97   | 4,61   | 4,34    | 4,28   | 4,46   |
| 70 e mais       |  | 3,22    | 2,75   | 3,97   | 3,90    | 3,88   | 3,96   |

FONTE: Fundacao IBGE - Censos Demograficos de 1970 e 1980

POPULACAO TOTAL E COM 60 ANOS OU MAIS DE IDADE; PEA TOTAL E COM 60 ANOS OU MAIS DE IDADE, POPULACAO INATIVA TOTAL E INATIVA COM 60 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR TIPO DE LEVANTAMENTO DAS INFORMACOES SEGUNDO A SITUACAO DE DOMICILIO

(Em 1000 pessoas)

| CARACTERISTICAS<br>DA<br>POPULACAO    | DADOS CENSITARIOS |         |         |         | DADOS DAS PNAD's |        |        |        | PERCENTAGENS |      |      |      |
|---------------------------------------|-------------------|---------|---------|---------|------------------|--------|--------|--------|--------------|------|------|------|
|                                       | 1970              | 1980    | 1983    | 1985    | 1970             | 1980   | 1983   | 1985   | 1970         | 1980 | 1983 | 1985 |
| POPULACAO                             |                   |         |         |         |                  |        |        |        |              |      |      |      |
| TOTAL                                 | 93.139            | 119.002 | 125.189 | 131.412 | 100,00           | 100,00 | 100,00 | 100,00 |              |      |      |      |
| URBANA                                | 52.085            | 80.436  | 90.033  | 95.473  | 100,00           | 100,00 | 100,00 | 100,00 |              |      |      |      |
| RURAL                                 | 41.054            | 38.566  | 35.156  | 35.939  | 100,00           | 100,00 | 100,00 | 100,00 |              |      |      |      |
| POPULACAO COM 60 ANOS OU MAIS         |                   |         |         |         |                  |        |        |        |              |      |      |      |
| TOTAL                                 | 4.716             | 7.216   | 8.235   | 8.893   | 5,06             | 6,06   | 6,58   | 6,77   |              |      |      |      |
| URBANA                                | 2.893             | 5.020   | 5.946   | 6.516   | 5,55             | 6,24   | 6,60   | 6,82   |              |      |      |      |
| RURAL                                 | 1.823             | 2.196   | 2.289   | 2.377   | 4,44             | 5,69   | 6,51   | 6,61   |              |      |      |      |
| POPULACAO COM 65 ANOS OU MAIS         |                   |         |         |         |                  |        |        |        |              |      |      |      |
| TOTAL                                 | 2.925             | 4.771   | 5.540   | 5.862   | 3,14             | 4,01   | 4,43   | 4,46   |              |      |      |      |
| URBANA                                | 1.814             | 3.313   | 3.952   | 4.277   | 3,48             | 4,12   | 4,39   | 4,48   |              |      |      |      |
| RURAL                                 | 1.111             | 1.458   | 1.588   | 1.585   | 2,71             | 3,78   | 4,52   | 4,41   |              |      |      |      |
| POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA        |                   |         |         |         |                  |        |        |        |              |      |      |      |
| TOTAL                                 | 29.557            | 43.235  | 50.940  | 55.099  | 100,00           | 100,00 | 100,00 | 100,00 |              |      |      |      |
| URBANA                                | 16.549            | 30.249  | 36.128  | 39.693  | 100,00           | 100,00 | 100,00 | 100,00 |              |      |      |      |
| RURAL                                 | 13.008            | 12.986  | 14.812  | 15.406  | 100,00           | 100,00 | 100,00 | 100,00 |              |      |      |      |
| PEA COM 60 ANOS OU MAIS               |                   |         |         |         |                  |        |        |        |              |      |      |      |
| TOTAL                                 | 1.555             | 1.799   | 2.194   | 2.377   | 5,26             | 4,16   | 4,31   | 4,31   |              |      |      |      |
| URBANA                                | ...               | 1.016   | 1.292   | 1.397   | ...              | 3,36   | 3,58   | 3,52   |              |      |      |      |
| RURAL                                 | ...               | 783     | 902     | 980     | ...              | 6,03   | 6,09   | 6,36   |              |      |      |      |
| POPULACAO INATIVA                     |                   |         |         |         |                  |        |        |        |              |      |      |      |
| TOTAL                                 | 36.304            | 44.576  | 41.946  | 43.156  | 100,00           | 100,00 | 100,00 | 100,00 |              |      |      |      |
| URBANA                                | 21.774            | 30.809  | 32.097  | 33.049  | 100,00           | 100,00 | 100,00 | 100,00 |              |      |      |      |
| RURAL                                 | 14.530            | 13.767  | 9.849   | 10.107  | 100,00           | 100,00 | 100,00 | 100,00 |              |      |      |      |
| POPULACAO INATIVA COM 60 ANOS OU MAIS |                   |         |         |         |                  |        |        |        |              |      |      |      |
| TOTAL                                 | 3.208             | 5.427   | 6.041   | 6.515   | 8,84             | 12,17  | 14,40  | 15,10  |              |      |      |      |
| URBANA                                | ...               | 3.993   | 4.654   | 5.118   | ...              | 12,96  | 14,50  | 15,49  |              |      |      |      |
| RURAL                                 | ...               | 1.434   | 1.387   | 1.397   | ...              | 10,42  | 14,08  | 13,82  |              |      |      |      |

FONTE: Fundacao IBGE - Censos Demograficos de 1970 e 1980 e PNADs de 1983 e 1985

PESSOAS DE 60 ANOS OU MAIS QUE TRABALHARAM NO ANO DE REFERENCIA, POR SEXO E SEGUNDO RENDIMENTO  
MÉDIO MENSAL DE TODAS AS OCUPAÇÕES, BRASIL  
1980

(Em 1000 pessoas)

| RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (1) | TOTAL      |            | HOMENS     |            | MULHERES   |            |
|-----------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| DE TODAS AS OCUPAÇÕES       | 60 OU MAIS | 65 OU MAIS | 60 OU MAIS | 65 OU MAIS | 60 OU MAIS | 65 OU MAIS |
| ATE 1/4                     | 118.429    | 69.777     | 66.878     | 44.065     | 51.551     | 25.712     |
| MAIS DE 1/4 A 1/2           | 226.987    | 125.934    | 172.381    | 101.072    | 54.606     | 24.862     |
| MAIS DE 1/2 A 1             | 467.056    | 224.164    | 408.044    | 200.263    | 59.012     | 23.901     |
| MAIS DE 1 A 1 1/2           | 298.010    | 128.795    | 268.352    | 117.816    | 29.658     | 10.979     |
| MAIS DE 1 1/2 A 2           | 122.920    | 49.060     | 112.119    | 45.057     | 10.801     | 4.003      |
| MAIS DE 2 A 3               | 158.158    | 64.043     | 144.815    | 58.996     | 13.343     | 5.047      |
| MAIS DE 3 A 5               | 142.033    | 58.720     | 128.630    | 53.784     | 13.403     | 4.936      |
| MAIS DE 5 A 10              | 94.093     | 40.087     | 85.075     | 36.712     | 9.018      | 3.375      |
| MAIS DE 10 A 20             | 53.824     | 23.909     | 49.902     | 22.385     | 3.922      | 1.524      |
| MAIS DE 20                  | 33.674     | 15.597     | 32.280     | 14.965     | 1.394      | 632        |
| SEM RENDIMENTOS             | 60.947     | 34.682     | 36.465     | 22.796     | 24.482     | 11.886     |
| SEM DECLARAÇÃO              | 7.247      | 3.909      | 5.027      | 2.632      | 2.220      | 1.277      |
| TOTAL                       | 1.783.378  | 838.677    | 1.509.968  | 720.543    | 273.410    | 118.134    |

FONTE: Fundação IBGE - Censo Demográfico de 1980, mão-de-obra.

NOTA: (1) Em salários-mínimos.

Entende-se como ano de referência o período de 01/09/79 até 31/08/80.

BRASIL: PROPORCAO DO RENDIMENTO (1) DE CADA CLASSE EM RELACAO AO TOTAL DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS  
TOTAL, 55 ANOS OU MAIS E 65 ANOS OU MAIS DE IDADE  
SEGUNDO OS CENSOS DEMOGRAFICOS E PNAO's 1970, 1980 e 1971 ATE 1981

| REFERENCIA | TOTAL |      |      |      |      | 55 ANOS OU MAIS |      |      |      |      | 65 ANOS OU MAIS |      |      |      |      | INDICE DE GINI |                    |                    |
|------------|-------|------|------|------|------|-----------------|------|------|------|------|-----------------|------|------|------|------|----------------|--------------------|--------------------|
|            | 20-   | 50-  | 10+  | 5+   | 1+   | 20-             | 50-  | 10+  | 5+   | 1+   | 20-             | 50-  | 10+  | 5+   | 1+   | TOTAL          | 55 ANOS<br>OU MAIS | 65 ANOS<br>OU MAIS |
| CENSOS     |       |      |      |      |      |                 |      |      |      |      |                 |      |      |      |      |                |                    |                    |
| 1970       | 3,4   | 14,9 | 46,7 | 34,1 | 14,1 | ...             | ...  | ...  | ...  | ...  | 2,9             | 12,6 | 53,1 | 40,2 | 17,0 | 0,562          | ...                | 0,609              |
| 1980       | 3,2   | 14,2 | 47,5 | 34,9 | 14,9 | ...             | ...  | ...  | ...  | ...  | 2,8             | 11,2 | 58,5 | 44,4 | 21,6 | 0,575          | ...                | 0,659              |
| PNAOs      |       |      |      |      |      |                 |      |      |      |      |                 |      |      |      |      |                |                    |                    |
| 1976 (2)   | 3,3   | 13,5 | 50,4 | 37,9 | 17,4 | 2,6             | 11,0 | 56,0 | 42,3 | 20,5 | ...             | ...  | ...  | ...  | ...  | 0,589          | 0,639              | ...                |
| 1977 (2)   | 2,8   | 13,4 | 49,0 | 36,0 | 15,3 | 2,4             | 10,5 | 56,9 | 42,8 | 20,0 | ...             | ...  | ...  | ...  | ...  | 0,589          | 0,656              | ...                |
| 1979 (2)   | 2,9   | 13,9 | 46,8 | 33,8 | 13,8 | 2,6             | 11,8 | 52,9 | 38,5 | 16,9 | ...             | ...  | ...  | ...  | ...  | 0,574          | 0,626              | ...                |
| 1981 (3)   | 2,9   | 14,2 | 45,5 | 32,7 | 13,0 | 2,6             | 12,1 | 51,8 | 37,5 | 16,3 | 3,0             | 12,4 | 54,5 | 40,3 | 18,6 | 0,582          | 0,605              | 0,625              |

FONTE: Fundacao IBGE - Anuario Estatistico do Brasil e Indicadores Sociais - Tabelas Seleccionadas.

NOTAS: (1) Os rendimentos considerados foram os de trabalho, aluguel, aposentadoria, pensao, doacao ou mesada de pessoas economicamente ativas.

(2) Exclusiva a populacao da area rural da Regiao Norte e dos estados MT, MS e GO.

(3) Exclusiva a populacao da area rural da Regiao Norte.

## DISTRIBUICAO DA RENDA DAS PESSOAS (1) COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE

BRASIL, 1978 A 1985

| ANOS     | PARTICIPACAO NA RENDA TOTAL |                        |                        |                       | INDICE<br>DE<br>GINI |
|----------|-----------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|----------------------|
|          | DOS 10%<br>MAIS POBRES      | DOS 50%<br>MAIS POBRES | DOS 50%<br>MAIS POBRES | DOS 10%<br>MAIS RICOS |                      |
| 1978 (2) | 1,19                        | 13,64                  | 86,36                  | 49,26                 | 0,5960               |
| 1979 (2) | 1,20                        | 14,29                  | 85,71                  | 47,01                 | 0,5820               |
| 1981 (3) | 1,19                        | 14,47                  | 85,53                  | 45,48                 | 0,5722               |
| 1982 (3) | 1,00                        | 12,99                  | 87,01                  | 47,95                 | 0,5928               |
| 1983 (3) | 0,86                        | 12,41                  | 87,59                  | 47,16                 | 0,6039               |
| 1984 (3) | 1,15                        | 13,65                  | 86,35                  | 46,09                 | 0,5848               |
| 1985 (3) | 1,05                        | 12,99                  | 87,01                  | 47,16                 | 0,5977               |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundacao IBGE; PNADs 1978 a 1985.

- NOTAS: (1) Exclusive as pessoas sem rendimento e sem declaracao de rendimento.
- (2) Exclusive as pessoas da area rural das Regioes Norte e Centro-Oeste, exclusive Distrito Federal.
- (3) Exclusive as pessoas da area rural da Regiao Norte.
- (3) O indice de GINI e uma medida do grau de concentracao de uma distribuicao, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) ate um (desigualdade maxima). Quando o valor desse indice se aproxima de um ha grande concentracao da renda (poucos ganhando muito e muitos ganhando pouco) e quando se aproxima de zero a renda e distribuida mais equitativamente (um valor igual a zero para indice de GINI indica perfeita igualdade: todas as pessoas com a mesma renda).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. A invenção social da velhice. Rio de Janeiro, 1987, p. 13.
- (2) ANDRADE, Antonio Cabral de. Condições sócio-econômicas do idoso em um país em desenvolvimento. In Seminário Nacional sobre Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil, Brasília, outubro, 1976, p. 1.
- (3) MAGALHÃES, Dirceu Nogueira, Op. cit. p. 49.
- (4) MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. Op. cit. p. 15, 16
- (5) MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. Op. cit. p. 19, 20.
- (6) ANDRADE, Antonio Cabral de. Op. cit. p. 3.
- (7) GUILLEMARD, Anne Marie. In I Colóquio Internacional sobre Políticas Públicas e Envelhecimento Populacional, Brasília, abril, 1987.
- (8) GUILLEMARD, Anne Marie. Old age, retirement and the social class structure: towards an analysis of the structural dynamics of the latter stage of life. Reprinted from Aging and Life Course Transitions, Edited by Hareven and Kathleen J. Adams. The Guildford Press, New York, Copyright, 1982, p. 230.
- (9) QUEIROZ, Zally Pinto Vasconcelos de. Os Idosos uma nova categoria etária no Brasil. Cadernos da Terceira Idade, São Paulo, SESC, s.d.
- (10) GUILLEMARD, Anne Marie. State, society and old age policy in France: from 1945 to the current crisis. Social Sciences & Medicine, Oxford, 23 (12): 1319, 1986.
- (11) GUILLEMARD, Anne Marie. Loc. cit.
- (12) GUILLEMARD, Anne Marie. Loc. cit.